UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

EVERALDO MACENA DE LIMA NETO

SOBRE A NATUREZA DA GEOGRAFIA ENTRE RICHARD HARTSHORNE E FRED K. SCHAEFER: UM FRAGMENTO INACABADO

SÃO PAULO

2012

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

SOBRE A NATUREZA DA GEOGRAFIA ENTRE RICHARD HARTSHORNE E FRED K. SCHAEFER: UM FRAGMENTO INACABADO

EVERALDO MACENA DE LIMA NETO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, para obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Elvio Rodrigues Martins

SÃO PAULO

2012

Agradecimentos

Devo agradecimentos sinceros a pessoas que não pude fazê-lo ao longo desse caminho e de todos esses anos. Recebi muita ajuda, daqueles que estiveram próximos ao trabalho e, de pessoas queridas que estiveram, simplesmente, presentes na minha formação.

Aos meus pais Luiz e Margarida que apoiaram as minhas decisões, sobretudo por que não sei o que é entender uma pessoa que mal se entende. À minha irmã Juliana pela confiança que sempre depositou no meu trabalho. Ao meu irmão Fernando, por se aventurar nas humanidades e sofrer com ela, assim como eu.

Ao professor Elvio por ter participado desde o início da minha vida acadêmica. Devo dizer que por todos esses anos, gostaria de ter participado muito mais das suas pesquisas e de ter sido um aluno mais presente. Espero que você saiba disso.

Ao Núcleo de Pesquisas das Geografias do Contemporâneo, especialmente o Carlão, Marina, Fabi, André, Guilherme, Yanci e Rita.

Ao grupo de leitura sobre marxismo e ideologia e aos amigos: Fabio, Vladimir, Ana Fávia, Anouch, Ugo, Laís, Bruna e Eduardo.

Ao professor Mário Eufrásio pelas longas conversas.

A Peter Lewis da *AGS*, por fotografar mais de 80 páginas de um certo manuscrito.

Ao basquetebol FFLCH na minha vida a 10 anos. Devo citar o nome dos “atletas”, pois eles não foram simples parceiros de time: Felipe “Mcking”, Tibérius “Tiba”, Tiago “Jesus”, Zé, Claúdio “Kinder”, João Goto, Alê professor, Kadu, Thiagão, Stefan, Lucas “Soro”, Kei, Marião, Eduardo “Du” Burmann, Felipe Tarábola, Vitão Balint, Eduardo “Xirú”, Renatão “mineiro”, Alê Otsuka, Dani, Thomas Alemão e, se esqueci alguém, “fica a saudade”.

Aos amigos que compartilham minhas expectativas e que esperam o melhor de mim: Lineu Perrone Jr., Francis C. Leão, Hélio Garcia Paes, Eduardo Altheman Camargo dos Santos, Bruna Della Torre e Danilo Brich dos Santos.

À Camila, por ser.

Resumo

A presente pesquisa refletiu sobre a natureza da geografia de Richard Hartshorne e de Fred K. Schaefer na busca por compreender elementos fundamentais da metodologia em geografia. Para tal, é apresentado um documento de Schaefer inédito na língua portuguesa, intitulado “A Natureza da Geografia”.

O ponto de partida é uma introdução à trajetória intelectual de Richard Hartshorne, na qual são apontadas as principais questões envoltas ao seu pensamento. É destacada sua postura frente à caracterização metodológica da geografia, principalmente na explicação do conceito de região, da diferenciação e a integração de áreas, assim como a exposição filosófica sobre a corologia.

A seguir, faço breve contextualização sobre o caminho acadêmico de Fred. K. Schaefer e volto esforço para a compreensão de seus trabalhos, em especial, seu único artigo publicado, Excepcionalismo na Geografia e o manuscrito A Natureza da Geografia. O documento traduzido para a língua portuguesa foi analisado, sucintamente, para que algumas questões já levantadas em seu artigo fossem explicadas com maior rigor. Essas questões dizem respeito aos aspectos metodológicos da disciplina, como a posição da ciência geográfica, enquanto sistemática ou idiográfica.

Seguinte a exposição desses dois estudiosos, trato do debate possível entre essas duas concepções distintas de geografia. Primeiramente, por uma explicação sobre o movimento da produção intelectual da disciplina, seguida pela abordagem sobre o método, enquanto fundamento do conhecimento. Após as indagações levantadas, o estudo volta-se para a abordagem sobre a epistemologia da geografia, assim como os possíveis quadros paradigmáticos, como tentativas de fortalecer a importância desse debate para a atualidade da geografia.

Palavras-chaves: Geografia; Richard Hartshorne; Fred K. Schaefer; Metodologia; Epistemologia.

Abstract

This research thought over the nature of geography of the Richard Hartshorne and Fred K. Schaefer, searching for understand the essential elements of methodology in geography. For this effort, is presented a Schaefer's document not yet translated into the portuguese language, entitled "The Nature of Geography".

The starting point is an introduction of the Richard Hartshorne intellectual path, in which are pointed the main issues surrounded in your thought. Is pointed out your stance on methodological characterization of geography, mainly on explanation of regional concept, areal differentiation and areal integration, as well as the philosophical presentation about chorology.

Hereinafter, I do brief contextualization over the academic track of the Fred K. Schaefer and turn attempt for the comprehension of his works, in particular, his only published paper, Exceptionalism in Geography and the manuscript The Nature of Geography. The document translated into the Portuguese language was analyzed, succinctly, to some issues already raised in his paper, could be explained with strictness. This issues concern to the methodological aspects of discipline, as the geographical science position, while systematic or idiographic.

Following the explanatory of these scholars, I deal the possible debate between these two distinct conceptions of geography. Primarily, by a explanation over the intellectual production movement of the discipline, followed by a approach over the method, as long as the foundation of knowledge. After the raised inquiries, the study turns to the approach about the geography epistemology, as well as the possible paradigmatic frame, on attempted to strengthen this debate onto present of geography.

Key-word: Geography; Richard Hartshorne; Fred K. Schaefer, Methodology; Epistemology.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **7**

CAPÍTULO I - A Trilha de Richard Hartshorne e seu Pensamento **14**

PARTE 1.1 - A Análise Referente a de "*The Nature of Geography*" **25**

PARTE 1.2 - A Filosofia Neokantiana entre Hettner e Hartshorne **37**

PARTE 1.3 - As Principais Críticas a *The Nature* **46**

CAPÍTULO II - Fred K. Schaefer e a Sistematização da Geografia **60**

PARTE 2.1 - O Excepcionalismo na Geografia **65**

PARTE 2.2 - O Empirismo Lógico e o Círculo de Viena **72**

PARTE 2.3 - Schaefer e a Natureza da Geografia **78**

CAPÍTULO III - O Movimento da Produção em Geografia **104**

PARTE 3.1 - Sobre o Método **108**

PARTE 3.2 - A Armadilha Epistemológica **113**

PARTE 3.3 - A Questão Sobre Paradigmas na Geografia **117**

CONSIDERAÇÕES FINAIS **128**

BIBLIOGRAFIA **135**

ANEXO – A Natureza da Geografia – Fred K. Schaefer **143**

Introdução

Em 2007, após algumas correspondências com a *Association of Geographical Society – AGS*, recebemos um arquivo digital do manuscrito não publicado de Fred. K. Schaefer. A tarefa de garimpar esse exemplar partiu do artigo de William Bunge intitulado - *Fred K. Schaefer and the Science of Geography*, de 1979, na qual Bunge faz uma espécie de memorial sobre a vida de Schaefer. O artigo tece comentários sobre dois documentos não publicados e doados a *AGS* por sua esposa – A Natureza da Geografia e Geografia Política. Segundo Bunge, a intenção era dar início a um livro sobre geografia política, na qual o ponto de partida fosse os fundamentos teóricos e metodológicos da disciplina.

Em vista de que Schaefer já possuíra um antecedente a respeito desse tema, verificados em seu único artigo publicado – O Excepcionalismo na Geografia, tínhamos alguma idéia sobre o que Schaefer queria expor. O ponto de partida de seu livro, também foi a base para o desdobramento de nosso trabalho, em que poderíamos partir para uma reflexão daquilo que Schaefer considerava ser a natureza da geografia. Com a leitura de seu manuscrito a cerca da natureza da disciplina, fica claro o direcionamento de suas críticas apontadas para outros trabalhos de caráter metodológico.

Assim como no seu artigo, Schaefer considerou ser a letargia metodológica da disciplina fruto de uma concepção equivocada de ciência na qual se espraiava a geografia. Ao longo de sua reflexão, Schaefer aponta que os erros do passado haviam ganhado nova roupagem e acabariam por ser mistificados por um arranjo histórico intransponível. Seu apontamento denota um enfrentamento com o ponto de vista de outro geógrafo, Richard Hartshorne.

Possuidor de uma força incomensurável na geografia estado-unidense, Hartshorne tratou de estabelecer as bases metodológicas da disciplina por meio da análise histórica dela. Para dar corpo e fundamentação a sua pesquisa, Hartshorne refletiu sobre o passado da disciplina, na qual fosse permitido compreender sua formação no intuito de estabelecer uma ordem a partir dos estudos de Varenius, da cosmologia, dos apontamentos de Kant e Humboldt até Hettner. Uma reflexão que envolve um número gigantesco de geógrafos de diversos lugares, mas principalmente estudiosos alemães.

Não existe qualquer tipo de mistificação a respeito do tema tratado por ambos. A natureza da geografia tratada por esses dois estudiosos diz respeito aos procedimentos e a metodologia da disciplina e seus respectivos campos. Essa constatação representa uma possibilidade permitida a esse estudo, entender o sistema que Hartshorne e Schaefer construíram. Apesar do título vagamente remeter aos estudos filosóficos sobre a existência da disciplina, afinal a palavra "natureza" se faz presente, o enfrentamento de idéias se dá, ao que parece, no âmbito metodológico. As naturezas das geografias são disputas sobre os aspectos mais significantes e representativos ao longo da história do pensamento geográfico, que diz respeito aos objetivos e definição do escopo disciplinar. No entanto, estudar a metodologia sem entender o ambiente e formação das perspectivas filosóficas dos dois, pode significar algo pouco realístico. Atualmente, a comunidade científica aceita a possibilidade de quadros metodológicos distintos coexistirem em uma dada pesquisa, resultado de uma miscelânea moderna sem tamanho. Isso nunca foi facilmente bem aceito na geografia e pode ser identificado em artigos, bem como em encontros de geógrafos. Tal debate teórico sobre a natureza da disciplina se esconde na metodologia científica, mas não pode se afastar da filosofia, como pode querer alguns estudiosos.

Essa questão sobre os dois estudos possuírem como foco a metodologia da geografia é uma das controvérsias mais interessantes da geografia. A reflexão nesse estudo parte da concepção filosófica e ponto de vista científico de Hartshorne e Schaefer, em que podemos indagar se as controvérsias entre ambos estão centradas em seus ideais filosóficos, mais do que questões metodológicas.

Essa exploração tem como norte, o desembaraçar de uma idéia comumente aceita, de que o debate metodológico falhou no intento de satisfazer considerações específicas, como a relação entre a metodologia da disciplina e a epistemologia científica, em que conduziu a o desenvolvimento de um quadro metodológico múltiplo. Dentro disso, alguns estudiosos se tornaram especialistas no tema, na qual seus próprios interesses se forjaram em um relativo isolamento. Temos consciência de que esse trabalho possa cair no mesmo emaranhado, caracterizado pela especialidade do tema. Para nós, o

debate aqui exposto, é uma forma de apresentar a conexão entre Hartshorne e Schaefer a partir do entendimento da Natureza da Geografia e do manuscrito não publicado. Assim, não nos furtamos da busca por uma forma de compreensão geográfica consolidada já a algum tempo. Tal situação nos coloca na posição de estudar aquilo que os geógrafos fizeram, o que pode nos colocar numa posição pouco realística.

Uma conclusão conflituosa pode emergir dessa breve discussão: a saber, que os pressupostos metodológicos assumidos pelos geógrafos sustentam uma pequena relação ao ponto de vista aceito pelos metodologistas da disciplina. Essa relação já foi manifestada por muitos pesquisadores, na qual conduziram seus estudos conforme a natureza de seus conhecimentos filosóficos. No entanto, a interação de questionamentos da disciplina e a forma explicatória são de notável importância. Desse modo, pretendemos descrever e explicar certas correntes filosóficas, no intuito de sustentar os critérios abordados por Hartshorne e Schaefer, conforme suas posturas e suas contribuições para a disciplina e seus campos.

Poderíamos nos satisfazer com os ideários filosóficos de um movimento filosófico, tal como o neokantismo ou o empirismo lógico, no sentido de entender as ideias postas em debate. Mesmo que sob uma perspectiva interna de tais padrões filosóficos, já seria um ponto de partida para a análise social e histórica. Pensamos isso não ser possível. Seria necessário separar análise crítica e filosófica dos conceitos e teorias, como uma tarefa analítica, e sugerir em que contextos essas ideias foram desenvolvidas e como elas encontraram aplicações. Nesse caso, as normas da filosofia analítica são incompatíveis com uma análise histórica, social ou crítica. Do ponto de vista da filosofia analítica, a preocupação se dirige a conceitos como “verdade”, “validade”, “falsidade”, ou seja, na lógica formal são valores de verdade. Em uma análise crítica, somente com uma descrição adequada, de modo prático, poderíamos entender que essas normas de valor não se ligam a questões internas, como “verdade”, “validade” ou “falsidade” de teorias, na qual elas são, portanto, externas.

Pode parecer útil a princípio, deixar claro essa abordagem, pois um enfoque tanto de Schaefer ou mesmo de Hartshorne, na qual parte do princípio dessa tradição, interno e externo, nos parece fundamentalmente equivocada. De tal

maneira que corremos o risco de conduzir, sob o amparo dessa divisão e suas interpretações historiográficas, a um certo historicismo, na qual possui suas conotações normativo-filosóficas.

A partir da problematização, que se faz presente por meio da discussão filosófica e metodológica, pretendemos resgatar ao longo desse estudo, certas idéias sobre o conceito de região e algumas noções sobre o espaço da perspectiva geográfica. O fortalecimento da categoria região é assunto central no estudo de Hartshorne, na qual a história da disciplina fora trabalhada de modo rigoroso e com uma precaução em relatar aquilo que os geógrafos faziam e publicavam. Hartshorne chamou o seu artigo de A Natureza da Geografia, usou o artigo definido e a forma singular do substantivo. Como frisado por Barnes e Farish, "(...) nem todos concordaram com essa declaração, e alguns discordaram violentamente." (Barnes e Farish, 2006, p. 812). Contudo, para muitos estudiosos, o pensamento expresso no livro representa um ponto sem volta. Isso se justifica por que o livro é muito bem amarrado, o texto é meticulosamente bem explicado, possui justificações rigorosas e, para completar, fixa genealogicamente à disciplina a região, em um apelo científico, como ainda não fora feito.

Após a publicação do artigo de Hartshorne em 1939, poucos geógrafos entrariam em conflito com sua proposta, entretanto, aqueles que trabalhavam em outras perspectivas, como Carl Sauer e seus estudos de geografia histórica, Ackerman e seu trabalho no Escritório de Serviços Estratégico, como também seu colega mais próximo e editor dos *Annals*, Derwent Whittlesey, demonstraram certas discordâncias a posição de Hartshorne. Ao longo da década de 1940, foram esses os principais geógrafos que, de algum modo, externalizaram proposições contrárias devido a 3 pontos significativos: o primeiro diz respeito a prática profissional do geógrafo e a atuação do geógrafo no esforço de guerra estado-unidense. O segundo ponto parte de explicações conceituais filosóficas e científicas que descrevem a investigação geográfica diferente da exposta por Hartshorne. O terceiro ponto revela uma perspectiva que concebe ser desnecessário vincular a disciplina a uma proposta metodológica. Esse alento reprimiu a investigação geográfica e seu intento científico.

A mudança da geografia conservadora de Hartshorne para os estudos de análise espacial, se deu em um movimento lento, na qual a resposta mais dura fora dada por Schaefer em 1953, 14 anos após a publicação de *The Nature*. Em o Excepcionalismo na Geografia, Schaefer reflete sobre diferentes motivos para discordar das proposições de Hartshorne. Embora ele cite uma série de geógrafos para descrever os enganos de Hartshorne, muitos pesquisadores entendem que ele qualificou de maneira equivocada os desdobramentos teóricos da geografia. O manuscrito de Schaefer que recebemos da *AGS*, pode significar uma busca por essa qualificação, em que o relato sobre as origens da singularidade da geografia, possa ser explicada com uma quantidade maior de fundamentos. O manuscrito não possui data, portanto são referenciadas apenas as páginas.

Ainda que possuímos pouco material para interpretar o manuscrito, seria interessante compreender um pouco sobre as idéias em que Schaefer estava mergulhado. Por essa razão, é justificada uma pesquisa que poderia dar conta de explicar as nossas idéias sobre os problemas metodológicos da geografia e, em certo ponto, uma espécie de filosofia moral de Schaefer, caso posamos assim chamar suas preocupações políticas evidenciadas tanto no seu manuscrito, como no artigo. Não menos que qualquer argumento que tenha nos levado a conhecer os escritos de Schaefer, foi em certa medida, o fascínio ou a busca por descobrir elementos da filosofia marxista nesse geógrafo. A historiografia da disciplina já bem relatou geógrafos com forte inclinação marxista, como Pierre George. É possível que exista uma analogia entre Schaefer e George. Enquanto George mantinha sua fidelidade a geografia tradicional e empirista, sedimentada pela erudição dos geógrafos franceses de um passado bem recente, possuía laços com o materialismo histórico. Porém, esse vínculo marxista, conhecidos em Pierre George, Jean Dresch e Jean Tricart, não será suficiente para questionar a disciplina e sua frágil epistemologia. O histórico de Schaefer é de um sujeito com inclinação para a política marxista, mas nem de longe seus estudos agregam o materialismo dialético para uma abordagem crítica das teorias até então postas em discussão por ele.

Nos estudos de Schaefer é entendida a tentativa de romper com idéias e conceitos da geografia regional estado-unidense. Schaefer apontou de maneira direta para o problema, correndo risco de ser invasivo e inapropriado com toda uma tradição. E no caso em específico ele foi. Reconhecidamente, seu artigo teve pouco impacto na época, recebeu críticas do editor antes da publicação e de Hartshorne. Mas não é isso que queremos apontar nesse momento, mas sim a falta de crítica com essa tradição empírica da geografia, escorada no kantismo e na lógica das ciências formais. Se Schaefer soube atacar o cerne da questão regionalista e empírico da geografia, ele não conseguiu escapar da razão funcionalista que travava a disciplina. Ao contrário, tentou sistematizá-la ainda mais.

Os argumentos, os estudos, artigos e teorias expostos aqui podem ter um aspecto velho, envoltos por pó, como se estivem eternamente na estante das bibliotecas. Cabe lembrar que, em grande parte do mundo ocidental, batalhas foram travadas para que a geografia se desenrolasse das amarras do controle estatístico, dos modelos matemáticos, dos sistemas lógico-formais. Contudo, essa geografia não adormeceu na eternidade, em conjunto com a demografia, a sociologia e, principalmente, sua parceira mais antiga, a economia. Tomou forma novamente, envolvida pela velha mascara do discurso científico racional, matematizada e pela sua vertente mais calculista: a teoria da localização.

Economia espacial soa como ciência espacial ou ciência regional, objeto de estudo de Von Thunen, Alfred Weber, Walter Christaller, Walter Isard, August Losch, Peter Haggett e tantos outros que desenvolveram a teoria da localização exaustivamente. No desenvolvimento dessa teoria, esta apoiada uma nova geografia econômica e uma teoria da localização. Os modelos da geografia econômica do passado são resultados das idéias da geografia teorética, da revolução quantitativa, duma geografia empírica e fazedora de leis. Atualmente percebe-se o aumento dos modelos determinísticos a la Von Thunen, Weber e Losch, uma nova roupagem dada pela teoria da localização. Por isso achamos que uma investigação crítica ainda se faz necessária. Nesse sentido é razoável pensar que essas idéias permanecem com grande impacto, não como uma revolução, da qual nunca foi de fato, mas por que permanece espalhando o pensamento positivista e, principalmente, a reação contra-

positivista. Sobre esse ponto de vista, pode se atribuir a pesquisa sua atualidade frente ao mundo e as novas teorias em ciências sociais e humanas.

O primeiro capítulo desse estudo pretende dar conta do trabalho de Hartshorne com a leitura de seu clássico. Entender a luz de uma geografia contemporânea, o significado de seu trabalho e sua influência na consolidação da disciplina. Assim, consideramos importante buscar fontes atuais do debate teórico que possam subsidiar a pesquisa e contribuir para a epistemologia da geografia. No final da primeira parte são expostas as críticas ao artigo de Hartshorne, como forma de encaminhar a próxima discussão relacionada a crítica de Schaefer.

No segundo capítulo é apresentada a trajetória de Schaefer de maneira que seja destacada a discussão sobre o manuscrito. Para isso nos atentamos no seu caminho, da saída da Alemanha, a formação de seu pensamento, a sua chegada ao departamento de geografia da Universidade de Iowa. Com isso busca-se compreender o caminho trilhado da sua saída da Europa até a publicação de o Excepcionalismo na Geografia. Não sabemos a data que o manuscrito começou a ser escrito, no entanto, é suficiente entender que nesse documento Schaefer elabora com mais qualidade suas posições, assim como entender suas idéias se tornam mais compreensíveis.

Embora, tenhamos buscado explicar a geografia desses dois estudiosos, pretenderemos analisar as questões que envolvem a discussão no terceiro e último capítulo. Retomaremos, portanto, aquilo que foi a indagação inicial do estudo: entender os desdobramentos da natureza da geografia, conforme a concepção que se moldou ao longo do debate sobre a metodologia da disciplina. Por fim, buscamos explorar o movimento da produção em geografia e os questionamentos possíveis sobre o conceito de região e a concepção de espaço. Os possíveis enquadramentos da disciplina e seus conceitos serão avaliados, sobretudo, como modelos que fecham com alguma perspectiva filosófica e seu desdobramento científico. Pensamos, então, ser essencial analisar a epistemologia da geografia, bem como o princípio de paradigma na disciplina.

Capítulo I – A Trilha de Richard Hartshorne e seu Pensamento

Na geografia acadêmica estado-unidense há um consenso sobre o desenvolvimento científico da disciplina. A de que existe uma distinção marcada pelos desdobramentos da segunda guerra mundial até o período da guerra fria. Nesse caso tem-se ciência e militarismo envoltos por discursos de ruptura entre o antigo e o novo[1]. Entre essas duas épocas coincidem, também, mudanças no pensamento geográfico. Conceituações diferentes sobre região, pedra fundamental das questões em geografia, ocorreram devido o desenvolvimento científico, as mudanças e desdobramentos da ideia de ciência. O modelo de ciência geográfica produzido no calor da guerra, e no período subsequente, foi desenvolvido por um conjunto de cientistas, militares, indústria e estado, e não se deram apenas nos trabalhos empíricos e de campo, mas também nos laboratórios e nas escrivaninhas dos departamentos de geografia. Essa *big science* envolveu larga soma de dinheiro, tomou forma teórica, abstrata, matemática, frequentemente baseada em máquinas e modelos para fins específicos. Nos principais departamentos dos Estados Unidos, ficou sobre responsabilidade das engenharias e da tecnologia da informação[2]. Deste modo foi produzida uma concepção diferente de região, concebida como explicatória, teórica e instrumental, uma ferramenta para objetivos funcionais. Esse período, como visto, foi marcado pela mudança.

A ruptura concretizada nos departamentos de geografia levou a consequências sobre o dinamismo da disciplina, e nesse sentido, não se pode esquecer que a metodologia dessa ciência foi moldada por décadas. Assim, é mais do que relevante ressaltar que a o conceito de ciência e o lugar da região no interior do pensamento geográfico estado-unidense deve-se, em particular, ao trabalho de Richard Hartshorne e seu clássico raramente lido – “A Natureza da Geografia”.

A pergunta que talvez todo geógrafo estado-unidense fazia entre seus colegas ao final dos anos de 1950 poderia ser: como erguer uma ciência espacial da sociedade e como novamente conceituar a região? Com a experiência da guerra e daqueles que se envolveram no seu esforço, foi forjado um

---

[1] Barnes, T. e Farish, M. 2008. Between Regions: Science, Militarism and American Geography from WW II to Cold War. Annals of Association of American Geographers, 96, vol. 4.

[2] Calnitsky, D. Peschanski, J. A. Peterson, S. 2011. Entrevista. David Harvey. Margem Esquerda – ensaios marxistas nº 16. São Paulo, Boitempo Editorial. p. 20.

pensamento geográfico do pós-guerra, por meio de uma conceituação de ciência e de região, que fosse instrumental e aplicada. Esse período entre guerras, do ponto de vista da estratégia militar estado-unidense, a Terra pode ser entendida como um espaço generalizado, na qual, para dar força a esse empreendimento, seria necessária uma nova conceituação e prática das ciências sociais. Para levar adiante essa tarefa, considera-se uma mudança nas bases funcionalistas da geografia acadêmica, esforço que se dá de uma geografia regional e corológica para uma ciência sistemática e teórica. Não há uma mudança na compreensão tanto dos processos de acumulação econômica, como na crítica do imperialismo, seja estado-unidense ou europeu. Eventualmente estudos de geografia econômica poderiam esbarrar nos problemas de acumulação do capital, mas as teorias na qual regiam os estudos, mal podiam dar conta de tal problema[3].

Mesmo para essa ciência sistêmica e abstrata, fundada na racionalidade, foi necessário o entendimento de sua formação e coerência, ligada ao exercício das práticas do passado. Tanto a geografia tradicional e corológica não poderiam ser apagadas. O que pôde ser fator importante para a mudança foi a interdisciplinaridade do período da segunda guerra mundial. A geografia, enquanto ciência, não jogou fora todo seu escopo acadêmico, porém vislumbrava a necessidade de uma ruptura com seus argumentos corológicos e ideográficos. Andrew Pickering explica que no período de guerra, ocorreu uma abrupta descontinuidade, na qual ele chama de “regime da segunda guerra”, em que para entender a ciência, é necessário entender o período[4]. Segundo ele, a interação entre ciência e órgãos do estado estado-unidense forçaram uma mudança nas entidades disciplinares, e como resultado ocorre uma deformação, uma adulteração (*mangling*). Essa adulteração se deu pela interação mútua entre órgãos de estado e a ciência, em uma dinâmica que

[3] As teorias em geografia econômica desse período tendem a ser extremamente funcionalistas, procuram encontrar os problemas, identificar fatores e variáveis que formam as anomalias, para que soluções possam ser aplicadas. Essa é uma visão otimista da então chamada economia regional e da ciência espacial, já que muitos geógrafos alimentavam a ideia da intervenção estatal em problemas localizados. No fim disso tudo, seria possível dar ferramentas para um planejamento muito bem arranjado nos países do capitalismo central. Isso pode ser encontrado nos estudos de William Bunge, William Garrison, Brian Berry, Chauncey Harris. Harris, C. D. Geographers in the US Government, DC, during world war II. The Professional Geographer 49: 245-56.

[4] Pickering, A. 1995. The mangle of practice: time, agency and science. Chicago: The University of Chicago Press.

ocorria pela prática, conforme o trabalho em conjunto, mas que jamais poderia retornar as formas originais. Considera-se ai a inserção de máquinas e computadores, que aceleraram o processo e a dinâmica das pesquisas.

Outro termo muito utilizado nesse período de inovação tecnológica é ciborgue. Tanto Pickering como outros sociólogos e filósofos utilizam para exemplificar a conotação de fluidez e violação, pois máquinas servem para acelerar o tempo de trabalho e podem ser a qualquer momento adulteradas. Donna Haraway usa o termo ciborgue para mostrar que não são entidades puras e singulares, mas que são frequentemente violadas, múltiplas e em mudança, construídas da diversidade[5]. Haraway apenas difere de Pickering na questão de poder. Pickering se satisfaz com a adulteração que se segue no regime, a olhar o que alimenta e emerge no final das contingências, ou melhor, como se dá esse resultado das contingências. Para Haraway são identificadas grandes forças de trabalho, "[...] a construção de alianças entre humanos e não humanos na tecno-ciência molda os sujeitos e objetos, a subjetividade e a objetividade." (Haraway, 1997, p. 14), isso se dá de maneira tão ampla que cria-se um novo modo de se falar de ciência.

A geografia de Hartshorne não pode ser compreendida sem referência as particularidades da época. O argumento construído para início desse debate sobre a natureza da disciplina em Hartshorne poderia ser dado a partir da crise da geografia tradicional e ambiental nos Estados Unidos, porém, parece ser mais importante o que resultou na crise da geografia corológica. Mesmo após as mudanças exemplificadas pela sociologia do conhecimento, um longo período de reflexão sobre a teoria em geografia permaneceu em aberto. Hartshorne não inicia seu texto de modo a descrever sua teoria e método de análise[6]. Pode-se até comentar sobre sua descrição a respeito das teorias do passado e as mais recentes ao período da qual ele tratava. Espontaneamente, nas primeiras páginas, Hartshorne ecoa o desejo, o apelo pelo desconhecido e diferente: "foi para satisfazer a curiosidade do homem a respeito das diferenças do mundo, de lugar para lugar, que geografia se desenvolveu como uma

[5] Haraway, D. 1997. Modest_witness@second_millenium. Femaleman_meets_oncomouse: Feminism and tecnoscience. London: Routledge.
[6] Hartshorne, R. 1939. The Nature of Geography: A critical survey of current thought in the light of the past. Lancaster: The Association of American Geographers.

disciplina de interesse popular" (Hartshorne, 1939, p.15). O autor faz de um desejo humano seu apelo ao discurso científico que percorre todo o livro. Veja que essa referência não diz respeito apenas ao lugar e as diferenças, mas também a outras categorias geográficas, desde que sejam coerentes e contínuas.

Richard Hartshorne inicia seu tratado metodológico em geografia, ao que tudo indica por um motivo: um pedido do editor dos anais da associação dos geógrafos estado-unidenses. Em 1938, o professor Hartshorne, então da Universidade de Minnesota, viajou para Europa no intuito de fazer um estudo de campo sobre fronteiras e geografia econômica[7]. Não é necessário dizer que não foi uma boa escolha, a Europa enfrentava uma grande crise, e estudar fronteiras não foi uma boa ideia. Como descreveu Preston James, "1938 não era tempo para um geógrafo estado-unidense examinar limites e fronteiras europeias com uma caderneta, mapas e câmera fotográfica." (James, 1972, p. 418). Hartshorne passou todo seu tempo de licença em bibliotecas européias e estudou a evolução do pensamento geográfico. O resultado final foi uma série de manuscritos sobre a natureza da disciplina[8]. O mais interessante é que o editor que fez o convite, Derwent Wittlesey, segundo o próprio Hartshorne, sugeriu "uma declaração, na qual poderia ser breve." (Hartshorne, 1979, p.63).

O geógrafo, já retornado da Europa em 1939, continuou sua correspondência com Wittlesey, porém a breve declaração somente aumentava. Wittlesey, entusiasmado com o manuscrito, enviou o mesmo para uma série de geógrafos, nos Estados Unidos e na Europa. A Natureza da Geografia, assim chamado o manuscrito e já publicado, rendeu a Hartshorne muitos elogios e um convite para uma posição no Departamento de Geografia da Universidade de Wisconsin[9].

---

[7] Martin, Geoffrey. 1989. The Nature of Geography and the Schaefer-Hartshorne Debate. In "Reflections on Richard Hartshorne's The Nature of Geography", ed. J. Nicholas Entrinkin e Stanley D. Brunn, p. 69–90. AAG: Washington.

[8] Já a algum tempo, Hartshorne se correspondia com Derwent Wittlesey. A natureza da discussão era sobre as questões metodológicas da disciplina. Primeiramente, Hartshorne criticou um artigo de John Leighly – "Some Comments on Contemporary Geographic Method", na qual Hartshorne critica a falta de conhecimento prévio sobre algumas questões metodológicas.

[9] As revisões sobre os manuscritos, tanto em jornais estado-unidenses, como europeus, foram amplamente favoráveis ao discurso de Hartshorne e, em grande maioria, salientavam a necessidade duma literatura mais rigorosa e erudita. Myers, John. 1940. Review of The Nature

Antes de chegar a Universidade de Wisconsin, Hartshorne estudou em outras duas universidades e lecionou, como já descrito, na Universidade de Minnesota. Para descrever especificamente a trajetória de Hartshorne, é necessário entender um pouco sobre seu percurso. Seus estudos remontam ao tempo em que existiam cursos de geografia em muitas universidades dos EUA, e pode-se incluir ai, a *Ivy League*, grupo composto por 8 universidades do nordeste dos EUA, conhecidas pela excelência acadêmica, prestígio, seletividade e elitismo social. Essas universidades são: Harvard, Princeton, Pennsylvania, Brown, Yale, Dartmouth, Columbia e Cornell. A *Ivy League* é apenas uma conferência esportiva, muito recente, data de 1954, porém das 8 universidades, 7 remontam o período colonial, apenas Cornell fica de fora desse período e foi fundada em 1865. Todas as universidades da *Ivy League* possuem geógrafos em seus quadros, sejam nos departamentos de planejamento urbano, economia, ciências sociais, dentre outros, mas apenas Dartmouth mantém um departamento de geografia[10]. Muito já foi escrito a respeito do declínio dos departamentos de geografia nessas universidades[11], existiram uma infinidade de questões que apareceram no curso dos eventos e se repetiram de modos diferentes em outras universidades.

Richard Hartshorne concluiu o curso de matemática em 1920, na Universidade Princeton. Já nessa época, as universidades formavam geógrafos profissionais e possuíam dois caminhos bem distintos: uma análise física da geografia, baseada na força intelectual de William Morris Davis, e na geografia comercial e econômica, geralmente atribuída a Emory Johnson e seus estudantes, então na Universidade da Pensilvânia[12]. Não existe ampla literatura a respeito dos estudos de Hartshorne na graduação, porém seus artigos publicados após o

---

of Geography. The Geographical Journal 95: p. 398 – 399. Wright, John K. 1941. Review. Annals of the Association of American Geographers 35: p. 298–300.

[10] Wright, Richard. *Geography in the Ivy League*. Disponível em: www.dartmouth.edu/~geog/ivygeog.pdf. Acesso em: 17 de janeiro de 2012, p. 1-2.

[11] Cohen, Saul. 1988. *Reflections on the Elimination of Geography at Harvard, 1947-51*. Annals of the Association of American Geographers 78, p.148-151. Glick, T. F. 1988. *Before the revolution: Edward Ullman and the crisis of geography at Harvard, 1949-1950*. In *Geography in New England*, eds. Harmon, J. E. and T. J. Rickard, p. 49-62. New Britain, CT, New England-St. Lawrence Valley Geographical Society. Martin, Geoffrey. 1988. *On Whittlesey, Bowman and Harvard*. Annals of the Association of American Geographers 78, p. 152-158. Smith, N. 1987. *Academic war over the field of geography: The elimination of geography at Harvard, 1947-1951*. Annals of the Association of American Geographers 77: p. 155-172.

[12] Fellmann, Jerome D. 1986. *Myth and Reality in the Origin of American Economic Geography*. Annals of the Association of American Geographers 76, nº 3, p.313-330.

termino da graduação e início da pós-graduação, indicam um alinhamento a geografia econômica.

Segundo descreve Geoffrey Martin, autor de um memorial sobre a vida de Hartshorne, o garoto do interior da Pensilvânia sempre teve um gosto pela geografia, devido a leitura de Julio Verne na infância, porém, durante a graduação em Princeton, se dedicou a geometria e um pouco a geologia[13]. Nessa época, Hartshorne priorizou os estudos em matemática, de tal maneira, que por sua excelência, recebeu até prêmio por seus estudos na área. Foi somente após o termino da graduação, que Hartshorne se interessou mais pelas questões humanas, na qual teve acesso aos estudos de Ellworth Huntington. A Fascinação por tais questões foi tanta, que ele se correspondeu com o professor Huntington, então em Yale, e lhe informou seu afastamento da matemática para melhor desenvolver um estudo em geografia, conforme a definição de Huntington. O professor de Yale sugeriu a Hartshorne ler mais a respeito de geologia, antropologia, biologia e economia e, assim, procurar os departamentos de geografia em Columbia, Pensilvânia e Chicago. Já não era possível estudar geografia em Yale, pois o curso havia fechado em 1915.

Após a conclusão do curso e seu incipiente gosto pela geografia, Hartshorne partiu para a Universidade de Chicago. Ele não tinha contato com um curso de geografia, desde os tempos escolares e parece não ter tido alguma dificuldade. Esteve presente nos cursos de antropogeografia de Ellen Semple, bem como nas aulas de geografia política de Derwent Whittlesey e, como sugerido por Huntington, assistiu e estudou ecologia, fisiografia, e demais cursos de geografia física. Pela primeira vez, nas aulas do chefe do departamento, Harlan Barrows, Hartshorne tomou conhecimento da história, filosofia e metodologia da disciplina. No curso de geografia regional e sobre o meio na qual Chicago estava inserida, Hartshorne se envolveu com as questões econômicas, em que pode definir a sua tese de estudo, sobre o tráfego no lago e no rio Chicago, sob a orientação de Wellington Jones. Durante sua permanência em Chicago, ele investigou, ainda que de modo bem incipiente a natureza da geografia, mas

[13] Martin, Geoffrey. 1994. In Memorian: Richard Hartshorne, 1899-1992. Annals of the Association of American Geographers 84, nº 3, p. 480–492.

isso se dava por meio de um grupo de dois estudantes e o professor Barrows, na qual investigavam a “geografia como ecologia humana”.

Sua tese de doutorado estava completa em 1924, com o título, “*The Lake Traffic of Chicago*”, e por um tempo Hartshorne permaneceu nessa linha de pesquisa. O artigo publicado por ele, nos Anais da *AAG*, em 1927, resultado de sua participação no encontro anual da *AAG* na Filadélfia, trata de descrever sua tese, porém, com aprimoramentos no que tange a participação das indústrias metalúrgica e siderúrgica. O artigo tem como tema, discutir a distribuição da indústria do ferro e do aço, bem como o tráfego no lago de Chicago[14]. Primeiramente, Hartshorne tem como objetivo, descrever fatores que influenciaram na localização das indústrias e, nesse entendimento, compreender o que determina a instalação de novas fábricas. Nesse artigo, Hartshorne indica uma análise realizada por meio de uma metodologia geral, em que dados econômicos pudessem auxiliar, no que para ele, seria da alçada do geógrafo. Não que outros especialistas pudessem fazer, mas que foram deixadas a cargo do geógrafo[15]. Sobre tal questão, Jerome Fellmann em estudo sobre o início da geografia econômica estado-unidense, resalta que a disciplina somente era estudada, como um auxílio aos estudantes de economia e tratava da distribuição do comercio e da indústria. A “geografia econômica, como tema, foi introduzida nas universidades estado-unidenses, não pelos geógrafos, mas por economistas, no intuito de satisfazer suas atuais necessidades.” (Fellmann, 1986, p. 314). Essa temática em geografia econômica, não era levada, em toda sua plenitude, ao máximo de rigor acadêmico por Emory Johnson e seus estudantes. Johnson na Universidade da Pensilvânia, não exercia a mesma liderança de Davis em Harvard, tanto que a disciplina foi tocada apenas pelos estudiosos, mas nunca como algo institucionalizado dentro da universidade em questão.

---

[14] Hartshorne, Richard. 1927. *Location as a Factor in Geography*. Annals of the Association of American Geographers 17, nº 2, p. 92–99.

[15] *“Such estudies of manufactoring have indicated a need for a general method by which we may determine the importance of the various factors which have influenced the location of manufacturing plants in particular places or districts where they are founded – and which should determine the location of new plants. Consultation with economists and a brief survey of the literature in economics indicate that this task has been left to someone else – I have presumed, to the geographer”*. Hartshorne, Richard. 1927. *Location as a Factor in Geography*. Annals of the Association of American Geographers 17, nº 2, p. 92.

O artigo de Hartshorne não é apenas um estudo descritivo, porém ressalta as diferenças expostas por Fellmann, no que diferencia os conceitos em geografia, e em economia. Hartshorne desenvolveu mais criteriosamente suas idéias na Universidade de Minnesota, recentemente fundada e, sob indicação do professor Barrows, ele pode se estabelecer nesse departamento como professor (*instructor*). Lá permaneceu por 16 anos e pode, aos poucos desenvolver suas idéias em geografia política e econômica. Os artigos publicados por ele no tempo em que permaneceu em Minnesota representam um pouco o que era a geografia estado-unidense no período. Os estudos mostravam forte influência das características de uma dada localização, pela utilização de estatística e economia regional. Não era algo exatamente novo, pois geógrafos alemães, como Alfred Weber e Walter Christaller, bem como economistas estado-unidenses, já utilizavam tais procedimentos, porém a geografia as tomou como uma extensão lógica da disciplina e, ao menos, serviu para afastar o exuberante determinismo ambiental, da qual ainda se fazia presente.

Alguns estudos em geografia econômica fizeram florescer outras preocupações em Hartshorne, primeiramente sobre seu interesse em geografia política e, em seguida a respeito da história, natureza e escopo da geografia política. O professor Hartshorne tinha um bom conhecimento da língua alemã e isso possibilitou uma bolsa para visitar a Alemanha. Ele se aprofundou no estudo das questões políticas em geografia e, em sequência publicou um artigo nos Anais, fruto do interesse da geografia política do império alemão[16]. Nota-se que, Hartshorne gradualmente se insere no mundo da história e da filosofia da disciplina. Após a publicação de seu texto sobre política e fronteira na Silésia, ele publica junto com Samuel Dicken, uma pesquisa que aglomera seus estudos em tipologia, economia e localização, com seu crescente interesse em geografia política[17]. Em 1936, Hartshorne inicia sua mutua correspondência

[16] Hartshorne, Richard. 1933. *Geographic and Political Boundaries in Upper Silesia*, Annals of the Association of American Geographers 23, nº4, p.195–228.
[17] Hartshorne, Richard. 1934. *A Classification of the Agricultural Regions of Europe and North America on a Uniform Statistical Basis*, Annals of the Association of American Geographers 25, nº 2, p. 99–120.

com Alfred Hettner[18], e a fim de entender melhor a contribuição geográfica germânica, se aprofunda mais na língua alemã. No *The Nature*, Hartshorne expõe que, nesse momento, por volta de 1935, ao menos nos Estados Unidos, os cientistas políticos estavam mais receptivos a natureza política das fronteiras e das regiões econômicas, do que os geógrafos[19].

Para Hartshorne, a falta de compreensão sobre questões do âmago da geografia, tornava sem propósito o entendimento de qualquer geografia, seja política, regional, econômica, ou mesmo física. Existiam a época nos Estados Unidos, dois grupos sólidos na pesquisa em geografia, ambos possuíam seus líderes que advogavam a favor de suas causas. Para Hartshorne, assim como Whittlesey e Bowman, não era nada afável discutir sobre geografia política[20]. Um grupo era liderado pelos discípulos de William Morris Davis, agora não mais agregados, somente em Harvard e o outro por Carl Sauer em Berkeley, na Califórnia. Existiam ainda o estudo mais voltado ao determinismo ambiental ao estilo de Ellen Semple e Ellsworth Huntington e, também, uma geografia orientada pela ecologia humana, na qual Chauncy Harris e Edward Ullman escreveram obras de referência para os estudos urbanos, com destaque na Universidade de Chicago[21]. O estudo de Davis, a respeito da geografia física, envolvia a disciplina em 3 ciclos geográficos, também conhecida como teoria do ciclo geográfico da erosão ou, mais simplesmente, teoria de Davis. De modo

---

[18] Alfred Hettner to Richard Hartshorne, February 6, 1936. (R.H.). American Geographical Society Library. Archives of The Association of American Geogrphers / Part II – Papers of Richard Hartshorne, Box 195.

[19] Hartshone exemplifica que a geografia, como se entendia a época, procurava muito mais as feições naturais do que propriamente a natureza política dos fatos: *"Thouht the new geography found its basis in physical rather than political features, it did not exclude the specific problem of political geography, as we understand the term. On the contrary, one of its claims was that it provided a firmer foundation of the study of that field than had a geography which constituted little more than political and historical geography"* (p. 47). Ele ainda argumenta que os limites e fronteiras naturais, se desenvolveram como uma feição da geografia física, para a geografia política e para a prática da política. Hartshorne, R. 1939. The Nature of Geography: A critical survey of current thought in the light of the past. Lancaster: The Association of American Geographers, p. 47–48.

[20] Whittlesey se tornou estudioso das questões que envolviam a geopolítica, porém preferia chamar de geoestratégia, para que não houvesse associação com a geopolítica nazista. Já Bowman, escreveu em 1921, uma espécie de manual em geografia política – The New World Problems in Political Geography. Bowman possuía peso significativo nos encontros da AAG, fora presidente da Universidade John Hopkins e também conselheiro chefe do presidente Woodrow Wilson na conferência de Versalhes. Bowman, Isaiah 1921. The New World Problems in Political Geography. New York: World Book Company. Whittlesey, Derwent. 1939. The Earth and The State: A Study of Political Geography. New York: H. Holt and Company.

[21] Harris, C. Ullman, E. 1945. The Nature of cities. Annals of The American Academy of Political and Social Science, vol. 242, nov. p. 7-17.

breve e como conhecido, Davis definiu a disciplina em 3 ciclos: juventude, maturidade e velhice. Conforme Christofoletti, Davis definiu os conceitos da geomorfologia, e seguramente, seguiu critérios que pudessem integrar e sistematizar a disciplina, Davis:

> "[...] deu coesão e vitalidade a esses conceitos, sua contribuição pessoal consistiu essencialmente em integrar, sistematizar e definir a sequência normal dos acontecimentos num ciclo ideal e procurou uma terminologia para uma classificação genética das formas de relevo terrestre, como apoio para sua descrição." (CHRISTOFOLETTI, 1974, P. 160-161).

O estudo da geografia física foi base para uma geografia cultural alemã. A paisagem, como conceito acadêmico de interesse geográfico, foi primeiramente estudada por geógrafos alemães como Otto Schluter, Siegfried Passarge e Hans Spethmann[22]. Combinava duas formas de paisagem: paisagem original, ou paisagem existente antes das grandes transformações humanas e; paisagem cultural, esta definida pela cultura. Schluter definia a geografia como uma ciência da paisagem e que seu maior desafio era traçar as mudanças nessas duas paisagens.

Os ataques mais fortes, sem dúvida, vinham de Carl Sauer. Alinhado com a geografia cultural alemã, o geógrafo da costa oeste procurou descrever o alicerce da geografia por meio de uma posição fenomenológica. Talvez, sua obra mais importante tenha sido "A morfologia da paisagem", na qual Sauer estabelece as bases para o estudo das paisagens culturais[23]. Em associação com o pensamento geográfico alemão em evidência, ele concebia o estudo de fenômenos, conforme a associação entre uma e outra paisagem, sem nunca deixar de lado, os aspectos físicos do ambiente. Essa idéia fenomenológica

---

[22] O estudo da paisagem como conceito foi construído por acadêmicos alemães desde 1910, assim que a geografia era requisitada como disciplina dos estudos secundários. Alfred Hettner se opôs a uma metodologia em geografia que considerasse a disciplina, em sua forma mais elementar, vinculada a paisagem, ainda mais que essa era severamente atrelada as formas físicas e do ambiente natural. Francis Harvey e Ute Wardenga (1998, p. 134-135) pesquisaram sobre os posicionamentos de Hettner, da qual colocou ele em situação secundária e de lado na academia alemã. Assim como sua metodologia foi mal compreendida, ele também foi taxado: "[...] *Hettner was written off by most german academic geographers as liberal positivist. He was no longer an autority for orientation* (…)". Hettner foi menosprezado por geógrafos alinhados ao partido nazista, tanto Schlutter, Passarge, Banse e Spethmann, formaram uma disciplina em torno da idéia de paisagem e, como bem relacionados ao partido, dominaram a acadêmia. Harvey, F. Wardenga, U. 1998. The Hettner-Hartshorne Connection: reconsidering the process of reception and transformation of a geographic concept. Finisterra 65, p. 131-140.

[23] Sauer, C. 1925. *The Morphology of Landscape*. University of California Publications in Geography, vol. 2, nº 2, p. 19-53.

associava a disciplina a aspectos físicos e, particularmente relacionados a ordem dos sentidos. Conforme Sauer (1925, p. 25), a tarefa da geografia,

> [...] se concebe por estabelecer um método crítico em que abarca a fenomenologia da paisagem, com o propósito de compreender, em todos os significados e impressões, a variedade do cenário terrestre, [...] o cenário inclui o trabalho do homem, como uma expressão integral da cena. (SAUER, 1925, p. 25).

Sauer era crítico do determinismo ambiental, teoria principal quando iniciou seus estudos. Ele tinha uma posição diferente, chamada de morfologia da paisagem que, com passar do tempo, se consolidou como geografia cultural. Essa abordagem de Sauer envolvia uma reunião de dados sobre o impacto humano na paisagem ao longo do tempo. Por tal, também é associada a história cultural. Sauer rejeita o positivismo e compreende como seu alicerce filosófico, o particularismo histórico, devido a sua influência da antropologia estado-unidense[24]. O particularismo argumenta que cada representação possui um passado único. Por vezes, Sauer em seus textos, parece criar um ambiente próprio para florescimento da geografia cultural, todo apoiado nessa espécie de organicismo cosmológico germânico.

Está claro que, nos relatos de Sauer, e de outros escritos da época, fora permitido nada ou muito pouco para a geografia política. Subentende-se que a geografia da época está associada com o que se podia ver, sentir, cheirar, ou seja, o que era fisicamente aceitável. Mas Hartshorne estava preocupado com o que se escrevia a respeito das categorias e metodologia em geografia, embora Sauer fosse extremamente bem relacionado no círculo acadêmico, ainda assim era considerado um grande estudioso do tema e, não se podia dizer, sob o ponto de vista de Hartshorne, o mesmo a respeito de alguns estudos sobre a questão. Um artigo que mobilizou Hartshorne a escrever sobre essa temática foi uma publicação de 1937 de John Leighly com o título de "Some Comments on Contemporary Geographic Methods"[25]. Esse artigo era um empreendimento contra alguns conceitos predominantes em geografia regional, e fora a razão para o início da escrita de "*The Nature*", ainda sem

[24] Parsons, J. 1979. The later Sauer years, Annals of Association of American Geographers, 69, p. 1-15. Williams, M. 1983. The Apple of My Eye: Carl Sauer and Historical Geography. Journal of Historical Geography, 9, p. 1-28.

[25] Leighly, J. 1937. *Some Comments on Contemporary Geographic Method*. Annals of The Association of Americans Geographers 27, p. 125–141.

nome e escopo definido. Conforme Geoffrey Martin, foi sugerido por Whittlesey, que Hartshorne aumentasse o ensaio e,

> [...] embora ele tivesse arrumado uma saída sabática da Universidade de Minnesota e planejado de novo uma viagem a Europa, da qual iria poder empreender sobre um trabalho maior sobre geografia política [...], ele estava muito empolgado com a ampliação do artigo, que possuía nome provisório de "*The Nature of Geography*". (MARTIN, 1994, p. 484).

Whittlesey, como presidente da AAG garantiu a Hartshorne que o artigo seria publicado, mesmo que o combinado fosse um artigo de 60 páginas. O que tudo indica, a meta original não era fazer um relato extenso, pois Hartshorne estava lá pela geografia política da bacia do Danúbio, entretanto, devido as condições políticas da época, teve de deixar de lado o plano original e frequentar mais assiduamente as bibliotecas de Viena. É ai que surge a oportunidade de aumentar o artigo sobre a natureza da geografia. Quando retorna aos Estados Unidos o artigo possuía mais de 500 páginas, "*The Nature of Geography: A Critical Survey of Current Thought in The Light of The Past*" fora publicado em dois números dos Anais no ano de 1939, posteriormente seria publicado em forma de livro. *The Nature* é daquele tipo de livro raro que marca a disciplina, se torna parâmetro e mesmo depois de muito tempo, ainda cria polêmica. É uma obra perene que resiste ao tempo e a indiferença do lugar.

Parte 1.1 – A Análise Referente a de "*The Nature of Geography*"

As fundamentações e escopo da disciplina até o final dos anos de 1930 podem todas, salvo poucas exceções, serem encontradas e descritas no artigo/livro de Hartshorne. Ele descreve e discuti o que os geógrafos, tanto dos Estados Unidos como na Europa tinham pesquisado, debatido e realizado. No entanto, o trabalho ainda é considerado um tratado metodológico, da qual Hartshorne nunca quis que fosse considerado[26]. *The Nature*, não é de fácil leitura e não teve a pretensão original de ser compreensivo, o livro, ao em vez disso, possui como meta mostrar o caminho trilhado por uma quantidade enorme de pensadores e as impressões que lhes tinham deixado. Ressalta-se ainda que

[26] Para Hartshorne, o livro dizia respeito a o que outros pensavam ser a geografia, e não o que ele pensava ser, o que era ou deveria ser a disciplina. Embora ele tenha se infiltrado em diferentes vertentes, escreveu o texto como um guia e teve como base a leitura de vários autores. O texto possui muitas citações de geógrafos alemães, britânicos, franceses, suecos, vários outros europeus, bem como estado-unidenses. Martin, Geoffrey. 1994. *In Memorian: Richard Hartshorne, 1899-1992*. Annals of the Association of American Geographers 84, nº 3, p.480-492.

todos os pensadores mencionados, parafraseados, discutidos e citados o foram por apenas um sentido: um esforço em contar o que muitos geógrafos, especialmente do século anterior, pensavam ser a tarefa deles.

Para muitos o livro faz da corologia o principal argumento encontrado na geografia estado-unidense dos anos de 1930[27]. A questão da natureza da geografia, sua história e seus métodos, não era objetivo principal de qualquer geógrafo nos Estados Unidos na primeira metade do século XX, isso pode ser conferido em pesquisa nos Anais da AAG, década por década. Fica muito claro que os pesquisadores mantinham comprometimento com suas linhas de trabalho, seja geografia política, a geomorfologia, geografia urbana e assim por diante. Vez ou outra é solicitado a um pesquisador investir sobre um artigo a respeito da história da disciplina e suas correntes de pensamento. Em 1942, por exemplo, foi pedido a Griffith Taylor, explorador de renome, discursar sobre a controvérsia entre possibilismo e determinismo[28]. Conhecido por ser pesquisador da influência do meio ambiente sobre a cultura e o desenvolvimento urbano, Taylor escreve esse artigo no sentido não só de explicar as diferenças ou primazia de uma corrente sobre outra, mas de esclarecer que em áreas menores ou lugarejos, o possibilismo mostra melhor resultado. Esse diagnostico de Taylor é um exemplo do que acontecia na época, ou seja, um ecletismo muito pouco respaldado por verdadeiro estudo sobre a questão, da qual pouco comprometimento tinha com definições sobre conceitos e categorias da geografia.

O que mantinha um maior debate sobre definição de conceito e categorias na geografia era o debate sobre região. Nos Estados Unidos esse debate chega na década de 1930, principalmente pelas questões de localização e funcionalidades de uma dada região sobre forte influência da economia. Como já comentado, os primeiros estudos de Hartshorne eram pesquisas de economia regional e funcionalidade das áreas industriais. As ciências sociais já reconheciam, via escola de Chicago, a questão do regionalismo, embora, enquanto conceito sociológico e disciplina de estudo, a região era definida

[27] Barnes, Trevor. 2001. In the beginning was economic geography – a science studies approach to disciplinary history. Progress in Human Geography 24, 4, p. 521-544.

[28] Taylor, Griffith. 1942. *Environment, Village and City – A Genetic Approach to Urban Geography; with some reference to possibilism*. Annals of The Association of American Geographers 32, 1, p 1-67.

como algo ligado a uma área geográfica culturalmente homogênea e maior que uma simples comunidade[29].

Em *The Nature*, Hartshorne reconhece a unicidade do conceito de região, mas não o faz sem antes debater os antecedentes do que viria a ser uma conceituação geográfica. Primeiro ele descreve o conhecimento produzido em geografia, sua proposta de estudo e a necessidade de um levantamento histórico. Vê-se no livro que antes de ser justificada a geografia enquanto ciência, Hartshorne explora o desenvolvimento histórico da disciplina e, em um único capítulo, outras vertentes de geografia que fugiram ao escopo principal[30]. Essas outras vertentes, que para Hartshorne eram apenas anomalias ou desvios de uma concepção geral de geografia, tentavam retirar o homem do cerne da disciplina e para isso atacavam a natureza dela.

Embora existam definições gerais de ciência, Hartshorne acredita que é muito difícil uma concordância, entre os geógrafos, na conceituação de um campo particular do conhecimento, isso nas bases dessa definição geral. Ele não faz essa análise, de modo a levar em consideração a perspectiva corológica, tanto relacionada a ele, porém ao que os geógrafos fizeram. A questão da natureza da ciência é:

> [...] mais filosófica do que uma questão científica. Que cientistas, tal como, não são qualificados para responder isso, é refletido na ampla dimensão de respostas que diferentes cientistas proporcionam. Pode ser muito grande o desacordo junto aos geógrafos nas suas visões, em consideração a um próprio escopo da geografia, as diferenças nesse ponto podem ser relativamente pequenas, com aquelas que aparecem quando eles tratam de estabelecer o que ciência é no geral. (HARTSHORNE, 1939, p. 108).

Essa questão, que concerne a definição do escopo e natureza da geografia, é ressaltada por Hartshorne em diversos momentos do livro e, como já comentado, ele não o faz sem introduzir de maneira retrospectiva, a história da disciplina. Os três primeiros capítulos tratam dessa temática, a natureza da

---

[29] Taylor, Russell. Whittlesey, Derwent. 1941. *Titles and Abstracts of Papers, New York City*. Annals of the Association of American Geographers 32, 1, p.98.

[30] No Capítulo III, Hartshorne descreve as tentativas de construção duma ciência geográfica, a levar em consideração a formação de um campo particular de conhecimento, nas bases de uma definição geral de ciência. Ele se atenta as definições da geografia como ciência do planeta terra, ciência das relações e ciência das distribuições. Hartshorne, R. 1939. The Nature of Geography: A critical survey of current thought in the light of the past. Lancaster: The Association of American Geographers, p. 102-129.

disciplina de acordo com seu desenvolvimento histórico. Diversos geógrafos relatam que essa foi uma forma que Hartshorne encontrou para ter respaldo acadêmico junto a AAG, outros descrevem que o texto se assegura, metodologicamente, devido a sua erudição respaldada no primeiro, segundo e terceiro capítulos[31]. A partir do capítulo IV – que trata da geografia enquanto ciência corológica – é posto um debate muito mais acentuado e discutível do empreendimento pesquisado por Hartshorne. É dito, conforme a história da geografia, que ali residiu um impasse entre os geógrafos dos Estados Unidos, entre fazer uma ciência puramente descritiva, ou uma ciência que compreendesse os processos no espaço e no tempo[32].

O "puramente descritivo", para muitos geógrafos seria a escolha metodológica da diferenciação de áreas da superfície da terra, como um objetivo da investigação geográfica, conforme exemplifica David Harvey[33], porém como Hartshorne explicaria, isso apenas proporcionava uma função para a geografia, caso essa ciência não necessitasse de maiores soluções a respeito de sua vitalidade enquanto ciência. O argumento que Hartshorne parece sustentar não diz respeito se a diferenciação de áreas é válida ou não, mas que os geógrafos a fizeram por muito tempo e, até a escrita do livro, ainda era feita. Segundo Hartshorne a geografia enquanto estudo corológico, ou corográfico (ele não faz distinção entre um termo e outro) sempre:

> [...] encontrou sua justificação no desejo comum que as pessoas tinham em conhecer quais outras partes do mundo são similares, tal como história encontra ampla justificação no desejo comum em saber o que aconteceu e quais coisas são similares no passado. (Op. cit., p. 129).

Não se pode argumentar que isso soa incoerente, insensato, ou mesmo inconcebível. Esse objetivo, aparentemente tautológico, pode ser tratado apenas desse jeito, de maneira simples, mas ele não contém nenhuma

---

[31] Barnes, T. e Farish, M. 2008. Between Regions: Science, Militarism and American Geography from WW II to Cold War. Annals of Association of American Geographers, 96, vol. 4. Smith, Neil. 1989. Geography as Museum: Privative History and Conservative Idealism in The Nature of Geography. In: Reflections on Richard Hartshorne's The Nature of Geography. Occasional Publication of the Association of American Geographers. Eds: J. Nicholas Entrikin e Stanley D. Brunn. Washington: AAG, p. 89-120. Ullman, Edward. Human Geography and Area Research. Abstracts of papers presented at the 48th Annual Meting of The Association, Washington, D. C., August 6-7, 1952.

[32] Harvey, David. 1974. Modelos da Evolução dos Padrões Espaciais na Geografia Humana. In: Modelos Integrados em Geografia. Eds: Richard Chorley e Peter Haggett. Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. e EDUSP: Rio de Janeiro, p. 101-102.

[33] Harvey, David. 1973. Explanation in Geography. Edward Arnold: London, p. 3.

contradição inerente. O que se pode argumentar é que esse objetivo não é valoroso, pois além de vago, não demonstra as escolhas que os geógrafos fazem em uma investigação. Tão pouco, nesse momento, parece ser o objetivo de Hartshorne demonstrar essa polêmica.

Hartshorne descreve essa característica de estudo da geografia, desde o senso comum até as particularidades acadêmicas, como excessivamente complicadas, "[...] caso sejam pensadas da ciência especializada, na qual lidam com uma classe restrita de fenômeno" (Op. cit., p. 130). No entanto, mesmo desse jeito, permitiu que o problema não fosse evitado, e que, a quebra dela em várias ciências não se tornasse realidade, mesmo que em alguns momentos a intenção fosse eliminar a geografia[34]. As várias tentativas de retirar o homem do âmago da disciplina e as inúmeras teorizações sobre formação de uma geofísica, geologia (por meio da geomorfologia), hidrologia, por meio da geografia, levou Hartshorne, como exemplificado no Capítulo 3, a relatar esses caminhos como divergências e anomalias. Como ele descreve, esses devaneios já faziam provocar as origens filosóficas da disciplina na Europa:

> Era fraco ainda, mas já se fazia necessário escutar o eco do grande filósofo. Geografia física, um resumo geral da natureza, incluindo como a muito temos notado, o homem, é a base da história e de outras geografias possíveis. (Op. cit., p. 107).

Hartshorne relata que Ratzel e Richthofen descreveram muito a esse respeito, no intuito de denunciarem essa fragmentação do campo a partir da retirada do homem, pois ambos conheciam a geografia física de Kant[35]. Apesar desses geógrafos fazerem um esforço para que o campo não fosse mutilado, parecem ter ressuscitado outro problema: o dualismo entre geografia sistemática e regional. Embora houvesse muita discussão a respeito da geografia do homem e da natureza, rastreada desde Varenius, o problema se modificou como um

[34] "But this mandate permits of no avoidance of the problem; to attempt to break the Field up into separate, specialized parts is not to create various other science but to eliminate geography". Hartshorne, R. 1939. The Nature of Geography: A critical survey of current thought in the light of the past. Lancaster: The Association of American Geographers, p. 131.

[35] "Ratzel might have said as much, and Richthofen in fact did. At about the same time, Sapper inform us, Gerland planned to write four great works: geophysics as the geography of inorganic earth, the geography of plants, the geography of animals, and sociology as the geography of man". Hartshorne, R. 1939. The Nature of Geography: A critical survey of current thought in the light of the past. Lancaster: The Association of American Geographers, p. 107-108.

problema da metodologia da geografia, que remonta principalmente a Kant e Humboldt. Como já bem conhecido pela literatura da história do pensamento geográfico, tanto Kant como Humboldt definiram como geografia física, os estudos clássicos de geografia geral de Varenius, e atribuíram todas as pesquisas de feição genérica, na qual o homem está incluído, no campo da geografia física[36]. A partir do último quartel do século XIX, segundo os estudos de Hettner, verificava-se entre os geógrafos alemães um equilíbrio entre a necessidade dos estudos de geografia geral, ou sistemática, e os estudos de áreas ou regional[37].

Em The Nature, Hartshorne faz uma exposição sobre a importância do trabalho de Ratzel a respeito do estabelecimento da geografia humana e sistemática, na qual esse geógrafo pode especificar alguns critérios metodológicos[38]. Entretanto, a pesquisa de Ratzel na Alemanha, não teve o mesmo efeito alcançado em outros países como Estados Unidos, França, Reino Unido entre outros. Para Hartshorne, há grande importância metodológica e valor significativo na sistematização de Ratzel para o estabelecimento da geografia moderna, pois concebia critérios para os estudos regionais e principalmente para a geografia política. Para alguns cientistas, "O trabalho de Ratzel possui mais conhecimento sobre o Estado, do que toda literatura da ciência política nos últimos 100 anos." (Op. cit., p. 122). A tirar esse exagero, é reconhecido de modo universal que Ratzel estabeleceu as fundações de um ramo particular na geografia moderna. Conforme Richard Peet, Ratzel estava bem situado, em

[36] Varenius definiu como geografia geral parte da ciência que estuda a Terra de maneira ampla, na qual podem ser descritos os fenômenos que a afetam. Seriam então os fundamentos e leis gerais da geografia, que poderiam ser aplicadas aos estudos particulares, na qual segundo Varenius seria a geografia especial. Conforme Hartshorne, Kant e Humboldt apenas mudaram o nome "geral"por "física". "In modern geography, most discussions can be traced back to the classic work of Bernard Varen (Varenius) of 1650. Using terms which one more of his predecessors had used, Varen defined "general geography" as the part of science which "studies the Earth in general, describing its various divisions and phenomena which affect it as a whole". Hartshorne, Richard. 1960. Perspectives on the Nature of Geography. Chicago: Randy Mcnally. P. 108.

[37] "In consequence of those debate, (…) there was general agreement among german geographers at the turn of the century that the studies by elements and by areas were equally necessary and important in geography". Hartshorne, Richard. 1960. Perspectives on the Nature of Geography. Chicago: Randy Mcnally. P. 110.

[38] O trabalho a qual Hartshorne se refere é a Antropogeografia de Friedrich Ratzel. Hartshorne, R. 1939. The Nature of Geography: A critical survey of current thought in the light of the past. Lancaster: The Association of American Geographers, p. 121.

posição de estabelecer a base de uma geografia moderna e científica, pois possuía bons estudos em geologia, zoologia e anatomia comparada[39].

Apesar do esforço metodológico de alguns geógrafos, uma confusão é estabelecida quando novas teorias a respeito da região aparecem. Aparentemente, alguns geógrafos começam a descrever a região como reais unidades de área, na qual toda uma reformulação de conceitos gerais é posta e estabelecida. Essa unidade de área possui leis e princípios gerais totalmente independentes da geografia sistemática, na qual, segundo Hartshorne, essa ciência sistemática das regiões, "[...] como âmago da geografia, relegou a geografia sistemática ou geral a um nível inferior, senão afastando-a inteiramente do campo da disciplina." (Hartshorne, 1960, p. 110).

A análise que Hartshorne faz desse passado recente a ele, é sem dúvida, importante por que conecta pontos distintos na história da disciplina. A análise não parte da exposição do caráter dual ou do dualismo na disciplina, como forma de explicação da metodologia e dos procedimentos adotados pelos geógrafos. Como descreve Paulo C. da Costa Gomes, "[...] Hartshorne nos fala de uma profunda "dicotomia metodológica." (Gomes, 1996, p. 91), mas não é essa dicotomia que explica a natureza da geografia. A transmutação da geografia geral em física, e depois, em sistemática e, do mesmo modo, da geografia especial, em idiográfica e, a seguir em regional, não trata da problematização da natureza da disciplina, muito embora possa revelar algo sobre a disciplina, mas revela problemas metodológicos que é inerente a geografia moderna. O fato dessa tradição de estudo a cerca do dualismo na geografia ser já bem relatada nas pesquisas em história da geografia permite refletir que a geografia sempre buscou uma unificação daquilo que poderia ser considerado uma tradição da ciência natural, com a tradição descritiva e histórica. O problema do dualismo não se limita a geografia e diz respeito a legitimidade do discurso científico.

A formulação da idéia de natureza da geografia, em Hartshorne, repousa sobre a unidade dos estudos em geografia, o que remete a posição dela entre as

[39] Peet, Richard. 1985. The Social Origins of Environment Determinism. Annals of The Association of American Geographers 75, 3, p. 316.

ciências, e os procedimentos adotados para essa unidade. A pergunta sempre repetida por ele, “o que os geógrafos tem feito?”, sujeita-se a metodologia da abordagem científica geográfica. Ao formular sua hipótese é considerado os argumentos de Hettner e, ao seu modo, esses são ponderados conforme seu ponto de vista:

> Mas Hettner lembra-nos que nenhum ramo da ciência é na realidade uma ciência separada e distinta. Há somente uma ciência, em que as limitações humanas impelem-nos em dividir mais ou menos de maneira arbitrária. A classificação dessas partes da ciência envolve, portanto dificuldades similares naquelas em que encontramos em classificar áreas do mundo, na qual são simples partes de um todo. (HARTSHORNE, 1939, p. 368).

O exame desse estudo, na qual se refere ao lugar da geografia entre as ciências, leva a argumentação sobre as bases filosóficas desse tipo de argumentação. A análise se direciona ao posicionamento da abordagem, na qual coloca a geografia em um ramo distinto, mas compartilhado por outras ciências. Vê-se então, o fortalecimento de uma idéia, que para Hartshorne, é a posição tomada pela maioria dos geógrafos alemães:

> Se examinarmos comparativamente as diversas ciências, verificaremos que embora o caráter unitário de muitas seja determinada pela matéria estudada, isso não é verdadeiro quanto a todas elas; em algumas ciências, a unidade remete ao método de estudo. A geografia pertence ao segundo grupo. Do mesmo modo que a história e a geologia histórica estudam o desenvolvimento do homem e da natureza da terra por meio do tempo, assim também a geografia procede do ponto de vista da diversidade das áreas. (Op. cit., p. 173).

Essa é uma declaração de “independência metodológica” originada nos últimas décadas do século XIX. No Capítulo XI de *The Nature*, concede-se uma explicação a respeito de algumas formulações filosóficas, na qual permitem uma breve compreensão das concepções gerais em que a pesquisa se fundamentava. O livro é quase sempre retratado como um tratado de geografia apoiada na filosofia neokantiana, por que Hartshorne retrata um período na qual o argumento de geógrafos alemães, notadamente Hettner, reivindicava a geografia como uma ciência idiográfica, mais do que nomotética[40]. Os filósofos e historiadores Windelband, Dilthey e Rickert, escolheram diferenciar aqueles tópicos em que consideravam como sendo suscetíveis ao método idiográfico (a

[40] Harvey, David. 1973. Explanation in Geography. Edward Arnold: London, p. 50.

exploração de conexões particulares), e aquelas em que foram ligadas ao estabelecimento de generalizações com características nomotéticas.

Assim, Hartshorne ajusta seu estudo sobre os procedimentos em geografia, conforme o escopo dado por uma filosofia menos analítica e mais historiográfica. A característica do livro se refere mais com a forma da proposta, do escopo e da natureza da disciplina, do que com os objetivos de tais procedimentos, embora faça boas explicações metodológicas. David Harvey faz hábil descrição do livro, quando relata que,

> "[...] não era intenção de Hartshorne examinar os conceitos da filosofia predominante e a explicação geográfica. [...] Há, não obstante, uma boa discussão em *The Nature* que versa sobre a explicação, simplesmente por que o objetivo de determinadas escolhas, algumas vezes implicam em explicações de determinados padrões. (HARVEY, 1973, p. 64).

Ainda assim é interessante o exame da posição metodológica de Hartshorne, já que seu discurso sempre fica amarrado ao que os geógrafos tinham feito no passado. Apesar da retórica e da abordagem histórica, muitas vezes exagerada, é empolgante a pesquisa de Hartshorne sobre o objetivo, a meta e a proposta da geografia. De certo modo, parece haver uma ansiedade em descobrir e explicar diferentes regiões, bem como as descrever. Enquanto poucos geógrafos se posicionavam, e isso deve ser levado em conta, a maioria das geografias descritivas, do passado e atualmente em uso, de fato, apenas revelam a posição formadora, porém evitam qualquer argumento sobre a proposta da geografia. A conclusão considerada cuidadosamente por Hartshorne, foi adaptar o estudo da geografia com a inter-relação de fenômenos na superfície da terra e a sua diferenciação de área, para dar compreensão ao mundo. Conforme descrito por Minshull, "a diferenciação de área abrange as diferenças regionais onde elas existem, mas a proposta é a compreensão do mundo, não uma caçada por região." (Minshull, 1971, p. 14).

A concepção de geografia de Hartshorne era de que ela é uma ciência, embora fosse diferente do que ele diversas vezes chamou de "ciência exata", "ciência natural" ou "ciência sistemática". Na mais kantiana das razões, Hartshorne entendia a disciplina como ciência, por que proporcionava conhecimento objetivo e organizado. Isso deve ser assim, por que a geografia se refere "[...] a todos os dados na superfície da terra" (Hartshorne, 1939, p. 372). Não parece

ser nada simples, mas o fato é que esses dados precisam ser organizados. Para Hartshorne, essa organização só pode ser feita corológicamente por meio da geografia regional:

> Os dados na superfície da terra devem ser organizados de maneira regional, [...] a última proposta da geografia, o estudo da diferenciação de áreas do mundo (corologia) é mais claramente expresso na geografia regional. (Op. cit., 468).

Hartshorne descreve por meio de grande quantidade de fatos e artigos publicados, a maneira como os geógrafos desenvolviam a idéia de região. Quando ele explica o modo como as regiões são construídas, nota-se elementos abstratos, mais do que propriamente físicos para a formação dessas:

> [...] entidades somente em nosso pensamento, embora elas possam dar alguma base a organização do nosso conhecimento da realidade. Mas isso não faz a geografia regional fútil. Sejam quais forem os limites das regiões, sempre ainda temos a possibilidade de determinar como elementos particulares e complexos de elementos, dentro de uma região, estão relacionados uns com os outros. (Op. cit., 275).

O que Hartshorne procurou, foi ligar a terra dividida em regiões, como em um mosaico, uma aproximação da realidade em que nós não podemos confundir com a verdade em si. Em sendo assim, o geógrafo utiliza a região, da mesma maneira que o cientista natural usa um modelo. Onde a realidade não pode ser observada e compreendida diretamente, então um modelo compreensivo deve ser usado. Regiões podem não existir na realidade, a superfície da terra pode ser um contínuo, mas em outras disciplinas quando encontramos um contínuo, frequentemente desejamos caracterizar vários pontos, em especial para a aplicação prática. Para Hartshorne, os elementos construtivos das regiões, embora eles fossem eventualmente delineados, eram combinações complexas de dados objetivos e relações causais específicas. Ambos, dados e relações, são capazes de revelar o objetivo. Estas combinações de objetivo, na qual ele chama de elementos complexos, consistem em dados de um lugar e suas relações. Além disso, pelo seu próprio caráter combinatório, produz singularidade e excepcionalidade, da qual é – um complexo não achado em outro lugar. Robert Sack observa:

> [...] a região específica como descrita por Hartshorne é sintetizada de suas partes e de suas inter-relações, e que por essa razão, não pode ser

> estudada inteiramente nos termos de conceitos mais gerais, deve igualmente ser considerada como única, em sua combinação de fenômenos inter-relacionados sem paralelo. (SACK, 1974, p. 441).

Sack incorpora em seu argumento, as bases de um debate sobre leis gerais e unicidade. O singular e único sugere que, a explicação científica tradicional baseada em leis gerais, não pode ou deve ser aplicado nessas condições. O tipo de explicação encontrada nas ciências exata, natural e sistemática, se apoia em relações de asserção genérica, entre fenômenos de classificação homogênea e, assim: se fenômeno do tipo A, logo fenômeno do tipo B. Mas, conforme a concepção de Hartshorne, a síntese dos dados e relações empíricas, constitui uma região da qual nunca foi a mesma em qualquer outro lugar. Porém, para Hartshorne, a região, de fato, nunca foi um fenômeno real. Explicações científicas, na qual vários exemplos de classes de fenômenos eram baseados em afirmações sobre leis, eram para ele, inúteis. Consequentemente, como Hartshorne observou:

> Nós chegamos, portanto, em uma conclusão similar a qual Kroeber descreveu para a história: a unicidade, a singularidade de todo fenômeno histórico. [...] nenhuma lei, ou próximo de algo parecido, foi descoberto. A mesma conclusão se aplica para uma combinação particular de fenômenos em lugar específico. (HARTSHORNE, 1939, p. 446).

E Mais adiante Hartshorne fecha ainda mais o escopo da disciplina:

> Nós não podemos, portanto, explicar, predizer, ou intervir conscientemente, mas, somente, descrever: geografia regional, nós concluímos, é literalmente o que o título expressa [...] é essencialmente uma ciência descritiva, na qual se refere a descrição e interpretação de registros únicos. (Op. cit., p. 449).

Em outras palavras, para itens individuais incluídos na geografia regional, e a simples relação entre eles, dependemos constantemente de conceitos universais fornecidos pelos estudos sistemáticos, mas a total combinação inter-relacionada de cada unidade de área representa fundamentalmente um caso singular, na qual não há universalidade.

Nesse sentido, por um longo período, Hartshorne desempenhou uma posição de isolamento dentro da academia. Ele não mostrou comprometimento com qualquer outro tipo de ciência social, que, por ventura, pudesse emergir. Possivelmente, encontra-se uma pista a respeito desse afastamento, quando a razão do subtítulo da “Natureza da Geografia” descreve: “uma pesquisa crítica

do pensamento contemporâneo à luz do passado". Como bem descrito por Michael Chisholm:

> A Natureza da Geografia é um livro difícil; a argumentação é tortuosa, sobretudo por que contém hipóteses implícitas que supõem uma boa quantidade de conhecimento. (CHISHOLM, 1979, p. 33).

De modo a não caracterizar esse afastamento como algo negativo, é necessário observar algumas características do pensamento de Hartshorne. Seu trabalho é caracterizado por uma abordagem indutiva, na qual se baseia na crítica histórica de autores, em que, sucessivamente, ele descreve a evolução e as mudanças relativas à natureza da disciplina, isso tanto nos trabalhos feitos com caráter de estudo geográfico (estudos de caso e empíricos), quanto nas abordagens metodológicas. Apesar desse isolamento, Hartshorne se mostra a parte de certas regras da academia, tanto do saber geográfico, enquanto disciplina científica, como da influência que institutos acadêmicos exerciam. Ele assegura, no início do livro, uma abordagem que não seja segregada, mas de debate com geógrafos, mesmo que diferenças, principalmente metodológicas sejam expostas:

> Devemos, entretanto, dentro dos limites possíveis, tentar refletir sobre os conceitos dos geógrafos mais antigos, independente dos nossos pontos de vista. (HARTSHORNE, 1939, p. 33).

Hartshorne não argumenta, ou faz uma discussão a respeito da classificação de algum cientista designado como geógrafo. O que ele expõe é que, devido a natureza do debate, uma classificação inevitavelmente afetará as conclusões alcançadas. Assim, está subentendido, que a noção de geografia possui uma existência objetiva, independente de quem a questiona. Hartshorne utiliza uma expressão de Ritter para evidenciar sua opinião: "devemos perguntar à própria terra as suas leis." (Op. cit., p. 55). Hartshorne, em certo sentido, representa uma visão romântica da geografia, ele é extremamente convincente e demostrou isso nas suas pesquisas. Na leitura de Hartshorne é possível encontrar a discussão da natureza das regiões e das paisagens, por meio de um fio condutor que remonta raízes na tradição filosófica alemã do século XIX.

Como visto, possivelmente o objetivo de Hartshorne era definir a natureza essencial da geografia nas bases de uma revisão histórica das origens da

disciplina, primordialmente germânica. Seu trabalho se sustenta fortemente no trabalho de Hettner e, aparentemente, nos neokantianos alemães.

Parte 1.2 – A Filosofia Neokantiana entre Hettner e Hartshorne

Mais do que qualquer outra contribuição sobre os estudos na disciplina, a geografia alemã era pivô na pesquisa de Hartshorne. O período de seus estudos coincidiu com o apogeu da geografia acadêmica alemã, desde que academia germânica institucionalizou a disciplina no século XIX. Alfred Hettner é o geógrafo mais citado em *The Nature*, e sem sombra de dúvida, o mais considerado quando o assunto era proposta e natureza da geografia. Embora alguns geógrafos tenham percebido certas interpretações errôneas de Hartshorne sobre o constructo do geógrafo alemão, ao menos algumas abordagens têm significativa importância: a perspectiva relacional do conceito regional, o problema da regionalização e as relações entre o idiográfico e o nomotético[41].

As três abordagens relacionadas são problemas de valor que assombravam a disciplina, tanto quanto outras ciências no início do século XX. As duas primeiras citadas – a perspectiva relacional do conceito regional e o problema da regionalização são temas diretamente relacionados com a questão colocada no final do século XIX, da descrição idiográfica versus a explicação nomotética[42]. Essa dicotomia idiográfico/nomotético neokantiana não foi formulada por Sauer, Hettner ou Hartshorne. Apesar de particularmente relevante sob circunstâncias da filosofia de Windelband, Rickert ou Cassirer, todos esses geógrafos concordam que a geografia, enquanto uma ciência natural e social, transcende essa classificação simplista. Nesse sentido, vale mencionar algumas características importantes dessa filosofia, já que foi

[41] Francis Harvey e Ute Wardenga relatam a ligação entre Hettner e Hartshorne, por meio do processo de recepção e transformação do conceito de geografia entre esses dois geógrafos. Na parte 2 desse artigo, sobre o desenvolvimento dos conceitos de Hettner em Hartshorne, os autores buscam mostrar como o geógrafo estado-unidense, assim como os geógrafos alemães no primeiro quartel do século XX, interpretaram mal a teoria da representação geográfica, de maneira a compreendê-la como uma metodologia para a pesquisa em geografia. Harvey, F. Wardenga, U. 1998. The Hettner-Hartshorne Connection: reconsidering the process of reception and transformation of a geographic concept. Finisterra 65, p. 137.

[42] Lukermann, Fred. 1989. The Nature of Geography: Post, Hoc, Ergo Propter Hoc? In “Reflections on Richard Hartshorne’s The Nature of Geography”, ed. J. Nicholas Entrinkin e Stanley D. Brunn, p. 69–90. AAG: Washington.

seguidamente associada a Hartshorne como sua orientação relativa ao método filosófico de pesquisa.

A filosofia da ciência neo-kantista nunca formou base sólida, como o hegelianismo ou o positivismo de Comte, ela ganha corpo por que diversos pensadores consideravam que o kantismo tinha sido mal interpretado. Apesar de não conceberem uma filosofia neokantiana propriamente estabelecida, já que o alicerce era o kantismo, era comum a época as diferentes interpretações da obra de Kant, sob a caracterização das ciências sociais ou das ciências naturais. Existiram escolas epistemológicas distintas sobre o pensamento kantiano, as mais famosas foram a de Marburgo e Baden na Alemanha, ambas possuíam idéias distintas no percurso da segunda metade do século XIX. Cabe encontrar a origem dessas escolas, em disciplinas especiais: ao lado do formalismo lógico, encontramos a corrente do psicologismo, e junto a elas o matematicismo e o fisicismo, o biologismo e o historicismo. Havia divergências quanto à formulação da teoria do conhecimento, mas ainda assim, elas possuíam ponto de partida comum na filosofia de Kant. Cassirer cita como exemplo a trajetória do neokantismo segundo os pensadores das escolas citadas acima:

> [...] assim, para colocar um exemplo característico, vemos como na trajetória do neokantismo, a teoria de Cohen e de Natorp contrasta nitidamente com a de Windelband e de Rickert, é um contraste que responde necessariamente a sua orientação geral, determinada em um caso pelas ciências naturais e matemáticas e no outro pela história. (CASSIRER, 1993, p. 21).

Por esses rumos diferenciados, debate-se o neokantismo por meio de suas escolas e deve-se considerar o desenvolvimento da filosofia alemã, especialmente no fim do século XIX. Por um bom tempo, a filosofia neokantiana exerceu importante influência no pensamento alemão, Sandra Lencioni em analise do período e do momento da ciência alemã considera que o neokantismo, “[...] viria a se tornar a forma de filosofia dominante na Alemanha durante o período de 1880 a 1930.” (Lencioni, 2003, p. 121). A maioria dos principais autores e filósofos neokantianos enfatiza a utilização e a revisão dos métodos analíticos propostos por Kant, seus posicionamentos estavam presentes em duas das principais escolas de pensamento neokantiano, sediadas na cidade de Marburgo e em Heidelberg na região de

Baden na Alemanha. Existe uma preocupação em relacionar alguns lugares e épocas pelo fato de que muitos cientistas e filósofos sofreram influência do neokantismo, entretanto muitos destes não participaram dessas escolas de pensamento. Mesmo assim, possuíram influência do neokantismo Wilhelm Dilthey, Max Weber, Georg Simmel, Emile Durkheim, Ludwig Wittgenstein, para não citar muitos outros.

O neokantismo se desenvolve por meio da análise da filosofia crítica kantiana apresentando novas categorias para seu entendimento, ele atravessa o contexto sócio-cultural alemão do século XIX, a discórdia com relação ao positivismo e a questão do método nas ciências naturais e históricas. Este pensamento só pôde se desenvolver tendo em vista a releitura da obra de Kant, e de modo geral é representado historicamente pelos escritos chamados de “pré-críticos” e os “críticos”, na qual Kant apresenta de modo sistemático a sua filosofia e a sua noção de “crítica”. Porém alguns estudiosos como Frederick Beiser apresentam quatro períodos, “[...] apresentando os seus momentos de aproximação e/ou rejeição da metafísica.” (Beiser, 1992, p. 196). O que é denominado de “pré-crítico” é a fase anterior à apresentação de sua dissertação para a Cátedra de Lógica e Metafísica da Universidade de Königsberg na antiga Prússia oriental. Conforme pesquisado por Reale e Antiseri, “[...] é na dissertação que Kant apresenta a “grande luz”: os primeiros indícios do que será sistematizado com a Crítica da Razão Pura (1781).” (Reale e Antiseri, 1991, p. 869).

No inicio de seus escritos Kant manteve uma relação com o pensamento newtoniano e a metafísica de Leibniz, esses assuntos eram problemas bem comuns no pensamento alemão do século XVIII. As permanentes inquietações de Kant com relação aos dois assuntos o levaram a cogitar a articulação dos dois empreendimentos filosófico-científicos, o que de forma gradual Kant tentaria mostrar, como a necessidade de que a metafísica deveria ser repensada e estruturada metodologicamente no sentido de alcançar o rigor científico em que Newton alcançou com a física. Os seus escritos pré-críticos são caracterizados por essa tentativa de articulação.

Na dissertação, Kant começa a desenvolver o que posteriormente o tornará um filósofo decisivo para a modernidade e o desenvolvimento científico. É nela que

está a distinção entre conhecimento sensível, o qual diz respeito à inscrição do objeto pelo sujeito, realizado por meio dos sentidos; e o conhecimento intelectivo, que concerne à faculdade de representar aspectos das coisas que, devido à sua própria natureza, não podem ser percebidos pelos sentidos. Em 1781 é publicado "Crítica da Razão Pura" onde Kant desenvolveu a sua "Estética Transcendental", de significativa importância para o neokantismo, pois é onde se dará o problema da validade do conhecimento. Segundo Parsons:

> Kant nos diz que o conhecimento sensível é intuição, e essa apenas se dá no espaço e no tempo. Também em Kant, a tais noções são atribuídos novos significados. Ou seja, a idéia, ainda que a ambigüidade de sua apresentação seja bastante discutida na filosofia contemporânea, é que espaço e tempo são intuições a priori, independentes de todas as impressões dos sentidos. (PARSONS, 1992, p. 110).

Ou seja, espaço e tempo não são nem propriedade das coisas, nem relações.

Este debate é importante, pois os filósofos empiristas lógicos acreditam que somente possa haver ontologia sobre entidades observadas, não há como entender outra realidade por trás de uma experiência. Para muitos empiristas lógicos, como Rudolf Carnap e Viktor Kraft, que escreveu sobre geografia, o espaço só existe por causa da disposição dos objetos, se aproxima da noção de espaço de Leibniz onde existe uma relação entre as coisas. Ainda assim, Kant concordou com Leibniz, considerando o espaço uma "forma pura". Leibniz idealizou o espaço e como explicado por Cassirer:

> [...] este caráter não pretendia de modo algum atentar contra a objetividade do espaço para convertê-lo em uma simples noção, em um sentido subjetivamente psicológico; tratava, contrariamente, de definir essa objetividade em seu verdadeiro e legítimo significado, conforme a valides das verdades geométricas. (CASSIRER, 1993, p. 40).

Kant foge do sentido newtoniano de espaço, onde esse é propriedade das coisas, realidades ontológicas, nem também simples relações entre os corpos, mas sim as formas da sensibilidade, condições estruturais, formas à priori, da sensibilidade.

Como visto a idéia de síntese *a priori*, é fundamental no pensamento kantiano e ela estará no centro do debate racionalismo-empirismo no pensamento moderno. Em "Crítica da Razão Pura", Kant procurou realizar em conjunto e reconciliar elementos empiristas e racionalistas em torno de um novo conhecimento científico.

O crescimento do neokantismo está associado ao contexto da sociedade alemã no final do século XIX. A Alemanha era centro do debate com relação às ciências naturais e humanas e a discussão com relação ao método apropriado crescia nas universidades. Existia todo um debate sócio-político que fervilhava nesta época e que fez desdobrar a procura por novos métodos. Nesse contexto é que as origens do neokantismo e da crise do método estão vinculadas ao âmbito social e de todo Estado alemão. Surgem como reação ao idealismo hegeliano e ao cientificismo positivista. O neokantismo se diferenciava da idéia de ciência absoluta do positivismo, seu objetivo era responder ao fato e a ciência de forma segura por meio da filosofia kantiana. Essa filosofia deveria se preocupar com a análise das condições de validade da ciência e de outras condições humanas como a moral, a ética, a religião e a arte. Para a maioria dos neokantianos o problema central está ligado à validade e a qualidade do tipo de conhecimento posto em questão. Apesar do neokantismo não ser institucionalizado, como no caso do Círculo de Viena, falar sobre ele remete as escolas de Marburgo e Baden, porém muitos outros pensadores sofreram influência do neokantismo e não tiveram vinculo algum com tais escolas, eram cientistas ligados a diversas áreas como a fisiologia, física, história, etc., que empreenderam projetos ligados aos pressupostos *apriorísticos* kantianos.

Uma das preocupações metodológicas do neokantismo era o fato de haver uma divisão fundamental entre as ciências naturais e as ciências históricas, ou como nos estudos de Windelband, ciências generalizadoras e as ciências individualizadoras. Esses tipos de questionamentos lógicos e epistemológicos afirmaram dois grupos de ciências que influenciaram toda tradição humanista nas ciências sociais. A crítica ao positivismo e à noção de “fato” retorna a idéia kantiana da filosofia como única forma de empreendimento especulativo possível de evidenciar as condições de possibilidade e objetividade do conhecimento. Para Reale e Antiseri, “[...] ambas as condições encontram-se não no fato, mas sim em nosso conhecido a priori.” (Reale e Antiseri, 1991, p. 897). Herman Cohen, pensador ligado à escola de Marburgo, acreditava que a noção de crítica em Kant concerne justamente em dar à filosofia o status de metodologia da ciência, Outro pensador da escola de Marburgo, Paul Natorp,

da mesma forma que Cohen, considerava a filosofia como uma teoria do conhecimento.

A escola de Baden talvez seja a que mais interessa ao pensamento geográfico, pois Alfred Hettner se debruçou sobre os estudos de um pensador importante dessa escola, Wilhelm Windelband. Baden não era tão racionalista e cheia de formalidade como Marburgo, era mais ligada as ciências históricas. Muito importante para esta escola era a suposição de que todas as sociedades partilham um processo histórico, com propósitos ideais de homem, e uma vida cultural medida por padrões universais e cheios de valor. Os neokantistas de Baden estavam preocupados com a natureza universal dos valores e com o seu significado para as análises da conduta individual, diferentemente de Marburgo que se preocupava em encontrar a natureza das leis universais e as possibilidades de aplicação. Baden, por assim dizer, está mais associada às formulações da metodologia das ciências sociais.

Windelband foi um dos mais importantes autores de Baden, é um dos pensadores responsáveis pelos desenvolvimentos do historicismo. Para Windelband o problema não se encontrava nas diferenças em relação à natureza do conteúdo dessas ciências, mas estava relacionado a uma questão epistemológica e metodológica. O sociólogo Grabriel Cohn estudou o alcance das ideias de Windelband nas ciências sociais e em seu livro Crítica e Resignação procura mostrar a influência desse filósofo, descrevendo "[...] a importância da problemática dos valores na consideração da especificidade das ciências históricas." (Cohn, 1979, p. 51). Windelband atribui à filosofia a função de procurar os princípios *a priori* que permitem a validade do conhecimento. As suas maiores contribuições referem-se, por um lado ao papel da filosofia e a sua relação intrínseca com os valores e, por outro lado, a sua concepção relativa às ciências naturais e humanas. Esta questão é muito cara a geografia e, de certa forma, é a origem dos estudos mais gerais, formuladores de leis e os estudos particulares. Lencioni retrata por meio do contexto do final do século XIX que, "Windelband distinguiu as ciências da natureza – que buscam estabelecer leis gerais, e que foram denominadas ciências nomotéticas – das ciências da cultura, denominadas idiográficas, voltadas para a pesquisa de fatos particulares." (Lencioni, 2003, p. 122).

Vemos então a passagem clássica de Windelband e aquela que também é a mais citada:

> "Podemos então dizer: as ciências da experiência procuram no conhecimento do real quer o geral, na forma de lei natural, quer no singular, na configuração historicamente determinada. Elas observam num caso o fato sempre idêntico, noutro o conteúdo único do evento real determinado de per si. Umas são ciências de leis, outras são ciências de acontecimento; aquelas ensinam o que sempre existe, estas, o que existiu uma vez. O pensamento científico é [...] num caso nomotético e noutro idiográfico. Se quisermos ater-nos a expressões usuais podemos falar, nesse sentido, da posição entre disciplinas naturais e históricas, desde que se tenha em mente que nessa concepção metodológica a psicologia deve ser plenamente incluída entre as ciências naturais" (WINDELBAND *apud* COHN, 1979 p. 51).

É estabelecida a distinção entre essas modalidades de ciências da experiência e, distingui também, as ciências racionais, como a matemática e a filosofia, cuja relação com a experiência é indireta. Ele utiliza o termo ciência em um sentido mais amplo e tradicional, de um "saber", na qual faz parte de sua reação ao positivismo. Na realidade, parece claro que Windelband tenta encontrar uma solução no plano metodológico, entre posições positivistas de cunho "naturalista", na qual encontrava grande aceitação a época, e a consideração pela legitimidade e especificidade do conhecimento histórico. Cohn explica melhor essa distinção:

> [...] Windelband está empenhado em encontrar uma solução de compromisso, definível no plano estritamente metodológico, entre as posições positivistas de cunho naturalista que se encontravam então em plena ofensiva e a consideração pela legitimidade e especificidade do conhecimento histórico. Tratava-se, em suma, de abrir um espaço para a historiografia e as áreas afins de domínio das ciências. Nesse sentido, a preocupação está voltada para o modo de associação possível entre as duas modalidades de ciência proposta, para a o simples estabelecimento de uma distinção entre elas; e é por isso que o caráter puramente formal da sua classificação desempenha um papel tão importante no seu trabalho. (COHN, 1979, p. 52).

Quando é verificado esse esforço por legitimar a metodologia, parece haver uma preocupação voltada para o modo de associação possível entre as duas modalidades de ciências propostas, e assim, mais do que uma simples distinção entre elas. Segundo Reale e Antiseri:

> Para Windelband, o objetivo primordial da filosofia era encontrar os princípios *a priori* que garantiriam a validade do conhecimento. Esses princípios, no entanto, conforme a concepção de valor do próprio Windelband, seriam interpretados como valores necessários e universais,

> tipificados pelo seu caráter normativo independentemente de sua realização efetiva. (REALE e ANTISERI, 1991, p. 902).

A filosofia não teria por objetivo a apreensão sobre juízos de fato, embora, enquanto conhecimento, possa dar caráter normativo aos juízos de valor. Por tal motivo seria necessária a distinção a respeito da ciência e suas teorias sobre leis naturais, já que essas têm apenas validade empírica. Sua concepção é mais complexa que as idéias dos pensadores da escola de Marburgo, que enxergavam a filosofia como teoria do conhecimento. Para Cohn de certa forma:

> Windelband tenta estender o *apriorismo* kantiano das ciências da natureza para a história, ou seja, estabelecer em moldes rigorosos as condições da possibilidade do conhecimento histórico-cultural, porém se contrapondo ao psicologismo da época e ao positivismo. (COHN, 1979, p. 55).

A aproximação de Windelband referente a racionalidade científica está no fato da sua recusa as idéias metafísicas, visto que ele distingue ”natureza” e “espírito”. Segundo sua concepção, essas ideias mascaravam um problema eminentemente metodológico, na qual deveria ser solucionado a partir de conceitos formais e lógicos. É daí que ele insere a sua famosa distinção entre ciências nomotéticas (ciências naturais) e ciências idiográficas (ciências históricas). O trabalho de Windelband deve ser considerado em um momento particular, geralmente associado a passagem da filosofia hegeliana para um retorno a Kant. Seus trabalhos oscilam entre a idéia de uma constituição transcendental do domínio da natureza e da cultura, em termos das condições *a priori* para o seu conhecimento, bem como a idéia de sistemas normativos e dados de fato, com validade universal. Windelband se tornou peculiar por conta desse dilema, da oscilação do caráter arbitrário das ciências e suas distinções. Os neokantistas viveram sob esses problemas, de poder elaborar um pensamento conforme as categorias do conhecimento *a priori*.

Em *The Nature*, Hartshorne argumenta a favor do caráter corológico da geografia, tanto quanto o aspecto sistemático da disciplina. Ao modo neo-kantiano, caracterizava a ciência geográfica na sua possibilidade idiográfica, bem como seu viés nomotético. Não é possível encontrar, na análise mais minuciosa do livro de Hartshorne, uma conclusão a respeito da primazia do único, assim como do idiográfico. É um assunto polêmico na geografia estado-

unidense, as razões desse rótulo depositado sobre ele, de geógrafo da idiografia. O fato é que, mesmo não estabelecida uma força maior entre qualquer uma, seja sistemática ou corológica, é razoável a compreensão da influência do pensamento de Hettner e a filosofia neokantiana. Caso não fosse assim, nem existiria esse debate aberto no âmago da disciplina, caracterizado pelos estudos regionais e os princípios normativos dos campos. Hartshorne não é da opinião que a geografia orientada corológicamente deva ser idiográfica. Ele reconhece o problema da regionalização, como um dos principais problemas metodológicos da geografia. Para ele, a busca por regras e leis, bem como a construção de modelos, possui valor imprescindível na geografia. No entanto elas não devem ser o objetivo final da descrição geográfica regional, mas será sempre um meio para um objetivo. Fundamentalmente são importantes, pois possuem a proposta de reduzir a complexidade da realidade.

Apesar dessa descrição ser necessária para o entendimento da geografia de Hartshorne, há em *The Nature* poucas citações sobre a raiz filosófica no neo-kantismo. Em seu processo de recepção relativo a filosofia alemã, qualquer complexo filosófico é descrito de forma marginal. Hartshorne apenas descreve sobre esse tema, a questão do idiográfico e do nomotético, quando ela é limitada a classificação das ciências. Como ele descreve em *The Nature*:

> [...] representa uma distorção da ciência a tentativa de arranjar suas partes em um simples sistema de classificação, tal como em reconhecer a ciência natural e a social como grupos bem separados, na qual dentro de cada uma delas, várias classes de ciências individualizadas são distinguidas. (HARTSHORNE, 1939, p. 368).

Para Hartshorne, a considerar essa direção descrita, nem mesmo o fato da geografia estudar e trabalhar com aspectos físicos e humanos deve significar um peso diferente em comparação a outras ciências:

> O dualismo é sentido apenas por uma pessoa que vê limites mais do que zonas de contato entre as ciências, que enfatiza as diferenças entre as ciências sociais e as naturais mais do que a interconexão de todas as ciências, elas permanecem juntas como uma grande unidade científica. (Op. cit., p. 368).

As divisões dessa grande unidade não podem ser justificadas pela justaposição, lado a lado, como áreas em um mapa. Elas devem permanecer com uma relação forte, uma com as outras. Hartshorne considera não haver

lógica na separação entre os aspectos físicos e sociais, algo somente possível em teoria, pois na realidade, elas são inter-relacionadas. A geografia, “[...] assim como a psicologia, evidencia o caráter arbitrário da divisão convencional da ciência.” (Op. cit., p. 369). Desse modo, significa dizer que o convencional, o é somente pela publicação de estudos que procediam sobre apenas aspectos humanos ou apenas aspectos naturais. Na geografia quando um estudioso se debruça sobre uma área particular, “[...] ele deve esquecer seu rótulo de “geógrafo físico” e proceder nos estudos de todas as feições interconectadas em uma área.” (Op. cit., p. 369).

Essa área é associada ao conceito de região, justamente por que é um dispositivo para seleção e estudo de complexo de fenômenos reunidos em área, como encontrados na terra. A região é um conceito intelectual criado para a seleção de feições relevantes, seja de interesse do geógrafo ou de outro pesquisador que o conceber. A seleção pode não ser aplicada somente a área, mas também a diversos tipos de fenômenos que, por ventura, podem ser incluídos a uma área sobre consideração.

Nesse caso, algumas críticas podem ser feitas ao procedimento que Hartshorne adotou como o historicamente aceito na disciplina. Para aplicar esse dispositivo escolhido, a regionalização de feições encontradas, certos fenômenos com amplo alcance de possibilidades, necessitam que sua formação seja dada em grupos e regiões. Desse modo, um grupo específico, como modelo de controle, deve ser concebido e considerado, para que fortaleça o procedimento adotado. Nesse caso, o caminho optado para alcançar as metas pela seleção de fatos ou fenômenos, fortalece uma teoria e enfraquece outra. A opção por esse procedimento pode ser a pior parte do regionalismo, porém é evidente a fixação do argumento regional aos critérios científicos e metodológicos da geografia.

Parte 1.3 – As Principais Críticas a *The Nature*

O debate sobre a metodologia na geografia estado-unidense é resultado de intenso questionamento sobre os procedimentos adotados e discutidos na geografia alemã. Algumas das principais correntes intelectuais do debate metodológico alemão, bem como a descrição de um contexto intelectual ajudaram a moldar a discussão. Como já previamente descrito, o vigor

intelectual com que os geógrafos alemães perseguiam o tópico metodológico migrou para a geografia estado-unidense no início do século XX. Entrikin relata que essa busca, "[...] se tornou parte do folclore da geografia estado-unidense, na qual a intensidade da problematização metodológica no início do século XX foi um resultado da posição insegura da geografia nas universidades dos Estados Unidos." (Entrikin, 1989, p. 12). Entretanto, Elkins rebate essa hipótese, já que na Alemanha esse debate só era intenso por que a disciplina era muito bem posicionada e estabelecida na academia, e se tornou ainda mais forte com a chegada dos nazistas[43].

A problemática como visto, foi encarada por muitos, de Kant a Humboldt, de Ritter a Ratzel, e chega a Hartshorne principalmente via Hettner. Conforme já brevemente explicado, Sauer em Morfologia da Paisagem advogou de maneira lógica, sobre um retorno aos argumentos primevos da geografia alemã de Humboldt e Ritter, embora se tenha utilizado e estudado demais os geógrafos da paisagem, como Otto Schluter, Hans Spethmann e Otto Passarge. Há na sua geografia uma clara pretensão de eliminar aquele determinismo ambiental, na qual a disciplina pudesse ter um solo seguro. O modo mais eficaz para assegurar a disciplina seria a utilização de métodos indutivos, assim como Humboldt os utilizou, de maneira que os argumentos baseados na lógica indutiva pudessem assegurar a sistematização do campo[44]. O desenvolvimento da paisagem cultural não pode ser entendido como um argumento geral e de referência dentro da geografia, na qual apreenderia a geografia como um todo, tão pouco como um processo de digestão de material externo a disciplina, todavia deveria se reconhecer o seu processo de desenvolvimento dentro de um campo particular.

Tomado esse raciocínio como fio condutor, Hartshorne conclui que regiões não podem ser definidas como unidades da realidade, de modo que não se estabelecem ou se determinam esses como objetos individuais concretos[45].

---

[43] Elkins, T. H. 1989. Human and Regional Geography in the German-Speaking Lands in the First Forty Years of the Twentieth Century. In: Reflections on Richard Hartshorne's The Nature of Geography. Occasional Publication of the Association of American Geographers. Eds: J. Nicholas Entrikin e Stanley D. Brunn. Washington: AAG, p. 17-34.

[44] Raup. Hughn. 1942. Trends in the Development of Geographic Botany. Annals of the Association of American Geographers 32, 4, p. 342.

[45] Hartshorne, R. 1939. The Nature of Geography: A critical survey of current thought in the light of the past. Lancaster: The Association of American Geographers, p. 281.

Segundo ele, essa é uma questão que a geografia deve encarar no seu todo, e nunca como algo particular:

> As várias forças que modificam a paisagem de uma área, quer elas sejam internas ou externas, não reconhecem limite comum. No entanto, de qualquer maneira, nos podemos considerar uma área particular como uma área definitiva, na qual a uma possível união pode ser dada por meio do tempo. Qualquer estudo do desenvolvimento da paisagem cultural de uma área, [...] somente é legitimada se nos lembrarmos que a área considerada por meio de uma sequência de eventos (períodos) é uma unidade arbitrária. Qualquer coisa que possa interessar, deve ser estudada no intuito da combinação de processos e de mudanças, em uma unidade-área arbitrária. (HARTSHORNE, 1939, p. 182).

O fundamental para Hartshorne é a consideração a respeito da significância do desenvolvimento em uma área geográfica. Seria pretensioso dizer que uma unidade de área permaneceria inalterada durante um processo de construção e desenvolvimento ao longo do espaço e do tempo. Assim, qualquer estudo específico sobre uma área não pode tomá-la como objeto inanimado e pronto para qualquer tipo de observação, na qual os fatos se sobrepõem ao invés de estabelecerem relação mútua. Esse princípio é uma reminiscência da ideia de controle ambiental[46].

A região enquanto unidade-área não pode ser afirmada desse modo, se a necessidade é afirmar a sua existência de fato. Como em um ciclo, percebe-se que um discurso a cerca do modelo funcional de uma área sempre é retomado quando parece não haver critérios sistemáticos e normativos para o estabelecimento dessas unidades. A acusação é comumente feita quando é estabelecido que uma geografia que não enfatiza a mudança seria estática e sem importância – que o passar a ser, é mais importante que o ser. Hartshorne observa que, “[...] se alguém examina a questão do que “é” importante objetivamente, outro deve perguntar que importância o “vir-a-ser” pode ter, se o estado de “ser” é sem importância.” (Op. cit., p. 183).

Na conclusão de *The Nature*, encontra-se uma reflexão sobre a importância de elementos históricos para a ordenação de regiões. Nessa observação, a história aplicada a geografia torna-se um estudo sistemático de qualquer feição particular de uma área sob consideração. Há, segundo Hartshorne, uma

[46] Hartshorne, R. 1939. The Nature of Geography: A critical survey of current thought in the light of the past. Lancaster: The Association of American Geographers p. 184.

complexidade inerente, no que diz respeito a qualquer proposta de integração da história e da geografia, que, ele afirma, apresenta-se, “[...] além das limitações do pensamento.” (Op. cit., p. 463).

Na geografia sistemática, cada elemento particular, ou elemento complexo que possui significância geográfica, é estudado em termos da relação para a distinção ou variação (diferenciação) total de área, tal como varia de lugar para lugar, em qualquer parte do mundo. Isto é, o fenômeno particular não deve ser isolado como em uma ciência descrita como física ou natural, ou mesmo que possibilita o isolamento de variáveis. Porém, deve ser pesquisado conforme sua significância geográfica. Na geografia regional, todo conhecimento das inter-relações de feições de um dado lugar, obtidas em parte da geografia sistemática, é integrado para prover a geografia total daquele lugar.

Esse tema abordado, geralmente impõe uma forte crítica a questão da geografia enquanto ciência integradora. A despeito dessa crítica ser direcionada a Hartshorne, não seria justo relacionar tal fato a sua geografia e seus estudos, pois como já observado, em *The Nature* a proposta não é criar uma metodologia, mas dar conta da história pensamento geográfico. Hartshorne estava certo de nossas limitações enquanto geógrafos:

> Uma grande dificuldade permanece no fato de que a integração dos fenômenos, que nós devemos estudar em áreas, é uma integração de grande número de fatores independentes e semi-independentes. Consequentemente nós raramente temos que fazer simples relações – como precipitação e sua ação no solo, temperatura e colheita de culturas agrícolas e etc. Teoricamente, poderíamos seguir a lógica das ciências sistemáticas, e assumir as condições normais descritas pela ordenação das mesmas, mas nós temos somente o laboratório da realidade na qual podemos estudar essas feições. Nesse laboratório, os elementos não permanecem os mesmos. De fato, mesmo se nós soubéssemos os princípios teóricos que governam as relações individuais de cada fator para o total resultante, no caso de complexos, como feições culturais (ainda assim nos esforçaríamos na tentativa de conservar a soma total de todas as relações, cada uma em sua devida proporção), seria de longe ainda complicado utilizar o resultante como norma. (Op. cit., p. 385).

Essa dificuldade geral aplica-se as demais ciências sociais, senão em muitos aspectos as ciências naturais. Hartshorne reconhece a funcionalidade científica e não parece sobrepor uma metodologia especifica a geografia e, muito embora o rigor da história da disciplina e seus campos provem o contrário, o âmago da disciplina permanece o mesmo.

Um ensaio metodológico de importância significativa e contraponto as idéia de Hartshorne é o artigo *Foreword to Historical* Geography, de Carl Sauer[47]. Nesse texto Sauer captura o espírito da geografia alemã no final do século XIX e início do XX, com grande ênfase no papel do meio. Se na sua primeira "declaração metodológica" Sauer enfatizava argumentos com base no pensamento geográfico alemão, sobretudo no que dizia respeito a paisagem e pesquisa histórica cultural, em *Foreword* há mais maturidade, originalidade e posicionamentos mais pessoais e, portanto, menos ancorados na história do pensamento geográfico alemão como visto em *Morphology of Landscape*, de 1925[48]. Esse artigo é emblemático na história dos *Annals*, pois Sauer responde a Hartshorne com certa rispidez, quando o debate se dava em torno da insistência no trato da metodologia. Deve ser ressaltada a perspectiva em que o texto foi apresentado, na qual estava dirigido como um discurso presidencial (presidential adress), ao encontro da AAG de 1940. Logo, Sauer não negligenciou a questão e o debate, mas se posicionou de maneira quase que intolerante a discussão. No início, o artigo trata da retrospectiva estado-unidense em mostrar a negligência relativa a geografia histórica, entretanto, sem ser concebido como mais um estudo sobre o papel da geografia como um todo:

> Uma peculiaridade da tradição estado-unidense em geografia tem sido a falta de interesse nos processos e sequências históricos, até mesmo a sua completa rejeição. Uma segunda peculiaridade foi a tentativa de descartar outras disciplinas no âmbito da geografia física. (SAUER, 1941, p. 1-2).

Sauer é incisivo em criticar os argumentos de Hartshorne em *The Nature*, pois a natureza desse reflete a atitude de renunciar a geografia física. Seu argumento parte do princípio de que a geografia física, enquanto sistemática, proporcionou inúmeras contribuições, pois se trata de uma ciência genética e, assim, demonstrar as origens e processos. O enfoque de Sauer parte do entendimento de processos que modificam a paisagem, na qual pode-se incluir, estágios pré-humanos, porém sem nunca deixar de entender a geografia física como meio para compreensão dos processos humanos:

---

[47] Sauer, Carl. 1941. Foreword to Historical Geography. Annals of the Association of American Geographers 31, 1, p. 1-24.

[48] Sauer, C. 1925. *The Morphology of Landscape*. University of California Publications in Geography, vol. 2, nº 2, p. 19-53.

> Um geógrafo [...] pode ser um estudante do fenômeno físico sem se preocupar com o homem, mas um geógrafo humano tem competência limitada, se não pode observar, assim como interpretar o dado físico que está envolvido nos seus estudos da economia humana. (Op. cit., p. 5).

A geografia física é posta como um meio para entender fatores culturais e econômicos. Sauer considera que o ambientalismo reduziu a atenção sobre estudo do solo, da superfície, do clima e da paisagem aos mais inadequados termos. No seu modo de entender, o estudo da gênese da paisagem e a combinação entre fatores culturais e propriamente naturais, formavam o estudo sistemático da paisagem, e pouco tinha a ver com a região. A explicação da paisagem parte da geografia física e sua origem nas universidades estado-unidenses é vista da seguinte maneira:

> A geografia, no seu decorrer, possui seu início acadêmico nesse país (EUA) como um interesse dos geólogos. Parcialmente, enquanto ganhavam independência administrativa nas universidades e entre colegas, os geógrafos procuraram participar de estudos da qual os geólogos não poderiam reclamar para si. Nesse processo a geografia gradualmente deixava de ser uma ciência da terra. Muitos geógrafos renunciaram completamente a geografia física como um campo de pesquisa. Ai seguiu a tentativa de elaborar uma ciência natural do ambiente humano, em que as relações foram suavemente tratadas pelo termo “controle”, “influência” ou “adaptação”, “ajuste” e, finalmente para a ligeiramente litúrgica “reação”. (Op. cit., p. 3).

Dado esse enfoque, Sauer explicita sua crítica as tradições e conservadorismo da geografia do meio oeste e leste dos EUA. Notadamente existiu nos EUA uma polarização entre essas duas regiões e como Sauer retrata, as universidades do meio oeste, bem como do leste, na qual pode-se incluir A Clark University, Chicago, Wisconsin, Michigan, voltaram seus estudos para uma orientação empírica, na qual o desenvolvimento acadêmico dessas instituições iam no sentido da experiência prática de campo em análise regional. Seja num enfoque de funcionalidades da geografia econômica, ou na ecologia humana de Chicago. Já Sauer, que nunca escondeu seu desconforto com o regionalismo do meio oeste, estabeleceu um grupo forte de pesquisadores em Berkeley, Califórnia[49].

[49] Butzer, Karl W. 1989. Hartshorne, Hettner, and The Nature of Geography. In: Reflections on Richard Hartshorne’s The Nature of Geography. Occasional Publication of the Association of American Geographers. Eds: J. Nicholas Entrikin e Stanley D. Brunn. Washington: AAG, p. 35-52.

A geografia retratada acima se deixou levar por algumas dificuldades metódicas, em que o conhecimento produzido se reduziria a partes distintas: “[...] as dificuldades conduziram a uma descrição não genética do conteúdo de áreas humanas, por vezes chamada de corografia, aparentemente na esperança de que, por esses estudos, pudesse ser adicionada ao conhecimento sistemático.” (Op. cit., p. 2). Sauer entende que esse modo de caracterização dos procedimentos, ou do fazer geografia na academia, era uma marca dessa geração e serviu como um esquema de dominação.

Na sua maneira de entender a geografia, certas restrições metodológicas ou padrões específicos na elaboração da pesquisa em geografia, não deveriam ser consideradas. Em Sauer existe um método geográfico e ele trata da localização terrestre. Assim, o mapa é a forma ideal para descrever a localização. “Qualquer coisa que tenha distribuição desigual sobre a terra, num determinado momento, pode ser expressa por um mapa, como modelo de unidade em sua conjuntura espacial.” (Op. cit., p. 6). Assim, segue que:

> [...] o sentido da descrição geográfica pode ser aplicado a um ilimitado número de fenômenos, tal forma de descrição aponta para o fornecimento de um significado específico de análise [...] esse sentido é tão importante, pois, o método geográfico diz respeito a análise da localização na terra de algum fenômeno. Ainda ninguém escreveu sobre a filosofia da localização geográfica, mas todos sabemos que é isso o qual dá sentido ao nosso trabalho, que nosso único problema geral está nas qualidades diferenciadas do espaço terrestre. (Op. cit., p. 6-7).

A tomar essa abordagem sobre o sentido e análise da localização como fatores primordiais no entendimento da geografia, Sauer insere uma posição muito mais ampla nos estudos geográficos e, muito embora dê ênfase na pesquisa das paisagens culturais, o seu objetivo não era estabelecer um padrão ou metodologia específica. Sua geografia era direcionada ao entendimento das instituições humanas e da cultura. Tinha um problema muito claro para compreender e definir: a questão da localização dos modos de vida. A geografia humana enquanto geografia histórica e cultural tem como objeto então, “[...] definir e entender as associações humanas e seu crescimento em áreas, de modo que se faz necessário sabermos como e por que essas áreas estão distribuídas (assentamentos), o uso que se faz delas (uso da terra), e como elas tomaram respectiva configuração.” (Op. cit., p. 8-9).

A definição da área geográfica, mesmo que seja posto uma discussão inconclusiva sobre os termos área ou região, deve levar em conta a redução da sua complexidade. Embora se tenha ampla discussão sobre o que é uma área natural, unidade cultural, ou mesmo região, Sauer entende a possibilidade de conciliar a idéia de unidade natural e região, pois pensa ser desnecessário responder a esse dilema: “Nós podemos empregar o termo “região natural” para designar alguma divisão de área das qualidades do simples habitat, na qual pode facilitar o estudo e reduzindo a complexidade.” (Op. cit., p. 11). Assim, essas “áreas do simples habitat” seriam áreas e regiões estabelecidas com critérios culturais e econômicos. Uma área cultural pode ter singularidades reconhecidas e ser um complexo interdependente de outros grupos de áreas, entretanto, deve ser observado que áreas raramente fixam fronteira, pois elas experimentam trocas no seu centro, e assim modificando sua periferia, mudanças de estrutura, possível perda de território, bem como mobilidade econômica e de poder. Na definição de Sauer, não é necessário o envolvimento na reconstrução de geografias do passado, já que ele não considerava uma profunda definição das fronteiras de áreas e regionais. Cada estudo, e Sauer entende que o geógrafo deve ser criativo, pode possibilitar novas perguntas e repostas sobre problemas de interpretação geográfico: “O geógrafo humano tem a obrigação de fazer dos processos culturais a base para seu pensamento e observação”(Op. cit., p. 24).

Com a publicação desse artigo, o racha entre essas duas tradições - regional e histórica cultural, estava completo. Como líderes em suas pesquisas, cada qual a sua maneira desenvolveram pesquisas de impacto no pensamento geográfico. Esse artigo de Sauer foi publicado em período de guerra e embora tenha tido impacto ao longo dos anos seguintes, muitos estudiosos da disciplina estavam envolvidos em pesquisas sobre a 2º guerra mundial e, diretamente com ela. No mesmo ano da publicação do artigo de Sauer, fora publicado no número 2 dos *Annals*, um especial de 7 artigos relacionados ao tema guerra. O prefácio desse número relatava o que os geógrafos já haviam

publicado sobre o tema, desde a 1º guerra mundial, e também as informações e conhecimento produzidos[50].

Nesse momento houve estímulo tanto acadêmico, como por parte do governo para elaboração de estudos sobre a natureza dos lugares, principalmente onde as lutas ocorriam, no cenário europeu e, principalmente, o oriente. A atenção pública dada sobre os recursos da terra e da vida econômica das nações fez com que os geógrafos se sentissem estimulados, em ver sua disciplina e objeto de estudo, reverenciadas no âmbito prático do conhecimento. Ao que esses estudos indicam, as pesquisas migravam da diferenciação de áreas, das condições e recursos da terra, para uma produção mais técnica e estabelecida pela demanda do governo.

Em 1944, foi publicado nos *Annals*, uma espécie de parecer sobre a formação para pesquisa em geografia[51]. Vê-se que tal preparo teve como proposta obter um maior discernimento daquilo que os geógrafos faziam a época de suas especialidades. Como Van Cleef descreve, "[...] a formação não envolve somente a aplicação de dados geográficos para ajuda no esforço de guerra, mas considerar também a pesquisa para a produção de dados já que a disciplina pode se envolver com procedimentos diferentes devido ao estímulo de estar em contato com outras ciências." (Van Cleef, 1944, p. 181-182). A discussão conduziu a época a uma transformação na geografia sob o impacto da quantificação. Essas mais profundas mudanças ocorreram numa escala temporal que deve ser medida em décadas em vez de anos. A insatisfação com os procedimentos na geografia não estavam na mesma ordem daqueles demonstrados por Sauer. Embora a não-concordância relativa a metodologia andassem juntas, os geógrafos envolvidos com tais novos procedimentos buscavam estudos sistemáticos que não fossem estabelecidos pela primazia dos estudos regionais. O primeiro artigo/relato sobre a técnica e o trabalho do geógrafo na guerra foi *Geographic Training, Wartime Research, and Immediate Professional Objectivies*, de Edward Ackerman, publicado em 1945 nos *Annals*. O artigo de Ackerman não oferecia a substituição ou o rigor de uma

[50] War, Peace, and Geography, 1941. An Editorial Foreword. Annals of the Association of American Geographers 31, 2, p. 77-82.
[51] Van Cleef, Eugene. 1944. Training for a Geographic Research. Annals of the Association of American Geographers 34, 4, p. 181-182.

apresentação metodológica sobre a sistematização da disciplina. Antes disso, o autor apresenta as falhas associadas a persistência de geógrafos serem instruídos, principalmente na academia e nos cursos de graduação, a elaborarem estudos descritivos e superficiais sobre diferenciação de áreas. Seu texto apresenta um relato daquilo que se pedia ao geógrafo e a produção resultante do trabalho profissional. Segundo Ackerman, a divisão existente na disciplina, quando posta a uma interpretação mais rigorosa, se mostrava frágil e pouco especializada: "[...] a experiência da guerra iluminou um conjunto de falhas na abordagem teórica e no histórico de procedimentos para a formação de profissionais." (Ackerman, 1945, p. 122). O geógrafo não possuía um treinamento que o qualificava a prever ou conjecturar sobre algo, de modo que os trabalhos apresentados muitas vezes forneciam informações frágeis e amadoras. Ackerman descreve 4 fatores que impediam os geógrafos de apresentarem trabalhos mais acurados; "[...] o desconhecimento da maioria dos jovens geógrafos estado-unidenses com a literatura estrangeira sobre geografia; a quase universal falta de conhecimento de línguas estrangeiras; a ineficácia em pesquisa bibliográfica; e sua carência total em especializações sistemáticas." (Op. cit., p. 122).

Ackerman retrata a origem do problema, seja profissional ou acadêmico, quando da negligência em discutir abertamente uma pesquisa m ais acurada e empenhada na metodologia sistemática. O dualismo entre geografia regional e geografia sistemática não mais poderia ser colocado no âmbito da incompatibilidade, da diferença de objetivos e de técnicas. Segundo Ackerman, Hartshorne chega a conclusão de que a geografia regional possui finalidade diferente da geografia sistemática, e que o objetivo da geografia é elaborar estudos regionais:

> Cada uma das duas abordagens é geralmente pensada em conduzir diferentes fins, embora o material trazido adiante por uma, é considerado inútil para a outra. Dado que a maior parte dos geógrafos de um passado recente olhou a geografia regional como o auge de todos os estudos nesse campo, uma tendência em relação as técnicas de estudos regionais deu-se como um desenvolvimento natural. (Op. cit., p. 123).

Consequentemente foi associada e admitida essa visão dualística como uma tendência, devido a história da disciplina contada nos últimos 25 anos. Os procedimentos sistemáticos permaneceram negligenciados na pesquisa e na

formação, enquanto uma maior concentração se dava na abordagem regional. Ackerman descreve que, embora houvesse na academia um discurso a respeito da igualdade das duas metodologias, a abordagem sistemática era consistentemente e progressivamente deixada para trás da regional, e a prova seria dada pela avaliação das pesquisas publicadas, do currículo dos colegas geógrafos e as teses de pós-graduação. A pesquisa e a formação mais adequada a abordagem sistemática não traria problemas significativos ao âmago da disciplina, uma vez que os estudos sistemáticos somente implicariam numa investigação mais aprofundada da temática regional. Ackerman interpreta da seguinte maneira:

> Além disso, os estudos regionais integrados sempre serão importantes para o estudo geográfico, e provavelmente sempre será considerado um fim na sua pesquisa. Desenvolver modelos para esses estudos é dar crédito de confiança a gerações de geógrafos. Com o conceito completo de estudo regional, portanto, com modelos que eles desenvolveram, poucos profissionais poderão discordar. (Op. cit., p. 126).

Vê-se a posição de Ackerman como uma síntese do peso das duas abordagens. Não é necessário afiliar-se a uma das duas posições para relativizar a escolha preterida. Uma importante distinção para equivalência, bem como uma sugestão das apelações idiográficas/nomotéticas seria estender e alinhar leis possíveis a questões geográficas. Compreende-se que esse florescente modo de pensar, associado com o modelo nomotético, não subestime a corologia, desde que os pontos de vista possam se sustentar e abranger o outro, como um balaço que necessita refletir a relação entre as questões e explicações das perspectivas, da qual as escolas tenham a oferecer. Ackerman não enfatiza a perspectiva nomotética e idiográfica, pois são questões do âmbito filosófico e como ele objetiva tratar o assunto de dentro da disciplina, relaciona a sua abordagem no que tange a geografia regional e a geografia sistemática. Pela história do pensamento geográfico, subentende-se a natureza do debate por conta da perspectiva histórica buscada em Hartshorne, na qual ele traz para discussão o viés da corologia, de modo a distinguir o regime dual da disciplina e consolidar uma metodologia mais contemporânea alinhada a uma reformulação da perspectiva corológica via estudos sistemáticos.

Não obstante Hartshorne, Sauer e Ackerman tratem da questão dual da disciplina, outros dualismos permaneciam, para além de uma abordagem geral, e se reiteravam no escopo da geografia, principalmente quando a questão era justificar um determinado campo. Finch, em 1944, retrata certas dificuldades que geógrafos encontravam na determinação de uma metodologia coerente na pesquisa de geografia econômica[52]. São nesses estudos que aparecem questionamentos a cerca dos procedimentos, mas que eventualmente recorrem a explicações sobre a natureza da disciplina, a partir do escopo de cada campo. Mesmo Hartshorne em *The Nature* retrata que "[...] os geógrafos são bem esclarecidos, quando consideram a geografia humana ou cultural por meio de uma geografia econômica, pois ela trata da localização e da espacialização das regiões." (Hartshorne, 1939, p. 576). Porém, para Sauer, a geografia econômica que é feita, nada mais do que "[...] uma geografia cultural carregada de dados sobre áreas culturais essencialmente econômicas, na qual sua estrutura é determinada pelo crescimento histórico, bem como pelos recursos físicos e naturais." (Sauer, 1941, p. 3).

Enquanto Hartshorne e Sauer primavam pelo debate metodológico centrado nos procedimentos científicos (por mais que Sauer o achasse pouco produtivos), outros geógrafos possuíam pontos de vista diferente. John K. Wright em artigo de 1947, combina um estudo acurado da história da disciplina com suas proposições metodológicas[53]. Embora o artigo discuta sobre uma metodologia bem distinta da adotada pela maioria dos geógrafos, ele traz algo referente a observação como caráter essencial na pesquisa em geografia. Wright chama atenção a fatores e causas que não se conhece, mas que aos poucos é dado a esses um sentido e uma forma de conhecimento geográfico. Há para ele dois tipos de conhecimento geográfico: "Conhecimento de fatos observados e conhecimento derivado de inferência de fatos observados, com que nós preenchemos os vazios existentes." (Wright, 1947, p. 3). Wright ressalta a atração magnética, da qual os geógrafos possuem pelo desconhecido, a imaginação nutre o geógrafo para o desconhecido e essa vai além de qualquer limite ou fronteira geográfica. Para ele, "muito já foi escrito e

[52] Finch, V. C. 1944. Training for Reseaech in Economic Geography. Annals of the Association of American Geographers 34, 4, p. 207-215.
[53] Wright, John K. Terrae Incognitae: The Place of the Imagination in Geography. Annals of the Association of American Geographers 37, 1, p. 1-15.

dito sobre a natureza da geografia; porém pouco foi escrito sobre a natureza dos geógrafos.” (Op. cit., p. 9). Assim, Wright faz uma relação entre geografia e conhecimento humano, na qual a geografia do conhecimento é um aspecto da geografia sistemática, em que se aproxima potencialmente de vários tipos de conhecimento, seja ele religioso, científico, estético, prático e qualquer outra noção atraente para a pesquisa. As várias formas e manifestações do conhecimento serão investigadas sob a luz da distribuição e das relações de áreas, onde as formas de apropriação da terra, seja na cidade, no campo, ou outra categoria de fenômeno espacial possam ser investigadas em outros ramos da geografia. A esse conhecimento geográfico Wright dá o nome de *geosophy*, ou conhecimento da terra. A “*geosofia”* de Wright seria mais ou menos o que é a historiografia para a história, porém, conforme suas idéias, deve-se considerar “[...] o conhecimento natural (da natureza) e da expressão geográfica no passado bem como no presente.” (Op. cit., p. 13).

Whittlesey caracteriza esse tipo de idéia, expressa no artigo de Wright como o, “[...] senso espacial (territorial) do homem.” (Whittlesey, 1945, p. 2). Segundo Whittlesey, essa expressão geográfica extende-se para além do âmago do estudo de áreas e mesmo do conhecimento científico e sistematizado. Leva em conta todo domínio periférico em que possam estar às noções geográficas no comportamento das pessoas. Esse não é o debate mais comum a respeito da metodologia em geografia, embora Wright valorize a idéia kantiana da experiência como conhecimento e, fértil para a atividade científica, a proposta dele diverge da noção científica sobre o procedimento descritivo e a busca por normatização na ciência por meio de leis reguladoras. Apesar do artigo se mover em direção a filosofia, em nenhum momento é exposto um desafio de refutação da ciência, nem de rebater uma suposta manifestação objetiva das categorias geográficas por meio da subjetividade.

O debate a cerca da metodologia em geografia ainda era pequeno se comparado ao final do século XIX e ao que viria após a década de 1950. Hartshorne se empenhava no assunto e em 1948 publica nos *Annals* mais um artigo na qual chamava os geógrafos para a discussão dos procedimentos da

geografia[54]. De maneira mais contundente, ele quer debater o que os geógrafos fazem e acham das metodologias adotadas, em suas palavras:

> [...] a proposta desse artigo é tratar sobre evidências e atitudes específicas, tanto quanto as regras que representam a discussão metodológica corrente junto aos geógrafos estado-unidenses, e também analisar e determinar a validade de cada uma delas. (HARTSHORNE, 1948, p. 115).

A maneira que em seu artigo o assunto é abordado, permanece como a idéia original em *The Nature*, ou seja, considerar a geografia em sua natureza é tomar ela pela maneira como os geógrafos efetivamente encaram a metodologia e o seu estudo. Se a questão da natureza da geografia era um assunto que deveria ser tratado segundo sua metodologia, a resposta parece ter sido imediata. Aos poucos os textos sobre tal temática começavam a ser publicados com maior evidência e com abordagens diferentes daquela que Hartshorne proporcionava. A resposta mais contundente e direta relacionada a geografia regional, sob a égide da idiografia kantiana e da funcionalidade da disciplina enquanto diferenciadora de áreas, viria na década de 1950. Como visto, embora alguns geógrafos manifestassem certa insatisfação com os procedimentos adotados e com a formação acadêmica do profissional, eles permaneciam empenhados no treinamento adquirido no período da guerra. Poucos geógrafos produziram literatura a respeito da metodologia e da natureza da disciplina, mesmo os que julgaram ser o trabalho de Hartshorne insuficiente para a demanda do pós-guerra. Se o mérito da natureza da geografia estava na descrição metodológica, do que era historicamente a disciplina, pouco foi escrito a esse respeito. Entretanto os trabalhos e pesquisas em geografia sistemática eram publicados em uma proporção maior nos periódicos mais importantes. O próximo capítulo trata da natureza da disciplina na posição daquele que apresentou uma resposta mais contundente, quando o enfoque é a natureza da disciplina a partir de sua metodologia. Fred Schaefer e seu artigo mais famoso, publicado postumamente, *Exceptionalism in Geography: a Methodological Examination,* de 1953, é sem dúvida um texto de importância para aqueles que buscam uma origem dos estudos

[54] Hartshorne, Richard. 1948. On the More of Methodological Discussion in American Geography. Annals of the Association of American Geographers 38, 2, p. 113-125.

quantitativos e teóricos[55]. Desde que temos em mão um texto não publicado de Schaefer, na qual consiste sobre a natureza da disciplina, daremos maior atenção a crítica de Schaefer a partir da suas argumentações nesse material.

Capítulo II – Fred K. Schaefer e a Sistematização da Geografia

Em 1953 foi publicado nos *Annals of the Association of American Geographers, Exceptionalism in Geography: A Methodological Introduction*, de Fred K. Schaefer. Esse artigo foi o primeiro estudo publicado em aberta oposição as idéias de Hartshorne, bem como a geografia fundamentada principalmente em procedimentos idiográficos. Conforme Martin, alguns ideais contrários ao pensamento de Hartshorne já haviam sido publicados, porém não em franca oposição:

> [...] Essa foi, ele afirma (Schaefer), a primeira mudança em catorze anos montada contra as visões expressas por Hartshorne em *The Nature*. Mudanças de diferentes ordens de magnitude já haviam sido lançadas anteriormente por Sauer (1941), Whittlesey (1945) e Ackerman (1945). (MARTIN, 1989, p. 70-71).

Esses artigos citados por Martin, como visto no capítulo anterior (Capítulo I, Parte 3), não lançaram mais do que uma crítica superficial sobre o procedimento descrito por Hartshorne, muito menos ofereceram mudanças radicais. Embora Sauer não quisesse tratar sobre o debate a respeito da metodologia em geografia, ele conseguiu descrever sua posição sem manifestar o desejo a cerca de um procedimento rígido, algo que era seu objetivo. Já Ackerman inseriu no debate a experiência e a vivência do trabalho em geografia, o que era pedido ao geógrafo, como podia ajudar no fornecimento de informação, o porquê da geografia regional (segundo ele) fornecer estudos superficiais. Como já diversas vezes descrito, o objetivo de Hartshorne em *The Nature* não era fornecer um procedimento científico para a disciplina, mas justificar o que os estudiosos da disciplina fizeram e como ela se inseria entre as ciências. Por se interessar pelo conteúdo do debate e estudá-lo conforme a história da geografia, Hartshorne, por fim argumentou e definiu o propósito da disciplina por meio daquilo que era feito até então, a diferenciação de áreas. O estudo geográfico como integrador de características

[55] Johnston, R. J. 1997. Geography and Geographers: anglo-american human geography since 1945. London: Arnold, p. 74.

relevantes almejaria uma situação de síntese, de maneira a fornecer descrição de um lugar que contenha combinação particular de fenômenos, a região[56].

O ponto de vista de Hartshorne pode ser visto como o mais influente estabelecimento de uma geografia fundamentada na corologia instituída academicamente nos Estados Unidos[57]. Na época que Hartshorne escreveu, havia uma forte reação contra a assim chamada escola determinista, de maneira que uma rejeição a leis e generalizações grosseiras fosse rejeitada como explicação e meta da pesquisa em geografia. A tendência era o foco em áreas menores. Como movimento oposto ao determinismo de Semple, Huntington e Taylor, não é de se surpreender, que a aceitação a metodologia compreendida pelo único, o excepcional, a singularidade de uma área, vista sob o viés do método idiográfico, fosse aceita como instrumento fundamental e com bom apoio por parte dos estudiosos[58]. Nesse mesmo período, um assunto começava a preocupar os geógrafos, o de que a disciplina impulsionava seus campos de interesse em todo tipo de assunto na qual era de interesse de outras disciplinas, seja a geografia física ou humana e suas preocupações socioeconômicas. Tratar esses assuntos de modo amplo pode ser justificável no âmbito da tese kantiana. Os geógrafos ainda ousaram a esperar que aqueles diversos estudos sistemáticos fossem, contudo, o prelúdio de uma síntese final para todo conhecimento nos termos de uma estrutura espacial de áreas geográficas únicas. A perspectiva espacial de Schaefer foi construída como o oposto da geografia corológica de Hartshorne, já que competia ao mesmo tempo com ela e se colocava como alternativa a geografia corológica. A crítica pode ter início quando o objetivo da síntese regional aparece como uma teleologia da geografia.

Para os geógrafos preocupados com essa simplicidade exposta pela geografia corológica, a meta era desenvolver e amadurecer os aspectos sistemáticos dos campos na qual pudessem fortalecer a disciplina. Como os historiadores da geografia observaram, essa tese relacionada a uma geografia neokantiana foi usada como suporte a uma determinada tradição em pesquisa, baseada no

[56] Johnston, R. J. 1997. Geography and Geographers: anglo-american human geography since 1945. London: Arnold, p. 75-77.
[57] Sack, Robert D. 1974. Chorology and Spatial Analysis. Annals of The Association of American Geographers 64, 3, p. 439.
[58] Harvey, David. 1969. Explanation in geography. London: Edward Arnold, p. 71.

método idiográfico, enquanto que em face de novos desafios, uma geração de jovens geógrafos iniciou seus trabalhos de modo a enfatizá-los como um arranjo espacial geométrico, a dar contorno a modelos e padrões de fenômenos[59]. Uma igualmente importante distinção e sugerida pelas designações idiográfica/nomotética, tão frequentemente atribuídas as duas, é em que medida cada uma propõe considerar leis gerais possíveis e apropriadas para questões geográficas. É fato que esses jovens geógrafos associados depois a ciência ou escola espacial, possuíam perspectiva na qual neokantistas os identificariam com o modelo nomotético, enquanto que uma posição corológica não concordaria com as apelações sobre leis possíveis. Visto que cada um dos pontos de vista tentou abranger o outro, uma síntese equilibrada deve ser necessária para refletir sobre a inter-relação entre questões e explicações que cada escola possuía da outra, talvez por isso Sack tenha sugerido que a perspectiva corológica e a espacial podem ser construídas como tese e antítese em uma dialética geográfica[60].

A essência desse novo modo, em que corria paralelamente a geografia regional caracterizava o fazer geográfico conforme seu apoio sobre as assim chamadas ciências naturais, como a física. A disciplina deveria se justificar e produzir conhecimento segundo a aproximação dada em um método dedutivo e formulador de hipóteses[61]. Essa perspectiva reconhecida como espacial prosperou em concorrência a perspectiva corológica e consoante a história da disciplina formou-se como grupo real de pesquisadores, inclusive com lugar definido na década de 1950[62]. Muito embora tenha tomado corpo na década

---

[59] A respeito desse tema (da geografia corológica e da geografia sistemática, estabelecidas por meio de metodologias fundadas no idiográfico e nomotético), a geografia enquanto corológica só pode ser vista sob o olhar daquele que concebe uma perspectiva neokantiana de ciência, já que um, aqui chamado de "cientista nomotético", não faria essa oposição kantiana. Para esse a ciência é fundada na predição e no estabelecimento de leis e nunca no único, pois ela deve ser generalizadora. Blaut, J. M. 1962. Object and Relationship. The Professional Geographer 14, 6, p. 1-7. Harvey, David. 1969. Explanation in geography. London: Edward Arnold. Johnston, R. J. 1997. Geography and Geographers: anglo-american human geography since 1945. London: Arnold

[60] Sack, Robert D. 1974. Chorology and Spatial Analysis. Annals of The Association of American Geographers 64, 3, p. 439.

[61] Chisholm, Michael. 1979. Human Geography: Evolution or Revolution? Middlesex: Penguin Books Limited, p. 35.

[62] O principal centro de pesquisa e estudo da escola espacial foi o Departamento de Geografia da Universidade de Washington. Sob a orientação de William Garrison formou-se um grupo de pesquisadores da qual fez despontar uma visão de ciência espacial, na qual a idéia de que o objetivo da geografia era desenvolver e construir seus argumentos conforme a dimensão

seguinte, o processo de formação dessa escola remonta 1953 e o artigo de Schaefer[63]. No que se refere a origem da problematização da geografia sistemática, enquanto fundamento da perspectiva espacial, considera-se Schaefer um ponto de partida, pois foi o primeiro a desafiar metodologicamente a interpretação do trabalho de Hartshorne. Assim como Hartshorne, Schaefer não era geógrafo de formação e até sua chegada ao Departamento de Geografia na Universidade de Iowa, teve que percorrer um longo caminho.

Schaefer nasceu em Berlim em 7 de julho de 1904, fez seus estudos na escola pública de 1911 até 1918, se tornou um aprendiz de ferreiro e exerceu está função até 1921. De 1921 a 1925 foi secretário dos Jovens Socialistas (*Jusos*) do Partido Social Democrata (*SPD*). Aos 19 anos ele entrou no *Kaiser Friedrich Realgymnasium*, e formou-se com distinção em 1927. Schaefer voltou a estudar no *Deutche Hochschule für Politik*, na qual estudou ciência política e geografia política. Ingressou na Universidade de Berlin e permaneceu lá de 1928 até 1932, na qual obteve graduação em economia. Deu sequência a seus estudos na pós-graduação com pesquisas sobre economia, geografia política e geografia econômica. Seus estudos caminhavam paralelamente a suas atividades políticas, Schaefer era um ativo social democrata e com o avanço do nazismo na Alemanha sua situação ficou cada vez menos confortável. Martin explica sua situação:

> [...] Schaefer foi, ao que leva a crer, aprisionado em um campo de concentração, ele conseguiu fugir para a Suíça, de onde partiu para a França e de lá para a Inglaterra. Na Inglaterra ele teve contato com uma comunidade de Quakers, onde permaneceu até 1938. Partiu então para os Estados Unidos com destino a Nova Iorque, entretanto foi direto para o Estado de Iowa, onde havia um estabelecimento de ajuda aos refugiados da guerra, estabelecido próximo a Universidade de Iowa. Ao que parece ele deu palestras de natureza política por todo o Estado. Quando o

---

espacial da superfície terrestre. Para tal eram necessárias ferramentas dadas pela matemática para a formulação de possíveis teorias. Berry, B. Garrison, W. 1958. The Functional Bases of the Central Places Hierarchy. Economic Geography 34, p. 145-154. Lukermann, F. 1964. Geography as a Formal Intelectual Discipline and the Way in Which it Contributes to Human Knowledge. Canadian Geographer 8, p. 167-172.

[63] William Bunge argumentou em vários artigos sobre a importância das idéias de Schaefer, essencialmente sobre no que se refere a defesa da geografia enquanto ciência e seu procedimento . No seu livro Theoretical Geography, Bunge discuti os conceitos de Schaefer, inclusive os pontos de conjunção entre a geografia regional e sistemática. Bunge. W. 1966. Gerrymandering, Geography and Grouping. American Geographical Society 56, 2, p. 256-263. Bunge, W. 1966. Theoretical Geography, Lund studies in geography, series C, General and Mathematical Geography 1. Lund: Gleerup. (Sobre esse livro, Theoretical Geography, apenas tive acesso a segunda parte na qual versa sobre a localização como modelo e padrão).

> Departamento de Geografia foi formado na Universidade de Iowa em 1946, a Schaefer foi dada uma posição na faculdade. Ele deu aulas de história do pensamento geográfico, geografia política, e seminários sobre a Europa e União Soviética. Sobre a União Soviética ele pode apresentar trabalho na qual resultou em resumo nos *Annals* da *AAG*, com o título, "*Geographical Aspects of Planning in the U.S.S.R*." em 1947. (MARTIN, 1989, p. 80-81).

Diante das questões inegavelmente desconfortáveis na qual envolviam o exílio de sua pátria, a perseguição política e a passagem por alguns países, Schaefer conseguiu se estabelecer em Iowa, onde palestrava em universidades sobre economia e política européia. Com a possibilidade de dar aulas no incipiente Departamento de Geografia da Universidade de Iowa, fixa então residência nesse Estado e começa a dar corpo a suas pesquisas em geografia. Uma pessoa em especial ajudou Schaefer na Universidade, bem como em sua vida particular, Gustav Bergmann, professor de filosofia da mesma Universidade. Bergmann também era refugiado do nazismo alemão, estudou matemática na Universidade de Viena e participou de reuniões do Círculo de Viena. O relacionamento entre os dois pode ter sido influenciador no pensamento de Schaefer, seu modo de encarar a ciência e seu ponto de vista sobre o empirismo lógico. O Professor Bergman dava aulas na Universidade sobre filosofia da ciência, introdução a lógica e, ao mesmo tempo, aulas de cálculo, métodos estatísticos, além de formar um grupo de estudo na forma de seminário[64].

As pesquisas de Schaefer relacionavam um interesse pela matemática e questões apoiadas na economia política. Nesta época Schaefer estava interessado nos escritos de Christaller, Lösch e Von Thünen, de modo que seu estudo ficaria voltado para a economia regional sob a lógica da matemática e da estatística. Seus estudos em geografia política partiam da definição de conceitos e categorias da disciplina, na qual pudesse definir de modo preciso o entendimento da política sob a dimensão espacial. Ele permaneceu interessado nos trabalhos de Christaller e Lösch, principalmente nos aspectos matemáticos e estatísticos, entretanto visualizava a possibilidade de tornar a sua idéia de geografia política compreensiva, no âmbito da ciência e suas generalizações. Segundo Bunge, ele preparava um livro sobre geografia

[64] Bunge, William. 1979. Fred. K. Schaefer and the Science of Geography. Annals of The Association of American Geographers 69, 1, p. 129-132.

política, na qual seria apresentada sua explicação sob a natureza da disciplina, disposta como a metodologia de seu estudo em um capítulo do futuro livro[65]. Excepcionalismo na Geografia, publicado postumamente, possivelmente estaria contido nesse livro.

A oposição de Schaefer contra os regionalistas partia da sua defesa permanente quanto a possibilidade de leis espaciais e a atribuição dada a geografia de fazer meras descrições, bem como o tratamento metodológico do único na disciplina. O *melieu* metodológico exposto no Excepcionalismo na Geografia é entendido como o gerador de uma nova abordagem, em que os procedimentos poderiam ser fundamentados na predição. Johnston se refere a ele como um artigo revolucionário, contrário ao paradigma regional:

> [...] um dos primeiros tiros dados foi representado por um texto de Schaefer (1953) – publicado postumamente -, ao qual sempre se referem aqueles que procuram as origens das revoluções quantitativas e teóricas. (JOHNSTON, 1986, p. 74).

O artigo de Schaefer é tanto uma recusa referente aos posicionamentos de Hartshorne, como um chamado para a aproximação científica da geografia, baseadas em procura por leis espaciais. Infelizmente Schaefer morreu em junho de 1953, antes da publicação de seu artigo, e jamais pode se defender das subseqüentes críticas feitas a ele.

A seção seguinte, Parte I, é dirigida ao artigo de Schaefer. Embora os temas tratados devam se repetir ao longo do Capítulo II, deve-se apresentar as idéias de Schaefer contidas no Excepcionalismo na Geografia, pois como conhecido, é seu único texto que veio a público. Espera-se que algumas questões postas por Schaefer tornem-se melhor compreendidas, quando da sua explicação sobre a Natureza da Geografia, na última seção desse capítulo.

Parte 2.1 – O Excepcionalismo na Geografia

Os novos desafios propostos por Schaefer estavam relacionados a superação da geografia descritiva, caracterizada pelo entendimento do espaço geográfico e seu recorte em áreas, além de sua representação topográfica convencional. Para ele tais formas de compreensão eram insuficientes diante dos novos

[65] Bunge, William. 1979. Fred. K. Schaefer and the Science of Geography. Annals of The Association of American Geographers 69, 1, p. 130.

desafios colocados a frente da geografia. Schaefer considera os estudos regionais em sua perspectiva corológica, trabalhos pré-científicos, ponderadas as asserções lógicas norteadoras da sua concepção de ciência, em que a formulação de leis deve partir de modelos pré-concebidos. A representação empírica e topográfica da superfície da terra apenas demonstra as particularidades dos lugares. Essa representação é útil aos estudos idiográficos e concretos, porém não são adequadas aos estudos que buscavam testar hipóteses, na qual seria possível identificar regularidades em assentamentos e comportamentos humanos relacionados a ordem espacial. O que estava posto era uma necessidade de reconceitualizar o espaço geográfico.

A geografia não deixaria de pensar a superfície da Terra, mas para Schaefer havia chegado a hora de pensar o espaço como uma construção e de maneira lógica, por meio de abstrações e em função de metas racionais de verificação de hipóteses ligadas a relações espaciais entre variáveis definidas para um tema específico. Tal exemplo poderia ser um espaço construído onde uma suposta superfície poderia ser simulada levando em consideração um conjunto de variáveis. Esse espaço relativo seria a interação das funções e objetos segundo temas específicos como o urbano, agrário, das indústrias e outros.

Em primeiro momento, a preocupação de Schaefer é dirigida ao entendimento do que seria o excepcionalismo na geografia, de maneira a desenvolver sua crítica por meio da história da disciplina e como essa especificidade foi construída. A meta é entender o caráter excepcional por meio do procedimento adotado, como a metodologia científica, enraizada em diferentes perspectivas filosóficas. Para Schaefer a metodologia não pode ser específica a um campo da ciência, na qual haveria ciências integradoras e sintéticas:

> Metodologia, propriamente dita, trata da posição e escopo do campo de uma ciência dentro do sistema total das ciências, e do caráter e natureza de seus conceitos. (SCHAEFER, 1977, p. 5).

Acreditando na racionalidade dos enunciados científicos, Schaefer se aproxima das proposições lógicas desenvolvidas pelo empirismo lógico e assim escreve:

> [...] certos conceitos são constantemente aperfeiçoados ou então abandonados de vez; leis e hipóteses são conforme o caso, confirmadas ou invalidadas, ou talvez reduzidas à condição de não mais oferecerem aproximações aceitáveis. (Op. cit., p. 5).

A primeira critica exercida em seu texto, referente aos estudos corológicos, é direcionada a Hettner e a abordagem atrasada de seus escritos. Schaefer procura posicionar a ciência em permanente progresso, alinhada a teoria do conhecimento. Assim os estudos de Hartshorne, derivados segundo ele, da concepção de geografia de Hettner, também estão defasados no âmbito científico. Segundo Schaefer:

> [...] em uma época em que todas as outras ciências passavam por alterações e progressos violentos, a metodologia que Hettner acabara de publicar era, em sua maior parte, uma coleção de artigos de vinte ou trinta anos atrás. No tocante a América pode-se acrescentar que Hartshorne, em 1939, reiterou muito das opiniões de Hettner com poucas alterações ou críticas. (Op. cit., p. 6).

Para Schaefer o caso de Hartshorne é pior, pois não houve crítica nos 13 anos seguintes a publicação de seu livro.

De qualquer modo, o Excepcionalismo na Geografia, é um texto que reflete claramente a ênfase no caráter social na geografia, em que marca o advento do determinismo econômico sobre a perspectiva ambiental. O conceito de paisagem não gera tanta influência como no passado, já que as pesquisas de campo não fornecem o procedimento chave para a pesquisa a qual se quer desenvolver. Embora tenha sido objeto de discussão em um passado recente, o desenvolvimento da categoria paisagem não pode fornecer o fundamento científico e a especificidade na qual Schaefer quer alcançar. Apesar de exigir verificação diante dos dados que possam ser coletados, os modelos são criados em gabinete. Estes são fatos importantes nesse artigo, que afloram após a insistência inicial no apelo à necessidade de leis gerais, como caráter essencial à ciência; na procura de universalidades em vez de singularidades.

É descrito por Schaefer uma argumentação de que os fenômenos distribuídos espacialmente são fenômenos relatados conforme leis morfológicas, em que para a ciência não interessa casos individuais, já que eles podem ser agrupados conforme padrões. “Na geografia, as mais importantes variáveis produtoras de padrões são, naturalmente, as variáveis espaciais” (Op. cit., p.7).

A avidez em procurar razões, ou melhor, a necessidade de se conceber leis faz Schaefer retornar a Humboldt. Ainda que ele seja oriundo das ciências naturais, Schaefer percebe nele uma disposição para estabelecer a conexão de

que relações naturais ou espaciais eram governadas por leis, na qual Ritter procuraria fazer o mesmo. A constante delimitação dos saberes e as especializações fazem com que a geografia não mais se interesse pelo globo todo, o que seria natural do ponto de vista de que a geografia explicaria as relações espaciais, porém essas relações seriam tudo que estivesse distribuído no globo:

> Em conseqüência, a geografia tinha de ser concebida como a ciência incumbida da formulação de leis que governam a distribuição espacial de certas características da superfície da terra. Esta última limitação torna-se essencial. Pois com a vitoriosa ascensão da geofísica, astronomia e geologia, a geografia não mais poderá tratar da terra toda, mas apenas de sua superfície e "dos elementos terrestres que preenchem seus espaços". (Op. cit., p. 8).

Para os geógrafos, o que torna mais difícil de acatar é a sua limitação, a de se dedicar e voltar atenções para a distribuição espacial dos fenômenos em determinada área, do que a dos fenômenos em si mesmo. A tentativa de explicar diversos assuntos, de caráter ideológico e psicológico, tornaria os geógrafos nas palavras de Schaefer "em pau para toda obra".

O problema metodológico investigado por Schaefer cresce devido ao ponto de vista corográfico e diz respeito as investigações dos geógrafos, seja ele físico, econômico ou político. Schaefer justifica qualquer concepção geográfica, seja o estabelecimento de alguma área ou região, bem como qualquer outra categoria, contanto que seja uma relação espacial. Sua declaração não fundamenta a primazia de qualquer geografia sistemática sobre a regional:

> Em primeiro lugar, ele deverá tentar descobrir as relações prevalecentes entre os indivíduos e as classes que dão a área em estudo o caráter único que a transforma em região. A seguir, ele deve identificar as relações que prevalecem nessa determinada área como exemplos de inter-relações causais que mantém, em todas as circunstâncias conhecidas, em funções de leis gerais entre tais características, indivíduos, classes e etc. Este segundo passo implica, portanto na aplicação da geografia sistemática à área em questão. Somente depois de todos esses passos, poder-se-á dizer que se tenha obtido uma compreensão científica da região. (Op. cit., p. 9).

Ou seja, não há supremacia de um tipo de investigação, as duas são necessárias e contribuem para o entendimento da distribuição espacial. Vem daí uma grande crítica de Schaefer dedicada a Hartshorne e o seu pensamento, de que o núcleo da geografia é o regional:

> Hartshorne acredita que a geografia sistemática é, de fato, imprescindível ao trabalho regional; quem dela gostar, ou tiver inclinação para seguí-la, não precisa abandoná-la; todavia o cerne da geografia é regional. (Op. cit., p. 10).

Schaefer acredita que esse problema tenha uma origem psicológica, e que essa disputa entre geografia sistemática e regional é desnecessária, pois:

> [...] geralmente, a capacidade de organizar teoricamente um campo nem sempre está associada ao interesse adequado e à competência na coleta de dados. Igualmente, a aplicação de leis a situações concretas requer uma habilidade especial. Todavia não há razões para que essas diferenças de temperamento sejam substanciadas em posições pseudo-metodológicas. (Op. cit., p. 11).

Tem-se ainda a idéia de complexidade, de que a geografia caberia reunir fatos homogêneos e heterogêneos, na qual é responsável pela síntese de uma complexidade única, singulares a história e a geografia. Isso é amplamente combatido por Schaefer em sua crítica:

> [...] mesmo a mais completa análise geográfica de qualquer região resulta num *insight* apenas parcial da mesma. Após o geógrafo completar seu trabalho, ainda resta muito a fazer antes se entender integralmente a estrutura social da referida região. É um absurdo, assim, afirmar que os geógrafos se distinguem entre os cientistas pela integração que conseguem de fenômenos heterogêneos. (Op. cit., p. 12).

Schaefer vai buscar em Kant a origem desse excepcionalismo, em que segundo o grande filósofo, tanto a geografia como a história se acham em situação excepcional, diferente das chamadas ciências sistemáticas.

As idéias que Hettner e Hartshorne buscam em Kant são de seu período jovem, onde lecionava geografia física no magistério, cabe dizer que esse termo físico se refere simplesmente a descrição espacial da superfície da terra. Nas palavras de Kant (Kant *apud* Schaefer):

> [...] geografia é um nome para uma descrição da natureza e do mundo todo. Juntas, a geografia e a história preenchem a área integral de nossa percepção: a geografia o espaço e a história o tempo. (Op. cit., p. 14).

A crítica de quem prática uma investigação nomotética não desconsidera as relações espaço-temporais, e Schaefer dá duas razões para discordar das idéias de Kant. A primeira considera a importância das categorias espaço e tempo:

> [...] a distinção pretendida é por si só insustentável. Simplesmente não é verdade que certas disciplinas sistemáticas, como por exemplo a física,

> abstraia, ou de qualquer outra maneira, negligenciem as coordenadas espaço-temporais dos objetos que pesquisam. (Op. cit., p. 15).

A segunda razão diz respeito à descrição dos assuntos geográficos, "[...] observamos que a noção resultante de geografia é descritiva, no sentido mais restrito desse termo". (Op. cit., p. 15). Para Schaefer isto aconteceu devido à influência que Kant sofreu da taxonomia, ao menos o jovem Kant, pois talvez ele ainda não tivesse percebido a importância dos trabalhos de Newton, assim como e dos empiristas ingleses Hume e Berkeley.

Como já escrito por alguns historiados do pensamento geográfico, Hartshorne pouco comentou a respeito da escola filosófica neokantista. Ele descreve algumas questões, na qual levam a crer ser uma explicação sobre o caráter idiográfico e o nomotético. É razoavelmente compreensível inferir em Hartshorne uma influência neokantista, devido ao seu posicionamento sobre o caráter corológico da disciplina. Schaefer entende que considerar a disciplina sobre o viés corológico, a sujeita necessariamente a perspectiva idiográfica. No que concerne a esse tema, Schaefer discorda profundamente do ponto de vista de Hartshorne e seus critérios sobre o que deve ser a investigação geográfica:

> A geografia segundo Hartshorne é essencialmente idiográfica. Quando leis são descobertas, ou aplicadas, não estamos mais na área da geografia. A contribuição desta restringe-se a fatos. (Op. cit., p. 24).

Embora Hettner e Hartshorne concordem com o caráter corológico da geografia, é necessário reiterar que Hettner teve papel significativo na formação metodológica da disciplina. Deve ser considerada, no Excepcionalismo da Geografia, a importância de Hettner e sua esquematização no processo de formação metodológico, assim como uma possível negligência que alguns geógrafos tiveram com relação ao pensamento de Hettner:

> Assim criou a base para uma forma mais concisa de explicação, apoiada na investigação comparativa e conduzindo a leis. Ao conseguir isso a geografia moderna está muito adiantada em relação à história. (Op. cit., p. 25).

Contudo, Schaefer sugere que Hettner não conseguiu integrá-las. Ele defendeu suas posições teóricas em épocas e lugares distintos, tanto sua concepção idiográfica, quanto sua fundamentação nomotética da disciplina. Outro fator importante, é o meio em que Hettner estava envolvido, no que Schaefer pensa ter tido uma influência demasiada do historicismo. As ciências naturais

encontraram solo fértil na Alemanha, na qual experimentavam grande ascensão devido algumas junções de valores. Sua conexão com a filosofia positivista da ciência acentuou ainda mais a procura por leis e teorias que pudessem explicar a complexidade do mundo. Ainda que essas duas formas de pensar, o nomotético e o idiográfico, não pudessem naquele momento ter uma relação próxima, Hettner procurou envolver as duas concepções na sua concepção de geografia e de mundo. Essa rigidez sobre o caráter de um campo científico desdobrou-se de diversas maneiras nas mais variadas disciplinas e, para Schaefer na geografia, obteve desenvolvimento na forma de historicismo.

Por fim, esse artigo é a maneira que Schaefer encontrou para refutar o excepcionalismo na geografia, como uma forma de singularidade metodológica. Christaller já haviam proposto uma geografia baseada em método empirista-lógico, na qual a procura por leis era o que norteava um estudo científico, entretanto, sua obra apesar de rica metodologicamente, não era uma obra de impacto quanto aos procedimentos na geografia. Os economistas na primeira metade do século XX, trabalhavam com economia e sua espacialidade, de maneira que a teoria dos lugares centrais de Christaller possuía importância significativa nos estudos de economia regional, assim como os estudos de Walter Isard, August Lösch e vários outros. A geografia ainda se desenvolvia nesse campo, com um desdobramento parcial na geografia econômica influenciada por economistas. O maior impulso nessas pesquisas foi dado somente a partir da década de 1960, com os trabalhos de Peter Haggett e Richard Chorley sobre a análise locacional, a análise espacial de William Garrison e seus discípulos, entre os quais foram Brian Berry, William Bunge, Waldo Tobler e Duane Marble e outros. Do trabalho de Christaller e dos economistas até os primeiros trabalhos de geografia teorética temos uma diferença de ao menos 40 anos. Sobre isso Schaefer comenta no final de seu artigo:

> [...] são muitas as leis de geografia econômica, por exemplo, a florescente teoria geral da localização – pois, com efeito, esta já atingiu o estágio no qual se pode falar de uma teoria no sentido de um grupo inteiro de generalizações interligadas por dedução. Como é de conhecimento geral, esta teoria investiga as relações espaciais existentes entre lugares onde possam ser encontrados, em qualquer região, os vários fatores

> econômicos, tais como matéria prima, unidades de produção, meios de comunicação, mercado consumidor e etc. Na medida em que sejam morfológicas, essas leis são verdadeiramente geográficas. Na verdade o trabalho pioneiro nessa área foi desempenhado por economistas, com a única exceção do geógrafo Christaller. (Op. cit., p. 35).

Alguns historiadores do pensamento geográfico generalizam o pensamento de Schaefer, em que, segundo eles, houve uma tentativa de exaltar o nomotético sobre idiográfico. Contudo, Schaefer considera esse tema pouco produtivo, pois a ciência não opera conforme o singular, mas no que tem poder de generalizar e ser usado por diversos campos. Por diversas vezes alguns geógrafos tentaram realizar o feito de integrá-los com pouco sucesso, pois a ciência não se realiza dessa forma, e não caberia a uma ciência excepcional o papel de executar tal feito. Schaefer não realiza a união desses tipos, já que, segundo sua concepção de ciência e posicionamento filosófico, não seria permitido justificar o idiográfico e o nomotético. O que se confere é apresentação de uma proposta metodológica, na qual a instituição de leis é tão importante quanto a geografia regional. O método regional não pode ser o norte da disciplina, pois a ciência não se realiza por especificidades e características singulares. O mais importante numa ciência é predizer sobre algo e, no caso da geografia, o caso é a análise espacial. Schaefer tinha em mente um tipo específico de filosofia norteadora de seu pensamento. Esse sentimento que permitia a sua pesquisa eliminar a singularidade dentro da ciência, remonta a fertilidade e o nascimento do emprirismo lógico que ele pode ter vivenciado na Alemanha no período da República de Weimar. A parte seguinte desse estudo trata, de modo breve, das características referentes ao empirismo lógico.

Parte 2.2 - O Empirismo Lógico e o Círculo de Viena

Existe uma ligeira confusão relativa ao empirismo lógico, alguns autores o chamam de neopositivismo e outros de positivismo lógico, entretanto, o empirismo lógico tem origem com cientistas insatisfeitos com o método positivista e o neokantismo, ele aparece como resposta desse grupo à insatisfação com o apriorismo neokantiano e aos métodos e historicismos positivistas. O empirismo lógico é relacionado em torno da figura de Moritz Schilick, físico e fundador da Fundação Ernst Mach, estabelecida na

Universidade de Viena. Ele recusa uma proposta para lecionar em Berlim e por efeito disso, um conjunto de cientistas de diversas áreas do conhecimento se reuniam em forma de grupo de estudo, de maneira que esses encontros ficaram conhecidos como Círculo de Viena. Para esse grupo, a filosofia da ciência tem uma importância institucional, era um grupo de cientistas preocupados com filosofia: nele havia matemáticos como Rudolf Carnap, Kurt Gödel, Hans Hahn, psicólogos como Gustav Bergmann e Herbert Feigl, físicos como Moritz Schilick, Philip Frank e Hans Reichenbach, economistas como Otto Neurath, Victor Kraft era geógrafo e economista, além de outros cientistas relacionados a diversas áreas do conhecimento. Estes pensadores estavam ligados aos avanços da lógica e da física, na qual o desenvolvimento da lógica de predicados, principalmente os estudos de Gottlob Frege, proporcionaria o desdobramento de uma série de pesquisas sobre a linguagem científica e o papel da filosofia.

Uma nova fase da epistemologia, transvertida de filosofia da ciência e teoria do conhecimento, tem início em 1929 com o manifesto do Círculo de Viena. Neste período, Bertrand Russel em conjunto Alfred North Whitehead desenvolviam um estudo sobre princípios matemáticos com a aplicação da lógica, em que implicaria uma experiência da filosofia ancorada nos procedimentos científicos. O problema dessa filosofia, desdobrada como um tipo de meta-teoria científica, era a influência da tradição empirista e indutivista, conectadas desde Bacon, Hume, Berkeley, Comte e Mach, em que se mostrava incompatível com a epistemologia realista inerente ao enfoque científico.

Rudolf Carnap foi um dos maiores colaboradores do Círculo de Viena, ele foi aluno de Frege e resgatou alguns estudos sobre a lógica de pedicados. Em 1928, dois anos após ingressar no Círculo a convite de Schilick, Carnap escrevia sua primeira pesquisa norteada pelos preceitos filosóficos do empirismo lógico. Em “A Construção lógica do Mundo”, os pressupostos básicos defendidos por Carnap, eram o de que o significado de uma proposição consiste em suas condições empíricas de verificação, e o de que a distinção entre ciência e metafísica está profundamente vinculada à distinção entre proposições significativas e proposições não significativas. O projeto fundamental da obra era mostrar que qualquer proposição científica pode ser

reduzida a uma combinação de enunciados que, por exprimirem diretamente a experiência imediata, são empiricamente verificáveis de modo instantâneo. A epistemologia é fundamental para o Círculo de Viena, pois enquanto movimento, possui intenção de definir o significado de categorias filosóficas necessárias para o estabelecimento de suas proposições. A epistemologia enquanto filosofia da ciência e teoria do conhecimento se resulta a uma linguagem geral a ciência e a filosofia. Por tal razão, a filosofia pode ser entendida como uma meta-teoria, em que sua construção dá sentido a qualquer objetivo maior e científico.

Segundo Carnap, "[...] o objetivo da epistemologia é a formulação de um método para a justificação das cognições" (Carnap, 1980, p. 143), devendo então demonstrar se um conhecimento é autêntico. Tal exercício somente se justifica relacionando uma cognição com outras, confirmando sua validade. Assim é feita uma análise epistemológica. Carnap descreve que o fim da epistemologia é: "[...] justificação, redução de uma cognição a outra e análise dos conteúdos das experiências." (Op. cit., p.167).

Um importante conceito colocado pelos empiristas lógicos é a concepção científica do mundo, na qual não se caracteriza por teses próprias, mas por pontos de vista e pela orientação de pesquisa, como escrito em "A Concepção Científica do Mundo", manifesto do Círculo de Viena que, "[...] tem por objetivo a ciência unificada." (Cadernos de História e Filosofia da Ciência, 1986, p. 10). Diversos pesquisadores visam interligar seus resultados obtidos a partir de suas pesquisas individuais. O que se coloca com importância no manifesto do Circulo de Viena é um objetivo comum à comunidade científica, um trabalho coletivo, este gera uma nova linguagem, à parte de um todo simbólico construído historicamente. Há então, a busca por esclarecer os problemas filosóficos, sendo que não há problemas sem solução, eles são parcialmente transformados em problemas empíricos, cabe então uma análise pelas ciências empíricas. O manifesto descreve o sentido do trabalho filosófico do seguinte modo: "A tarefa do trabalho filosófico consiste neste esclarecimento de problemas e enunciados, não, porém em propor enunciados filosóficos próprios." (Cadernos de História e Filosofia da Ciência, 1986, p. 10). Para Carnap a filosofia é uma meta-teoria, ou seja, um discurso do discurso, uma

explicação da teoria, servindo a uma analise lógica da ciência e da linguagem. Assim que se chega no discurso de uma mesma linguagem para a ciência, uma linguagem fisicalista, dos aspectos físicos situados no tempo e no espaço.

Para os empiristas lógicos existe um método para esclarecimento dos problemas e enunciados, caracterizado pelo método da análise lógica. O que os empiristas lógicos querem saber é o que um enunciado diz, reduzindo-o a enunciados mais simples como feito nas ciências empíricas. O que não se pode confirmar empiricamente, ou seja, um dado metafísico, demonstra ser vazio de significado. Ele até pode ser transformado em enunciado empírico, mas perde seu significado carregado de sentimento, essencial para um caráter metafísico. A metafísica, segundo o Círculo de Viena é carregada de apriorismo e, portanto, não é sujeita a experimentações, o manifesto esclarece que, "[...] algo é real por estar enquadrado pela estrutura total da experiência." (Op. cit., p. 12).

Essencialmente a concepção científica do mundo possui duas determinações: uma determinação empirista e positivista, caracterizada pelo conhecimento empírico legitimador da ciência; e outra na qual sugere a aplicação de um método caracterizado pela análise lógica, gerador de um esforço para o alcance da ciência unificada, utilizando a análise lógica para reconhecimento do material empírico.

O conteúdo teórico é um conhecimento que está contido na experiência e segundo Carnap:

> [...] a análise epistemológica é uma análise dos conteúdos das experiências [...], a análise não é uma divisão real: a experiência permanece o que é: a análise ocorre no curso de uma consideração subseqüente da experiência passada e, portanto, não mais alterável; logo ela é somente uma análise conceitual abstrativa. (Carnap, 1980, p. 145).

Um método de análise é então o que possui significado, ou que deve significar, tomando como referência uma analise epistemológica.

Necessariamente, para uma análise lógica deve-se levar em consideração um ponto de vista aceito. Há para Carnap critérios lógicos que devem confirmar se teorias podem ser aceitas. Em sua essência, as teorias científicas são entendidas pela sua formulação embasada por uma lógica matemática, que satisfazem as condições da meta-teoria enquanto sua linguagem.

Nesta caracterização, todos os termos teóricos são cognitivamente significativos, no sentido de que cada um deles pode satisfazer os critérios em processo de formação, por meio de sua notificação e verificação. O conjunto das postulações teóricas é o conjunto de leis ajustadora da teoria, e o conjunto de regras de correspondência é quem determina quando a teoria pode ser aplicada a algum fenômeno que se quer explicar.

Carnap considera importante definir quais requisitos são propostos para discussão da linguagem da ciência, ou como ele chama, “linguagem total da ciência” (Op. cit., p. 223), divididas em duas partes: linguagem observacional e a linguagem teórica. Na linguagem observacional, temos especificações das constantes primitivas, separadas em constantes lógicas e descritivas (não-lógicas). Para Carnap, a linguagem observacional é reconhecida quando todos membros do grupo interpretam suas sentenças de modo igual, e assim ela é considerada completa, suas classes descritivas são chamadas de vocabulário observacional. A linguagem teórica assim como a linguagem observacional, a partir de suas constantes primitivas, é dividida em constantes lógicas e descritivas. As constantes teóricas são chamadas de construtos teóricos ou construtos hipotéticos, nada mais do que um termo teórico. “A linguagem teórica possui os conectivos de verdades funcionais habituais, para a negação ou conjuração.” (Op. cit., p. 225). É importante ressaltar que a linguagem teórica é formulada por postulados e formulas que acabaram por formar uma teoria, quem descreve a classe de constante da linguagem teórica é o vocabulário teórico. A teoria é então a união destes postulados, que são ligados pelos vocabulários observacionais e teóricos, gerando uma regra de correspondência.

Esses postulados de Carnap foram respostas a algumas críticas feitas a sua sintaxe lógica da linguagem, surgidas a partir de críticas motivadas por amigos próximos e que debatiam constantemente sobre linguagem. Pode se dizer que Willard Quine e Alfred Tarski influenciaram Carnap no sentido de reformular a sua concepção de linguagem de uma teoria científica.

Como visto, um dos princípios importantes do empirismo lógico é a desintegração do sintético a priori. Todos os juízos podem ser divididos em duas classes: juízos analíticos a priori e juízos sintéticos a posteriori. A filosofia

de Carnap propõe regras para essa definição e, por meio da linguagem observacional e teórica pode se confirmar (Carnap trocou o termo verificar por confirmar) a correspondência de uma teoria com a experiência. Diante disso, juízos sintéticos são não lógicos, pois são passíveis de experiência. Nas palavras de Carnap em Testability and Meaning, “[...] um juízo é analítico se e somente se é logicamente verdadeiro, é automaticamente contraditório se e somente se é logicamente falso; caso contrário o juízo é sintético.” (Carnap, 1936, p. 12).

Curiosamente o primeiro estudo de Carnap foi sobre o espaço. Carnap teve como professor Bruno Bauch, filósofo neokantiano, com quem ele estudou filosofia kantiana. Durante todo um ano Carnap esteve especialmente interessado na teoria kantiana do espaço, e sua monografia viria a ser um estudo sobre a teoria do espaço do ponto de vista filosófico, apesar de achar que era um estudo relevante para a física. O trabalho foi intitulado Der Raum (O Espaço). Nele são reconhecidos três tipos de teorias a cerca do espaço: o espaço formal é analítico a priori, está relacionado com as propriedades formais do espaço, ou seja, com aquelas propriedades que são uma conseqüência lógica de um conjunto definido de axiomas. O espaço físico é sintético a posteriori, é objeto da ciência natural e podemos conhecer sua estrutura somente por meio da experiência. O espaço intuitivo é sintético a priori e é conhecido via intuição a priori. Essas teorias estão vinculadas à geometria.

Na sua autobiografia, The Philosophy of Rudolf Carnap, é exposto sua aceitação a um ponto de vista neokantiano. O espaço intuitivo, com seu caráter sintético a priori, é uma concessão à filosofia kantiana. Mais tarde Carnap reconhece que o espaço físico e formal é similar à distinção entre geometria física e matemática, e não demorou muito para que ele discordasse da teoria do espaço intuitivo, conforme os seus primeiros estudos sobre lógica e principalmente como contido em “A Construção Lógica do Mundo”. Nele Carnap argumenta contra a filosofia kantiana, especialmente contra o sintético a priori.

Todas essas teorias do espaço estavam relacionadas com a forma fisicalista de visão do mundo, embora na geografia bem como em outras ciências que se

utilizam de categorias espaciais, a construção de modelos puramente abstratos pode ser considerada um desvio das premissas mais básicas do empirismo lógico. No estudo sobre a natureza da geografia de Schaefer, parte seguinte desse estudo, algumas indicações podem ser feitas nesse sentido. A construção de modelos e padrões na geografia ganha corpo a partir da morfologia geográfica e da probabilidade utilizada como procedimento base. O que se espera, é que o manuscrito de Schaefer contenha mais informações sobre sua postura metodológica, uma explicação melhor elaborada, em que possa se distanciar das polêmicas marcadas no Excepcionalismo da Geografia.

Parte 2.3 – Schaefer e a Natureza da Geografia

Na geografia, enquanto ciência estabelecida e acadêmica, uma quantidade razoável de abordagens da disciplina foi alinhada conforme as principais correntes de pensamento. Significa dizer que por conveniência de alguns historiadores da geografia, ela tem sido reconhecida por diversas tradições de pesquisa, em que determinados modos de pensar a disciplina são rotulados como estudos da paisagem, diferenciação de áreas, análise espacial e assim por diante.

A análise de Schaefer em seu estudo sobre a natureza da geografia propõe a disciplina uma intensa abordagem morfológica, na qual a argumentação insiste na primazia das relações e suas formas em um espaço físico. Sua aproximação aos estudos generalizadores, no intuito de conceber leis morfológicas geraram críticas que partiam tanto da tradição da análise espacial, no que pesa seu estudo como fundador dessa tradição, como diversas outras tradições[66]. A primazia dada por Schaefer a concepção de leis espaciais fora amplamente identificada como uma explicação positivista na geografia, visto que ela lidava com modelos formais da organização espacial[67].

[66] Muitos geógrafos consideram Schaefer o fundador da análise espacial. Apesar do reconhecimento sobre sua pesquisa ser dado apenas conforme seu único artigo publicado, alguns o entenderam como um manifesto dedicado a geografia preditiva. Bunge. W. 1966. Locations are not Unique. Annals of the Association of American Geographers, 56, 2, p. 375-377. 1966. Gerrymandering, Geography, and Grouping. Geographical Review, 56, 2, p. 256-263. 1973. Spatial Prediction. 1973. Annals of the Association of American Geographers, 63, 4, p. 566-569.

[67] Bowen, Margarita. 1981. Empiricism and Geographical Thought – From Francis Bacon to Alexander von Humboldt. Cambridge University Press: Cambridge, p. 1-14. Gatrell, Anthony C. 1983. Distance and Space: A Geographical Perspective – Contemporary Problems in Geography. Oxford University Press: Oxford, p. 2-5.

A descrição de Margarita Bowen possibilita identificar no pensamento geográfico, uma reação contrária ao positivismo, resultada de uma rápida introdução na metade do século XX: "[...] a geografia entrou na sua fase positivista mais tarde que muitas outras ciências, até a década de 1950 foi amplamente considerado que o método científico não seria aplicável a geografia, na qual a ênfase seria dada aos estudos regionais, já que havia uma ausência de pesquisas experimentais e uma inabilidade de precisar leis naturais" (Bowen, 1981, p. 5). Os departamentos de geografia nos Estados Unidos ainda eram dominados por geógrafos físicos ou por estudiosos conservadores e, devido a essa característica, os pesquisadores tentavam se ligar a um departamento que pudesse provir estudos relacionados a tradição desses centros. Assim, a geografia funcional de Chicago, a geografia cultural e histórica de Berkeley, bem como outras tradições, cresceram e se fortaleceram com o passar dos anos, com vínculo a especificidade de suas pesquisas. Fred K. Schaefer ainda permanecia isolado no recente Departamento de Geografia da Universidade de Iowa e tornou conhecida sua abordagem após uma forte crítica referente a posição singular da geografia, em que chamava os geógrafos para o uso dos mesmos métodos que outras ciências, no intuito de caracterizar o estudo limitando-os conforme as relações espaciais. Schaefer mantinha contato com Christaller e outros geógrafos estudiosos da analise espacial, porém publicou nesse período poucos artigos e nenhum deles relacionado a questões metodológicas da disciplina. Seu relacionamento, segundo Bunge, se dava com filósofos da ciência, matemáticos e economistas da Universidade, o que dá significado a construção de suas idéias e revela seus objetivos científicos alinhados a filosofia analítica[68].

A palavra espacial se tornou chave, numa aqui chamada, geografia analítica. Ela serviria para diferenciar essa nova geografia do velho modo de pensar. Essa ciência espacial deu a uma geração, após a década de 1950, um senso de ruptura no fazer geográfico. Segundo Bunge, as leis morfológicas de Schaefer receberam grande atenção dos geógrafos teoréticos, na qual a

[68] Bunge, William. 1979. Fred. K. Schaefer and the Science of Geography. Annals of The Association of American Geographers 69, 1, p. 130.

geografia se filiaria a ciência por sua metodologia essencial[69]. Essa escola espacial em formação invertia a concepção corológica e enfatizava como núcleo da descoberta geográfica, o estudo da situação e distribuição espacial das coisas, que na visão regional era considerada uma anomalia no curso da geografia.

Assim como outros estudiosos do pensamento geográfico, Schaefer procura abordar o escopo da geografia por meio de sua metodologia. A sua definição de geografia política, como um campo da disciplina, somente é possível por meio da definição e dependência da metodologia e prática da geografia. O objetivo de Schaefer é enquadrar a geografia como uma área do conhecimento com escopo definido, no sentido de descrevê-la como comum, normatizadora como qualquer saber científico em que suas predições possam ser aplicáveis. A natureza da disciplina reside na tensão entre o saber específico e sua aplicabilidade, como qualquer área do conhecimento deva admitir. No início, Schaefer aborda a disciplina e seu caráter histórico, em que qualquer geografia deve ser humana e assim, uma ciência do homem e social:

> "Geografia" é uma forma usada como sinônimo de termos mais usuais da atualidade, como geografia humana, antropogeografia, geografia social e tudo mais que apresente qual é o trabalho da geografia, ou qual deve sê-lo, o de uma geografia primeiramente preocupada com o homem. (SCHAEFER, p. 2).

Assim como Hartshorne em *The Nature*, ele descreve o crescimento de uma geografia humana relacionada a explicação científica de Ratzel e sua incipiente antropogeografia[70]. A disciplina até então fora dominada por geógrafos físicos, influenciados pelos estudos da geologia e da botânica, na qual nenhuma atenção fora dada ao homem e a sociedade. A tarefa do geógrafo voltou-se para os estudos da qual pudesse ser estabelecida uma geografia do homem, sem que as questões físicas fossem eliminadas da disciplina, porém se tornou um campo especializado dentro da geografia. Um campo é bem desenvolvido quando ele possibilita sua generalização, no sentido de sistematizar e ordenar o conhecimento adquirido. Schaefer nota que uma disciplina científica

[69] Bunge, William. 1966. Theoretical Geography, Lund studies in geography, series C, General and Mathematical Geography 1. Lund: Gleerup, p.22.
[70] A referência a esse tema se encontra no Capítulo 1, Parte 1.

amadurece devido sua linguagem lógica e que suas proposições não dependam do acaso:

> O pensamento metodológico sobre um campo historicamente estabelecido chega a um grande nível de desenvolvimento, quando há necessidade de sistematizar e ordenar o conhecimento adquirido e, obter orientação na procura por uma verdade maior e melhor. Por isso, a metodologia de qualquer campo tende a ser um compromisso entre o que se expandiu historicamente e, o que é desejável, por uma mera visão lógica de ordem e procedimento. (Op. cit., p. 2).

Os métodos de investigação científica adotados por Schaefer surgiram pouco tempo antes da ascensão do nazismo, no final da década de 1920 com o Círculo de Viena. Houve por parte de um grupo de matemáticos e filósofos expressivo interesse em examinar como a ciência desenvolvia as idéias sobre conhecimento e sua explicação, na qual resultou na publicação de diversos livros e artigos relacionados a natureza e a filosofia da ciência. Quando Schaefer submete que proposições maiores devem se relacionar com proposições menores, no sentido de que qualquer atividade casual seja suprimida, ele fortalece a abordagem filosófica do empirismo lógico, na qual instituía uma rota segura para o estabelecimento de leis. Inegavelmente Schaefer assume critérios da filosofia de Karl Popper. Influenciado pelo empirismo lógico, Popper argumentava que toda afirmação científica, tal como todo conhecimento, é interino e provisório. Popper notou que, embora o método científico com início na observação, experimentação e resultante em uma teoria, se resume a algo mítico e inspirador para muitos cientistas, pois é historicamente associado a imagem da física experimental[71]. Ele realça o papel da teoria na ciência como indicação histórica do trabalho científico: “As ciências empíricas são sistemas de teorias, [...] observação é sempre observação a luz de teorias” (Popper, 2009, p. 59).

A abordagem de Schaefer sugere o entendimento histórico do processo de sistematização da geografia e seus procedimentos, tendo em vista a afirmação científica como um caminho seguro. A metodologia da geografia enquanto ciência se desdobra lentamente a partir de Varenius, por Humboldt e Carl Ritter na metade do século XIX e, embora tenha se desenvolvido novos pontos de vista sobre a disciplina e seus campos, para Schaefer, pouco foi modificado a

[71] Popper, Karl. 2009. A Lógica da Pesquisa Científica. São Paulo: Cultrix, p. 278-281.

partir de sua estrutura básica. Para ele, já fora estabelecido por esses geógrafos a afirmação científica, de modo que qualquer contribuição metodológica possa somente realizar um esforço na elucidação dos questionamentos geográficos. Os estudiosos mais interessados na estrutura da disciplina deixaram marca significativa, de maneira que, entender a natureza da geografia e seus campos sugere a necessária compreensão das características da disciplina e seus conceitos, por meio de sua justificação existencial. Schaefer considera desnecessário justificar a disciplina, já que ela desenvolveu-se historicamente como uma ciência que guarda conhecimento dotado de estrutura e se consolida como uma afirmação científica:

> Não há motivo para justificar a geografia como um campo independente com reivindicações inflexíveis. O fato de existir muitas pessoas que assumiram a geografia em seus estudos, mesmo sob limites vagos nos seus respectivos campos, que contribuíram com o corpo geral de conhecimento de uma maneira organizada, com a divisão de trabalho, com a cooperação, métodos especiais, formação de institutos e outros recursos, e aqueles que fazem um tipo de trabalho incomum em qualquer outro campo, ou, ao menos, não com resultados superiores – é razão suficiente para a existência da geografia como um campo independente. (Op. cit., p. 4).

Talvez esse questionamento mostra-se como a primeira crítica ao ponto de vista da ciência geográfica como ciência integradora, já que com o desenvolvimento das ciências naturais no final do século XVIII e seu avanço por todo século XIX, descrever áreas pouco explicaria sobre fenômenos distribuídos sobre a superfície da terra. A disciplina não poderia se justificar por meio de um método específico e unificador, com suficiente força para juntar dados obtidos por outras ciências. Schaefer limita a descrição, mesmo que seguida de classificação, a abordagem pré-científica, pois ela “não explica a maneira como os fenômenos estão distribuídos em todo o mundo. Uma das principais características da ciência é a de se concentrar nas relações entre fenômenos.” (Schaefer, p. 4). O que se pode compreender é um apelo para que a geografia revele as relações espaciais, contanto que “esse novo tipo de instrumento de trabalho seja providenciado na forma de conceito e de leis.” (Schaefer, p. 5).

O que permiti à geografia a aceitação dessas afirmativas é a construção histórica dos conceitos elaborados por Humboldt e Ritter, que conferiu a ela

apoio suficiente para sua sistematização. Entretanto, mesmo com o início dessa geografia moderna sugerida por esses estudiosos, a disciplina ainda abarcava diversos assuntos que desnecessariamente se assumiam como geográfico. Mesmo que fatores naturais, e o homem ai incluído, retratem a distribuição de fenômenos no espaço, não se pode entender esse tema como obrigatoriamente geográfico. A principal questão relacionada a isso é a investigação dada de modo amplo, na qual é uma ação quase impensável com o avanço da especialização das ciências. Schaefer, em concordância como esses geógrafos, considera essencial, como visto no processo de maturação científica, a ideia de abstração necessária para sua maturidade:

> A geografia deveria ser orientada pela manifestação ou disposição das coisas em uma área, o que significa dizer, que as relações espaciais eram as únicas que importavam. Esta foi outra limitação significativa para os geógrafos, e claramente suprime todas as outras relações numa área na qual não fossem de caráter espacial, deixando as mesmas para a investigação dos geólogos, antropólogos, sociólogos, economistas entre outros. De todas as limitações no âmbito geográfico, essa parece ser a mais severa e a mais difícil para o geógrafo observar. Nem Ritter, nem Humboldt, nem a maioria dos geógrafos contemporâneos tiveram muito sucesso com isso. Parece ser muito difícil para os geógrafos, a distinção entre as relações sociais e espaciais, dos fatores sociais. (Op. cit., p. 5).

É fundamental entender que no conjunto de idéias expostas por Schaefer, a corologia é algo manifestado, disposto e edificado historicamente no escopo da geografia. Assumir a corologia significa dizer que qualquer estudo geográfico deve se limitar a superfície da terra. Schaefer observa que Victor Kraft empenhou-se para definir a disciplina com argumentos lógicos e particulares:

> Com a superfície da terra como objeto e a corologia como um ponto de vista especial, ele considerou que a geografia distinguiu-se o suficiente das outras ciências e justificou essa existência logicamente. (Op. cit., p. 6).

Kraft considera o objeto da disciplina singular, porém ele se justifica coerentemente por meio de metodologia e procedimentos científicos que remontam a Humboldt e Ritter.

Segundo Schaefer, a problemática que envolve a corologia desencadeou uma série de questionamentos sobre a metodologia ou os procedimentos da qual a disciplina poderia adotar. Seja qual for o campo de investigação dum geógrafo – geografia física, econômica, social e assim por diante, necessariamente o pesquisador encontra duas possibilidades metodológicas – a regional e a

sistemática. Cientistas como Humboldt e Ritter, exerciam de modo contínuo as duas possibilidades, entretanto devido a novidade dos estudos teóricos sobre a superfície da terra em sua fase jovem, pode ser encarado como natural a falta de argumentações a respeito qualquer área e sua diferenciação, de maneira que, muitas vezes os aspectos regionais se voltavam somente para as características descritivas. Schaefer enuncia do seguinte modo a geografia regional:

> Na geografia regional, o geógrafo estuda a disposição dos fenômenos em uma dada área e tenta analisar e explicar a estrutura espacial daquela área. Ao fazer isso, ele irá estudar uma vastidão de fenômenos diferentes que coexistem lado a lado, formando tal área. Para esta pesquisa, ele tem um conceito básico bem útil denominado região. Por isso, uma área definida como uma região contém uma combinação especial, única, uniforme em diversas maneiras, não apenas uma combinação de dois ou três tipos, mas de muitas categorias de fenômenos. O nível de abstração do geógrafo no tratamento da região depende do tamanho dela. Não é a competência em descrever a distribuição dos membros de cada classe que o distinguirá como um geógrafo. Tal função é realizada em qualquer campo em relação aos seus objetos de estudo. Assim como o economista no estudo de uma indústria de sapato pode começar mapeando todos os produtores de sapato no país, da mesma forma o geógrafo geralmente começa seu estudo mostrando a distribuição dos fenômenos relevantes. O que faz um geógrafo é ir além da distribuição. Agora ele tem que demonstrar as relações existentes entre os membros de uma classe com os membros de outra classe e como todas estas relações formam uma unidade que ele chama de região. Além disso, essa unidade descritiva da região aparentemente ainda deve ser explicada como o resultado de relações causais entre os fenômenos, dos quais algumas funcionam como fatores e outras como resultados, ou ainda algumas sendo fatores por um lado e efeitos por outro. Os fatores e efeitos relevantes são identificados cuidadosamente e são, na maior parte, responsáveis por este tipo especial de combinação de fenômenos encontrados em tal região. Ao analisar a região desta forma, nós obtemos uma <u>compreensão</u> disso. Este tipo de estudo é chamado de geografia regional e geógrafos como Hettner e Hartshorne, com ou sem razão, chamam-lhe o âmago, o objetivo real, ou o campo real da geografia. (Op. cit., p. 7).

Nessa breve explicação revela-se ao menos um ponto importante característico da geografia regional. Não obstante ela possua feições descritivas, é desnecessário fazer um inventário das distribuições sobre a superfície da terra, pois isso é algo feito para demonstrar um momento, uma situação bem como outras formas em diversas ciências. Cabe ao geógrafo relacionar as classes existentes e explicar como elas formam uma região. Nesse caminho, a região descrita não é fruto do acaso e é explicada conforme resultado de relações causais. O que Schaefer faz é exercitar um parecer sobre a origem e os

caminhos que a geografia tomou em seu período moderno, de Humboldt a Ritter e de Hettner a Hartshorne. Procurou demonstrar o surgimento de uma geografia regional e sistemática por meio da noção de corologia. Segundo a descrição de Schaefer, a geografia sistemática possui as seguintes características metodológicas:

> O procedimento metodológico é semelhante a àquelas assim chamadas ciências sociais e naturais sistemáticas. As relações espaciais de duas ou mais classes de fenômenos são estudadas para que se obtenham generalizações ou as leis de seu comportamento. Vamos supor que uma associação espacial frequente dos membros de duas classes diferentes seja encontrada. Uma hipótese pode então ser formulada indicando que quando os membros de uma classe são encontrados no espaço, os membros da outra serão encontrados nele, de certa maneira como especificado pela hipótese. Para testar esta hipótese, o geógrafo precisará de um número maior de casos desse tipo de associação, disponíveis também em uma região menor ou mesmo em uma maior. Por isso este tipo de investigação não deve estar limitado a uma dada região. De fato, o geógrafo sistemático não estaria interessado naquela região já que esta contém muito mais do que ele procura e muito menos do que seria necessário para um número suficiente no qual ele possa generalizar. Ele traçaria associação em regiões onde quer que possa encontrá-la. Se com um número suficiente de investigações, ele encontra sua tese confirmada, ele teria obtido uma regra ou uma lei. (Op. cit., p. 7-8).

Considera-se também, uma disciplina orientada metodológica e teoricamente por um controle que busca leis e regras. O relato feito em “Excepcionalismo na Geografia” considera a geografia como uma ciência “[...] interessada com a formulação de leis relativas a distribuição espacial de certas feições na superfície da terra.” (Schaefer, 1953, p. 227). Posto assim, é necessário investigar no estudo de Schaefer a origem da geografia sistemática moderna, para além do seu ponto de vista sobre as características da metodologia científica, mesmo que estas sejam necessárias e também revistas.

Schaefer considera que a geografia sistemática não se estabelece rapidamente, ela desenvolve-se de modo gradual. Os primeiros estudos classificatórios, mesmo descritivos possuíam intenção de catalogar os usos, os relevos e assentamentos na superfície da terra, portanto possuíam natureza sistemática. De acordo com o desenvolvimento de um campo da disciplina, a relação entre a metodologia regional ou sistemática poderia estar mais próxima ou mais afastada. Consoante um desdobramento específico, como no caso da geografia física, o estudo e as pesquisas se voltaram para as ciências naturais, devido a proximidade dos temas de pesquisa e por que o inventário descritivo

pouco ajudava no empreendimento proposto. Quando a geografia e suas feições humanas procuraram organizar sistematicamente seu conteúdo, desenrolou-se problemas que tornaram a disciplina e seu caráter humano de volta a geografia regional. Assim Schaefer considera:

> Em outros tempos, grande parte da reação a aquela concentração exclusiva nos estudos sistemáticos e quando a geografia começou a mudar para uma geografia social, o geógrafo regional desprezou os esforços atrapalhados do geógrafo social sistemático, que na falta de quaisquer ciências sociais esforçou-se em sistematizar as relações espaciais sociais. O estabelecimento de eventuais generalizações, especialmente as de leis ou regras, foi perto de ser considerada uma fraude e a geografia regional passou a ser a única ocupação honrada. Desses homens então veio boa parte da literatura meramente descritiva ou, na melhor das hipóteses, um tipo intuitivo de trabalho precedido principalmente por perspicácia e sentimento artístico. Eles, é claro, também formaram um grande número de anti-cientistas no campo. (Op. cit., p. 8).

Hartshorne relatou essa questão em *The Nature*, principalmente a natureza sistemática dos estudos e pesquisas de Ratzel, embora tanto Hartshorne como Schaefer considerem o trabalho de Ratzel como algo integrador, na qual resultava em uma teoria que alcançava especificidade necessariamente por essa natureza holística. O que veio após isso, conforme descrito no estudo de Hartshorne, foi uma geografia amparada no determinismo ambiental de Semple e Huntington enviesada em atividades pouco produtivas sob a perspectiva sistemática. O problema foi gerado por conta de repetidos procedimentos mal sucedidos relacionados a importância metodológica de um ponto de vista sobre o outro. Por fim, esse debate se desenvolveu como alguns outros dualismos na disciplina. Ainda que essa confusão sobre a importância e preponderância de um procedimento sobre o outro, seja regional ou sistemático, Schaefer considerava em Ritter, ainda no início da disciplina, pouco ampara academicamente, uma ambivalência de forças e um envolvimento metodológico comparado. A geografia regional impulsionava as generalizações necessárias já que na maioria das vezes a análise seria feita por meio de aplicação regional, de forma que uma é impossível sem a outra. Assim, Ritter:

> [...] como um dos primeiros geógrafos modernos, não tinha um campo sistemático a sua disposição. Ele estava consciente daquela limitação que tinha em sua geografia regional, na qual estava previamente interessado, em um nível descritivo pré-científico. Ele certamente não foi levado pelo seu dilema. A geografia sistemática, por sua vez, obtém grande parte dos seus dados da geografia regional e acresce dela seu sentido para definir

> quais generalizações são necessárias, já que sua finalidade é ser aplicada em uma análise regional**.** Vamos dizer que, dogmaticamente, uma é impossível sem a outra e que somente as duas juntas formam o campo conhecido nos dias de hoje como campo da geografia. (Op. cit., p. 9).

Aos olhos de Schaefer, a geografia desenvolve esse dualismo apartado da discussão científica. A noção do único, do singular na geografia começa na análise do objeto, embora seja discutível se a região ou qualquer outra categoria derivada do espaço seja um objeto, e tem desdobramento em sua metodologia, em que ela também é tomada de maneira a definir dois tipos de geografia. Qualquer estudo sobre regiões é parcial e se caso for lançado um olhar sobre a possibilidade da disciplina e seus campos serem integradores, a geografia seria necessário um arsenal imenso de conhecimento. Ela enquanto ciência social possui sua especialidade e como as demais ciências é comum e normal. Para Schaefer:

> Essas noções singulares foram introduzidas na geografia em um tempo quando não havia ciência social, e menos ainda uma ciência natural, quando essa ocupação era tomada por campos como o da história natural, cosmologia e história. (Op. cit., p. 10).

Schaefer reconhece nesse modo de proceder, nessa postura que coloca a disciplina como diferente de outras ciências, como de excepcionalismo. O caráter vital em reconhecer que qualquer classe de localização como não sendo única vai além da restrição imposta pela geografia regional. Bunge descreve o desdobramento da ideia de Schaefer da seguinte maneira:

> [...] a geografia é a ciência das localizações. A geografia regional classifica as localizações e a geografia teorética as prediz. De modo geral, a ciência é inimiga mortal da excepcionalidade. Como magistralmente nos ensinou Schaefer, a generalidade é a arma da ciência para nossa interminável redução da excepcionalidade. (BUNGE, 1966, p. 376).

Schaefer e Bunge focaram na singularidade como principal argumento para descrever o vigor das atividades de Hartshorne como excessivas e exageradas em seus exemplos, pois confundia o distinto com o único, e que, na sua maioria, o que parece ser mais uma região específica é na verdade uma região genérica, e assim incluída como uma instância de conceitos científicos.

A considerar uma possível amplitude de influências na geografia, essa característica abarcada dentro da disciplina, segundo Schaefer, se deve a influência exercida por Immanuel Kant nos geógrafos modernos. Schaefer

considera crucial entender alguns pontos específicos da geografia física de Kant, assim como evidenciar o período em que ela foi escrita. Ele faz essencial distinção entre o período cosmológico, próprio da ciência natural, e os avanços da ciência moderna, no que pesa uma distinção entre os escritos de Kant pertencentes a distintos períodos, pois o filósofo alemão geralmente é periodizado conforme seus escritos pré-críticos e na sequência por sua fase crítica, influenciada pelo empirismo inglês. Schaefer vai argumentar que o alicerce da disciplina fundamentada em Kant, se encontra no período pré-crítico e, portanto, cosmológico:

> O método científico moderno é uma coisa bem diferente do que Kant acreditava ser, ao menos, no estágio de desenvolvimento. Adickes no seu estudo filológico da edição de Rink chega à conclusão que este é essencialmente baseado no manuscrito usado por Kant em seus cursos dados antes de 1756. Isto quer dizer que o conceito de geografia como expresso em um enunciado citado pertence ao seu período conhecido como "pré-crítico", quando ele estava ocupado principalmente com a cosmologia descritiva e evolucionária. Entretanto, uma vez que Kant era um estudante entusiasmado de literatura científica inglesa, seu pensamento mais tarde mudou radicalmente, especialmente sob a influência de Hume. Kant mesmo assinalou que os escritos de Hume lhe acordaram de seu "sono dogmático". O "período crítico" de Kant começou por volta de 1770, e é suposto que esteve escrevendo o manifesto citado por Hettner algum tempo depois. Por isso a "pedra fundamental" da metodologia da geografia realmente constitui uma parte do pensamento cosmológico. (SCHAEFER, p. 12-13).

Conforme o entendimento de Schaefer, os geógrafos buscaram edificar e organizar a disciplina mediante o entendimento de que geografia e história estão em posição excepcional, e assim, contrapostas as ciências sistemáticas. Nessa questão, Schaefer toca em algo polêmico que teria desdobramentos na história da disciplina. Ele cita alguns estudiosos para levar adiante a ideia de que a excepcionalidade metodológica da disciplina foi transmitida para gerações futuras por meio do estudo da geografia física de Kant. Conforme Adickes, grande parte da geografia física de Kant não foi escrita por ele, eram anotações de seus alunos publicadas por Rink, um de seus alunos[72]. O que

[72] Sendo justo com Kant, é necessário saber que de acordo com o famoso filologista kantiano, Adickes, o texto de Kant como editado por Rink e usado por Ritter, Hettner e Hartshorne é de valor questionável. Quatro quintos de um manuscrito não estão na caligrafia de Kant. O manuscrito aparentemente consiste de notas tomadas por estudantes durante os primeiros semestres em que Kant dava o curso. O manuscrito foi publicado logo antes de sua morte quando, Adickes acredita, Kant estava muito senil para checar a edição do que ele nem escreveu, nem ditou em classe à quase quarenta anos atrás. Além disto, Adickes está mais

Kant instruiu a seus alunos como geografia física, foi tomado como metodologia, escopo e fundamento da disciplina. Schaefer assim descreve[73]:

> Nas suas anotações de aula sobre geografia física, curso que Kant ensinou por volta de cinquenta vezes durante sua carreira docente, um manifesto sobre o papel da geografia e da história foi encontrado, (6, 6-15), o qual foi usado reverentemente por quase todos os metodologistas como a pedra fundamental do campo. Ritter usou este*; Hettner fez desse o seu fundamento, não somente de sua metodologia da geografia, mas de sua filosofia da ciência. Kraft é quase o único a ignorar Kant neste ponto por completo. Isto é o que Kant disse:
> "Nós podemos nos referir às nossas percepções empíricas, em concordância com concepções, ou de acordo com o tempo e o espaço, onde forem verdadeiramente ocorrentes. As classificações das percepções de acordo com os conceitos são lógicas, entretanto, aquela de acordo com o tempo e o espaço é física. Da primeira, nós obtemos um sistema de natureza, tal como o de Linnaeus, e da segunda, uma descrição geográfica da natureza.
> Por exemplo, se eu disser que o rebanho está incluído sob uma classe de quadrúpedes, ou sob o grupo dessa classe que tenha cascos fendidos, isto é uma classificação que eu faço em minha cabeça, portanto, uma classificação lógica. O sistema da natureza é como um registro do todo; aqui eu localizo cada coisa em sua classe competente mesmo se são encontradas em locais diferentes, totalmente apartes.
> Entretanto de acordo com a classificação física, as coisas são consideradas em sua localização na terra. O sistema da natureza se refere ao lugar delas em sua classe, mas a descrição geográfica da natureza mostra onde eles são possivelmente encontrados no planeta. Assim o lagarto e o crocodilo são basicamente o mesmo animal. O crocodilo é meramente um lagarto tremendamente grande. Mas eles existem em locais diferentes. O crocodilo vive no Nilo e o lagarto, na terra, como também em nosso país. Em geral, aqui nós consideramos o cenário da natureza, da terra por si mesma e dos lugares em que as coisas são realmente encontradas, em contraste com o sistema da natureza onde nós inquirimos não sobre o local de nascimento, mas sobre a similaridade das formas..."
> "Tanto a história quanto a geografia podem ser chamadas, por assim dizer, uma descrição, com a diferença que a primeira é uma descrição de acordo com o tempo enquanto a segunda, uma descrição de acordo com o espaço. Por isso, a história e a geografia aumentam o nosso conhecimento em relação ao tempo e ao espaço...".
> "Portanto a história difere da geografia somente em relação ao tempo e espaço. A primeira é, como afirmado, um registro de eventos que se seguem no tempo. A outra é um registro de eventos que acontecem lado a lado no espaço. A história é uma narrativa, a geografia é uma descrição..."
> "A geografia é uma denominação para a descrição da natureza e do mundo como um todo. A geografia e a história juntas preenchem toda a

---

atribulado sobre o conhecimento geográfico contemporâneo mostrado por seu ídolo filosófico. (p. 12).

[73] Schaefer cita as aulas de geografia física editadas por Rink e, como base interpretativa, utiliza os estudos de Erich Adickes, filósofo alemão reconhecido pelos estudos sobre a obra de Kant. A geografia física de Kant utilizada é: "Physische Geographie", ed. F. T. Rinke, Koenigsberg, 1802; e o estudo de Adickes sobre a geografia física de Kant é: "Untersuschungen zu Kant's Physischer Geographie", Tuebingen, 1911.

> área de nossa percepção: a geografia, a área do espaço, e a história, no tempo." (Op. cit., p. 11-12).

Têm-se ai duas considerações feitas a Kant: a questão da excepcionalidade da geografia e da história como já descrita, bem como essa primeira consideração, sobre os procedimentos kantianos levados adiante pelos geógrafos e estudiosos da qual prosseguiram com os estudos geográficos[74]. Schaefer entende os questionamentos postos por Ritter sobre a singularidade da disciplina, inclusive utiliza como alicerce os argumentos de Hartshorne, para descrever a relação entre a geografia, a história e as ciências sistemáticas, na qual Ritter faz uma análise semelhante a exposta por Kant[75]. Entretanto, considera que Humboldt e Ritter não se utilizaram dos argumentos singulares (excepcionais) de Kant. Schaefer entende que Humboldt fez uma plena distinção entre cosmologia e ciência. A geografia de Kant ensinada durante anos fundamentava-se no período pré-crítico, que para Schaefer era sinônimo de cosmologia e de classificação das coisas no mundo, portanto pré-científica. Já em Humboldt e Ritter, a disciplina tomava forma mais científica, ainda que Kant fosse muito lido por ambos. Schaefer assim expõe:

> Esta cosmologia não é, de modo algum, para ser tomada como geografia no sentido de que Ritter e Humboldt e os geógrafos modernos entendem geografia, ainda que Kant tenha chamado a isto de geografia. A cosmologia naquela época era um campo importante, tinha o lugar das posteriores ciências naturais e padeceu por meio de uma morte natural e comum com o Cosmos de Humboldt, como a última maior contribuição ao campo. Pode-se chamar isto de história natural; história não no sentido do tempo, mas no sentido da narrativa, da descrição ou do relato de estória, um significado possível naquele tempo. (Op. cit., p. 13).

A geografia física de Kant é colocada de maneira pouco significativa para que a geografia venha a ter estatuto científico, de modo que mesmo considerada em suas fundamentações cosmológicas, ela mais se aproxima de uma taxonomia. Schaefer desdobra suas idéias sobre Kant a reiterar a posição da geografia como um delineamento geral da natureza:

---

[74] Antes de iniciar a longa citação da geografia física de Kant, Schaefer faz uma nota de referência logo após a citação de Ritter. Ela é descrita desse modo: Hartshorne (4, 136) afirma que Ritter "não parece ter exposto a comparação tão claramente quanto Kant ou Humbold..." Mas um estudo apropriado das fontes mostra que Ritter citou a declaração de Kant enquanto Humboldt nem a citou, nem a discutiu. Também ao contrário de Hartshorne (4, 135), é muito difícil encontrar similaridade entre as visões de Kant e de Humboldt. As ciências naturais, como entendidas por Humboldt, fizeram um progresso considerável desde Kant.

[75] Hartshorne, Richard. 1939. The Nature of Geography: A critical survey of current thought in the light of the past. Lancaster: The Association of American Geographers, p. 135-137.

> Apesar da sua definição de que a "geografia" descreve os fenômenos de acordo com o tempo e o espaço, Kant classificou todos os fenômenos geográficos estritamente de acordo com conceitos dentro do que chamou de um "sistema da natureza". (Op. cit., p. 13).

A descrição feita por Margarita Bowen é diferente do relato de Schaefer, na sua compreensão do final do século XVIII, "[...] apenas com o aumento expressivo da dominância newtoniana e sua forma científico-empírica, que a geografia voltou a ser foco das preocupações da atividade intelectual" (Bowen, 2009, p. 125). Um foco que para ela supostamente apareceu primeiro nos questionamentos da ciência natural de Kant e, notavelmente, na sua geografia física. Charles Withers and David Livingstone descrevem que Kant certamente, [...] viu na geografia meios para unificar o conhecimento, e nesse sentido, é possível afirmar que seu entendimento da geografia estava estritamente relacionada com preocupações relativas a explicação do empiricismo racional como base do conhecimento" (Livingstone e Withers, 1999, p. 2). Outra coisa relatada por esses três pensadores, é que o conceito de natureza como um sistema dinâmico, seria o alicerce das sínteses e questionamentos de Humboldt, talhadas no século XIX, na qual a raiz moderna da geografia reside nessa exposição[76]. Peter Gould[77] descreve que o terremoto de Lisboa de 1755, possa ter sido influência para Kant desenvolver certas idéias em ciência natural, já que esse evento inspirou largamente a ciência no período. Um amplo conjunto de escritos científicos foi elaborado como eplicação sobre as causas dos terremoto, indicativo da prosperidade da "filosofia natural" por toda Europa educada. As notícias do terremoto certamente catalisou o interesse científico nesses eventos naturais: "[...]Feyzóo especulou que o terremoto foi resultado da contração e fragmentação da terra, [...] Kant preferiu especular sobre explosões no interior de cavernas, uma hipótese muito popular." (Gould, 1999, p. 407).

As idéias desses autores diferem daquela exposta por Schaefer, da qual a ciência natural de Kant não estava em sintonia com o período. Há para eles um

---

[76] Bowen, Margarita. 2009. Empiricism and Geographical Thought: from Francis Bacon to Alexander von Humboldt. Cambridge University Press: Cambridge. Livingstone, D. N. Withers, Charles, W. J. 1999. Geography and Enlightenment. The University of Chicago Press: Chicago.

[77] Gould, Peter. 1999. Lisbon 1755: Enlightenment, Catastrophe, and Communication. In: Livingstone, D. N. Withers, Charles, W. J. Geography and Enlightenment. The University of Chicago Press: Chicago, p. 399-413.

fio condutor que necessariamente chega a Humboldt e no seu desenvolvimento científico. Contudo, Schaefer entende a relação entre Kant e Humboldt no que toca o tratamento da história e da cosmologia como externas as ciências sistemáticas, porém, segundo Schaefer, a visão de ciência, e principalmente de geografia de Humboldt, era diferente daquela que Hettner contemplava em Kant:

> Nos capítulos introdutórios em seu Cosmos (8, 3-72), Humboldt explica pacientemente a diferença entre a ciência e a cosmologia. Todas as ciências são disciplinas fazedoras de leis. Existem outros campos que assumem o nome "pretensioso" de sistemas da natureza, mas os quais eram de fato, meras taxonomias. As histórias e as descrições mundiais ou, como as posteriores também eram chamadas de descrições da natureza, cosmografias ou cosmologias, não são ciências racionais, mas somente contemplações cuidadosas do mundo ou do universo. Nestes capítulos, Humboldt discute o campo da cosmologia e somente ocasionalmente o da geografia. Na descrição e na definição de cosmologia, ele mostra que a mesma é realmente apenas descritiva, algo como a arte. A cosmologia, entretanto, não poderia ser estudada sem um treinamento muito bom em ciências sistemáticas como a física, a astronomia, a química, a antropografia, a biologia, a geologia e a geografia. Por isso, a geografia não é cosmografia. O grande erro e a tragédia na obra de Humboldt é que ele acreditava em ambos, e a contemplação de Humboldt do papel e da divisão dos campos reflete um pouco da melancolia e frustração que lhe envolveu em sua tentativa de uma descrição do universo, na qual ele gastou metade da sua vida. (Op. cit., p. 14).

Humboldt descreve a cosmologia como descrições bem feitas da natureza e da história, elas não são ciências racionais, mas uma contemplação cuidadosa do mundo, portanto para ele, a geografia é uma ciência e não se deve confundir com “cosmografia”. O que Schaefer reitera dessas particularidades, seria o comprometimento de Hettner com a cosmografia de Kant e sua geografia física, em que fez dela fundamento de sua metodologia. Hartshorne repetiu esse mesmo erro.

> Ele difere de Kant no conhecimento de um grande número de ciências e entre elas, incluía a geografia. Era quase uma calamidade para a geografia que Hettner, como um primeiro metodologista, aceitou a visão de que a história e a cosmologia são campos excepcionais, e de que ele tenha entendido a cosmologia de Kant como sendo geografia. Nesta falácia, foi montada uma superestrutura inteira de raciocínio: os princípios da descrição da natureza ou da cosmologia eram aplicados à geografia e, em segundo lugar, a similaridade nos pontos de vista e métodos da história e da geografia havia sido estabelecida, o que influenciou bastante a metodologia da geografia. Estas premissas básicas, aceitas pela maioria dos geógrafos, abriu a porta para uma série de conceitos anti-científicos, agora mais convencionais, tal como o argumento de fenômenos únicos, o poder de integração extraordinário e a tarefa da geografia, o sentimento

> que a geografia era uma arte, genética, holística, gestalt, e muito outros conceitos que têm sido muito mais bem sucedidos dentro de outros campos. (Op. cit. p. 15).

Hettner é sempre debatido por Schaefer, pois o entende como o primeiro a tratar da metodologia na disciplina, um estudioso que unificou uma série de influências ainda mascaradas (esse termo não é pejorativo) na disciplina. Para os estudiosos de Ratzel é muito clara a influência da zoologia e da biologia como um todo nas suas pesquisas, assim como da ciência natural e geologia em Richthofen, mas nenhum deles, apesar de serem acadêmicos, sistematizaram a disciplina como Hettner. Diz-se então, que Hettner transpôs a descrição de conceitos e categorias da disciplina, para a explicação metodológica de seu constructo geográfico, na qual ele chamaria de esquema ou sistema.[78] O que Schaefer descreve é a insistência tradicional da importância dada a diferenciação de áreas como uma estrutura metodológica para a geografia, que para ele é mais bem esquematizada em Hettner e, posteriormente, Hartshorne. A controvérsia não está somente na origem da cosmografia em Kant e em Humboldt, porém em uma ciência que possa predizer sobre algo em utilizar as ferramentas e métodos das ciências sociais.

Nesse caminho, na qual a corologia é enfatizada como método geográfico, lida-se primeiramente com o único, com os eventos singulares que possam ter implicações geográficas. Schaefer entende na geografia de Hartshorne uma obstinação pela diferença criteriosa da região e sua peculiaridade de nunca possuir similaridade com outra, na qual possa ser possível comparação.[79] Esse

---

[78] Harvey, F. Wardenga, U. 1998. The Hettner-Hartshorne Connection: reconsidering the process of reception and transformation of a geographic concept. Finisterra 65, p. 131-140.

[79] Para Hartshorne (1939, p.446), essa metodologia é justificada pela história, ou em outras palavras, a história ganha significado pela metodologia, dependendo do ponto de vista. “Regardless of that essential difficulty, however, we found that even these arbitrary units, each involving a complex combination of associated forms, cannot be classified into a system of types based on the sum totals of its varied and semi-independent factors. Though in any one region we find unit areas so similar that we may, with but a minor degree of error, call them alike, we do not find unit areas of that kind of similarity in other regions of the world. A small district somewhere in the Upper Rhine Plain may be very much like many other such districts in the same region, but no matter how small a district we take, it is fundamentally different from any unit area in any other world region (see Sec. XI D). We arrive, therefore, at a conclusion similar to that which Kroeber has stated for history: "the uniqueness of all historical phenomena (meaning, I take it, the particular combination of phenomena at a particular time) is both taken for granted and vindicated. No laws or near-laws are discov- ered" [116, 542]. The same conclusion applies to the particular combina- tion of phenomena at a particular place”. Hartshorne, Richard. 1939. The Nature of Geography: A critical survey of current thought in the light of the past. Lancaster: The Association of American Geographers, p. 171-658.

critério do único e singular por meio da perspectiva de Hartshorne, torna a disciplina ainda mais afastada do que Schaefer considera como normal em uma ciência qualquer, independente de suas peculiaridades, escopo e metodologia. Para ele, os fenômenos não precisam ser necessariamente iguais ou similares, de modo que é desnecessário considerar uma possível primazia, seja da geografia regional ou da sistemática. Na verdade, uma classe de fenômenos, da qual cada uma possui sua singularidade, contém certos aspectos em comum, o que já é imprescindível para a produção de generalização. Schaefer assim entende:

> Toda ciência lida com fenômenos, na qual cada um deles é único. Não há dois cérebros humanos que sejam iguais em estrutura ou que pensem igualmente. O físico está satisfeito com a hipótese de que não há dois átomos iguais. Todavia, a ciência não deriva leis da similaridade na estrutura ou no comportamento de classes de fenômenos. Uma classe de fenômenos, da qual cada membro é único, tem certos aspectos em comum e é esta similaridade que é suficiente para produzir leis viáveis. As leis são abstratas e representam, por assim dizer, situações ideais que, por sua vez, são aplicadas em um fenômeno único ou um dado concreto, de modo que se entenda sua estrutura básica ou o comportamento. A lei não explicará o fenômeno em sua totalidade, mas somente certos aspectos dele. Outros aspectos podem ser explicados por leis diferentes e, para alguns, não deve haver nenhuma lei ainda, nem haverá. Neste sentido, todos os fenômenos, incluindo os geográficos, são únicos. Mas também os membros de uma classe de fenômeno geográfico são comparáveis e nesta base de similaridade de certos aspectos, as leis podem ser formuladas. (Op. cit., p. 21).

Como descrito por David Sack, a ideia utilizada para neutralizar a concepção de Hartshorne seria insinuar sobre a conclusão de sua perspectiva espacial, na qual viria a ser o grande esforço de Schaefer[80]. Os geógrafos deveriam se atentar mais ao arranjo espacial do fenômeno em uma área, e não ao fenômeno em si. Como já descrito por Schaefer, "[...] as relações espaciais são as únicas que importam na geografia" [81], e os tipos de leis que respondem as questões salientadas pelas relações espaciais são leis estático-morfológicas com variáveis espaciais, na qual essas leis são "[...] exclusivamente

[80] David Sack considera que os estudiosos da geografia enquanto ciência espacial tendem a inverter a lógica dos estudos regionais em sua perspectiva corológica. Os geógrafos regionais compreendiam o estudo sobre a localização das coisas, sua distribuição espacial como um desvio no curso da disciplina. Sack, David. 1974. Chorology and Spatial Analysis. Annals of the Association of American Geographers 64, 3, p. 439-452.

[81] Schaefer, F. K. 1953. Exceptionalism in Geography: A Methodological Introduction. Annals of The Association of American Geographers 43, p. 228.

geográficas em sua estrutura".[82] De algum modo, a análise estático-morfológica deve ser considerada como um tipo particular de descrição, em que envolve uma linguagem espaço-temporal, mais do que uma propriedade lingüística. Essa análise proporciona a estrutura dentro da qual os geógrafos examinam configurações e formas. No geral, os pressupostos são puramente geométricos, obtidos para identificar um sistema de coordenadas apropriado, necessário na abordagem de um problema particular que se tenha em mãos. Para Schaefer, isso permitiria o debate sobre a configuração e padrão no que diz respeito a localizações de cidades, a rede de estruturas e assim por diante. Em um contexto geográfico, como explica Harvey, "[...] nós podemos, então, predizer a ocorrência de assentamentos atribuindo um número inicial e leis geométricas da teoria dos lugares centrais" (Harvey, 1969, p. 80).

É interessante identificar no texto de Schaefer a importância dada a Hettner e a construção de seu conceito geográfico, necessário para fundamentar a sistematização da geografia. Primeiramente ele explora o que considera um erro, a abordagem kantiana da geografia física, seu desenrolar na disciplina, bem como sua caracterização, supostamente estabelecida pela noção neo-kantiana, da dualidade entre a ciência idiográfica e a nomotética. Entretanto o considera um verdadeiro metodologista, mesmo que seu pensamento andasse lado a lado com suas tendências historicistas, por que reconhecia nos seus estudos uma vontade de se instituir leis, caso a disciplina pretendesse ser uma ciência regular. Assim, Schaefer cita uma passagem de Hettner, que para ele é uma declaração sobre alguns princípios básicos da disciplina:

> Portanto, se nós assumirmos na geografia a necessidade das relações e como nas ciências naturais, interrupções nas mesmas somente como resultados próprios, como lacunas em nosso conhecimento, então, com o aspecto frequente das condições similares, nós obtemos a possibilidade do estabelecimento de leis antropogeográficas.
> Nós não devemos dizer que as condições similares se produzem em todos os lugares, e sempre os mesmos efeitos. Tal declaração ignoraria o fato de que as pessoas diferem e, portanto, podem agir de maneira diferente, deste modo, podem agir diferentemente mesmo sob condições naturais similares. Também seria errado dizer, obviamente, que pessoas similares agem de maneira parecida sob condições naturais diferentes. As leis antropogeográficas têm que levar em conta a diferença nas condições da existência tanto quanto na diferença entre as pessoas. É claro, na realidade nunca haverá a repetição da mesma condição de modo exato.

[82] Schaefer, op. cit, p. 227.

> Cada situação é individual, única, como um resultado do qual nenhuma lei será capaz de explicar a totalidade de um fenômeno dado como nas ciências naturais. Sempre haverá uma reserva que deverá ser explicada sob uma lei diferente ou que permanecerá inexplicável.
> Não há relações absolutas entre os homens e o meio ambiente que sejam eternas. Com o desenvolvimento da humanidade, a natureza das relações entre o homem e o ambiente muda. (Op. cit., p. 24).[83]

Schaefer entende em Hettner um desenvolvimento que vai do nível descritivo, ao modo da cosmografia, para um desenrolar da ciência social e, em especial a geografia, na formação de seu corpo sistêmico. Nessa descrição sobre Hettner é lembrado alguns esquemas sobre sua geografia regional, como a definição de critérios na qual poderiam estabelecer uma relação de fatores necessários a sua regionalização comparativa. A geografia só pode ser uma disciplina unitária, quando ela não for mais compreendida como uma espécie de geociência geral. Como Francis Harvey e Ute Wardenga descrevem, a principal questão para Hettner era a subdivisão da superfície da terra: "Primeiro ele diferenciou inter-relacionamentos de similaridade e diferença totalmente formais por um lado, e entre relações de posição de outro lado. O resultado dessa primeira sistematização foi a noção de complexos e sistemas espaciais conectados. O resultado da segunda sistematização foi a dissociação de classes e tipos espaciais" (Harvey & Wardenga, 1998, p. 134). O que Hettner considera uma dissociação seriam os critérios de diferenças no espaço, como a definição de estruturas geomorfológica, na qual regiões pudessem ser diferenciadas por tais critérios. O mesmo vale para regiões econômicas, políticas, climatológicas e assim por diante. Há então um movimento, da diferenciação e integração regional, conforme o nível de abstração que parte do abstrato para o concreto. Hettner cria uma escala crescente com diferentes níveis de generalização, em que o seu sistema baseia-se no relacionamento de objetos relacionais e na sua teoria sobre a representação. Essas generalizações são utilizadas para uma redução da complexidade vista na geografia regional. Hettner trabalha em cima de um conceito nominalístico, em que não admite a existência do universal, no caso o espaço. Ele formula a premissa da qual o espaço não existe para um geógrafo empiricamente, em que por meio de seu exame, o espaço é somente e preferivelmente construído

[83] Hettner, Alfred. 1907. Die Geographie des Meschen. Geographie Zeitschrift: Leipzig.

através de uma regionalização metodológica controlada, em uma dada pesquisa e representação geográfica qualquer. [84]

Schaefer chama atenção para um debate em prática entre os geógrafos alemães, na qual era dada ênfase ao processo dialético no desenvolvimento da geografia cultural germânica, em que Hettner estendeu essa influência nos seus estudos. Para Schaefer isso se traduzia nas pesquisas geográficas em uma espécie de historicismo, em que a gênese poderia ser encontrada em Marx. Se Schaefer achava confuso Hettner advogar a respeito da geografia regional em sua primazia relativa ao caráter sistemático, e depois o inverso, na qual procurava estabelecer classes e tipos, era por que compreendia esse esforço em Hettner na procura por entender os fenômenos sociais. Schaefer, então, acredita que Marx foi um dos primeiros estudiosos a estabelecer análise científica as questões postas pelas ciências sociais mesmo que ainda inexistentes. Schaefer descreve da seguinte maneira:

> O caso clássico desta combinação de ciência e historicismo é Karl Marx. Ele foi um dos primeiros a introduzir análise científica nas então quase inexistentes ciências sociais e, ao mesmo tempo, provou ser incapaz de livrar-se do historicismo hegeliano. Ao introduzir o fator econômico na interpretação da história, ele colocou o Hegelianismo aos seus pés, como costumava dizer, entretanto, não pôde escapar do historicismo como tal e como meio de explicar o desenvolvimento do presente e do futuro. O resultado é trágico para Marx e a humanidade. A tragédia reside na combinação confusa e na contribuição que Marx infundiu as ciências sociais, na qual tem sido tão habilmente apontada por Popper (11, vol. II, 78) ao dizer que apesar das consequências sociais dos escritos de Marx, cada cientista social está em dívida com ele, ainda que não tenham conhecimento disto. Um retorno para a ciência social pré-Marxista é inconcebível. Hettner desenvolveu-se naquela atmosfera de historicismo e ciência misturada. Estudou Marx e discutiu estes estudos ocasionalmente em seus escritos. Quando, quarenta anos depois do falecimento de Marx, ainda era incapaz de livrar-se daquele historicismo, da qual não é exatamente uma fraqueza em Hettner, já que a maturidade dos pensadores alemães sobre os fenômenos sociais ainda compartilham aquela abordagem, como um sinal de força com o qual o historicismo controla as ciências sociais na Alemanha. Com todas suas deficiências, entretanto, Hettner continua sendo até o dia de hoje o mais importante pensador na metodologia da geografia. (Op. cit., p. 26).

Do modo que Schaefer descreve, o idiográfico seria o historicismo e a ciência o nomotético. Vê-se que ele deixou-se levar pela influência da filosofia de Popper, em que procura regularidades dentro de um escopo de pesquisa. Essa

[84] Harvey, F. Wardenga, U. 1998. The Hettner-Hartshorne Connection: reconsidering the process of reception and transformation of a geographic concept. Finisterra 65, p. 132.

tentativa de achar padrões não deixa de ser um sintoma social gerado pelo discurso da ciência analítica, justificador de uma relação antagônica entre homem e natureza. Popper na verdade quer colocar o marxismo, enquanto teoria científica, a prova, assim como se faz na ciência natural. Popper reitera do seguinte modo:

> Quando vêm suas teorias atacadas os marxistas muitas vezes se retiram para a posição de que o marxismo é, essencialmente, menos uma doutrina que um método. Dizem que, mesmo superadas algumas das doutrinas de Marx ou de algum seguidor seu, permaneceria ainda inexpugnável o seu método. Creio ser inteiramente correta a insistência de que o marxismo é, fundamentalmente, um método. Mas é errado acreditar que, como método, esteja a salvo de ataques. A posição de quem quer que deseje julgar o marxismo é de submetê-lo a prova e criticá-lo como um método, isto é, medi-lo por padrões metodológicos. Deve indagar se o método é frutífero ou inane, isto é, se tem ou não capacidade de impulsionar a tarefa de ciência. Os padrões pelos quais devemos julgar o método marxista são, assim, de natureza prática. Descrevendo o marxismo como o mais puro historicismo, indiquei que sustento ser realmente dos mais pobres o método marxista. (POPPER, 1987, p. 91).

Popper faz referência a passagem clássica de Lukács em História e Consciência de Classe, em que estabelece a força do marxismo por meio da ortodoxia referente ao método, entretanto não era objetivo dele por a prova a dialética como se faz a teorias lógico-formais.[85] Para Marx, Hegel precisa ser historicizado e isso não significa um historicismo como descrito por Popper, mas sim como Lukács descreve, um método combinante de saberes. Seu estudo sobre economia política possui caráter de desnudamento, ou seja, expor e revelar o capital como cerne e problema central da sociedade capitalista, e não utilizar esse método como forma de achar regularidades.

O esforço de Hettner indica mostrar os elementos nomotéticos e idiográficos na geografia, em que, pela dificuldade da abordagem regional, devido a representação de diversos fatores inclusos nela, a sistematização abriria espaço para a construção de esquemas. Assim, Hettner buscava um melhor entendimento metodológico, na qual se afasta gradativamente dos conceitos de

[85] "Um marxista "ortodoxo" sério poderia reconhecer incondicionalmente todos esses novos resultados, rejeitar todas as teses particulares de Marx, sem, no entanto, ser obrigado, por um único instante, a renunciar a sua ortodoxia marxista. O Marxismo ortodoxo não significa, portanto, um reconhecimento sem crítica dos resultados da investigação de Marx, não significa uma "fé" numa ou noutra tese, nem a exegese de um livro "sagrado". Em matéria de marxismo, a ortodoxia se refere antes e exclusivamente ao *método*". Lukács, György. 2003. História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista. Tradução: Rodnei Nascimento. Martins Fontes: São Paulo, p. 64.

uma geografia geral, em um movimento entre a diferenciação e integração, por meio da mudança de posição entre o nomotético e o idiográfico. Seu estudo é ainda muito lembrado por aqueles que querem mostrar as origens do pensamento de Hartshorne, porém não é um erro considerar *The Nature of Geography*, como um tratamento independente do desenvolvimento contemporâneo da geografia. Essa independência não parece ser devidamente considerada nos manuais de geografia. Mesmo Schaefer (p. 26) considerava essas diferenças, ainda que deslocadas de uma análise mais aprofundada dos estudos de Hartshorne, como por exemplo, a afirmação que Schaefer faz, na qual Hartshorne "[...] tende a ver a geografia somente como um campo idiográfico". Hartshorne fez pesquisa detalhada sobre o conceito de paisagem, enquanto Hettner se opunha bruscamente ao conceito de geografia da paisagem.

Dois pontos convergiam na pesquisa de Hettner e Hartshorne: a abordagem do conceito de região e o entendimento da corologia. Para ambos, regiões não são entidades unitárias ou objetos concretos, ela por si não é determinada na natureza ou na realidade, não se descobrem elas, o que se faz é dividir o mundo de forma mais inteligentemente possível. Não se encontra na natureza critérios que devem ser escolhidos para determinar limites. A escolha é feita pelo geógrafo. "A região é um conceito abstrato e histórico". (Hartshorne, 1939, p. 466). O outro ponto de concordância diz respeito a aproximação corológica. Assim como Hettner, Hartshorne pensava ser a geografia orientada corológicamente, eles não eram da opinião de que a geografia direcionada pela corologia era apenas uma ciência idiográfica ou excepcional. Compreende-se em ambos, que o principal problema metodológico da geografia é o reconhecimento da regionalização. Como já amplamente discutido nesse trabalho, Schaefer se engana quando relaciona a Hartshorne o afastamento de leis e generalizações na disciplina. Para Hartshorne a procura por regras e leis, como a construção de modelos, possui um valor inegável para a geografia.[86] No entanto, elas não podem ser a meta da geografia quando o problema central é a explicação regional. Hartshorne cita Hettner de um modo que

[86] "The Character of Systematic Geography", p. 413-435. Hartshorne, Richard. 1939. The Nature of Geography: A critical survey of current thought in the light of the past. Lancaster: The Association of American Geographers.

fundamenta o ponto de vista que ambos possuíam sobre o valor das regras e leis: “[...] sempre um meio para uma finalidade”. (Hartshorne, 1939, p. 425). Elas servem, fundamentalmente, como proposta para reduzir a complexidade da realidade.

Schaefer considera a orientação regional como meta do estudo geográfico, um afastamento do conteúdo científico, pois, independente da finalidade e proposta da geografia, enquanto regional, o metodologia científica está para além disso, já que ela permite experimentar diferenças e variações relacionadas a situações espaciais. Apesar das ciências sociais conterem problemas e dificuldades mais complexos que as ciências naturais, a generalização e a predição são possíveis, mesmo que em número reduzido se comparado a essas ciências naturais. Essa limitação provoca uma predição em forma de probabilidade, caracterizada por uma menor perfeição e simplicidade, então regulares nas ciências naturais.

A melhor forma de descrever a análise geográfica, segundo Schaefer, deve considerar a sua estrutura de linguagem. A sua geografia preditiva busca estabelecer conceitos que possam ajudar na análise espacial, por exemplo: o conceito de área é um procedimento técnico utilizado para definir a categoria geográfica de região, essa pode ser subdividida em diversas áreas. Os fatores geográficos são os critérios para organizar a análise espacial, de modo que a região será sempre uma generalização. Pouco importa para Schaefer definir essas categorias, o que importa são os critérios geográficos de análise. Tais critérios são de natureza preditiva, na qual é fundamental seu rigor para a formação de padrões e modelos espaciais.

A melhor forma que a disciplina possui para representar essas áreas configuradas com diversos tipos de estruturas é elaborar o mapeamento como modo de explicação geográfica. Schaefer, assim, descreve:

> A identificação dos fenômenos geográficos, suas inter-relações e as correlações são melhores mostradas em mapas. Para os matemáticos, os números são seus símbolos, já para o geógrafo, os mapas cumprem essa função. O mapa representa a maneira mais fácil de reconstrução de uma situação espacial, dada enquanto uma construção de situações abstratas. Se os locais urbanos ou uma área são indicados em um mapa, de tal maneira que as distâncias uma das outras são proporcionais as distâncias de uma área real, nós obtemos, de acordo com Cohen (9, 139), dois sistemas que são idênticos na estrutura e na forma. “Dois ou mais

> sistemas relacionados dessa forma são descritos como isomórficos, na qual possuem uma estrutura ou forma idêntica". Os métodos da análise geográfica são baseados predominantemente neste isomorfismo. Assim, se os geógrafos têm chamado ao mapeamento de representação, eles estão usando uma metáfora que conta apenas metade da estória. (SCHAEFER, p. 30).

As leis morfológicas de Schaefer, na qual ele reconhece como isomorfismo, são configuradas na geografia para explicar a proximidade de objetos e sua localização, na qual uma interação possa ser possível. Os questionamentos sobre a regionalização em Schaefer persistem por que são problemas genuinamente geográficos, entretanto, eles não podem ser encarados meramente como construções regionais de modo a reduzir sua complexidade em formas compactas. Essa morfologia na qual Schaefer se refere é uma maneira que ele encontra para identificar o problema e solucioná-lo. O ponto chave que cria o problema é a noção de singularidade de um dado local, em que, ao longo do tempo, tornou-se uma codificação do saber geográfico. As leis morfológicas, antes de serem probabilísticas devem se fundar em premissas básicas como, o próximo, longe, perto, distante, contíguo, e assim por diante, refletindo a relatividade das localizações. Na verdade, nenhum local é exatamente igual a algum outro, porém não há nada no mundo real que seja exatamente igual. Para admitir que dois objetos não sejam idênticos, ou seja, que possuam qualquer coisa em comum, é necessário compreender que de nenhuma maneira isso contradiz a afirmação de que esses objetos possam possuir muito em comum. Não ser idêntico não implica ser exclusivamente diferente. Reconhecer como crucial a natureza de que localizações não são excepcionais vai além dos limites da geografia regional. Para Schaefer, a geografia é uma ciência das localizações, na qual ela é sustentada por sua sistematização via interesse na predição de locais e na uniformidade regional como forma de classificá-las.

> Quanto mais o geógrafo sabe sobre o comportamento geral e a estrutura de tais regiões como a climática, o uso da terra, o solo e outras regiões parciais, mais claro fica o quadro. Assim, é facilmente visto que a "regionalização" capacita o geógrafo a identificar os fatores relevantes e as relações dentro da região toda dada, e que isto serve como o instrumento mais importante da análise. O próximo passo geral tomado pelo geógrafo é uma comparação de locais e a coincidência de certas regiões parciais: em outras palavras, ele procura correlações. A correlação positiva entre duas ou mais regiões parciais indicaria possíveis relações causais, as quais ele então iria investigar especialmente com as regras e as leis providenciadas

> pelo geógrafo sistemático. Deste modo, primeiramente, identificar os fatores relevantes através da regionalização, e em segundo lugar, ao encontrar relações causais entre os vários fatores, ele vai além da descrição "ingênua" e explica aquela região. As velhas tentativas de não identificar as classes de fenômenos, mas sim, uma variedade de fenômenos individuais não relacionados resulta em uma descrição confusa, sem garantia, curiosa ao invés de uma análise científica e sistemática, que provê uma descrição significativa e entendimento da região em contraste com a "descrição ingênua. (Op. cit., p. 31).

Conforme as premissas de Schaefer, o objetivo de seu estudo seria explicar a dimensão espacial criada pelo geógrafo, na qual é necessário dividir seu procedimento de dois modos. Primeiro o geógrafo reconhece a divisão da área em sub-áreas, entendidas como regiões homogêneas. Nesse momento é identificado as classes de fenômenos localizados em uma dimensão espacial, sem ainda estabelecer qualquer conexão, em que somente é necessário verificar e promover o arranjo dos objetos. Em segundo, comparam-se as regiões distintas na procura por correlações, essas indicariam um efeito de relação causal. Se a causa é indicada, provavelmente, regras e leis podem ser reveladas. A insistência de Schaefer sobre os modelos espaciais parece ter sentido, quando são revelados detalhes de uma estrutura espacial que denota movimento, como no caso de estudos sobre circulação, e a relação entre a distância e proximidade desses processos.

Esse esquema proposto, apenas tem valor para generalizações tomadas a partir de fatos relacionados espacialmente, na qual um efeito qualquer possa ser descrito pelas ferramentas disponibilizadas pelo geógrafo. Para Schaefer, ainda não há devida conexão entre leis e os conceitos na geografia, pois a disciplina carece de um melhor aprofundamento na sua função de ciência social. Os melhores constructos teóricos que implicavam relações espaciais foram feitos por economistas como Thunen, Losch, Hoover e Christaller e, a partir dos estudos desses, poderia se estabelecer a análise geográfica proposta por Schaefer, em que leis e conceitos usados seriam divididos em 3 categorias:

> [...] primeiramente, aqueles tomados diretamente de outra ciência; em segundo lugar, aqueles que combinam elementos de várias ciências incluindo a geografia; e em terceiro lugar, as leis geográficas ou espaciais. As primeiras duas categorias parecem prevalecer na prática, ainda que as leis e as regras geográficas tenham crescido em número, durante a última ou as duas últimas décadas. (Op. cit., p. 36).

Schaefer entende que a primeira categoria prevalece sobre as outras, embora alguns geógrafos tenham se esforçado na organização e na criação dessa geografia preditiva. As leis que deveriam organizar um corpo metodológico e ser a ferramenta prática do geógrafo, não são estabelecidas plenamente por que faltam teorias. A conexão que as leis criam em um corpo organizado funda o controle necessário, na qual o geógrafo pode reconhecer como a metodologia, e não aquilo que tem sido usado por meio de técnicas descritivas e empíricas herdadas da cosmologia.

Nesse sentido, Schaefer acredita ser importante refletir sobre o futuro da disciplina e o seu papel entre as ciências sociais. Embora aconteça um processo contínuo de especialização das ciências, os campos sistemáticos pertencentes a disciplina já haviam se separado, embora isso não tenha se explicitado. A geomorfologia possui sua existência própria, assim como a hidrografia e a climatologia, pois desenvolveram sua própria metodologia. A geografia econômica aos poucos ganha corpo, entretanto, os economistas tem se interessado mais do que os geógrafos no estudo da teoria da localização. Eventualmente, qualquer campo sistemático pertencente a disciplina, tem a possibilidade de permanecer no escopo dela, ainda que sua metodologia de pesquisa desvie-se daquilo que sobrou das origens, a geografia regional.

A geografia encontra, assim, duas direções: se desenvolver como uma ciência social madura, na qual seu norte é a seção sistemática e sua aplicabilidade as relações espaciais; ou sua unificação em torno da geografia regional, com afastamento dos campos geográficos sistemáticos. Contudo, apesar da escolha feita a qualquer uma dessas direções, o estudo geográfico é uma necessidade social, em que encontrará sua maturidade científica para além do nível descritivo ingênuo.

> Tem uma coisa da qual podemos estar realmente certos, qualquer que seja a forma, a estrutura ou a associação que a geografia irá, por fim, desenvolver, o estudo das relações espaciais é e permanecerá uma necessidade científica e também social, de uma forma ou de outra, encontrará seu caminho para um nível científico mais maduro. (Op. cit., p. 38).

O trabalho teorético de Schaefer é uma possibilidade de tornar menos complexo a representação das localizações na superfície da terra, seja pela elaboração de estudos de áreas ou regionais. Geógrafos podem mapear onde

estão as cidades, como elas são em algum nível descritivo, estimar o número de habitantes, bem como a distância em relação a outros locais. Predizer sobre a espacialidade, na definição de sua proximidade, pode explicar muito sobre alguns locais. Embora se tome o tempo e o espaço como noções importantes para o movimento da análise espacial, Schaefer os utiliza como categorias simples, para demonstrar uma escala e hierarquia num modelo ou padrão de movimento geográfico. Os geógrafos se interessam muito mais pelo movimento, do que pelos modelos e leis morfológicas de Schaefer, no entanto, eles possuem força, por que são muito simples e implicam no seu esquema o movimento desejado.

Capítulo III – O Movimento da Produção em Geografia

Alguns estudos e pesquisas são considerados referência dentro dos distintos campos disciplinares. Entretanto, quando é exposto o movimento da produção em geografia, deve-se tomar os fatores determinantes que elevaram ou obscureceram certos estudos ao longo de sua história. Na procura por uma identidade, e em certo sentido, de que modo se associar, os grupos de pesquisa, estudantes e professores invariavelmente constituem um ramo, na qual em suas pesquisas e perspectivas, elevam certas obras de maneira que asseguram um lugar no panteão da produção intelectual. As leituras para esse exercício são amplas e expansivas em sua cobertura. Se verdadeiramente o estudante quer questionar sobre tal tema ele dever se aventurar em mundo cheio de névoa. Algumas grandes obras geográficas possuem seu *status* assegurado pela história da disciplina, já outros trabalhos aparecem marginalmente, e isso cria certa identidade, a de que a prática e a indiferença da própria disciplina a colocaram naquele lugar específico. Não devemos minimizar tal questão, pois geógrafos experimentados são defrontados com ela. Assim, muitos são confrontados com a proposição de que a geografia não é tanto uma disciplina, interpretada de modo estrito ou rigoroso, mas uma forma de conhecimento que suscita questões[87]. Talvez seja isso que permite localizar os trabalhos de Giddens, Foucault ou Levebvre no âmbito geográfico.

[87] David Harvey coloca dessa forma para exemplificar que a geografia não é somente aquilo que é produzido na academia, mas também a geografia como uma categoria da nossa própria existência. Harvey, D. 2001. Spaces of capital: towards a critical geography. Edinburgh: Edinburgh University Press.

Talvez mais do que qualquer outro campo de estudo, com uma longa história e já bastante discutida, a geografia investiu grande soma de energia intelectual para resolver seu problema de identidade. É possível enumerar as principais obras que tratam disso, sejam livros ou artigos, mas também os estudos que trataram do tema, da procura pela identidade[88]. Esse esquema todo não é algo que possa ser possível no presente estudo, porém tomou corpo e foi mascarado por meio século adiante, primeiro, da hegemonia da identidade corológica-espacial, na qual os defensores da geografia enquanto ciência regional, dos lugares e normativa, capturavam o fazer filosófico de maneira a reescrever a história intelectual da disciplina e, segundo, dos oponentes dessa visão, que estavam engajados em suas práticas particulares e, de tempo em tempo, uma já penada e frágil justificativa, de seus interesses a-espacial, se mostraram verdadeiramente, espacial. Uma crise de identidade dentro da geografia não somente foi perpetuado, como também os profissionais, sejam eles professores ou não, foram informados da problemática, mas o domínio ou o poder assegurou um nicho reconhecido no meio da academia, da alta educação e da pesquisa. Ambas as afirmações são ilusões.

Da sua formação dentro da academia moderna no século XIX, se não até mais cedo, a identidade da geografia foi altamente contestada, com implicações que excediam a geografia para a esfera de perspectivas rivais[89]. Mesmo que trivial, é necessário colocar que duas visões dominaram: a geografia como abordagem corológica e espacial e a geografia que trata do ambiente humano. Assim como Robert Sack e mesmo outros geógrafos, não há por que separar a perspectiva corológica da ciência espacial, ambas mantinham um comprometimento com o empirismo e com um nada particular modo de fazer

[88] A lista de artigos e livros que tratam do tema é por demais extensa, e ele pode ser acompanhado nos principais periódicos, tanto nacionais como internacionais. Em pesquisa levantada nos Anais da Associação dos Geógrafos Americanos (*Annals of AAG*), dois artigos apresentaram grande relevância; um artigo escrito por J. F. Hart (1982) e outro por R. F. Abler (1987) que versam sobre a mesma questão, a procura por uma identidade no âmbito acadêmico da geografia.

[89] Esse debate pode ser visto na questão entre a formação da geografia humana na França e na Alemanha. A questão foi revisitada por R. Peet (1985) para a explicação das origens do determinismo ambiental e por E. Taaffe (1974) em um resumo sobre a análise espacial enquanto teoria predominante na academia. Peet, R. 1985. The social origins of environment determinism. Annals of The Association of American Geographers 75:309-33. Taaffe, E. J. 1974. The spatial view in context. Annals of The Association of American Geographers 64:1-16.

ciência, conhecido como método cientifico, ou seja, positivista[90]. Como descrito por Sack:

> [...] na geografia estado-unidense, as perspectivas corológica e espacial podem ser interpretadas como tese e antítese em uma dialética geográfica. (SACK,1974, p.439).

Explicações sobre a identidade, o método ou mesmo suas teorias podem ser encontradas em ambas "escolas". Como escrito anteriormente, existem obras reconhecidas como necessárias para o entendimento tanto da perspectiva corológica como da análise espacial. O depoimento mais influente e compreensivo da posição corológica é a Natureza da Geografia de Richard Hartshorne, em que ele antecipou e contrariou muito dos argumentos que mais tarde foram apresentados por Fred K. Schaefer e reafirmados por outros como a alternativa espacial. Afora as características de que empreendem a corologia e a análise espacial, também conhecida como geografia nomotética, ambas possuíram seu período inovador e conservador. Isso não significa dizer que houve um declínio da perspectiva anterior para a seguinte, e nesse caso, as duas rivalizaram, mas ainda assim, ocorreu a absorção entre elas de elementos que caracterizavam uma e a outra. Como consequência disso muitas reflexões foram feitas seguindo um esquema típico das ciências naturais e de sua abordagem filosófica, na qual distintas perspectivas podem ser abordadas como paradigmas. Uma dimensão introspectiva e obscurecida foi criada para dar conta de pretensioso tema recorrente nas ciências humanas: a procura por um significado único, ou como descrito por Douglas Santos:

> [...] a ampla e estrutural discussão em torno do objeto da geografia careceu de um fundamento básico que nos permitisse superar, de fato, a armadilha da razão positivista, isto é, o obscurecimento da intenção do sujeito. (SANTOS, 2008, p. 8).

Entretanto, se a estrutura da disciplina fosse bem arranjada, o valor da análise científica não somente se debruçaria na ênfase da sua organização e de suas funcionalidades, mas revelaria propriedades gerais, que pudessem levar a geografia para esfera das ciências naturais, na qual seria permitido participar

[90] Tanto a abordagem corológica como da análise espacial possuíam o comprometimento comum com o empirismo e um interesse compartilhado com as relações físicas e geométricas dos fatos. R. Sack (1974) descreve que esse campo em comum permite uma síntese em que é sensível as interconexões em cada escola, entre questões e explicações e, para opiniões que cada escola possui uma da outra. Sack, R. D. 1974. Chorology and spatial analysis. Annals of The Association of American Geographers 64:439-52.

da “revolução científica”, em que a “[...] kantiana posição excepcionalista nos excluía” [91].

Apesar dessa posição excepcionalista, como Schaefer se referia a geografia corológica, ser posta, aos poucos de lado ao longo dos anos seguintes a década de 1950, é inegável a força do corpo teórico e metodológico que Hartshorne construiu. Para resumir, o pressuposto subjacente canalizado na retórica de Hartshorne, favorecia uma corrente de pensamento, na qual a tradição também é normativa, em que a história da disciplina revela sua essência pela sua natureza permanente. Quando Hartshorne anuncia que: “[...] se desejamos nos manter no caminho – ou regressar a rota adequada, [...] devemos primeiro olhar para traz e ver em que direção o caminho nos conduziu” (Hartshorne, 1939, p.31), ele estava, de fato, fazendo uma declaração metodológica sobre o caráter da geografia, mais do que simplesmente conduzindo uma investigação histórica. Na reconstrução de Hartshorne, a história da disciplina se tornou serva de sua filosofia, ou melhor, da filosofia geográfica dele. Com tal procedimento, ele descartou um debate sobre a integridade metodológica, pois colocou ele além de qualquer alcance legítimo.

Essa obsessão por uma definição rigorosa amarrou a disciplina por um longo período e até hoje se faz presente. Carl Sauer não concordava com o rumo que a geografia nos Estados Unidos tomava, principalmente após a publicação da Natureza da Geografia de Hartshorne. No seu famoso discurso de posse presidencial da Associação dos Geógrafos Americanos pode expor suas diferenças com os trabalhos que até então vinham a ser publicados[92]. Em um artigo de Michael Williams sobre Sauer e a geografia histórica, é exposto uma declaração de desdenho dele sobre essa compulsão obsessiva por uma definição:

> Posso viver vantajosamente ignorando quase todos os trabalhos que eles (geógrafos) apresentaram (no encontro anual). (SAUER, 1983, p. 11).

---

[91] Schaefer, F. 1953. Exceptionalism in geography: a methodological examination. Annals of Association of American Geographers, 43: 226-249.

92 Sauer, C. 1941. Forword to a historical geography. Annals of Association of American Geographers, 31: 1-24.

Para ele, essa persistência doentia da geografia acadêmica estado-unidense aparentava ser uma doença terminal. Quando um assunto é regido por definições de seus limites, e não por curiosidade, ele encara a sua extinção. Essa neurose tem início nos de 1920 e ganha corpo no final da década de 1930. Formulas absolutamente simplistas foram arranjadas na tentativa de se elaborar uma ciência natural do ambiente humano, essa relação foi gradualmente sendo suavizada por termos como controle e influência ou ajuste e adaptação, para, enfim se tornarem rigorosos no âmbito acadêmico na qual exigia uma identidade disciplinar.

A empreitada geográfica em sustentar a natureza e a cultura juntas, em termos de causa evolucionária, foi aos poucos se desmoronando como uma iniciativa acadêmica. As consequência deu-se na direção de encarar uma crise de personalidade, na qual repetidamente falhou em identificar um campo incontestável. O caminho que esse experimento moderno da geografia estado-unidense escolheu foi profundamente errôneo.

Parte 3.1 – Sobre o Método

Este tema trata de um esforço: apresentar os argumentos filosóficos de Hartshorne e Schaefer de outro modo. Seria simples identificar as características pragmáticas e neokantianas de Hartshorne, ainda que não fosse tão fácil fazer o mesmo a respeito de Schaefer, entretanto, a intenção é fazer a análise e uma crítica de fora dessas perspectivas filosóficas. Apesar do risco considerado nesse caminho, entende-se que ele pode possibilitar alguma abertura para um novo horizonte, associado com toda esperança e promessas que ele possa trazer. Contudo, a possibilidade de trilhar um percurso diferente, de algum modo pode representar o estreitamento de outras direções, velado por nossa imersão em algum projeto intelectual. Este ponto de vista, um tanto quanto cético, torna o mito de *Sísifo* relevante, caso seja considerado o empenho ou esforço da descrição científica a longo prazo. Para alguns, esse tema pode ser bastante depressivo, certos de que nunca se alcançará a verdade. Não existe concordância nesse argumento cético. Para outros, pode soar como uma garantia contra o tédio. Richard Rorty coloca que não se pode imaginar um momento em que a humanidade poderia se estabelecer e dizer consigo mesma que finalmente chegamos a verdade, na qual um relaxamento

é mais do que justo, mas ao contrário, deveríamos aproveitar que o pensamento, tanto na ciência, bem como nas artes, fornece sempre alternativas competitivas entre teorias, movimentos e escolas[93].

Um tema que persiste nesse trabalho é a busca por um método apropriado para que não ocorra equívocos mediante a interpretação das teorias apresentadas. Não nos equivocamos ao decidir que o mais importante a se aprender na obra de Marx diz respeito a sua concepção sobre o método. Apesar de existirem diversos estudos na geografia apoiados nas teses do marxismo, não é necessária uma filiação a uma determinada corrente ou mesmo um seguir criterioso sobre tais estudos. Como descrito por Georg Lukács, no marxismo, o mais importante é o método[94]. Certas feições do método de Marx já podiam ser encontradas em seus precursores. Um tema importante na filosofia, a totalidade, já era questão trabalhadas por Leibniz e Spinosa. A parte mais conhecida de suas teses, a dialética, tinha sido eixo importante da filosofia de Hegel. Em Kant verificam-se os dualismo que deveriam ser resolvidos e na filosofia inglesa, principalmente dos economistas políticos, Marx absorveu os métodos práticos de investigação das atividades materiais de produção da sociedade. Ele reuniu todos esses elementos distintos e deu forma a um método que mediante a fusão de teorias mais abstratas com as da prática mais concreta, permitiu a criação de uma prática teórica, por meio da qual o homem poderia modelar a história e não o contrário. O pensamento ocidental possui inúmeros dualismos (homem e natureza, sujeito e objeto, mente e corpo, pensamento e ação) eles por si, são resultados do estudo e da prática humana e, quando fosse necessário, da sua criação.

Na razão positivista, os dualismos aparecem como simplificação e uma necessidade que o sujeito possui por doutrinar seus problemas. Quando

---

[93] R. Rorty (1987, p.45) comenta que "o pensamento sempre proporcionará um espetáculo feroz", nesse sentido nos parece até um certo elogio ao relativismo como alternativa para o conhecimento. Isso tem conseqüências práticas, a da utilização de diferentes métodos como tentativa de aproximação de uma verdade possível. Rorty, R. 1987. Science as solidarity, in Nelson J, Megill A., McCloskey D, eds, The rhetoric of the human sciences: 38-52.

[94] Lukács (Lukács, 2003, p.64) descreve no início de História e Consciência de Classe o que é o marxismo ortodoxo e o significado do método. "O marxismo ortodoxo não significa, portanto, um reconhecimento sem crítica dos resultados da investigação de Marx, não significa uma "fé" numa ou outra tese, nem a exegese de um livro "sagrado". Em matéria de marxismo, a ortodoxia se refere antes e exclusivamente ao método". Lukács, G. 2003. História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes.

colocamos uma relação, por exemplo, homem e natureza, ela aparece como necessidade de exteriorizar a natureza como algo distinto, construída por si mesma e não pelos homens, quando de fato é uma relação social entre os homens. Como Henri Lefebvre descreveu:

> [...] o conhecimento é um fato, sujeito e objeto agem e reagem continuamente um sobre o outro, por definição é uma interação dialética. (LEFEBVRE, 1979, p. 49).

O método marxiano tem como base a tese de que a produção do conhecimento é parte integrante do desenvolvimento histórico do mundo dos homens, quando no intercâmbio entre o homem e a natureza (sujeito e objeto), se efetiva, ao mesmo tempo, tanto o sujeito, que se constrói e reconstrói, quanto o mundo dado e transformado pela ação do sujeito, e nessa relação sujeito-objeto se radica a produção do conhecimento. Para Lukács, a realidade, que é o objeto do sujeito, tem sua existência objetiva independente do sujeito que a investiga. A realidade é uma totalidade, ou seja, é uma síntese de muitas relações, ou seja, é um complexo concreto:

> [...] todo existente deve ser sempre objetivo, ou seja, deve ser sempre parte de um complexo concreto e as formas de existir serão sempre determinações da própria existência. (LUKÁCS, 1979, p. 13).

O real é complexo porque é resultado de múltiplas determinações, de muitas relações sociais, históricas, econômicas (de produção), políticas, culturais, ideológicas, etc. Essas relações se interligam e constituem as mediações da sociabilidade humana.

Assim, como em outras áreas do conhecimento, a geografia sofreu e sofre influência dos resultados da produção do conhecimento, ambas inseridas em condições político-produtivas, o que significa dizer que em vários momentos caminhava contra os processos dominantes. Muitas vezes essas correntes foram desconsideradas pelas correntes interpretativas hegemônicas. Na linha de uma geografia estabelecida por pressupostos da dialética, em Marx e Engels, são postos os aspectos que consideram as relações entre o que se produz e o que é efeito dessa produção do pensar e agir das sociedades em sua relação com a natureza.

Muito do que tratamos na geografia como método, tem sua origem histórica no evolucionismo e no historicismo. Independentemente da consideração de que

alguns geógrafos foram mal interpretados, devemos considerar a influência desses caminhos filosóficos. Considerando que ambos possuíam, ao menos em sua fase inicial uma cara revolucionária, seus desdobramentos variaram para argumentos simplistas e reacionários. Se citarmos como influência os modelos funcionalistas da escola de Chicago e o que se convencionou chamar de economia espacial, veremos as tipologias adotadas como descrições das formas. Schaefer chama esses tipos de morfologia e nada mais são do que o uso normativo e sistemático dos procedimentos das ciências naturais, na qual o objetivo é mensurar um ou mais processos por meio de inflexões que possam dar corpo a um processo geral. Essa preponderância funcionalista tende a um caráter classificatório, associados a atividades e funções vistas nos estudos de Christaller, Lösch, Isard e tantos outros. O caráter morfológico, criado na geografia, por meio de influências da economia regional e, outras muitas pesquisas de cunho empirista, portanto positivista, é uma análise da contiguidade, das coisas próximas, das formas estanques e que pouco interpretam a dinâmica ou o movimento em um dado lugar, e a considerar uma maior complexidade, em relação a outros lugares[95]. Trata-se, então, de abandonar os pressupostos positivistas, da qual fazem partes tantos os estudos de cunho idiográfico, como os nomotéticos.

Por hora, essas formas estanques de esquadrinhamento da sociedade, da ciência e de seus respectivos objetos de estudos podem parecer revolucionárias, já que, como comentado, em sua origem rompem com a maneira dominante do pensar e fazer ciência. Assim, existe uma compreensão de que questões mais recentes, ou mesmo clássicas, do ponto de vista

[95] A chamada ciência espacial, ou como muitos adotam, a revolução quantitativa, liderada na Universidade de Washington pelo Prof. W. Garrison, foi formada por aqueles que contestavam os procedimentos adotados anteriores a Segunda Guerra Mundial. Mais claramente, a geografia corológica e a da paisagem. Nas palavras de Ackerman (1945), Ullman (1953) dentre outros, era necessário utilizar novas técnicas aprendidas no período da guerra. A matematização da geografia configurou uma disciplina extremamente analítica, da qual Schaefer tanto se ocupava em demonstrar em seu famoso artigo, “Exceptionalism in geography”. No auge dessas pesquisas, geógrafos começaram a formular leis, da qual a mais “interessante” é a de W. Tobler (1970) – “tudo é relacionado, mas as coisas mais próximas são mais relacionas entre si”, ela é conhecida como 1º lei em geografia de Tobler. Ackerman, E. 1945. Geographic Training, Wartime Research, and Immediate Professional Objectives. Annals, Association of American Geographers. 35: 122-143. Ullman. E. 1953. Human geography and area research. Annals of The Association of American Geographers 4. Tobler W. 1970. A computer movie simulating urban growth in the Detroit region. Economic Geography, 46 (2): 234-240.

histórico da disciplina e seus campos, relacionadas a tradição da geografia, são posicionamentos da qual remetem a um tipo específico de conhecimento.

Nesse ponto, a um desejo de não escapar sobre aquilo que é domínio do pensar. Em Lukács há uma proposição relevante:

> O método dialético em Marx visa ao conhecimento da sociedade como totalidade. Enquanto a ciência burguesa confere uma "realidade" com realismo ingênuo, ou certa autonomia com espírito "crítico", àquelas abstrações que, para uma ciência não pertence ao âmbito da filosofia, são necessárias e úteis do ponto de vista metodológico e resultam, de um lado da separação prática dos objetos da investigação e, de outro, da divisão do trabalho e da especialização científicas, o marxismo supera essas separações elevando-as e rebaixando-as à categorias de aspectos dialéticos. (LUKÁCS, 2003, p. 106).

Observa-se, portanto, que há uma essência revolucionária no método e no domínio da categoria da totalidade. A compreensão da totalidade, que parte de um sujeito que a determina é em si mesma, uma totalidade. Tanto sujeito como objeto são totalidades. Lukács chama a atenção para uma espécie de carapuça colocada sobre a realidade. Não há uma preocupação no entendimento do todo, mas sim a produção ou "descobertas" de soluções que possa dar argumentos a proposições antes não resolvidas. Há, então, a exigência:

> […] do método dialético sobre a exigência da totalidade tanto como objeto determinado quanto como sujeito que determina. (LUKÁCS, 2003, p. 108).

A ciência funcional, com heranças do materialismo mecanicista, positivista e seus desdobramentos busca tomar os fenômenos de modo isolado, nada mais que o interesse "[...] da ciência objetiva e exata" (Lukács, 2003, p.110).

A tomar em consideração o período da gênese da geografia moderna e, assim, por meio de seus primeiros organizadores, Humboldt e Ritter, e a consolidação do marxismo nos escritos de Marx e Engels, temos, portanto, o entendimento de que ambos, geografia e marxismo nascem ao mesmo tempo, na primeira metade do século XIX na Alemanha. Seria difícil, ao menos aqui, estabelecer uma conexão entre a dialética hegeliana e a geografia, porém o kantismo, sim, influenciou demasiadamente a geografia moderna. Mesmo que, geografia e marxismo nasceram de raízes comuns, a primeira se ocupou com uma descrição bem feita da realidade, aos modos de Kant, ou uma sistematização no âmbito da ciência moderna, segundo os estudos e pesquisas de Humboldt. O marxismo como conhecemos, se preocupou com a crítica ao capitalismo, da

alienação do trabalhador e da luta de classes. Enquanto o marxismo foi uma resposta ao atraso social, político e econômico, a geografia foi um passo político para a integração e unificação da Alemanha, a considerar o processo de totalidade da natureza e dos homens, já inseridos nos estudos de Humboldt.

Parte 3.2 – A Armadilha Epistemológica

Geralmente o espaço é conceituado como produto da relação entre sociedade e a natureza. Apesar de parecer algo dado, lógico e possuir uma relação intrínseca com a natureza, o conceito de espaço na verdade é vago por que possui inúmeros significados. Podemos até considerar o espaço geográfico, sob o ponto de vista de Hartshorne, uma escala que se insere da superfície da Terra até a atmosfera, na qual à atividade humana é encontrada, porém no que ele pensa ser o escopo da geografia e seu objeto, pode se inserir outras várias disciplinas do conhecimento. Na busca por esse objeto, delimitador do escopo da ciência, o santo graal que mostraria os limites e fronteiras do campo, a geografia acabou por se esconder em certas artimanhas da ciência positiva.

Na leitura da obra de muitos geógrafos, procuramos de imediato aquilo que nos é ensinado na academia. Quais as categorias e conceitos que o autor trabalha, filia-se a qual corrente teórica, qual o rigor metodológico que se insere na sua pesquisa. Esquadrinhar os conceitos da geografia a partir de uma categoria, no caso o espaço, pode tornar a pesquisa obscurecida e rigorosamente filiada a um objeto. Nesse caso, e não raramente, uma fuga pode acontecer, se o que temos em vista é a intenção, puramente subjetiva e na perspectiva de se alcançar uma problemática a que se quer chegar. Um discurso geográfico é, então, construído a partir de seu objeto e, tomado de maneira ampla, revela as intenções do indivíduo em uma tentativa de buscar descrever e analisar seu objeto. Nessa direção, deseja-se saber, o que para o sujeito é geográfico. Caso tenhamos mal resolvido essa questão, fica colocado um discurso falso sobre a epistemologia da disciplina. Nesse caso, pode-se perguntar, no sentido de reforçar as bases do campo, em que a geografia se esconde para contar a sua história. Richard Rorty, de modo claro, resume certas tentativas de perpetuar um campo de estudo:

> Pois a “filosofia da ciência” – o nome que “epistemologia” adotou quando se escondeu entre os empiristas lógicos – havia visto a si mesma como

> proporcionando um algoritmo para a escolha de teorias. (RORTY, 1994, p. 319).

Apesar de relacionar tal fato a filosofia, existe um paralelo com a geografia, a noção de que um campo específico e seu recorte corre perigo, principalmente quando da escolha de teorias, recortes e metodologia.

Tanto espaço como suas derivações estão ligadas ao método e, assim, a prática. Embora possa soar como algo referente aos procedimentos tomados pelo geógrafo, não é isso que procuramos entender. Não é o caso sistematizar as categorias e conceitos da geografia, mas elas somente serão compreendidas na medida em que as relações entre os sujeitos são reveladas, na qual eles possam ser inseridos na pergunta e no tema central a que se quer explicar.

Uma vez que o problema é colocado nestes termos, parece que de algum modo fugimos da metodologia da ciência e de seus procedimentos. Existe, como bem conhecemos, uma procura por legitimidade. A geografia moderna já nasceu nesses propósitos da ciência moderna, embora seu campo de abrangência fora amplamente reduzido, a partir do nascimento de outras disciplinas. Ela colocou como seu, o visível tomado como objeto, mesmo que para construção desse objeto, não se tenha tomado o processo que o forma, as relações entre os indivíduos. Fica impossibilitado pensar uma epistemologia se desconsiderarmos o processo. O objeto isolado, nada mais é que a razão positivista e sua objetividade, na qual se advoga sobre uma natureza passível, ela pode ser separada por meio do raciocínio e de metodologia específica. O objetivo mais abrangente disso é descrito por Michael Löwy como a,

> [...] construção de um modelo de objetividade próprio das ciências humanas. (LOWY, 1994, p. 9). Mesmo que próprio das ciências humanas ela é [...] fundamentada na prática dos cientistas naturais e inspiradas em seu modelo operacional de objetividade científica. (LOWY, 1994, p. 52).

A prática da ciência moderna e burguesa, tomada em perspectiva histórica, remete ao hábito de efetuar a mesma separação: isolar objetos determinados com a pretensão de compreendê-los como uma engrenagem pertencente ao todo. O espaço, enquanto categoria geográfica, foi aceito por diversas vezes no intento de classificá-lo a partir da escala geográfica, não sempre, mas todavia tomado a partir do ambiente físico e delimitado.

Portanto, podemos inferir sobre uma questão: Qual a importância e o significado do espaço, determinado historicamente e socialmente e, como podemos entendê-lo deixando de lado algumas das questões e reflexões ligadas ao ambiente natural? Todos elementos do ambiente natural são trabalhados e se fundamentam pela ação humana, são reconstruídos e reificados de maneira relacional, logicamente eles não podem ser separados, e como sugere Lukács, tomar algo isolado seria uma,

> [...] hipótese metodológica para compreender o problema de maneira mais clara, antes de avançar para a questão mais abrangente, que situava o problema em relação a totalidade da sociedade. (LUKÁCS, 2003, p. 111-112).

No entanto, isso é um procedimento distinto, na qual visa fazer com que algo mascarado reapareça, no sentido de mostrar que ele está escondido, pertence ao subterrâneo e está em diversas esferas do conhecimento.

Essa temática ensaia que a categoria espaço, antes de ser concebida *a priori*, carrega consigo um amplo debate ontológico, na qual tomar o espaço como geográfico, seja ele apenas uma simples forma, ou até uma categoria aprimorada com o máximo de cuidado, revela-se tarefa minuciosa na qual muitos geógrafos e não geógrafos fizeram com muita atenção. Nem sempre uma definição melhor elaborada significa transformação, na qual efetivamente altera a concepção da totalidade.

A discussão que abordada sobre o projeto conservador de Hartshorne e a criação de leis de Schaefer, vistos na geografia como o debate sobre a idiográfico e o nomotético, na verdade demonstram pouco comprometimento com efetivas transformações, sejam elas regionais ou de qualquer outra categoria geográfica, mas que derivam de uma produção social regional, ou podemos dizer, espacial. Elas possuíam propostas descritivas e amarradas ao caráter clássico da disciplina.

Para compreender algumas questões, que ambos geógrafos não enfrentaram, admite-se recorrer ao Capital de Marx, na Seção I do Livro I. Se tomarmos o espaço como aspecto do real, construído socialmente, fica aberta a possibilidade de lhe atribuir propriedades concretas e abstratas, derivadas da lógica contraditória da qual o uso do espaço, enquanto físico, está inserido.

Nesse momento deve ser explicado, para que depois possamos fazer uma justificativa mais apropriada, que tais investigações, sejam elas corológicas ou sistemáticas tratam da categoria do uso do terra ou do solo, como de valor de uso. Esse aspecto coloca tal categoria sob o viés analítico, da qual ele é visto como um sustentáculo conceitual[96]. A base da geografia acadêmica por muito tempo foi isso, e em alguns casos ainda é, essa base, palco dos acontecimentos, sustentáculo das dinâmicas espaciais que eventualmente escorrega para o determinismo.

O fato é que devemos elucidar a preocupação com que alguns geógrafos em face à sociedade expuseram o seu papel, mas principalmente tornaram latente a sua responsabilidade social. Essa questão não é tão longínqua, data de meados da década de 1960. As obras dessa década evidenciavam o caráter ideológico das pesquisas em geografia e problematizavam a ciência e a geografia. Muitos geógrafos estavam mais interessados em ciência e metodologia científica que em responsabilidade social, bem como e na avaliação científica de problemas reais. Alguns exageros da crise ambiental eram e são fortemente ideológicos, mas até então a maioria dos geógrafos, também, não tinha sido tocada pelo crescente interesse em ideologia. A questão que se colocava era que esses geógrafos estavam imunes contra a ideologia, ou estavam fortemente influenciados, que não tomavam conhecimento dos fatos. Não cabe aqui argumentar sobre as problematizações levantadas, entretanto não devemos ficar com a impressão de que esses geógrafos não tenham consciência do papel da qual desempenham na sociedade, pois não devemos esquecer que, "não é a consciência dos homens que determina o seu ser, é o seu ser social que inversamente, determina a sua consciência" [97].

Outras críticas podem ser feitas aos geógrafos citados em nossa pesquisa, algumas muito procedentes foram colocadas no seio da geografia e que possuem importância capital para a discussão do caráter ideológico dessa disciplina. Poderíamos confirmar e colocarmos em discussão elementos que

[96] A questão da renda da terra em David Harvey parte dessa analise, "...de colocar o valor de uso e o valor de troca em relação dialética entre si...", p. 134. Harvey, D. 1980. A justiça social e a cidade. São Paulo: Editora Hucitec.
[97] Marx, K. 1973. Contribuição para a crítica da Economia Política. 3. Ed. Lisboa: Ed. Estampa.

constituem a pesquisa em geografia e a característica própria dos geógrafos de "elevar" a categoria espaço como o centro de suas pesquisas. O "fetichismo do espaço" é o modo de pensar particular dos geógrafos. As relações entre grupos ou classes sociais são apresentadas como relações entre áreas, obscurecendo as divisões sociais no interior das áreas. As conceituações geométricas abstratas da forma "espacial" podem ser artificialmente assentadas contra o conteúdo social do espaço, tornando-o pouco compreensível, ao negar as relações dialéticas de conteúdo e forma. Essa afirmação se faz necessária por que trata-se do questionamento ideológico que constitui a investigação de qualquer campo da ciência, da qual já é produto da divisão acadêmica do trabalho, mas também para a consideração do status da geografia e os seus questionamentos da natureza do espaço social. Também fica evidenciada uma negação das relações dialéticas entre conteúdo e forma nos estudos positivistas em geografia. Dessa forma não podemos esquecer que conteúdo e forma são as categorias que dão, antes de qualquer coisa, a idéia do que é um determinado objeto. Se o procedimento for o contrário, nega-se o conteúdo como conjunto de elementos e processos da qual formam um determinado objeto ou fenômeno, ao mesmo tempo em que negaremos que a forma é a estrutura, a organização do conteúdo, e não algo externo em relação ao conteúdo, mas intrinsecamente inerente a ele. A unidade entre forma e o conteúdo é inerente a um dado objeto, portanto inseparável. Por fim, a geografia positivista, chegou exatamente ao oposto disso.

Parte 3.3 – A Questão Sobre Paradigmas na Geografia

Nessa parte, pretende-se trabalhar com os conceitos da dialética marxista, em confronto com o discurso da filosofia da ciência e seus possíveis enquadramentos nas ciências sociais e da natureza. Dessa forma, pode-se encarar tal esforço como uma busca e análise do que é o pensamento crítico, a ter em vista a natureza dos discursos em questão. No pensamento filosófico atribui-se dois sentidos para a noção de crítica: um sentido kantiano na qual deriva do exame avaliativo de categorias e formas de conhecimento para determinar sua validade e valor cognitivos[98]; e um sentido marxista, em que a

[98] Casirer, E. 1986. Problema Del Conocimiento em la Filosofia Y Em La Ciencia Modernas V. III. México: Fondo de Cultura Econômica.

razão é dirigida para o entendimento da realidade social e histórica, no intuito de destrinchar formas encobertas de exploração, que subjugam e reprimem, de modo a revelar, por meio de confronto, alternativas que distorcem e omitem[99]. Assim, tem-se na noção kantiana, uma tradição de conteúdo crítico-epistemológico, enquanto na marxista a crítica é social.

Na geografia, enquanto ciência social, a noção kantiana pode ser encontrada desde o próprio Kant e derivou de modo razoável entre os geógrafos alemães. De Humboldt a Ritter, de Richtofen a Hettner, é bem compreensível entender a história da disciplina por meio de conceitos e categorias kantianos. Hartshorne, possivelmente, foi quem mais divulgou a noção kantiana por meio de seus estudos sobre a natureza da disciplina. Existe uma ampla literatura sobre essa linha de raciocínio e, definitivamente, há uma tradição que cerca o campo de estudo, na qual esse fato, mais que bloqueia, torna rígido o conhecimento e a proposta da disciplina. Importantes intelectuais do século XIX não tiveram suas idéias inseridas no campo dessa ciência social. Não temos argumentos para descrever ou mesmo relatar, que os estudos de Freud e Marx, a permanecer com esses dois, não poderiam ter influência minimamente suficiente para estabelecer um diálogo com a geografia. Quando Neil Smith descreve o trabalho de Hartshorne como um museu, há de se compreender questões na qual envolvem a geografia dentro de um circuito fechado[100]. Mesmo Darwin está ausente na obra máxima de Hartshorne, bem como em outros trabalhos similares ao seu[101]. É extremamente complicado descrever tal problemática, mas parece não haver uma discussão epistemológica e filosófica, sendo que seu desenvolvimento enquanto disciplina social, não se ligava com as condições sociais, políticas e econômicas da época. As concepções daqueles, que acompanhavam os estudos hartshornianos, estavam intimamente ligadas a uma corrente conservadora e idealista. Assim, como deixa claro Stoddart:

---

[99] Lefebvre, H. 1963. Marxismo. São Paulo: Difusão Européia do Livro. Wacquant, L. 2008. As Duas Faces do Gueto. São Paulo: Boitempo Editorial.

[100] Smith, N. 1989. Geography as a museum: private history and conservative idealism in The Nature of Geography, in Entrinkin e Brunn (eds), Reflections on Richard Hartshorne "The Nature of Geography", Occasional Publication of the Association of American Geographers, 89-120.

[101] Na geografia econômica e urbana, ao menos a feita nos EUA, as idéias ecológicas e evolucionistas chegaram por meio da escola de Chicago, diferentemente da biogeografia de Ratzel, que incorporou os conceitos de Haeckel e Darwin.

> [...] a identificação de tal progresso influenciador envolve juízos de valor sobre o passado, para uma perspectiva do que é claro no presente. (STODDART, 1988, p. 2).

Na história da disciplina são reconhecidos quatro momentos distintos, que de maneira geral, desenvolveram seus processos de estudo e procedimentos, intercalados com a tradição anterior. A geografia do determinismo ambiental, geografia regional, a geografia quantitativa e a geografia crítica. Não é nossa proposta alterar a definição de cada uma delas, nem o que foi escrito sobre os geógrafos que pertenceram a qualquer corrente de pensamento, contudo, é mais do que necessário descrever esses momentos como tradições da disciplina e não como revoluções no pensamento geográfico.

É costume, desde a década de 70, a citação desses quatro momentos da disciplina e, mais do que isso, analisá-los sob o espectro dos paradigmas da ciência. Esses paradigmas podem ser considerados como modelos estáveis em qualquer atividade científica alinhada com um projeto lógico-formal. Quando uma determinada pesquisa é empenhada em um problema comum a outros cientistas, descreve-se que está baseada em um conjunto de questões de uma comunidade específica, na qual possui tradição particular, em seus regulamentos, padrões e resolução de problemas. Essa espécie de paradigma se comporta como modelos, que, enquanto progresso da pesquisa e evolução do conhecimento científico, deve ser colocado a prova a todo momento, num sentido de rejeição continuada, para que uma remodelação mais convincente ou consistente tome forma[102].

A importância desses modelos para aqueles que consideram válidas tais formulações científico-filosóficas, repousam no fornecimento de regras, na qual podem ser seguidas e superadas, quando uma determinada comunidade científica passa a ser impelida na utilização de novos procedimentos. Quando a chamada revolução quantitativa tomou corpo, seguida de sua vontade por eficiência, uma série de outros ramos da disciplina tomaram forma, Bunge ressalta esse desejo e conclui que:

> [...] a profissão pode, por questão de eficiência, começar dividindo-se em vários ramos teóricos espaciais, tais como problemas de pontos, de áreas, descrição de superfícies matemáticas e problemas de localidade central,

[102] Kuhn, T. 1998. A Estrutura das Revoluções Científicas. 5 ed. São Paulo: Perspectiva.

> em vez da disposição atual de climatologia, geografia da população, formas do terreno etc. (BUNGE, 1962, p. 197).

Uma vontade por compreensão da totalidade, do universal, se desmancha com essa definição, ao menos permanece inalterado, porém, com uma roupagem nova, com cara de ciência moderna.

Uma evidência de que os estudos em geografia unem tradições de pesquisa, estava na geografia quantitativa. Longe de ser revolucionária, ela apenas acompanhava os avanços técnico-científicos de seu período. Na tentativa de argumentar sobre os paradigmas e seu rumo na disciplina, Haggett e Chorley exemplificam a problemática didaticamente, e parecem não perceber o descrito:

> [...] Não nos propomos a alterar a definição básica de Hartshorne (1959, pg. 11) do primeiro objetivo da geografia, nem desafiamos a propriedade do conceito de matriz. (CHORLEY e HAGGETT, 1967, p. 14).

Qual é o objetivo, então, adotar um novo modelo ou manter uma tradição para que ambas as partes não sofram represálias. A manipulação de dados para constructos de regiões, juntar uma série de dados locacionais, persiste como um dos problemas mais profundos e fundamentais da geografia regional. Para Haggett e Chorley, efetivamente existiam os paradigmas classificatório ou regional, adotado por Brian Berry, na qual resultavam em dados matriciais apoiados na lógica dos sistemas regionais[103]. Para além desses, propuseram seu próprio modelo, de modo a ratificar a proposta kuhniana, em que um novo paradigma deveria resolver os problemas que o antigo não resolvia. Assim trouxeram também a noção de crise e mudança de paradigma.

Uma referência que se enquadraria mais no aspecto de reconhecimento do que seja um paradigma na geografia, segundo a temática de Thomas Kuhn, seriam os estudos e pesquisas desenvolvidos pela escola de Berkeley, na qual tinha como principal líder Carl Sauer. Inegavelmente, o ambiente na qual se formou em torno de Sauer, é o que mais próximo chegou dos principais critérios desenvolvidos por Kuhn, no que diz respeito ao reconhecimento do que é um paradigma, enquanto círculo e grupo de pesquisa. Leighly esquadrinhou bem a dominância de Sauer e sua liderança sob aqueles que o cercava, nesse

[103] Haggett, P. Chorley, R. 1965. Models in geography. London: Methuen. Tradução para o português, Modelos em Geografia: Edusp.

sentido, as pesquisas dessa escola possuíam feição e consideração a respeito daquele que comandava[104]. Assim, como já ressaltado, a escola de Berkeley conviveu com diversas tradições em geografia. São conhecidas as discordâncias de Sauer para com o tratado metodológico de Hartshorne e com o método desenvolvido por William Morris Davis, ainda que Morris, assim como Sauer, tiveram grande influência e formaram grupos de pesquisa forte, muito devido a lealdade da chefia de ambos[105].

Hartshorne acreditava que o objetivo da pesquisa geográfica é:

> [...] fornecer descrição e interpretação precisa, ordenada e racional do caráter variável da superfície da terra. (HARTSHORNE, 1961, p. 21).

Dessa forma, para qualquer pesquisador da temática regional, é necessário o envolvimento na análise da evolução das características das áreas. Para esse conhecimento se faz necessário uma certa erudição histórica para entender as formações culturais, entretanto, precisamos compreender os processos da mudança no espaço e no tempo como relações sociais. Entender esses processos não é de responsabilidade, apenas, do geógrafo ou do historiador, no entanto, interessam a diversas ciências. Se eles não forem bem analisados, podem ser um exercício de erudição sobre a história e os processos de distribuição.

Nem todos intelectuais e pensadores das ciências sociais refletiram sobre a temática espacial. Alfred Marshall, um dos mais importantes economistas do século XIX, pouco refletiu em seu sistema econômico, sobre a dimensão espacial. Para alguns, como Isard, o esforço em definir uma postura levou os geógrafos a negligenciarem a dimensão do tempo[106]. Sauer deposita essa culpa na conta de Hartshorne[107]. Portanto, a importância do fator histórico varia demais, e muitas vezes aparece como um fator residual. Na geografia alemã do passado, a ação de ligar o desenvolvimento no tempo e no espaço era vivida e relacionada de modo categórico. Geógrafos como Hettner e Ratzel

---

[104] Leighly, J. 1969. Drifting into geography in the twenties. Annals of Association of American Geographers, 69, 4-9.
[105] Parsons, J. 1979. The later Sauer years, Annals of Association of American Geographers, 69, 1-15. Sauer, C. 1941. Forword to a historical geography. Annals of Association of American Geographers, 31, 1-24.
[106] Isard, Walter. 1973. Metodos de analisis regional, una introduccion a la ciencia regional. Barcelona: Ariel.
[107] Sauer, C. 1963. Land and life: Selected writings of Carl Sauer. Berkeley: Ed. Leighley.

demonstraram a relação íntima entre a evolução das formas culturais no tempo e sua dimensão no espaço[108].

Não podemos pensar a geografia isoladamente. As ciências sociais passaram e passam por problemas teóricos e metodológicos. Para não cairmos em erro de ordem conceitual, preferimos não reconhecer como “crise” essa questão, mesmo por que muitas vezes essas crises são relacionadas a “crise de paradigmas”. Contudo, é inegável ser uma questão que perpassa o debate sobre o conhecimento, enfatiza a problemática da relação entre subjetividade e objetividade e as diversas formas de abordá-la.

Marcada pela presença do sujeito (homem que conhece) e do objeto (o real a ser conhecido), essas abordagens ora se centram na figura do sujeito, numa perspectiva racionalista, idealista, subjetivista, relativista, e ora se centra no objeto-factual, numa visão empirista, naturalista, materialista. Entendemos, assim, que o método de Marx é o mais apropriado para superar o dualismo entre sujeito e objeto na construção do conhecimento. De fato, o que esta subjacente nesse debate sobre o dualismo citado, é a relação entre consciência e realidade objetiva.

Tradicionalmente, quase todas as definições da disciplina se referem a um conceito de espaço, com um ponto de vista espacial adotado como único para a geografia. A manutenção desse ponto de vista tornou-se difícil ao longo do tempo, principalmente durante os anos de 1920, quando os sociólogos da escola de Chicago iniciaram investigações de modo a adaptá-lo[109]. Quando esse modo de ver se estendeu aos sociólogos urbanos, aos urbanistas, economistas e cientistas regionais nos anos de 1960, a geografia havia perdido decididamente o monopólio sobre a investigação do espaço, se é que podemos descrever esse monopólio como algo já tido[110]. Não é o caso de competir com outras disciplinas que tratam da investigação espacial, entretanto, a geografia, pode por meio dos mais rigorosos critérios científicos e filosóficos, definir se o caso, seu objeto de estudo, porém deve necessariamente romper com o

[108] Harvey, F. e Wardenga, U. 1998. The Hettner-Hartshorne Connecetion. Finisterra, XXXIII, 65, pg. 131-140.
[109] Eufrásio, M. 1999. Estrutura Urbana e Ecologia Humana: a escola sociológica de Chicago (1915-1940). São Paulo: Editora 34.
[110] Rykiel, Z. 1984. Geografia Dialética, una perspective polaca. Barcelona: Publicacions i Edicions de la Universitat de Barcelona.

acobertamento dogmático da já superada unidade da geografia. De acordo com Richard Peet, é necessário abandonar e superar o fetichismo do espaço[111], logo, isso não significa que a geografia não deva tratar do espaço, mas deve considerar que os geógrafos não são únicos nesse campo, tão pouco deve ser uma entidade na qual não se possa reduzir a abstrações.

Definições na década de 1970 se referiam ao espaço, de modo a também, abstraí-lo. Gilles Sautter utiliza a concepção definida por Jean Gottmann, na qual a geografia é uma ciência das relações no espaço, e nesse contexto, o termo "relações" é tomado no sentido físico, como também no sentido abstrato[112]. Christian Van Paassen, geógrafo com relações próximas a antropologia, partiu de um princípio materialista, segundo a qual o espaço, ainda que necessário não seja suficiente para investigação geográfica. O espaço é somente uma forma em que a matéria existe, e afirma que em nenhuma ciência social se inclui a investigação do espaço, sendo que todas elas são espaciais. Na realidade não tem importância se uma determinada investigação é geográfica, sociológica, econômica ou outra qualquer, mas se é científica ou não[113].

Essa relação sujeito-objeto é tratada na geografia quando da explicação do espaço enquanto objeto e sua natureza. Nesse sentido, concordamos com a definição de Hartshorne, na qual o espaço geográfico, de maneira ampla, é o espaço da atividade humana, desde onde as coisas são construídas até a escala de toda superfície da Terra. Entretanto, temos algumas razões em pensar que ter um objeto rigorosamente definido e analisado ao modo kantiano, levou a disciplina a: 1) criar um programa/sistema fechado na qual o espaço e suas categorias é objeto que sustenta o campo, que dá corpo e rigor acadêmico a geografia; 2) a uma fuga, na qual esse programa escapou ao controle e calcificou a disciplina, de modo que um estudo geográfico necessariamente precisa discursar sobre o espaço. Esse dualismo não é particularidade a geografia, conforme esclarece Alfred Sohn-Rethel, o dualismo conceitual é tão antigo quanto a própria filosofia, e no capitalismo toma

[111] Peet, R. 1977. The development of radical geography in the United States. Progress of Human Geography, n 3, pg. 64-87. …
[112] Sautter, G. 1975. Some thoughts on geography in 1975. International Social Science Journal, Volume XXVII, n. 2.
[113] Agnew, J. Livingstone, D. 1996. Human geography: a essential anthology. Oxford: Blackwell.

significado singular. Eles são a marca registrada de uma filosofia burguesa com raízes imediatas em Kant:

> [...] pois o obstinado dualismo desta filosofia é certamente uma reflexão mais fiel das realidades do capitalismo do que aquela que pode ser encontrada nos esforços dos pós-kantianos ilustres que tentam se livrar delas. Como pode a verdade do mundo burguês apresentar-se de outra maneira senão como dualismos? (SOHN-RETHEL, 1978, p. 7-8).

Nosso propósito em trazer os argumentos marxianos deriva da necessidade de apoio, para relatar que as tradições na geografia, ora da geografia corológica, ora da sistemática, padecem com a relação da subjetividade/objetividade. A disciplina se resigna diante de alguns discursos científicos, para dar corpo, criar suas próprias categorias e conceitos. Porém, não podemos dissociar a geografia enquanto ciência social da proposta central da velha geografia e sua relação com o qualitativo e o único. Mas a tendência, nas ciências sociais e todos os seus ramos, era mesmo utilizar instrumentos de manipulação e controle social, da qual eram prerrogativas para a compreensão do quantitativo e do geral. Superar isso seria resistir ao discurso fácil da ciência moderna.

Apesar dos argumentos citados acima se tornarem procedimento básico em algumas vertentes das ciências sociais, outros processos metodológicos foram formados, diante de circunstâncias políticas e sociais. Eles derivaram da prerrogativa de que o percurso é constituir um método para apreensão e conhecimento da realidade, entendido como um instrumento de mediação entre o homem que quer conhecer, e o objeto desconhecido, como uma parte do real a ser investigado. Para Lukács, o método não é critério de verdade, o critério de verdade encontra-se na própria objetividade do real[114].

Desse mesmo modo, o homem como ser natural, tem necessidades básicas materiais como qualquer ser vivo. A satisfação de suas necessidades será mediada pelas condições objetivas dadas pelo mundo concreto e pela sua ação de buscar, na natureza, elementos que satisfaçam suas necessidades. O homem é um ser ativo que por meio da sua atividade vital apropria-se das riquezas naturais, de suas causalidades, na qual suas ações estão orientadas por uma intencionalidade, por isso é um ser teleológico. O trabalho permite ao homem ir para além de suas necessidades imediatas. Diferencia-se da

[114] Lukács, G. 1979. Ontologia do Ser Social. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas.

atividade dos outros animais, marcada pela satisfação imediata das necessidades de cada espécie, portanto estão submetidos aos determinantes da natureza. O trabalho, como ação mediada pela teleologia e causalidade, é uma atividade criadora, que tem uma exterioridade objetivada. O resultado dessa ação humana se torna concreto e externo àquele que a criou, isto é, constitui-se como um novo elemento das causalidades postas a serem incorporadas pelas atividades futuras. Temos aí, portanto, a retroação sobre o próprio ser social, de toda objetivação humana.

Logo, as objetivações humanas passam a se constituir como forças essenciais e, como elementos externos de mediações das suas práxis. Novas necessidades surgem e consolidam o movimento da vida social. Conforme Lukács:

> [...] o trabalho já como ato do indivíduo, é por sua essência, social: no homem que trabalha se realiza a sua auto-generalização social, a elevação objetiva do homem particular à generalidade. (LUKÁCS, 1979, p. 56-57).

O resultado de sua ação passa a ser incorporado a vida dos outros homens, do ser social, gênero humano.

Como já evidenciamos algumas categorias ontológicas do trabalho: teleologia, causalidade, objetivação e exteriorização, não podemos deixar de considerar que, sobreposto nesse processo de relação do fazer-se humano, está o conhecimento. Este é resultado da atividade dos homens no mundo, movidos por necessidades objetivas. No seu intercâmbio com a natureza, os homens buscam a satisfação de suas necessidades. O trabalho exige, daquele que o realiza, um certo domínio das causalidades postas e dadas pelo real, o que representa um certo grau de conhecimento das condições objetivas da natureza. Esse conhecimento, apropriado pelo sujeito, passa a ser incorporado à vida e servirá de base para outras atividades. Ao agir sobre o mundo os homens vão conhecendo-o, transformando-o e, ao mesmo tempo, vão se transformando. Assim, a vida social se efetua como processo histórico construído, e não dado imediato pela imposição da natureza.

Logo, atribuir ao espaço algo *apriori*, não é somente contraditório, a ter em vista que somente existe por conta da materialidade dos objetos, mas incongruente, se pensarmos que sua construção é sócio-histórica.

Mesmo assim, não faltou a geografia argumentos para inverter a lógica. Coisas novas por medir, a função da diminuição das distâncias, a difusão dos bens em estruturas espaciais idealizadas; os geógrafos encontraram muitos temas empíricos que pudessem colocar a prova temas cruciais, da qual podiam, efetivamente, inverter uma quantidade grande de investigações. Esse movimento quantitativo, por conseguinte, pode ser interpretado, em parte, como um novo conjunto de idéias desafiadoras ao campo, que como David Harvey descreveu:

> [...] uma velha luta pelo poder e estatus dentro de uma disciplina acadêmica e, em parte, como uma resposta a pressões exteriores para descobrir meios de manipulação e controle, na qual poderíamos chamar de modo geral "campo da planificação. (HARVEY, 1980, p. 129).

A grosso modo, o campo da planificação foi resultado de algo que percorre toda ciência social e seu processo de cientifização a serviço de uma ordem social existente. Esse caminho tomado, significou a apropriação dos termos das ciências naturais, já que, a rigor, poderia se reunir uma infinidade de massa de dados. Logo, aceitar o ponto de vista utilitário da ciência, não foi somente superficial, mas também, inserida na sua racionalização, a falta de conexão com a natureza humana e o resultado de suas atividades provocou, por meio do trabalho, a alienação já que suas essencialidades foram postas como objetos. Assim como Max descreveu nos Manuscritos Econômicos e Filosóficos, a ciência natural é fator de esclarecimento, de utilidade prática, da individualização por conta de grandes descobertas:

> Mas a ciência natural penetrou tanto mais praticamente na vida humana por meio da indústria, transformou-a e preparou a emancipação da humanidade, muito embora seu efeito imediato tenha consistido em acentuar a desumanização do homem. (MARX, 1993, p. 201).

Segundo ele, nesse desenrolar a indústria se tornou a base da vida real. Ainda que alienada, a ciência natural se manifesta como a exterioridade das faculdades humanas. Marx descreve que uma base para a vida e outra para a ciência é algo que rompe com a totalidade da essência natural do homem.

> A natureza, tal como se desenvolve na história humana – no ato da gênese da sociedade humana – é a natureza real do homem; por conseguinte, a natureza, tal como se desenvolve na indústria, embora também em forma alienada, constitui a verdadeira natureza antropológica. (Op. cit., p. 202).

O que chama atenção nas afirmações de Marx nos *Manuscritos* é a fusão entre ciência natural e ciência do homem, o que parece ser uma socialização das ciências naturais. É exposto que a própria percepção, como algo da natureza humana, é objeto direto da ciência natural, a experiência humana direta. O Próprio homem é natureza e sensibilidade e seu conhecimento só pode ser reconhecido na realização da ciência do ser natural.

> Até mesmo o elemento do pensamento, o elemento da manifestação vital do pensamento, a linguagem, é de natureza sensível. A realidade social da natureza e a ciência natural humana, ou a ciência natural do homem, são expressões idênticas. (Op. cit., p. 202).

De modo geral, achamos interessante descrever essas ideias de Marx, a ter em vista a noção de paradigma e os critérios de manipulação e controle. Efetivamente os rigores da ciência forçaram a formação das disciplinas acadêmicas, na qual puderam manipular suas distintas pesquisas, de modo a criar períodos significativos em suas tradições. Se pensarmos como o Marx dos *Manuscritos*, devemos entender a ciência como não disciplinar, ou ser contra essa ideia, no sentido de compreender uma série de problemas como um todo. O modo peculiar da geografia, tratar tanto o físico como humano, poderia se revelar como algo revolucionário, se quiséssemos fugir de uma base disciplinar rígida e que, por fim, pudesse tratar dos aspectos relevantes da realidade material.

Considerações Finais

O presente trabalho buscou analisar a natureza da geografia de Hartshorne e Schaefer, no sentido de fornecer algum fundamento sobre a questão inicial, em que os distintos estudos são pesquisas sobre os procedimentos e metodologia da geografia. Seguinte a isso, estabelecer uma crítica possível a essas perspectivas, na qual o alicerce seria a história do pensamento geográfico e questões de caráter filosófico. A argumentação sobre as diferenças e concordâncias sob os pontos de vistas expressos ao longo da pesquisa é referente a construção da disciplina e o pouco que podemos abordar de tão longo debate. Tanto a construção da disciplina, quanto o debate decorrente de questões inerente a ela foram encarados conforme uma prática social, em que a verdade nunca é uma perspectiva construída de nenhum lugar, mas é sempre socialmente fundada, o resultado de um posicionamento no espaço social.

O estudo metodológico de Hartshorne poderia ser considerado uma garantia de que o significado de natureza da disciplina é o comprometimento dos geógrafos com o conceito de região e o modo como eles o definem. O manuscrito de Schaefer possibilitaria um entendimento a partir de duas formas: primeiro, sobre questões ontológicas da disciplina, algo pouco comum na geografia estado-unidense daquele período; ou em segundo, verificar no seu estudo um esforço de diferenciar sua metodologia científica dos procedimentos adotados pela geografia regional. Além disso, não tínhamos alguma noção do que tratava o manuscrito de Schaefer, com a expectativa de que pudesse fornecer algo diferente de seu único artigo publicado. Constatamos apenas o esforço de Schaefer em detalhar o pensamento geográfico ao seu modo, conforme o engrandecimento da análise espacial como procedimento e metodologia geográfica.

A partir disso, consideramos analisar os respectivos estudos sobre a natureza da geografia conforme a explicação metodológica de ambos. Nessa direção, constatamos que o aspecto primordial na geografia de Hartshorne e Schaefer, envolvia o tratamento da disciplina por meio da filosofia analítica. Esperamos ter deixado claras as diferenças entre as posições fixadas por eles, entretanto a

construção de suas metodologias respeitam o viés analítico de maneiras diferentes.

Todavia, podemos considerar que toda ciência constrói sua metodologia por meio de conceitos filosóficos. Algumas ciências podem possuir diversas questões fundamentadas na filosofia, já outras demonstram apego menor a discussão proposta por ela e, do mesmo modo, isso pode ser reiterado nos diferentes campos de uma disciplina. Já outras noções filosóficas foram tratadas na geografia de acordo com o desenrolar e desenvolvimento da disciplina, contudo, se faz necessário vincular a forma de ser dos campos disciplinares, conforme a natureza da ciência geográfica. Assim, as raízes conceituais devem necessariamente partir do quadro geral da disciplina e como ela, historicamente, defini seus conceitos e categorias. Uma categoria como espaço é relacionada com a ordem do pensamento, e suas derivações são estabelecidas conforme a teorização da geografia e outras disciplinas que compartilham informações. Seu exame crítico é um processo intelectual exercitado por meio dum fluxo contínuo de ideias.

A perspectiva corológica da geografia, bem como a abordagem sistemática, fizeram aquilo que é característico da ciência moderna, ajustada a consequência lógica e interna do capitalismo: tratar a disciplina mediante ponto de vista analítico. As categorias que derivam da abstração feita ao espaço são analíticas, assim é o território, a região e a área. As duas perspectivas somente são encaradas como dialéticas no que diz respeito a seus procedimentos, contudo quando se examina as categorias, pouco pode ser diferenciado. Nesse caso é apresentado um problema epistemológico, na qual se faz necessário pensar uma categoria abstrata e desdobra-la numa disposição analítica. Quando Hartshorne e Schaefer apresentam suas respectivas naturezas da geografia, descrevem a disciplina de duas maneiras, primeiro por basea-la sob fundamentos históricos que remontam a geografia alemã, na qual uma sequência de conceitos filosóficos definem a disciplina e seu escopo e, segundo, os procedimentos adotados conforme a natureza filosófica essencial a ambos. Alexander Murphy acrescenta ainda o entendimento da mudança na noção naturalista de região, para uma noção construtivista, em que essas

podem ser compreendidas como constructo social[115]. O termo região, como um conceito espacial, é usado de diversas maneiras para denotar diferentes partes ou seções espaciais, de modo que a geografia de caráter analítico o distinguiu como formal, funcional e padronizado. Embora o termo seja institucionalizado, ele apenas reflete sua construção social e histórica a partir da abstração espacial. Assim como Bunge descreve, o espaço enquanto categoria do pensamento geográfico possui valor, pois é fator significativo na experiência humana[116].

O espaço visto na geografia, assim como as questões que derivam dele, está ligado ao método e a prática que procede dos problemas filosóficos abordados pela disciplina. Sistematizar a geografia e seus campos significa explicar a origem das categorias espaciais como território, lugar, área, determinadas de modo múltiplo, no que refere-se a história e aos argumentos socialmente produzidos. Apesar da discordância metodológica particulares a geografia corológica e sistemática, ambas consideravam proceder de maneira funcional e pragmática. Hartshorne explicava determinada região por meio de sua funcionalidade econômica e política. Uma região particular, porém funcional no seu todo. Richard Peet considera os estudos nomotéticos e sistemáticos na geografia justificadores de políticas que sustentam e o modo de agir funcional do estado e de corporações capitalistas[117]. A geografia com aspectos funcionais é herança da sociologia urbana e ecologia humana da escola de Chicago e as características analíticas para compreensão de fatores locacionais derivam da economia regional. Essas influências acompanharam os estudos geográficos da década de 1930 em diante e embora dessem rigor científico, prenderam a disciplina de maneira que ela não pode acompanhar a complexidade exigida pela teoria social. Por essa e outras razões é associada a geografia a noção de comodidade metodológica, pois bastava-se do conforto e das ilusões associadas a sua funcionalidade[118].

---

[115] Murphy, A. B. 1991. Regions as Social Constructs: The Gap Between Theory and Practice. Progress in Human Geography, 15, 1, p. 22-35.
[116] Bunge, William. 1964. Geographical Dialects. The Professional Geographer 16, 4, p. 28-29.
[117] Peet, Richard. 1985. The Social Origins of Environmental Determinism. Annals of the Association of American Geographers 75, 3, p. 309-333.
[118] Harvey, David. 1980. A Justiça Social e a Cidade. Hicitec: São Paulo, p. 110-115. Smith, Neil. 1988. Desenvolvimento Desigual – Natureza, Capital e a Produção do Espaço. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, p. 88-89.

Ao que se vê a geografia perseguiu procedimentos de legitimação, em que a necessidade de fugir da corologia e suas características descritivas a levaram para o caminho da classificação e generalização como proposto pela geografia sistemática. A disciplina sob seu viés nomotético priorizou o significado do termo e do conceito espacial, quando construídos em aspectos sócio-históricos. Qualquer controvérsia sobre o tema ambiental, enquanto seu exame sob o ponto de vista do determinismo, ou visto apenas como algo natural e a parte da ação humana, deve ser trabalhada segundo o conhecimento socialmente produzido, reconstruídos e reificados de maneira relacional. Em conformidade com a abordagem analítica da filosofia, qualquer acontecimento retratado historicamente pode ser generalizado e definido por meio de leis gerais. Carl Hempel indicou certa precisão nesse tema no seu artigo "A Função de Leis Gerais em História". Conforme seu modelo dedutivo de explicação científica, seria possível predizer nas ciências humanas devido a eventos e fenômenos associados a causa e efeito. Embora nem sempre fosse possível associar a causa e o efeito, a relação entre efeitos pôde consolidar regularidades no tempo e no espaço. Dessa forma, Hempel desafia a tradição nas ciências humanas e sua sustentação de que ela trata somente de eventos únicos, e assim não seria passível de generalizações em forma de leis[119].

O programa de Hempel teoriacamente sustenta as leis morfológicas de Schaefer. Enquanto forma-tipo, os fenômenos que se apresentam de modo relacional no espaço, se tornam uniformes e passiveis de generalização. O fenômeno, uma vez tomado como forma e objeto é entendido na sua possibilidade de algo dado ou como fato. Ele não pode ser assumido em seu processo de construção enquanto objeto. O princípio geográfico construído analiticamente busca a coerência dentro da ordem espacial, em que a distribuição deve possuir uma lógica e conexão. Conforme os critérios de Schaefer, o arranjo espacial é uma questão geográfica por excelência.

Uma das proposições filosóficas da geografia é a ideia de região como objeto. Essa noção foi colocada a vista e fracionada por Hettner, e os fragmentos

[119] Hempel, Carl. 1996. La Explicacion Cientifica – Estudios Sobre La Filosofia de La Ciencia. Edicon Paidos Iberica: Barcelona.

expostos por Hartshorne[120]. Pode-se apontar ao menos duas formas totalmente diferentes no modo de demonstrar que a proposição – regiões não são objetos, seja verdadeira. Uma forma é empiricamente impecável, ela consiste no preparo de uma lista de classes de coisas, na qual uma linguagem usual as rotulam como objetos, e apresentam que a região não pode ser comparada com qualquer uma dessas coisas listadas[121]. A força desse argumento repousa no fato de que pode ser sustentada com evidências concretas e bem convincentes. Constata-se que a palavra objeto e todos os seus sinônimos (como entidade, coisa, fenômeno, amostra) são irrelevantes nesse argumento, de maneira que pode residir ai sua fraqueza. Não existe qualquer significado filosófico e ontológico e, assim, não diz se a região é real oi irreal. Se tal proposição é inexplicada, a assim chamada ciência das regiões, provavelmente pode não ter seu próprio e distinto objeto de estudo. A proposição fornece nenhum suporte para a tese de Hettner, da qual uma categoria especial de corologia e ciência não sistemática pode garantir um lugar para geografia entre as ciências. Por essas razões, aqueles que se opõem a esse holismo regional, buscaram por diversas vezes voltar para o segundo argumento, de cunho filosófico.

De acordo com o segundo critério, o conceito de objeto possui significado geral, em que regiões não pertencem a uma classe chamada de objeto, porém, pode-se distinguir claramente as ciências sistemáticas que possuem objetos de estudo, e a geografia que não possui. Assim, insiste-se que a região é um sistema obvio de escolhas, e não um objeto particular. Sua singularidade reside nas escolhas dos geógrafos para construir qualquer região.

Hartshorne se opõem ao holismo regional e postula a existência de unidades irreduzíveis, em que elas não possuem os atributos de um objeto na sua totalidade. Contudo, nem tudo que é estudado pelas ciências sistemáticas poderia, possivelmente, ser descrito por sua totalidade. Hartshorne aparentemente tenta superar essa dificuldade, evocando o “concreto, objetos da unidade, a forma definida, unidades individuais, coisas tangíveis, fenômeno,

[120] A análise detalhada dessa exposição encontra-se em *The Nature*, especialmente nos Capítulos 5, 9 e 10.
[121] Hartshorne trata dessa questão diversas vezes, em especial na p. 142, 254-5, 156-62, 280, 290, 325, 395 e 409.

substância e similares”, de maneira que pudesse, por exemplo, contrastar região de paisagem. Dessa forma, não é necessário ser ciência sistemática para definir a unidade ou o universal. Como Hartshorne descreveu, caracterizar a geografia como ciência das relações, pressupõe que exista dois corpos indivisíveis, na qual podemos consequentemente pressupor uma classe ambiental, bem como os fatos humanos. Entre esses distintos aspectos, temos algo supostamente diferente, relações entre o homem e o meio.

Essas implicações metodológicas deveriam revelar o objeto de interesse da ciência sistemática, assim como a proposta metodológica de Hartshorne. Embora a tentativa de elevar seus critérios científicos e filosóficos, esbarrem na explicação histórica do que é a natureza dos procedimentos em geografia, o assunto da disciplina é razoavelmente compreensível. Em certo sentido, sabemos qual o nosso interesse. A geografia lida com morros e casas, fábricas e fazendas, e assim por diante. De maneira ampla, estudamos isso aos olhos dos outros, o que é de fácil conhecimento. Mas a *natureza* do que nós estudamos e se isso é *especificamente* nosso, ainda é, depois de 200 anos de complicada disputa, tão obscuro como nunca. Temos então um paradoxo, ou pior, um dualismo.

A geografia cresceu em uma atmosfera intelectual impregnada de metafísica. Cada sistema filosófico oferecido a ciência indicava o que poderia ser a metodologia apropriada, na qual se inclui, como de costume, um quadro de organização científica com um conjunto de respostas para problemas empíricos não resolvidos. Muitas ciências rejeitaram essa proposta, não no que nos toca, pois sucumbimos a todo tipo de novidade filosófica, do kantismo, do romantismo ao neokantismo e além. A esse respeito, nos comportamos como as ciências sociais: nossa fraqueza filosófica, como de outras ciências sociais, está enraizada em problemas cronicamente não resolvidos. Seus problemas envolvem princípios bem como o todo social. Nosso problema, desde então, refere-se a natureza do assunto, na qual pode ser satisfeito por alguma teoria. Um corpo teórico organizado deve incluir morros, casas, fábricas e fazendas, no entanto é demasiadamente pesado para satisfazer alguma escala ou conjunto que caiba em um sistema classificatório das ciências. Qualquer senso comum registra isso em suas partes. A prova de nossa excentricidade reside

na nossa inabilidade de transitar da descrição para a classificação, da classificação para a generalização, explicação e teoria.

Portanto, carente de uma qualificação própria das ciências sistemáticas, voltamos nosso núcleo para a filosofia. Ela nos forneceu um conjunto de referências particulares, na qual nos foi entregue livremente na forma de conceitos metafísicos do objeto, das relações e do espaço. De alguma forma, temas como a morfologia da paisagem, a diferenciação de áreas da superfície da terra, relações homem-meio, podem ser compatíveis em um sentido filosófico, pois a origem é muito próxima.

Como Hartshorne descreveu: não nos estabelecermos como uma ciência sistemática, não nos impede de construir um corpo científico organizado e estruturado. Seu conceito de integração de áreas é uma poderosa ferramenta metodológica. Como formulada por ele, descreve bem o que fazemos e estudamos. Resolve alguns dualismos clássicos, pela fusão do sistemático e do regional, do físico e do cultural, do singular e do geral. Tem uma característica forte de afinar nossas definições e características a respeito dos temas e assuntos da geografia, na qual se molda a unidade da geografia e desembaraça o emaranhado filosófico. Esse procedimento geográfico, visto como típico da geografia nos proporciona algo que os geógrafos procuram e se desesperam para encontrar: uma definição simples e clara da nossa disciplina, um conceito organizado fundamental.

Bibliografia

Abler, R. F. 1987. What shall we say? To who shall we speak? Annals of The Association of American Geographers 77:511-24.

Ackerman, E. 1945. Geographic Training, Wartime Research, and Immediate Professional Objectives. Annals, Association of American Geographers. 35: 122-143.

Agnew, J. 1989. Sameness and Difference: Hartshorne's The Nature of Geography and Geography as Areal Variation. In: Entrikin, J.N. Burn, Stanley. Reflections on Richard Hartshorne's The Nature of Geography. Washington DC: AGG Press.

Agnew, J. Livingstone, D. 1996. Human geography: a essential anthology. Oxford: Blackwell.

Barnes. T. 2001. Lives lived and lives told: biographies of geography's quantitative revolution. Environment and Planning D: Society and Space, v.19:409-429.

Barnes, Trevor. 2001. In the beginning was economic geography – a science studies approach to disciplinary history. Progress in Human Geography 24, 4, p. 521-544.

Barnes, T, Farish, M. 2006. Between Regions: Science, Militarism, and American Geography from World War to Cold War. Annals of The Association of American Geographers 96:807-826.

Beiser, Frederick C. 1992. Kant's Intellectual development: 1746 – 1781. In: Guyer, Paul. The Cambridge Companion to Kant. Cambridge: Cambridge University Press.

Berry, B. Garrison, W. 1958. The Functional Bases of the Central Places Hierarchy. Economic Geography 34, p. 145-154.

Bowen, Margarita. 1981. Empiricism and Geographical Thought – From Francis Bacon to Alexander von Humboldt. Cambridge University Press: Cambridge, p. 1-14

Bowman, Isaiah. 1921. The New World Problems in Political Geography. New York: World Book Company.

Bunge, William. 1962. Theoretical Geography, Lund studies in geography, series C, General and Mathematical Geography 1. Lund: Gleerup.

----------. 1966. Gerrymandering, Geography and Grouping. American Geographical Society 56, 2, p. 256-263.

----------. 1966. Locations are not Unique. Annals of the Association of American Geographers, 56, 2, p. 375-377.

----------. 1973. Spatial Prediction. 1973. Annals of the Association of American Geographers, 63, 4, p. 566-569.

Calnitsky, D. Peschanski, J. A. Peterson, S. 2011. Entrevista. David Harvey. Margem Esquerda – ensaios marxistas nº 16. São Paulo, Boitempo Editorial. p. 20.

Carnap, Rudolf. 1980. Os Pensadores; (Trad) Pablo R. Mariconda. São Paulo: Ed. Abril.

Cassirer, Ernst. 1986. Problema Del Conocimiento em la Filosofia Y Em La Ciencia Modernas V. III. México: Fondo de Cultura Econômica.

----------. 2001. A Filosofia das Formas Simbólicas; (Trad) Marion Fleischer. São Paulo: Martins Fontes.

----------. 1996. On The Theory of the Formation of Concepts. In: Sahotra Sarkar. The Emergence of Logical Empirism – From 1900 to the Viena Circle. Science and Philosophy in the Twentieth Century. New York: Garland Publishing.

Chisholm, Roderick M. 1969. Teoria do Conhecimento; (Trad) Alvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar.

Cohen, Saul. 1988. Reflections on the Elimination of Geography at Harvard, 1947-51. Annals of the Association of American Geographers 78, p.148-151.

Cohn, Gabriel. 1979. Crítica e Resignação: Fundamentos da Sociologia de Max Weber. São Paulo: T. ª Queiroz.

Dosse, F. 1993. A História do Estruturalismo. São Paulo: Ensaio.

Eufrásio, M. 1999. Estrutura Urbana e Ecologia Humana: a escola sociológica de Chicago (1915-1940). São Paulo: Editora 34.

Fellmann, Jerome D. 1986. Myth and Reality in the Origin of American Economic Geography. Annals of the Association of American Geographers 76, nº 3, p.313-330.

Finch, V. C. 1944. Training for Reseaech in Economic Geography. Annals of the Association of American Geographers 34, 4, p. 207-215.

Gatrell, Anthony C. 1983. Distance and Space: A Geographical Perspective – Contemporary Problems in Geography. Oxford University Press: Oxford, p. 2-5.

Glick, T. F. 1988. Before the revolution: Edward Ullman and the crisis of geography at Harvard. New Britain: New England/St. Lawrence Valley Geographical Society.

Gould, Peter. 1999. Lisbon 1755: Enlightenment, Catastrophe, and Communication. In: Livingstone, D. N. Withers, Charles, W. J. Geography and Enlightenment. The University of Chicago Press: Chicago, p. 399-413.

Hahn, Hans. Neurath, Otto. Carnap, Rudolf. 1986. A Concepção Científica do Mundo – O Círculo de Viena. Cadernos de História e Filosofia da Ciência, Campinas, v.10, p. 5 – 20.

Haggett, P. Chorley, R. 1965. Models in geography. London: Methuen.

Hart, J. F. 1982. The highest form of the geographer's art. Annals of The Association of American Geographers 72:1-29.

Haraway, Donna. 1997. Modest_Witness@Second_Millennium. FemaleMan@Meets_Oncomouse: Feminsim and Tecnoscience. London: Routledge.

Harris, C. Ullman, E. 1945. The Nature of cities. Annals of The American Academy of Political and Social Science, vol. 242, nov. p. 7-17.

Hartshorne, Richard. 1927. Location as a Factor in Geography. Annals of the Association of American Geographers 17, nº 2, p. 92–99.

----------. 1933. *Geographic and Political Boundaries in Upper Silesia*, Annals of the Association of American Geographers 23, nº4, p.195–228.

----------. 1934. *A Classification of the Agricultural Regions of Europe and North America on a Uniform Statistical Basis*, Annals of the Association of American Geographers 25, nº 2, p. 99–120.

----------. 1939. The Nature of Geography. A Critical Survey of Current Thought In The Light of the Past. Lancaster: Annals of the Association of American Geographers. Volume XXIX, Numbers 3 and 4.

----------. 1948. On the More of Methodological Discussion in American Geography. Annals of the Association of American Geographers 38, 2, p. 113-125.

----------. 1967. **Perspectives on The Nature of Geography.**

Harvey, David. 1973. Explanation in Geography. Edward Arnold: London.

----------. 1974. Modelos da Evolução dos Padrões Espaciais na Geografia Humana. In: Modelos Integrados em Geografia. Eds: Richard Chorley e Peter Haggett. Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. e EDUSP: Rio de Janeiro, p. 101-102.

----------. 1980. A justiça social e a cidade. São Paulo: Editora Hucitec.

----------. 2001. Spaces of capital: towards a critical geography. Edinburgh: Edinburgh University Press.

----------. 1982. The Limits to Capital. Chicago: University of Chicago Press.

Harvey, F. e Wardenga, U. 1998. The Hettner-Hartshorne Connecetion. Finisterra, XXXIII, 65, pg. 131-140.

Hay, Alan. 1985. Scientific Method in Geography. In: Johnston, R.J. The Future Geography. Cambridge: Cambridge University Press.

Hoorgan, J. 2006. O Fim da Ciência, uma discussão sobre os limites do conhecimento científico. São Paulo: Companhia das Letras.

Isard, W. 1973. Metodos de analisis regional, una introduccion a la ciencia regional. Barcelona: Ariel.

----------. 1975. Introduction to Regional Science. Englewood Cliffs, N.J: Prentice-Hall.

James, Preston E. 1970. Continuidade e Mudança do Pensamento Geográfico Americano. In: James, Preston E. Geografia Humana nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Fórum Editora.

Johnston, R. J. 1986. Geografia e Geógrafos. A Geografia Humana Anglo-Americana Desde 1945. São Paulo: Difel.

Kant, Immanuel. 1989. Crítica da Razão Pura. São Paulo: Nova Cultural.

Kish, G. 1983. American geography in the 1950s. *in* The practice of geography. New York: Longman.

Kuhn, T. 1998. A Estrutura das Revoluções Científicas. 5 ed. São Paulo: Perspectiva.

Leighly, J. 1937. Some Comments on Contemporary Geographic Method. Annals of The Association of Americans Geographers 27, p. 125–141.

----------. 1969. Drifting into geography in the twenties. Annals of Association of American Geographers, 69, 4-9.

Lencioni, Sandra. 2001. Região e Geografia. São Paulo: Edusp.

Lefebvre, H. 1979. Lógica Formal/Lógica Dialética. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.

----------. 1963. Marxismo. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

Löwy, M. 1994. As Aventuras de Karl Marx Contra O Barão de Münchhausen – marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Editora Cortez.

Lukács, G. 2003. História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes.

----------. 1979. Ontologia do Ser Social. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas.

Lukermann, Fred. 1989. The Nature of Geography: Post, Hoc, Ergo Propter Hoc? In "Reflections on Richard Hartshorne's The Nature of Geography", ed. J. Nicholas Entrinkin e Stanley D. Brunn, p. 69–90. AAG: Washington.

Martin, Geoffrey. 1988. On Whittlesey, Bowman and Harvard. Annals of the Association of American Geographers 78, p. 152-158.

----------. 1989. The Nature of Geography and Schaefer-Hartshorne Debate, in: Entrikin, J. Burn, S. Reflections on Richard Hartshorne's The Nature of Geography. Washington DC: AAG Press.

----------. 1994. In Memorian: Richard Hartshorne, 1899-1992. Annals of the Association of American Geographers 84, nº 3, p. 480–492.

Marx, K. 1973. Contribuição para a crítica da Economia Política. 3. Ed. Lisboa: Ed. Estampa.

----------. 1988. O Capital: crítica da economia política. 3. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

----------. 1993. Manuscritos Econômicos Filosóficos. Lisboa: Edições 70.

----------. 2006. A mercadoria/Karl Marx: Jorge Grespan traduz e comenta. São Paulo: Ática, 2006.

Myers, John. 1940. Review of The Nature of Geography. The Geographical Journal 95: p. 398 – 399.

Parsons, Charles. 1992. The Transcendental Aesthetic. In: Guyer, Paul. The Cambridge Companion to Kant. Cambridge: Cambridge University Press.

Parsons, J. 1979. The later Sauer years, Annals of Association of American Geographers, 69, 1-15.

Peet, R. 1985. The social origins of environment determinism. Annals of The Association of American Geographers 75:309-33.

----------. 1977. The development of radical geography in the United States. Progress of Human Geography, n 3, pg. 64-87.

Pickering, A. 1995. The mangle of practice: time, agency and science. Chicago: The University of Chicago Press.

Popper, Karl. 1974. A Sociedade Aberta e seus Inimigos (2 volumes). São Paulo, EDUSP.

----------. 2009. A Lógica da Pesquisa Científica. São Paulo: Cultrix.

Reale, Giovanni. Antisseri, Dario. 1991. História da Filosofia – Vol. 2: do Humanismo a Kant. São Paulo: Paulus.

Reichenbach, Hans. 1961. The Rise of Scientific Philosophy. Los Angeles: University of California Press.

Rorty, Richard. 1987. Science as solidarity, in Nelson J, Megill A., McCloskey D, eds, The rhetoric of the human sciences: 38-52.

----------. 1995. A Filosofia e o Espelho da Natureza; (Trad) Antonio Transito. Rio de Janeiro: Relume-Dumara.

Rykiel, Z. 1984. Geografia Dialética, una perspective polaca. Barcelona: Publicacions i Edicions de la Universitat de Barcelona.

----------. 1994. A Filosofia e o espelho da natureza. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Sack, Robert D. 1974. Chorology and spatial analysis. Annals of The Association of American Geographers 64:439-52.

----------. 1989. The Nature, in the Light of the Present. In: Entrikin, J.N. Burn, Stanley. Reflections on Richard Hartshorne's The Nature of Geography. Washington DC: AGG Press.

Santos, D. 2008. Um objeto para a geografia. Sobre as armadilhas que construímos e o que devemos fazer com elas. Revista Terra Livre, Ano 24, v.1, nº 30:27-40.

Sauer, Carl. 1925. The Morphology of Landscape. University of California Publications in Geography, vol. 2, nº 2, p. 19-53.

----------. 1941. Forword to a historical geography. Annals of Association of American Geographers, 31: 1-24.

----------. 1963. Land and life: Selected writings of Carl Sauer. Berkeley: Ed. Leighley.

Sautter, G. 1975. Some thoughts on geography in 1975. International Social Science Journal, Volume XXVII, n. 2.

Schaefer, Fred K. 1953. Exceptionalism in geography: a methodological examination. Annals of The Association of American Geographers 43:226-49.

----------. 1977. Excepcionalismo na Geografia: Um Estudo Metodológico. Boletim de Geografia Teorética, Rio Claro, v.7, p. 5 – 37.

Sohn-Rethel, A. 1978. Intellectual and manual labor – a critique o epistemology. Londres: Macmillan.

Stone, K. **H**. 1979. Geography's wartime service. Annals of The Association of American Geographers 69:89-96.

Smith, Neil. 1989. Geography as a museum: private history and conservative idealism in The Nature of Geography, in: Entrikin, J. Burn, S. Reflections on Richard Hartshorne's The Nature of Geography. Washington DC: AAG Press.

----------. 1987. Academic war over the field of geography: The elimination of geography at Harvard, 1947-1951. Annals of the Association of American Geographers 77: p. 155-172.

Taaffe, E. J. 1974. The spatial view in context. Annals of The Association of American Geographers 64:1-16.

Taylor, Griffith. 1942. *Environment, Village and City – A Genetic Approach to Urban Geography; with some reference to possibilism*. Annals of The Association of American Geographers 32, 1, p 1-67.

Tobler W. 1970. A computer movie simulating urban growth in the Detroit region. Economic Geography, 46 (2): 234-240.

Ullman. Edward. 1953. Human geography and area research. Annals of The Association of American Geographers 4.

Van Cleef, Eugene. 1944. Training for a Geographic Research. Annals of the Association of American Geographers 34, 4, p. 181-182.

Whittlesey, Derwent. 1939. The Earth and The State: A Study of Political Geography. New York: H. Holt and Company.

Williams, M. 1983. The Apple of My Eye: Carl Sauer and Historical Geography. Journal of Historical Geography, 9: 1-28.

Wright, John K. 1941. Review. Annals of the Association of American Geographers 35: p. 298–300.

----------. 1947. Terrae Incognitae: The Place of the Imagination in Geography. Annals of the Association of American Geographers 37, 1, p. 1-15.

A NATUREZA DA GEOGRAFIA

Fred K. Schaefer

Manuscrito não publicado

Schaefer Papers

Tradução
Fernando Macena de Lima
Everaldo Macena de Lima Neto

American Geographical Society

A Natureza da Geografia

A geografia política é uma parte e uma disciplina da geografia. Como tal é dependente em metodologia e prática da geografia. Assim, a definição, o escopo, os métodos e o ponto de vista da geografia devem ser partes constituintes da geografia política. Por isso, a questão geral tem que ser respondida: o que é geografia?

"Geografia" é uma forma usada como sinônimo de termos mais usuais da atualidade, como geografia humana, antropogeografia, geografia social e tudo mais que apresente qual é o trabalho da geografia, ou qual deve sê-lo, o de uma geografia primeiramente preocupada com o homem. Esta ênfase mais recente, aparentemente começou com a antropogeografia de Ratzel por volta da virada do século. Anteriormente, por várias décadas, o campo foi dominado por geógrafos no âmbito físico, a facção mais extremada deles exigia a eliminação completa do homem dos estudos dos geógrafos. Durante as últimas décadas, a geografia, como vem a ser estudada por geógrafos em todo o mundo, tem se estabelecido como a geografia do homem. A geografia física agora não é mais do que um campo muito importante e altamente especializado dentro da geografia.

Os campos científicos cresceram historicamente por causa do interesse que homens curiosos tiveram pela natureza. O pensamento metodológico sobre um campo historicamente estabelecido chega a um grande nível de desenvolvimento, quando há necessidade de sistematizar e ordenar o conhecimento adquirido e, obter orientação na procura por uma verdade maior e melhor. Por isso, a metodologia de qualquer campo tende a ser um compromisso entre o que se expandiu historicamente e, o que é desejável, por uma mera visão lógica de ordem e procedimento. A maturidade de um campo então se expressa no grau em que o elemento lógico prevalece nele, de maneira que as proposições maiores são relacionadas com as menores e, na extensão em que seja capaz de livrar-se de atividades casuais e visões adquiridas durante o tempo de sua maturação.

Desde tempos antigos foi estimulado um interesse geográfico pelo desejo de adquirir conhecimento das terras estrangeiras e distantes. Este desejo foi satisfeito, até o século XIX, por uma descrição das características físicas de uma área em terra estrangeira e, por uma descrição dos costumes e hábitos de seu povo. Este tipo de geografia se dava, essencialmente, com um nível descritivo ingênuo, ainda que houvesse tentativas ocasionais e incidentais de uma generalização. Entretanto, os geógrafos gregos e árabes desenvolveram pensamentos científicos que se preocupavam com aspectos na qual hoje são ligados mais propriamente aos campos da física, geofísica, astronomia e outros. A medida da circunferência da terra, o estabelecimento de sistemas de grade como referência para a localização, uma quantidade imensa de regras para padronizar condições terrenas são exemplos daquele tipo de interesse científico e que são os suportes principais do campo.

A Renascença e o Tempo das Descobertas repentinamente produziram um número tremendo de novos fatos, da qual foram catalogados e classificados de modo simples e superficial. Os resultados dessa atividade de coleta são os famosos e volumosos dicionários geográficos. Stamp (1, 815), um dos principais geógrafos da Inglaterra, caracteriza a geografia daqueles tempos, em que permaneceu quase inalterada até os dias de seu aprendizado, desta maneira: "Os dicionários geográficos tinham que ser condensados e resumidos para produção de livros didáticos. Sucedeu-se, pois, que a ciência da geografia morreu, e levantou-se em seu lugar uma monstruosidade que derramava uma enxurrada de obras, detestada acima de tudo por qualquer garoto mediano da escola, desprezada e condenada pelos adultos."

Os principais estudantes de metodologia, por todos os lugares, concordavam naquele tempo, que o capítulo moderno da geografia – geografia como uma ciência – começou com os geógrafos alemães Carl Ritter e Alexander von Humboldt, na qual escreveram a maioria de suas obras na primeira metade do século XIX. Eles fizeram contribuição duradoura, na qual deram seu ponto de vista e seus fundamentos à geografia, os quais têm sido completados, refinados e desenvolvidos, mas raramente modificados em sua estrutura básica. Os mais importantes pensamentos atuais sobre a natureza do campo foram expressos pelo filósofo da ciência austríaco, Viktor Kraft[2], reflexões inigualáveis em sua claridade e concisão, e pelo geógrafo alemão, Alfred Hettner[3]. Nos Estados Unidos, o geógrafo Richard Hartshorne[4] tem sido o intérprete mais entusiasmado de Hettner.

Escritores sobre o escopo e objetivos da geografia, se eles são geógrafos, geralmente começam sua análise com um argumento apologético, na qual justifica a existência do campo. Psicologicamente, não é tão difícil compreender que a geografia, como resultado de referida discussão, surge como o

campo, "a ciência integradora", a ciência na qual junto com a história tem um papel completamente diferente daquele de todas as outras ciências; uma ciência que é baseada na nobre e tácita suposição de sua importância e grande prioridade em relação aos outros campos, devido ao seu ponto de vista especial, ou aos métodos especiais, pelos quais explica a natureza. Infelizmente, o resultado das pesquisas geográficas, embora não deva ser minimizado, tem falhado em produzir alguma coisa surpreendentemente nova ou compreensões profundas da natureza, como se deve esperar de tal caracterização do campo. Uma reflexão moderada mostra que a civilização ocidental moderna é baseada nas descobertas na área da física e química, psicologia e economia, e um bom número de outros campos, sem os quais, a mesma seria inimaginável. Por outro lado, os cientistas, bem como os estadistas, conseguiram gerir suas tarefas com o mínimo conhecimento possível de geografia. Se o que temos como campo geográfico nunca existiu, é bem questionável que essa lacuna teria permitido um abalo notável na estrutura de nossa cultura. Ou para colocar isso de outro modo: os Estados Unidos talvez tivessem compreendido melhor a política estrangeira, se seus políticos tivessem tido ao menos um entendimento geográfico, como os estadistas ingleses e alemães, o que também não era muito. Mas teria se alcançado infinitamente mais sucesso nas terras estrangeiras, se acaso seus líderes tivessem entendido a economia, a política, as tradições e a psicologia de outros povos, um conhecimento que tem pouco a ver com geografia, apesar de muitos estudiosos alegarem que o tenha. A história e a filosofia também tentaram explicar muita coisa, com tristes resultados. Não há motivo para justificar a geografia como um campo independente com reivindicações inflexíveis. O fato de existir muitas pessoas que assumiram a geografia em seus estudos, mesmo sob limites vagos nos seus respectivos campos, que contribuíram com o corpo geral de conhecimento de uma maneira organizada, com a divisão de trabalho, com a cooperação, métodos especiais, formação de institutos e outros recursos, e aqueles que fazem um tipo de trabalho incomum em qualquer outro campo, ou, ao menos, não com resultados superiores – é razão suficiente para a existência da geografia como um campo independente.

Com o desenvolvimento das ciências naturais no século XVIII e XIX ficou evidente que uma mera descrição das áreas era inadequada. A descrição aqui, deve ser representada em um sentido ingênuo, da descrição não científica, e não no senso do estudante de lógica que considera as leis como uma descrição da causalidade. A descrição, mesmo seguida por uma classificação, não explica a maneira como os fenômenos estão distribuído em todo o mundo. Uma das principais características da ciência é a de se concentrar nas relações entre os fenômenos. Na geografia, se implica a reflexão das relações espaciais. Pois esse novo tipo de instrumento de trabalho seja

providenciado na forma de conceito e de leis. Ritter e, especialmente Humboldt, proveniente das ciências naturais, aceitaram a proposição de que, primeiramente todas as relações e, portanto também todas as relações espaciais, seriam regidas por leis. Por isso, a geografia tinha que ser uma ciência preocupada com a descoberta destas leis e com sua aplicação na análise e no entendimento do planeta e de suas unidades menores.

Em segundo lugar, o âmbito da pesquisa tinha que ser limitado. Com o surgimento bem-sucedido, principalmente da geofísica, da astronomia e da geologia, não se incluiria mais toda a terra, mas somente a "superfície" da terra com as coisas terrenas (irdischen) que preenchem seus espaços (5, 45). E em terceiro lugar, estes homens reconheceram como ponto de vista importante para a geografia, a maneira na qual o fenômeno natural, incluindo o homem, preenche estes espaços. Por meio disso, eles queriam mostrar a maneira com que coisas e fatores combinam "para preencher uma área". Esta combinação mudaria de área para área, em parte na forma de novas combinações dos mesmos fatores ou pela adição de novos. É esta mudança na combinação de fatores, ou na disposição dos fenômenos de um lugar para o outro, que está subjacente a noção comum, na qual outros locais são diferentes. Tomamos isso dos geógrafos gregos, este ponto de vista também chamado de corográfico ou corológico, dependendo do nível de abstração. A geografia deveria ser orientada pela manifestação ou disposição das coisas em uma área, o que significa dizer, que as relações espaciais eram as únicas que importavam. Esta foi outra limitação significativa para os geógrafos, e claramente suprime todas as outras relações numa área na qual não fossem de caráter espacial, deixando as mesmas para a investigação dos geólogos, antropólogos, sociólogos, economistas entre outros. De todas as limitações no âmbito geográfico, essa parece ser a mais severa e a mais difícil para o geógrafo observar. Nem Ritter, nem Humboldt, nem a maioria dos geógrafos contemporâneos tiveram muito sucesso com isso. Parece ser muito difícil para os geógrafos, a distinção entre as relações sociais e espaciais, dos fatores sociais. A organização social de habitantes duma vila chinesa pode ter uma implicação geográfica na qual poderia interessar ao geógrafo, entretanto, está fora do âmbito da geografia com base na sua definição. Não é tarefa do geógrafo investigar o sistema familiar, as tradições folclóricas, a religião, a tecnologia, ou os costumes daquela vila. Por outro lado, um objeto adequado de estudo poderia ser a estrutura espacial da vila, seus cultivos agrícolas, e qualquer outra diferenciação e relação espacial na qual explicaria a estrutura espacial daquela área ou região. O fato de que os camponeses usam bois e arados é irrelevante por si mesmo; entretanto, este deveria ser fator determinante na dimensão da atividade agrícola, ou determina o tipo de cultura cultivada, isso, então, seria relevante geograficamente. Novamente, o culto chinês aos ancestrais é irrelevante ao geógrafo, já que a sua

tarefa não é explicar os fatores ideológicos daquela vila. Ainda assim, nenhum geógrafo pode evitar dar uma descrição trivial disso. Se, no entanto, uma porção relativamente grande de famílias fazendeiras fosse devota de grandes locais de sepultamento para os seus ancestrais, este fato seria de significância geográfica. Uma descrição da religião dos habitantes é geograficamente irrelevante; por outro lado, o fato de que a porção nortista da vila é budista e a porção sulista é adepta do confucionismo seria uma relação espacial e por isso, geográfica. Em geral, a tarefa para o geógrafo consistiria de identificar estes fatos e fatores geográficos, em mostrar sua diferenciação de um lugar para o outro, em encontrar correlações entre os fatores relevantes, e para apontar qualquer causalidade naquelas correlações. Assim, a alegação feita por muitos geógrafos, na qual eles devem estudar tudo dentro de uma área é extensa demais. Apesar da ênfase colocada nas relações espaciais por Ritter e Humboldt, eles devem ter incluído também relações não espaciais em todas "as coisas que preenchem os espaços da terra", a julgar por seus estudos geográficos. Com base numa experiência posterior, uma especificação de "todas as coisas" se faz necessária. Realmente, a maioria do que nós encontramos dentro de uma área é de amplo interesse para os outros cientistas sociais: o antropólogo, o sociólogo, o cientista político, o psicólogo, o economista e um bom número de cientistas aplicados. Qualquer tentativa de explicar tudo irá tornar o geógrafo um impostor. Esta limitação, é claro, faz do geógrafo também um especialista preocupado só com certos aspectos de uma área, os quais possam ser importantes para algumas questões dos outros cientistas sociais, e irrelevantes para muitos outros.

Kraft, em sua discussão sobre Ritter e Humboldt, concorda que a geografia é uma ciência, ou ao menos tem potencialidade para isso. Entretanto, ele está mais preocupado com a segunda e a terceira proposição dos clássicos, isto é, o estudo geográfico teria de se limitar à superfície da terra, e que isto teria de ser corológico. Com a superfície da terra como objeto e a corologia como um ponto de vista especial, ele considerou que a geografia distinguiu-se o suficiente das outras ciências e justificou essa existência logicamente.

O ponto de vista corológico apresentou-se a geografia como um problema que tem causado mais controvérsia e desentendimento do que qualquer outra questão metodológica. As investigações executadas pelo geógrafo, seja ele um geógrafo físico, econômico ou social, pode ser de dois tipos diferentes: ou sistemático, ou regional. Na geografia regional, o geógrafo estuda a disposição dos fenômenos em uma dada área e tenta analisar e explicar a estrutura espacial daquela área. Ao fazer isso, ele irá estudar uma vastidão de fenômenos diferentes que coexistem lado a lado, formando tal área. Para esta pesquisa, ele tem um conceito básico bem útil denominado região. Por isso, uma área definida como uma região contém uma combinação especial, única, uniforme

em diversas maneiras, não apenas uma combinação de dois ou três tipos, mas de muitas categorias de fenômenos. O nível de abstração do geógrafo no tratamento da região depende do tamanho dela. Não é a competência em descrever a distribuição dos membros de cada classe que o distinguirá como um geógrafo. Tal função é realizada em qualquer campo em relação aos seus objetos de estudo. Assim como o economista no estudo de uma indústria de sapato pode começar mapeando todos os produtores de sapato no país, da mesma forma o geógrafo geralmente começa seu estudo mostrando a distribuição dos fenômenos relevantes. O que faz um geógrafo é ir além da distribuição. Agora ele tem que demonstrar as relações existentes entre os membros de uma classe com os membros de outra classe e como todas estas relações formam uma unidade que ele chama de região. Além disso, essa unidade descritiva da região aparentemente ainda deve ser explicada como o resultado de relações causais entre os fenômenos, dos quais algumas funcionam como fatores e outras como resultados, ou ainda algumas sendo fatores por um lado e efeitos por outro. Os fatores e efeitos relevantes são identificados cuidadosamente e são, na maior parte, responsáveis por este tipo especial de combinação de fenômenos encontrados em tal região. Ao analisar a região desta forma, nós obtemos uma compreensão disso. Este tipo de estudo é chamado de geografia regional e geógrafos como Hettner e Hartshorne, com ou sem razão, chamam-lhe o âmago, o objetivo real, ou o campo real da geografia.

O outro tipo é chamado geografia sistemática. O procedimento metodológico é semelhante a àquelas assim chamadas ciências sociais e naturais sistemáticas. As relações espaciais de duas ou mais classes de fenômenos são estudadas para que se obtenham generalizações ou as leis de seu comportamento. Vamos supor que uma associação espacial frequente dos membros de duas classes diferentes seja encontrada. Uma hipótese pode então ser formulada indicando que quando os membros de uma classe são encontrados no espaço, os membros da outra serão encontrados nele, de certa maneira como especificado pela hipótese. Para testar esta hipótese, o geógrafo precisará de um número maior de casos desse tipo de associação, disponíveis também em uma região menor ou mesmo em uma maior. Por isso este tipo de investigação não deve estar limitado a uma dada região. De fato, o geógrafo sistemático não estaria interessado naquela região já que esta contém muito mais do que ele procura e muito menos do que seria necessário para um número suficiente no qual ele possa generalizar. Ele traçaria associação em regiões onde quer que possa encontrá-la. Se com um número suficiente de investigações, ele encontra sua tese confirmada, ele teria obtido uma regra ou uma lei. As atuais condições do campo indicam apenas um estágio de desenvolvimento da geografia, em que grande parte dos geógrafos, ainda estão ocupados com classificações mais do que com a procura por leis. Mas mesmo assim, se os relevos,

climas, os usos da terra, ou assentamentos são meramente catalogados ou talvez classificados, tal trabalho também seria essencialmente de uma natureza sistemática. Nós podemos também incluir em uma geografia sistemática o registro de um fenômeno único em todo o mundo para determinar sua distribuição mundial.

A confusão que agora existe sobre o papel e a importância da geografia sistemática e regional, tanto quanto sobre as relações entre as duas, podem provavelmente ser rastreadas pela preferência dada a qualquer uma delas em vários períodos na história do campo. Por exemplo: o geógrafo físico, em estar mais próximo ao impacto do desenvolvimento das ciências naturais, sentiu que não tinha os instrumentos adequados na forma de funções, regras, leis, e que por esta razão seu trabalho permaneceu no nível descritivo. O reconhecimento desta situação foi seguido pela concentração no trabalho sistemático a custa dos estudos regionais. Isto, por sua vez, levou à conclusão de que o trabalho regional era degradante e pouco científico já que não mostrou nenhuma capacidade de formulação de leis, e nesse caso, o abandono de tais idéias seria a melhor saída para a geografia. Em outros tempos, grande parte da reação a àquela concentração exclusiva nos estudos sistemáticos e quando a geografia começou a mudar para uma geografia social, o geógrafo regional desprezou os esforços atrapalhados do geógrafo social sistemático, que na falta de quaisquer ciências sociais esforçou-se em sistematizar as relações espaciais sociais. O estabelecimento de eventuais generalizações, especialmente as de leis ou regras, foi perto de ser considerada uma fraude e a geografia regional passou a ser a única ocupação honrada. Desses homens então veio boa parte da literatura meramente descritiva ou, na melhor das hipóteses, um tipo intuitivo de trabalho precedido principalmente por perspicácia e sentimento artístico. Eles, é claro, também formaram um grande número de anti-cientistas no campo.

Estas confusões históricas e aberrações têm se mantido persistentes, de modo que mesmo hoje, dificilmente um artigo ou livro de metodologia está livre delas. A importância do papel da geografia sistemática ou da geografia regional tem sido repetida incessantemente, como a história do ovo e da galinha. Uma destas versões, consciente de seu envelhecimento, proporciona o seguinte contorno: a geografia sistemática é indispensável para a geografia regional e quem quer que goste de uma deve apreciar a outra, no entanto, o campo real da geografia é a geografia regional. Pressuposta a existência dum especialista em física que afirme o campo teórico e o seu lugar, esse campo e estudo não deve ser perseguido como fim da disciplina, pois o campo real da física é o experimental.

O papel das duas divisões já foi suficientemente esclarecido por Ritter e Humboldt. A geografia sistemática tenta formular regras e leis que são aplicadas na geografia regional. O geógrafo

sistemático estuda as relações espaciais de classes de fenômenos e por processo de abstração chega a leis que, por assim dizer, representam situações ideais ou modelos. Estas leis ou regras são abstratas e sua aplicação pelo geógrafo regional envolve comparação de uma situação abstrata com uma concreta ou uma situação única. Nem a lei, nem um conjunto de leis irá se encaixar em uma situação única por inteiro. Vai sempre explicar partes dela. Mas a aplicação das leis ou regras formará a estrutura básica de um fenômeno que precisa de explicação. No caso de uma região, algumas de suas estruturas podem ser explicadas por meio de um conjunto de leis geográficas, uma porção por outras leis, e uma parte dessas pode continuar inexplicada por conta da falta de leis. Torna-se, então, uma questão do estágio do desenvolvimento de um campo, quanto às leis explicarão e quão complexa pode ser uma situação que o geógrafo consegue lidar. Por vezes é necessário ter um dom especial ou a habilidade para formular leis, e um talento diferente para aplicá-las, o que é provavelmente a razão que encontramos uma especialização dos geógrafos em uma das duas divisões da geografia. Embora atualmente possa ser dito que a disciplina esta atrasada, independente do quanto a geografia se desenvolveu como um campo da ciência social, ficou impossível de se fazer uma análise padrão de uma região sem o uso de instrumentos fornecidos pela geografia sistemática. Ritter, como um dos primeiros geógrafos modernos, não tinha um campo sistemático a sua disposição. Ele estava consciente daquela limitação que tinha em sua geografia regional, na qual estava previamente interessado, em um nível descritivo pré-científico. Ele certamente não foi levado pelo seu dilema. A geografia sistemática, por sua vez, obtém grande parte dos seus dados da geografia regional e acresce dela seu sentido para definir quais generalizações são necessárias, já que sua finalidade é ser aplicada em uma análise regional**.** Vamos dizer que, dogmaticamente, uma é impossível sem a outra e que somente as duas juntas formam o campo conhecido nos dias de hoje como campo da geografia.

A existência dessas duas diferentes abordagens metodológicas na geografia constitui, também de acordo com Hettner e Kraft, um dualismo. Este dualismo tem sido afirmado como uma característica importante que distingue a geografia fundamentalmente das outras ciências. Que exista um dualismo parece suficientemente plausível; entretanto a conclusão tirada desta afirmação precisa de uma investigação mais profunda. Será que esse dualismo é algo único e peculiar somente a geografia? Será que a geografia é o único campo onde as leis feitas em sua ramificação sistemática são aplicadas a sua divisão regional em um contexto integrador? Em resumo, será que a geografia, talvez aparte da história, a única ciência integradora, enquanto as outras são “somente” campos sistemáticos e elaboradores de leis? Para os que não são geógrafos a questão pode não ter valor, enquanto que para os geógrafo há quase que uma crença na sua

resposta afirmativa. Mas apenas uma breve olhada nas outras ciências sociais corrigirá esta noção errada.

Parece ser um fato que por algumas razões de desenvolvimento histórico, as quais nós não devemos discorrer aqui, em outros campos houve por algum tempo uma ênfase maior direcionada a criação das leis. Mas, como Hettner já apontou corretamente, a elaboração das leis não é o fim de nenhuma ciência. De fato, nós podemos dizer que as leis têm que ser aplicadas e testadas e, de algum modo, este teste, o refinamento ou a substituição de leis é uma parte da elaboração das leis. Quando um economista aplica leis ou um conjunto de leis em um fenômeno econômico complexo, ele lida não somente com a complexidade da situação puramente econômica mas depara-se com fatores políticos, psicológicos, sociais entre outros conectados com isto. Ou, se os sociólogos e os antropólogos analisam uma dada sociedade primitiva, seja uma comunista, seja uma sociedade agrícola, ele lida com situações bem complexas. Na linguagem do geógrafo, aquele sociólogo 'integra' não somente fenômenos heterogêneos mas também, claramente, leis heterogêneas em sua pesquisa. Dizer que a tarefa destes cientistas sociais é menos complexa, ou menos 'integradora', seria mostrar ignorância sobre a natureza dos seus campos. Antes de qualquer coisa, sua tarefa é até mais complexa do que aquela do geógrafo, o qual tem sua pesquisa limitada às relações de espaço somente. Até a pesquisa mais completa de uma região daria somente uma visão parcial daquela região. Ainda há um grande trabalho a ser feito para entender-se a estrutura social completa daquela região, o que poderia ser conseguido somente levando em consideração a ecologia, a economia, as interações das instituições sociais, as tradições folclóricas, a psicologia e outras características da região dada. O geógrafo social provê, na verdade, apenas o cenário para os estudos de outros cientistas sociais; ele é 'apenas' um especialista como os outros. Por isso, a alegação de que os geógrafos se distinguem por sua integração dos fenômenos heterogêneos não é justificada; não há nada de extraordinário sobre a geografia a este respeito. Essas noções singulares foram introduzidas na geografia em um tempo quando não havia ciência social, e menos ainda uma ciência natural, quando essa ocupação era tomada por campos como o da história natural, cosmologia e história.

Vamos chamar esta atitude em que a geografia é bem diferente de todas as outras ciências de <u>excepcionalismo</u>. Ela influenciou o pensamento metodológico tão profundamente que é interessante ver como isto se tornou o principal ponto de vista da maioria dos geógrafos. Isto parece ter sido infligido sobre o geógrafo por Immanuel Kant, que foi um dos grandes filósofos do século XVIII, mas que era um geógrafo pouco produtivo, se nós compararmos sua geografia com um dos geógrafos contemporâneos ou mesmo em relação com a 'Geografia Geral' de Bernhard

Varenius, falecido mais de cento e cinquenta anos antes de Kant. De acordo com Kant, era a história e a geografia que estavam naquela posição excepcional e assim contraposta às outras ciências sistemáticas, uma disposição que foi usada por geógrafos posteriores, não somente na explicação da posição excepcional da geografia, mas também no delineamento de uma analogia entre a história e a geografia, das quais eles pensavam obter uma visão válida sobre a natureza da geografia. Nas suas anotações de aula sobre geografia física, curso que Kant ensinou por volta de cinquenta vezes durante sua carreira docente, um manifesto sobre o papel da geografia e da história foi encontrado, (6, 6-15), o qual foi usado reverentemente por quase todos os metodologistas como a pedra fundamental do campo. Ritter usou este[1]; Hettner fez desse o seu fundamento, não somente de sua metodologia da geografia, mas de sua filosofia da ciência. Kraft é quase o único a ignorar Kant neste ponto por completo. Isto é o que Kant disse:

"Nós podemos nos referir às nossas percepções empíricas, em concordância com concepções, ou de acordo com o tempo e o espaço, onde forem verdadeiramente ocorrentes. As classificações das percepções de acordo com os conceitos são lógicas, entretanto, aquela de acordo com o tempo e o espaço é física. Da primeira, nós obtemos um sistema de natureza, tal como o de Linnaeus, e da segunda, uma descrição geográfica da natureza.

Por exemplo, se eu disser que o rebanho está incluído sob uma classe de quadrúpedes, ou sob o grupo dessa classe que tenha cascos fendidos, isto é uma classificação que eu faço em minha cabeça, portanto, uma classificação lógica. O sistema da natureza é como um registro do todo; aqui eu localizo cada coisa em sua classe competente mesmo se são encontradas em locais diferentes, totalmente apartes.

Entretanto de acordo com a classificação física, as coisas são consideradas em sua localização na terra. O sistema da natureza se refere ao lugar delas em sua classe, mas a descrição geográfica da natureza mostra onde eles são possivelmente encontrados no planeta. Assim o lagarto e o crocodilo são basicamente o mesmo animal. O crocodilo é meramente um lagarto tremendamente grande. Mas eles existem em locais diferentes. O crocodilo vive no Nilo e o lagarto, na terra, como também em nosso país. Em geral, aqui nós consideramos o cenário da natureza, da terra por si mesma e dos lugares em que as coisas são realmente encontradas, em contraste com o sistema da natureza onde nós inquirimos não sobre o local de nascimento, mas sobre a similaridade das formas..."

1 Hartshorne (4, 136) afirma que Ritter "não parece ter exposto a comparação tão claramente quanto Kant ou Humbold..." Mas um estudo apropriado das fontes mostra que Ritter citou a declaração de Kant enquanto Humboldt nem a citou, nem a discutiu. Também ao contrário de Hartshorne (4, 135), é muito difícil encontrar similaridade entre as visões de Kant e de Humboldt. As ciências naturais, como entendidas por Humboldt, fizeram um progresso considerável desde Kant.

"Tanto a história quanto a geografia podem ser chamadas, por assim dizer, uma descrição, com a diferença que a primeira é uma descrição de acordo com o tempo enquanto a segunda, uma descrição de acordo com o espaço. Por isso, a história e a geografia aumentam o nosso conhecimento em relação ao tempo e ao espaço..."

"Portanto a história difere da geografia somente em relação ao tempo e espaço. A primeira é, como afirmado, um registro de eventos que se seguem no tempo. A outra é um registro de eventos que acontecem lado a lado no espaço. A história é uma narrativa, a geografia é uma descrição..."

"A geografia é uma denominação para a descrição da natureza e do mundo como um todo. A geografia e a história juntas preenchem toda a área de nossa percepção: a geografia, a área do espaço, e a história, no tempo." [2]

O que há de errado com esta afirmação e sua elaboração por Hettner? Kant diz que nós podemos ou devemos dirigir todas as percepções para as duas classes, ou de acordo com as concepções, ou de acordo com o tempo e o espaço. Esta afirmação é tão verdadeira quanto trivial. Realmente, nós podemos dividir todas as percepções em um número infinito de classes. Nós podemos dividi-las na maneira de Kant, mas nós não precisamos classificá-las assim. Enquanto aquela classificação pode ter sido uma lógica no entendimento de Kant da natureza, que era inteiramente taxonomista, esta certamente não é a base para o procedimento científico moderno. Se nós observarmos o trabalho de um físico teórico, ou o de um economista, nós encontramos que eles todos operam com fatos que são colocados no tempo e no espaço. Nós podemos encontrá-los, algumas vezes, colocados de maneira não explícita, mesmo assim, eles geralmente estão lá. Isto é referente não apenas nos campos descritivos que indicam o tempo e o espaço de seus fatos, mas nos campos sistemáticos ou de generalização encontra-se o mesmo.

O método científico moderno é uma coisa bem diferente do que Kant acreditava ser, ao menos, no estágio de desenvolvimento. Adickes no seu estudo filológico da edição de Rink chega à conclusão que este é essencialmente baseado no manuscrito usado por Kant em seus cursos dados antes de 1756. Isto quer dizer que o conceito de geografia como expresso em um enunciado citado pertence ao seu período conhecido como "pré-crítico", quando ele estava ocupado principalmente com a cosmologia descritiva e evolucionária. Entretanto, uma vez que Kant era um estudante

2 Sendo justo com Kant, é necessário saber que de acordo com o famoso filologista kantiano, Adickes, o texto de Kant como editado por Rink e usado por Ritter, Hettner e Hartshorne é de valor questionável. Quatro quintos de um manuscrito não estão na caligrafia de Kant. O manuscrito aparentemente consiste de notas tomadas por estudantes durante os primeiros semestres em que Kant dava o curso. O manuscrito foi publicado logo antes de sua morte quando, Adickes acredita, Kant estava muito senil para checar a edição do que ele nem escreveu, nem ditou em classe à quase quarenta anos atrás. Além disto, Adickes está mais atribulado sobre o conhecimento geográfico contemporâneo mostrado por seu ídolo filosófico.

entusiasmado de literatura científica inglesa, seu pensamento mais tarde mudou radicalmente, especialmente sob a influência de Hume. Kant mesmo assinalou que os escritos de Hume lhe acordaram de seu "sono dogmático". O “período crítico” de Kant começou por volta de 1770, e é suposto que esteve escrevendo o manifesto citado por Hettner algum tempo depois. Por isso a “pedra fundamental” da metodologia da geografia realmente constitui uma parte do pensamento cosmológico. Esta cosmologia não é, de modo algum, para ser tomada como geografia no sentido de que Ritter e Humboldt e os geógrafos modernos entendem geografia, ainda que Kant tenha chamado a isto de geografia. A cosmologia naquela época era um campo importante, tinha o lugar das posteriores ciências naturais e padeceu por meio de uma morte natural e comum com o Cosmos de Humboldt, como a última maior contribuição ao campo. Pode-se chamar isto de história natural; história não no sentido do tempo, mas no sentido da narrativa, da descrição ou do relato de estória, um significado possível naquele tempo.

Tem pouco ou, se pode até dizer, nada de geografia na obra de Kant, Physische Geographie (Geografia Física). Sua "geografia física é um delineamento geral da natureza" (6, 13) em suas próprias palavras mas, de fato, nem mesmo é uma cosmologia no nível de seu tempo, mas uma mera taxonomia. Apesar da sua definição de que a “geografia” descreve os fenômenos de acordo com o tempo e o espaço, ele classificou todos os fenômenos geográficos estritamente de acordo com conceitos dentro do que chamou de um "sistema da natureza". Humboldt (8, 66) se expressou com bastante desdém sob este 'nome pretensioso' quando era apenas sobre taxonomia ou um catálogo de fenômenos.[3] Kant trata a geografia humana da mesma maneira. Assim sendo, por exemplo, sua geografia moral é apenas um catálogo de morais e costumes, mas desta vez, classificadas de acordo com os países ou as unidades políticas. Refletindo o nível científico de seu tempo, Kant reconheceu somente alguns campos como criadores de leis tais como a matemática, a

3 Na segunda parte da Physische Geographie, Kant divide todos os animais em os que têm patas, dedos dos pés, etc. Entre os que têm dedos dos pés estão os macacos. "Eles são divididos em macacos sem cauda, com pequena cauda e com cauda longa" (6, 38-40). Ele então continua a descrever cada classe. A descrição do leão chega a ser demasiada, por isso não foi possível deixar de transcrevê-lo para o leitor: (6, 37-38).

"O Leão. O leão tem sua juba, a leoa, não. Ele tem rugas na testa, uma face semelhante a do homem, olhos profundos, em espera, uma língua áspera como se houvesse sido arranhada por um gato com a qual ele pode devorar a carne dos animais. Ele pode curvar suas garras afiadas de modo a não sofrer enquanto caminha. Sua altura é de um pouco mais de um metro. O leão precisa de uma velocidade especial com habilidade para caçar animais. Quando ele não bate sua cauda e não chacoalha sua juba, ele está de bom humor e pode-se passar por ele seguramente. Entretanto a única coisa a se fazer em uma emergência é deitar-se quieto no chão. É interessante que ele não machuca as mulheres. Um exemplo disso, a empregada de Charles II que limpava a toca do leão na Torre de Londres. Outro exemplo, a duquesa de Orleans, nascida Duquesa de Palatinado. As mulheres negras frequentemente mandavam os leões embora com bastões. Eles são mais perigosos aos homens pretos do que aos brancos. Uma vez que ele tenha lambido um pouco de sangue, ele despedaçará o animal ou o homem num piscar de olhos. Ele pode matar um boi com um sopro. Não é encontrado na América. Ele não suporta o frio e ficaria tremendo em outras latitudes. Seus ossos grossos tem um tubo fino contendo uma polpa a qual Kolbe afirma que se secada no sol, ficará tão dura que se pode fazer uma fogueira com ela. Ele não tem medo do cantar do galo, mas tem muito medo de cobras e do fogo."

física e a química. A zoologia e a botânica são 'sistemas de natureza' e taxonomia. Todos os outros campos, e especialmente os conhecidos hoje como ciências sociais, foram jogados com a história em um mesmo pote e chamados de descrições de acordo com o tempo e o espaço. Ele fora incapaz de prever as ciências sociais; os fenômenos sociais poderiam ser descritos somente de acordo com o tempo ou com os países. Este é o significado de "história é uma narrativa, geografia é uma descrição..." Kant, pode-se dizer, não tinha o mínimo entendimento da geografia tal como, por exemplo, Varenius teve mais de cem anos antes dele ou Humboldt, logo depois dele. Por isso, ele era incapaz de fazer a distinção que Humboldt fez entre cosmologia e a geografia. Entretanto, o que apareceu em Kant como um erro comum de seus tempos e menos importante diante de suas realizações gigantescas no seu campo apropriado, assume um caráter diferente nas mãos de Hettner quando ele usa os conceitos de Kant como base para a geografia moderna. De fato, Humboldt tinha o conceito da geografia e da ciência em geral em um plano maior do que Hettner.

Nos capítulos introdutórios em seu Cosmos (8, 3-72), Humboldt explica pacientemente a diferença entre a ciência e a cosmologia. Todas as ciências são disciplinas fazedoras de leis. Existem outros campos que assumem o nome "pretensioso" de sistemas da natureza, mas os quais eram de fato, meras taxonomias. As histórias e as descrições mundiais ou, como as posteriores também eram chamadas de descrições da natureza, cosmografias ou cosmologias, não são ciências racionais mas somente contemplações cuidadosas do mundo ou do universo. Nestes capítulos, Humboldt discute o campo da cosmologia e somente ocasionalmente o da geografia.[4] Na descrição e na definição de cosmologia, ele mostra que a mesma é realmente apenas descritiva, algo como a arte. A cosmologia, entretanto, não poderia ser estudada sem um treinamento muito bom em ciências sistemáticas como a física, a astronomia, a química, a antropografia, a biologia, a geologia e a geografia. Por isso, a geografia não é cosmografia. O grande erro e a tragédia na obra de Humboldt é que ele acreditava em ambos, e a contemplação de Humboldt do papel e da divisão dos campos reflete um pouco da melancolia e frustração que lhe envolveu em sua tentativa de uma descrição do universo, na qual ele gastou metade da sua vida.

Como um amigo e um admirador de Goethe, ele começou seu desenvolvimento pessoal como um panteísta, colocando-se a tarefa de explicar por fim, o universo em cosmografia. De um modo, esta proposta gerou sua força e produziu também sua fraqueza e no final, um fracasso. Ele cuidadosamente estudou a maior parte das ciências de seu tempo, as quais eram então menos complexas que são hoje, e ele fez contribuições criteriosas em um bom número de campos tão

4 Hartshorne (4, 135) repete o erro de Hettner. Enquanto que o posterior identificou a cosmologia ou a descrição da natureza de Kant (Naturgeschichte) como geografia, Hartshorne considera a cosmografias de Humboldt como geografia.

variáveis como geologia e anatomia, matemática aplicada e antropologia, física e botânica, e geografia. Esta última era o campo menos avançado e aquela em que ele fez suas maiores contribuições. Sua pesquisa foi feita em cooperação pessoal próxima de muitos fundadores da ciência moderna como Gay-Lussac, Lalande, Arago, Thenard, Fourcroy, Bio, Laplace Couvier, Gauss e muitos outros. Um cientista reconhecido em seu tempo, ele continuou a perseguir a ideia da aplicação de seu conhecimento a uma explicação integrada do universo. Humboldt foi um dos últimos cosmólogos e 'gênio universal' com todas as limitações que a ciência moderna com sua necessária especialização tinham imposto a ele. Em seus esforços mais empenhados para mostrar a necessidade da cosmologia como um campo, ele nunca procurou substituir ciência por cosmologia e afirmou firmemente que tudo o que poderia fazer era para contribuir com o deleite intelectual e o entendimento das grandes massas dos povos. Na verdade, seu Cosmos era mais popular como literatura em todo o mundo, mas como uma explicação do universo, foi logo esquecido.

É bem claro agora que Humboldt tratou história e cosmologia como campos especiais fora das ciências sistemáticas. Nisto ele seguiu Kant. Ele difere de Kant no conhecimento de um grande número de ciências e entre elas, incluía a geografia. Era quase uma calamidade para a geografia que Hettner, como um primeiro metodologista, aceitou a visão de que a história e a cosmologia são campos excepcionais, e de que ele tenha entendido a cosmologia de Kant como sendo geografia. Nesta falácia, foi montada uma superestrutura inteira de raciocínio: os princípios da descrição da natureza ou da cosmologia eram aplicados à geografia e, em segundo lugar, a similaridade nos pontos de vista e métodos da história e da geografia havia sido estabelecida, o que influenciou bastante a metodologia da geografia. Estas premissas básicas, aceitas pela maioria dos geógrafos, abriu a porta para uma série de conceitos anti-científicos, agora mais convencionais, tal como o argumento de fenômenos únicos, o poder de integração extraordinário e a tarefa da geografia, o sentimento que a geografia era uma arte, genética, holística, gestalt, e muito outros conceitos que têm sido muito mais bem sucedidos dentro de outros campos.

Vamos seguir Hettner e Hartshorne por enquanto e explicitar o que esta analogia com história acarreta. Ambas história e geografia são diferentes de todas as outras ciências visto que o seu objeto de estudo, seu ponto de vista e seu método científico eram diferentes. Ambos os campos, Hettner diz, são essencialmente de caráter corológico. A história trata os fenômenos em sua disposição no tempo, a geografia, no espaço. Ambos, em contraste com as outras ciências, lidam com fenômenos heterogêneos, dos quais são integrantes; portanto, estas são ciências integradoras. Ambas estudam os fenômenos de caráter único. Os eventos históricos e os períodos

acontecem uma vez e não se repetem. Da mesma forma, os fenômenos geográficos, e especialmente aqueles da região, são únicos sobre os quais nenhuma generalização é possível. A principal tarefa nos dois campos é a explicação do único. As leis históricas e geográficas são de pouco uso. Não há previsão. O que se pode ter expectativa é por um tipo especial de análise na procura de entendimento de um dado fenômeno. Hettner chama história de tempo-Wissenschaft e geografia de espaço-Wissenschat, o que Hartshorne traduziu como ciência do tempo e ciência do espaço. Isto parece ser um desvio de Kant que os chamou de narrativa e descrição. Mas Hettner ainda está correto visto que o termo Wissenschaft tem entre os cientistas alemães um significado maior do que o termo ciência em inglês.

A maioria dos cientistas alemães entendem por Wissenschaft qualquer corpo de conhecimento organizado, enquanto nós incluímos nas ciências somente campos capazes de criar leis e de previsão. Assim a economia é uma ciência enquanto a história prefere estar entre o estudo das letras clássicas, humanidades. Na Alemanha, não somente física e economia, mas também história e arqueologia, taxonomia em botânica, numismática e, podemos acrescentar, filatelia, podiam todas como corpos de conhecimento organizados serem incluídas como Wissenschaft. Hettner, portanto, é bem consistente quando ele chama história e geografia de tempo-e-espaço-Wissenschaft. Hartshorne, também, está correto em traduzir estes termos como: ciência do tempo e ciência do espaço, visto que ele define ciência como um corpo de conhecimento organizado, na maneira alemã. Enquanto ele está correto na lógica, ele está fazendo um uso precário entretanto, no lugar do termo mais preciso de ciência em inglês.

A analogia de Hettner entre história e geografia não é aceitável. A geografia é um campo basicamente diferente, inerente e potencialmente capaz de ser uma ciência enquanto a história não o é. É história somente o que está nesta posição excepcional apontada por ele. História se distingue das ciências em vários pontos, dos quais o mais importante é que é incapaz de formular leis somente na base do tempo. Os historiadores reconhecem isto e portanto, eles mesmos não consideram seu campo como um ciência. Alguns deles chamam história uma arte, outros, uma ciência aplicada no sentido que a história usa leis feitas em outros campos. Já que esta comparação com história é tão importante no pensamento da geografia, uma avaliação do caráter essencial da história como um campo parece apropriada.

Nós podemos considerar como uma tarefa maior do historiador a reconstrução de fatos e condições do passado. Estes fatos, entretanto, são fatos diferentes daqueles que confrontam o cientista já que este último lida com fatos que não são imediata e diretamente observáveis e aos quais ele teve acesso somente através das consequências e traça estes fatos do passado

encontrados no presente. Entre estas consequências, é claro, nós incluímos os registros do evento, circunstâncias de registro, toda informação das pessoas envolvidas, memórias, cartas, tradições, ruínas, e coisas do gênero. É somente através do estudo destes traços que um historiador obtém, por um procedimento racional e objetivo usando instrumentos tais como a hipótese e a inferência, algum conhecimento dos fatos. Para distinguir conhecimento de fatos científicos, são então chamados de fatos históricos. Enquanto este trabalho provê o pão e manteiga da profissão, o historiador está envolvido em mostrar o desenvolvimento de certos fenômenos no tempo. Por exemplo: ele traça o desenvolvimento ou a gênese de uma instituição, estado ou grupo social através do tempo, assim nos dando uma descrição de seu crescimento. Quando ele fala de explicar um fato ou uma condição do passado, ou uma gênese, ele não explica no sentido que a lei explica uma causalidade, mas descreve aquela condição ou gênese. Uma terceira e última característica, suficiente para caracterizar história como um campo, é o fato que lida com eventos tais como a absorção da lei romana na Europa, o movimento da fronteira, ou da abolição da escravidão na América, que são eventos que aconteceram uma vez e não são repetidos, e portanto são chamados eventos únicos sobre os quais nenhuma generalização é possível. É esta preocupação da história com fatos do passado e com eventos únicos que tem colocado a história em um posição especial não comparável com a das ciências.

Mas então está afirmado que o historiador analisa e interpreta situações passadas de modo que o cientista social analisa seus problemas. Isto é quase verdadeiro desde que o historiador tem prestado contribuições valoráveis, contribuições as quais ele faz de dois modos essencialmente: alguns deles, especialmente os historiadores clássicos, alcançaram frequentemente produtos literários valorosos e impressionantes através de um entendimento especial ou de uma técnica artística; outros têm usado métodos e leis das ciências sociais. Assim, por exemplo, se um historiador está interessado em como prevaleceram os preços do mercado da Roma antiga em um certo período, ele faz sua contribuição mostrando como eram naquele tempo, pois ninguém está melhor treinado para esta tarefa do que ele. Ele pode ir além daquela tarefa e mostrar como demanda e suprimento interagiram naquela situação produzindo estes preços e, talvez, as implicações econômicas e sociais daquele balanço de preços. Para a explicação de tais relações causais, ele não tem leis especiais mas obviamente usa métodos e leis das ciências sociais e, neste caso, especialmente das leis da teoria econômica. Como um historiador pode talvez ser chamado de um cientista social prático se mantivermos em mente que ele não usa leis históricas mas aquelas das ciências sociais e se não prestarmos muita atenção à controvérsia teórica do que constitui ciência pura e aplicada.

Se estes achados são aplicados na analogia de Hettner, as seguintes conclusões podem ser feitas: enquanto a história está em uma posição excepcional em relação às ciências, e especialmente nas ciências sociais, a geografia não está. Em primeiro lugar, a geografia lida com fatos direta e imediatamente observáveis; em segundo lugar, é capaz de formular leis concernentes a relações dos fenômenos geográficos e fatores, como Hettner mesmo admite ser verdadeiro para a geografia sistemática, enquanto a história não tem parte sistemática, e em terceiro lugar, se a geografia é para ser entendida como sendo geografia regional e sistemática, não lida predominantemente, nem mesmo exclusivamente somente com fenômenos únicos, dos quais nenhuma generalização é possível. A geografia é, por estas razões, similar às outras ciências e tem pouco em comum com história. A analogia de Hettner, portanto, apóia-se em apenas uma perna e não é válida.

A confusão total sobre o papel do historiador, e agora aplicado ao do geógrafo, origina-se do tempo, somente há algumas décadas atrás quando a história, aparte de sua própria tarefa, também tinha assumido as tarefas das ciências sociais ainda não existentes. Naquele papel, muitos historiadores tentaram explicar o passado, o presente e o futuro, quando sua função única era reconstruir e interpretar o passado. Na falta de quaisquer leis válidas da ciência social, isto era um empreendimento difícil, e na prática, abriu portais e portas às doutrinas anticientíficas que então, com a emergência da ciência social, assumiu uma atitude militante contra esta última. De acordo com esta atitude, era impossível ou inútil formular leis da ciências sociais. A única maneira de entender um fenômeno era relatar a sua história; uma descrição do crescimento de uma coisa era suficiente para seu entendimento e compreensão. Esta doutrina tem sido chamada de historicismo e é tão antiga quanto a metafísica e o historicismo de Platão. Uma variação mediana dela trata cada fenômeno na maneira de um evento histórico, como único, e nega qualquer possibilidade de generalização na forma de leis da ciência social sobre isto. Outros, entretanto, tentam um tipo de classificação da duração dos fenômenos em fases, períodos, ou ciclos e projetam estes no presente e no futuro, como, por exemplo, historicistas tais como Spengler e Toynbee fizeram. Estas projeções são então chamadas de leis históricas já que estão fundamentadas principalmente no tempo.

Portanto, não é de admirar-se que então, com esta posição sólida da história na Alemanha durante o século XIX, as ciências sociais tais como a sociologia, a economia e também a geografia desenvolveram-se sob este impacto e mostraram um início real como ciência sociais somente quando começaram a procurar e também pegar emprestado dos economistas e sociólogos franceses e ingleses. O quanto Hettner estava sob aquela influência pode ser mostrado não somente por sua analogia entre história e geografia mas pela primeira frase com que ele começa

sua principal obra em metodologia (3), na qual ele coloca: "O presente pode ser entendido sempre por meio do passado". Esta afirmação pode servir para nós como uma definição do historicismo, e se for verdadeira, é melhor para os estudantes da metodologia em geografia voltarem-se para a metodologia de Carl Sauer (9, 621-623), o qual como representante principal da escola historicista na América tem sido bem mais lógico e consistente na base desta premissa.

Cada historiador estabelece ciclos, fases e períodos; que é seu negócio legítimo. Entretanto, tais divisões do tempo são, ditas logicamente, somente uma forma de classificação e nada mais. É o historicista entre os historiadores que vai além daquele limite, os usando como instrumentos de explicação e predição. Não é geralmente fácil mostrar que os tipos de predições de Spengler ou Toynbee tenham falido desde que ambos predisseram o óbvio quando eles mostraram que o homem, ou a sociedade, passa pela infância, adolescência, meia idade e velhice, ou quando predizem o desenvolvimento de fenômenos complexos de um modo amplo tais como a civilização ocidental em um longo período de tempo, de modo que realmente somente nossos descendentes estarão na posição de testar estas profecias. Porém se nós aplicarmos seu método a desenvolvimentos menores, mais modestos e de curta duração, é mais fácil de ver, por exemplo, que a mais detalhada descrição da história de todos os ciclos de negócios nos Estados Unidos não permitirá nenhuma conclusão como resultado da presente pesquisa. Tal predição, ou mesmo o entendimento do ciclo presente é possível somente por análise científica na qual os fatores relevantes do processo ou da situação são identificados e suas relações causais determinadas com a ajuda das leis econômicas. Enquanto o tratamento genético tem seu lugar e valor, especialmente nos casos aonde nada se sabe sobre um fenômeno e onde não há leis disponíveis para sua explicação, não pode substituir o método científico, nem mesmo em geografia.

Após essa digressão em historicismo, não é difícil perceber qual analogia entre geografia e história se estabelece. A analogia é logicamente um passo necessário para a virada da geografia no campo do historicista. De fato, um estudo da obra de Hettner revela um grande uso da abordagem genética. Grandes partes de sua assim chamada geografia comparativa, especialmente aquelas lidando com a geografia cultural e social (13) são dominadas pela mesma. Sobretudo, mais na maneira de historiador universal, Hettner inclui em seus estudos regionais muita informação não espacial e relações e tende a explicar tudo dentro de uma região, com o resultado que os estudos regionais ficam mais constituídos de estudos antropológicos, sociais ou políticos, o que teria sido melhor se deixados a cientistas sociais mais competentes dos campos respectivos. É este amadorismo no tratamento das relações não geográficas que trouxe descrédito a geografia como um campo científico.

Hartshorne, por outro lado, está menos preocupado com a genética de que com qualquer outra conclusão tirada da analogia. Se o método geográfico se assemelha com o método histórico então o fato da história lidar principalmente com eventos únicos deve ter importantes implicações para a geografia. E então, de verdade, Hartshorne descobre que nunca dois fenômenos são iguais; similarmente na geografia regional nunca duas regiões apresentam similaridade suficiente para garantir a comparação. Por isso, as generalizações na forma de leis são inúteis, se não impossível, e qualquer predição em geografia é de valor insignificante. (4, 443) A partir daí segue que a geografia não deve ser uma ciência mas apenas uma Wissenschaft, um corpo de experiência e conhecimento organizado. Assim depois de discussões metodológicas extensas, ele chega às mesmas conclusões que Kant: a história é uma narrativa, a geografia, uma descrição. Ele vai melhor que Kant na caracterização da geografia como 'descrição ingênua' em contraste ao 'procedimento mais sofisticado mas artificial das ciências sistemáticas.' (4, 373) Fica apenas mais uma questão para se responder: se a geografia é meramente descrição ingênua, porque toda essa preocupação metodológica?

Pode ter havido alguns obstáculos na formação destas conclusões indefensáveis. Um desses obstáculos é a verdadeira existência da geografia sistemática que, depois de tudo, tem produzido, talvez poucos, mas alguns resultados conclusivos que, como Hettner admite repetidamente, apontam na direção da ciência social em pleno direito e com habilidade inerente para predizer eventos ou associações. Em conhecimento desta função da parte sistemática da geografia, ele tende a ignorar isto apontando que a geografia difere de outros campos sistemáticos, nos quais o caráter do campo não é dado por sua parte sistemática, mas que o campo real da geografia é a geografia regional. É o método corológico da geografia regional que dá a geografia seu caráter especial, o qual é similar ao da história. Não é fácil encontrar tal ênfase explícita na geografia regional no "Natureza da Geografia" de Hartshorne cuidadosamente trabalhada, porém nos últimos escritos de geografia política, ele nega completamente, por exemplo, a existência e a possibilidade de uma geografia política sistemática. Isto tudo aparece, ao invés das noções precisas de Humboldt, como uma repetição da confusão do século XIX nas relações entre a geografia regional e sistemática.

A descoberta de Hartshorne que a geografia lida com um fenômeno único somente, e que, portanto, todas as leis derivadas destes fenômenos são de valores questionáveis, obviamente o incomodava muito. A mesma atitude em relação a imparidade dos fenômenos geográficos fez com Hettner adotasse um conceito em voga em seu tempo, o qual Hartshorne acredita que explica

completamente suas preocupações sobre a questão. Os filósofos alemães Windelband e Rickert [5] dividiram todos os campos científicos em nomotéticos e idiográfico. Os campos nomotéticos são campos em que leis são aplicáveis, ou o que chamamos ciências, enquanto que os campos idiográficos estão envolvidos com a descrição do singular. Rickert mesmo logo após ele ter feito a distinção, ficou insatisfeito com isto e parece ter abandonado isto.

Esta divisão, e especialmente a classificação da geografia como um campo idiográfico por Hettner, reside no desentendimento do papel dos fatos e das leis na ciência. A descoberta de Hartshorne de que os fatos geográficos são únicos, foi feita por cientistas de outros campos em relação aos seus fenômenos há algum tempo atrás. Toda ciência lida com fenômenos, na qual cada um deles é único. Não há dois cérebros humanos que sejam iguais em estrutura ou que pensem igualmente. O físico está satisfeito com a hipótese de que não há dois átomos iguais. Todavia, a ciência não deriva leis da similaridade na estrutura ou no comportamento de classes de fenômenos. Uma classe de fenômenos, da qual cada membro é único, tem certos aspectos em comum e é esta similaridade que é suficiente para produzir leis viáveis. As leis são abstratas e representam, por assim dizer, situações ideais que, por sua vez, são aplicadas em um fenômeno único ou um dado concreto, de modo que se entenda sua estrutura básica ou o comportamento. A lei não explicará o fenômeno em sua totalidade, mas somente certos aspectos dele. Outros aspectos podem ser explicados por leis diferentes e, para alguns, não deve haver nenhuma lei ainda, nem haverá. Neste sentido, todos os fenômenos, incluindo os geográficos, são únicos. Mas também os membros de uma classe de fenômeno geográfico são comparáveis e nesta base de similaridade de certos aspectos, as leis podem ser formuladas.

Comparar então, como Hettner o faz, os campos que lidam com fenômenos únicos em contraste com outros que não; ou falar de um campo que lida com mais fenômenos do que outro, parece insignificante. O que pode ser dito é que certos campos se empenham na investigação de mais fenômenos complexos que outros, os quais, a propósito, provoca uma verdadeira diferença entre os campos e faz parecer ser um campo mais importante entre as ciências naturais e sociais. Também, é claro, se acontece de um campo ter acumulado um suprimento menor de leis e generalizações do que outro, e por esta razão tem que empenhar-se em um trabalho mais descritivo, isto constituiria meramente uma diferença no desenvolvimento dos campos e não precisa necessariamente ser uma característica inerente do campo.

A maioria dos argumentos que têm sido levantados contra a geografia como uma ciência têm sido usados também em outros campos, e especialmente naqueles das ciências sociais. A diferença

5 O único filósofo não alemão citado no campo da geografia é o positivista austríaco Viktor Kraft. Os conceitos de Kraft de geografia, tanto quanto de sua filosofia da ciência, diferem consideravelmente daqueles de Hettner ou Hartshorne.

talvez é que aqueles argumentos em campos mais maduros não são mais levantados com a mesma simplicidade do século XIX. Hartshorne ainda assim prefere pegar fenômenos maiores e complexos e desafia os cientistas sociais a fazerem o mesmo. Então Nova Iorque é uma cidade única e grande onde nenhuma lei (preferivelmente uma única lei) explicará algo de tangível sobre sua estrutura geográfica ou função. Os geógrafos urbanos sabem que seu suprimento de generalizações é inadequado para a análise significativa daquela cidade. Por outro lado, são desenvolvidos modelos na medida em que a forma, a função ou a locação do bairro de negócios e outros elementos da cidade estão disponíveis para explicar algumas das funções ou partes daquela cidade. O argumento é geralmente do tipo usado por aqueles que rejeitam as ciências sociais porque os mesmos não devem prever se a Argentina vai ser uma democracia ou uma ditadura daqui cinco anos. A ciência desenvolve-se lidando com fenômenos menos complexos até chegar aos mais complexos. Quão complexa pode ser uma investigação, depende da condição em que os instrumentos de pesquisa foram construídos. Com uma predisposição semelhante é a demanda que a geografia é capaz de estabelecer com leis universais estritamente causais para que seja reconhecida como ciência. O fato que mesmo a física não lida exclusivamente com tais leis e tem feito mais e mais interessados nas leis da probabilidade é ignorado. É verdade que as ciências sociais podem se ver como satisfeitas, por um número de razões, com as leis da probabilidade, uma característica que tem causado a alguns estudantes das ciências a chamá-las de ciências das probabilidades. Mas isto está bem longe da demanda de anti-cientistas que afirmam que as ciências sociais devem, ou produzir leis estritamente causais, ou parar de reivindicar ser uma ciência. A maioria destes argumentos tem sido lidados por metodologistas da ciência social tal como Cohen (10), Kaufmann (11) e Popper (12), sendo que suas respostas se aplicam eminentemente àquelas levantadas na geografia.

Mas curiosamente, há um outro lado no pensamento de Hettner sobre geografia, um lado que os metodologistas parecem ter evitado estudar. Lado a lado com aquelas tendências historicistas, ainda existe um desejo para fazer da geografia, ciência. Estes esforços paralelos aos dos geógrafos americanos como Finch (14) e Bowman (15). A ênfase aqui está na necessidade da geografia em fazer leis e se almejar como ciência. Assim Hettner afirma: (3, 222-3)

> "Por um longo período, a geografia era quase exclusivamente uma ciência 'idiográfica' e conhecia apenas fatos individuais. As obras de geografia mais antigas limitavam-se em dar nomes e descrever as condições individuais e também os eventos que acontecem na superfície da terra. Os conceitos gerais existiram somente em formas

> no estado natural e eram conceitos genéricos como os usados na vida cotidiana tal como montanha, vale, rios, cidade e outros. O maior progresso científico na geografia consistiu em ter assumido o controle e mostrou os resultados das ciências sistemáticas – em uma ramificação precedentemente e, em outra mais tarde – assim aceita o modo de pensar geral e genérico. As formas da superfície da terra assim como os fenômenos climáticos e outros fenômenos geográficos foram descritos primeiramente na base de suas propriedades individuais, que são classificadas artificialmente, e mais tarde, de acordo com a totalidade de suas propriedades, reduzidos a tipos e, finalmente, classificados genericamente. Na medida em que o método de individualização é apreciado e necessário, deve-se dizer que a geografia recebeu somente através do método generalizado sua estrita característica científica. Somente o tratamento genérico que concentra muitas propriedades e características em uma obra, faz possível uma descrição concebida facilmente concisa e relativamente pequena. Isto criou a base para uma forma mais concisa da explicação latente na investigação comparativa levando ao caminho das leis. Ao fazer isto, a geografia moderna está mais avançada que a história." [6]

Hettner é até mais explícito na necessidade de se fazer leis em geografia em uma declaração anterior. Isso não cabe no plano do historicismo para a geografia e, certamente, não é congruente com muitos dos escritos de Hettner, de tal maneira que nunca fizeram uma relação dele com tal plano. Mas por ignorar simplesmente este aspecto, aparentemente incerto em seu raciocínio, da qual juntamente com o que foi publicado, constituem um dualismo real em sua metodologia, e se torna complicado representa-lo verdadeiramente. Esta declaração remonta uma declaração programada e tenta colocar os princípios básicos para a metodologia da geografia. (16, 401-25)

> "Portanto, se nós assumirmos na geografia a necessidade das relações e como nas ciências naturais, interrupções nas mesmas

6 A segunda metade desta citação bem como a posterior também significante nunca foram publicadas em inglês. Porém estas duas declarações de Hettner parecem ser tão importantes quanto as outras que enfatizam o caráter geográfico, as quais até o momento, foram as únicas a terem sido traduzidas ao inglês.

somente como resultados próprios, como lacunas em nosso conhecimento, então, com o aspecto frequente das condições similares, nós obtemos a possibilidade do estabelecimento de leis antropogeográficas.

Nós não devemos dizer que as condições similares se produzem em todos os lugares, e sempre os mesmos efeitos. Tal declaração ignoraria o fato de que as pessoas diferem e, portanto, podem agir de maneira diferente, deste modo, podem agir diferentemente mesmo sob condições naturais similares. Também seria errado dizer, obviamente, que pessoas similares agem de maneira parecida sob condições naturais diferentes. As leis antropogeográficas têm que levar em conta a diferença nas condições da existência tanto quanto na diferença entre as pessoas. É claro, na realidade nunca haverá a repetição da mesma condição de modo exato. Cada situação é individual, única, como um resultado do qual nenhuma lei será capaz de explicar a totalidade de um fenômeno dado como nas ciências naturais. Sempre haverá uma reserva que deverá ser explicada sob uma lei diferente ou que permanecerá inexplicável.

Não há relações absolutas entre os homens e o meio ambiente que sejam eternas. Com o desenvolvimento da humanidade, a natureza das relações entre o homem e o ambiente muda.

O desenvolvimento destas relações reside nas constância dos efeitos ainda que as causas que os produzam possam haver desaparecido há algum tempo.

O homem e sua cultura não se desenvolvem de forma autóctone, isto é, em uma região geográfica. A migração do povo, a migração das culturas, tomando emprestado das culturas, é uma parte importante. A transferência da cultura de uma região para outra causa sua adaptação a uma nova condição com o resultado de que a cultura local assim como a cultura transferida serão modificadas.

Homem e cultura dependem na soma total dos fenômenos naturais e culturais. Com o desenvolvimento da região cultivada, o homem se torna dependente dos efeitos de ambos, tanto da paisagem natural

> quando da cultivada.
>
> A dependência do homem em relação a seu ambiente não é passiva. Parcialmente afetado pelo seu ambiente, parcialmente adaptando a si mesmo no ambiente, ele encontra seu ambiente em uma forma ativa e o modifica. Ao modificá-lo, o homem cria um novo tipo de dependência. Esta relação recíproca entre o homem e o ambiente não apenas o força a criar um sistema unificado de ciência geográfica possível, mas também necessário."

O significado mais importante transmitido por estas afirmações é a ênfase de Hettner em fazer e aplicar as leis na geografia sistemática e regional e, sua demanda, implicitamente, por um campo unificado da ciência social e, explicitamente, por um campo unificado da geografia em particular. Essa exigência se opõe a posição excepcionalista do campo, que segue da analogia com a história e, na qual contradiz também o caráter idiográfico da geografia. O primeiro princípio de sua declaração programada é claramente uma análise científica. Ainda que Hettner continue a falar sobre o desenvolvimento da ciência idiográfica em direção a nomotética, é fato que ele entendeu a geografia, como é hoje, somente pela aceitação de leis e da análise científica. Quando ele fala sobre um campo da qual fica progressivamente mais nomotético, ele usa o termo idiográfico ao invés de pré-científico. Se ele tivesse dito que a geografia desenvolve-se, do nível descritivo para o nível científico, estaria mais próximo do que diz os filósofos modernos da ciência. De acordo com eles, seria quase impossível declarar um campo, uma vez, como idiográfico e, em outra ocasião, como nomotético. Um campo nomotético pode ser igualmente pré-científico ou descritivo, mas nunca será idiográfico.

Outra fraqueza dessa afirmação seria o fato de que poucos resultados foram dados em um programa para a geografia, mas sim para uma coleção de princípios básicos para a antropologia, ou ainda, para uma ecologia social. É verdade que em um sistema unificado de ciências sociais, o geógrafo teria de observar aqueles princípios citados e, quaisquer leis geográficas que ele possa estabelecer, deverão ser verificadas conforme os princípios básicos da ciência social. Mas não há necessidade em incorporar aqueles princípios em uma declaração dos princípios geográficos, a não ser, é claro, que eles sirvam na função de introduzi-los. Assim os princípios básicos de Hettner permanecem com uma tendência cosmológica, da qual exige a geografia uma resposta para cada questão nas ciências sociais.

Finalmente, pode-se discutir a sua grande ênfase no processo dialético a respeito do

desenvolvimento da região cultural, da qual facilita a interpretação genética de Marx ou de Hegel da região, uma prática bastante usual e frequente entre os geógrafos alemães.

Mas apesar destas aberrações, há um esforço forte e consciente feito para conceber a geografia como ciência, que consiste em obter leis e empregar análises científicas. Já que não se pode ignorar esse lado de Hettner, a questão que se impõe: como é que Hettner advoga estas duas abordagens diferentes? A resposta é que esta atitude prevaleceu e ainda prevalece entre os estudantes alemães dos fenômenos sociais. O caso clássico desta combinação de ciência e historicismo é Karl Marx. Ele foi um dos primeiros a introduzir análise científica nas então quase inexistentes ciências sociais e, ao mesmo tempo, ele provou ser incapaz de livrar-se do historicismo hegeliano. Ao introduzir o fator econômico na interpretação da história, ele colocou o Hegelianismo aos seus pés, como costumava dizer, entretanto, não pode escapar do historicismo como tal e como meio de explicar o desenvolvimento do presente e do futuro. O resultado é trágico para Marx e a humanidade. A tragédia reside na combinação confusa e na contribuição que Marx infundiu as ciências sociais, na qual tem sido tão habilmente apontada por Popper (11, vol. II, 78) ao dizer que apesar das consequências sociais dos escritos de Marx, cada cientista social está em dívida com ele, ainda que eles não tenham conhecimento disso. Um retorno para a ciência social pré-Marxista é inconcebível. Hettner desenvolveu seus argumentos naquela atmosfera de historicismo e ciência misturada. Estudou Marx e o discutiu ocasionalmente em seus escritos. Quando quarenta anos depois do falecimento de Marx, Hettner ainda era incapaz de livrar-se do historicismo. Não é exatamente sua fraqueza, já que a maturidade dos pensadores alemães sobre os fenômenos sociais, ainda compartilham desse tipo de abordagem, como um sinal de força com o qual o historicismo controla as ciências sociais na Alemanha. Com todas suas deficiências, entretanto, Hettner continua sendo até o dia de hoje o mais importante pensador na metodologia da geografia.

Ainda que Hartshorne, como um admirador de Hettner, não tenha nunca o criticado, ele toma uma posição bem diferente do papel da geografia. Ao menos Hettner nota os elementos nomotéticos e idiográficos na geografia enquanto Hartshorne tende a ver a geografia como um campo somente idiográfico. “(...) geografia é, por sua natureza, um dos ramos da ciência do qual nós estamos acostumados a esperar relativamente pouco conhecimento do futuro em um grau de certeza que justificasse a palavra “predição”.” (4, 433). Um pouco depois em seu livro, ele conclui: "Em seu ingênuo exame da interrelação de fenômenos no mundo real, descobre-se fenômenos que, em um ponto de vista sofisticado academicamente das ciências sistemáticas pode não ser observável, já que tem sido valoroso estudar essa questão, na qual amplia o campo das ciências sistemáticas".

Aqui reside a diferença entre Hartshorne e Hettner. Enquanto Hettner pensa que a geografia não deve permanecer descritiva, Hartshorne não está inclinado a pensar que a geografia em contraste às ciências sempre permanecerá uma "descrição ingênua" de campos.

Nossa conclusão então seria que não há um dualismo em especial, método, ou capacidade que faria a posição da geografia excepcional entre as ciências. Nós acreditamos que este dualismo vai experimentar um destino similar ao velho dualismo que é dificilmente mencionado entre os geógrafos hoje, e que foi construído na relação entre fatos sociais e físicos com os quais os geógrafos têm que lidar. A geografia sistemática é a divisão na criação de leis e como tal um campo teórico. A geografia regional é teoria também se serve como uma verificação daquelas leis. Mas já que não faz leis, o que Humboldt tinha apontado como o objetivo mais elevado pelo qual um cientista pode lutar, nós podemos chamar de geografia regional um campo aplicado no sentido da astronomia ou da geofísica em um campo prático da física. Certamente, do ponto de vista social, a criação de leis não é o fim da ciência. Existem outras questões sobre sua aplicação em fins sociais. Já que testar as leis faz parte da criação destas, a geografia regional é uma parte da criação das leis. Que as leis científicas possam ser usadas socialmente é em um decurso diferente. O estudo do fascismo alemão é uma tarefa teórica também, se esta tarefa serve para provar ou desaprovar as teorias do cientista político sistemático. Vamos denominar este estudante do fascismo alemão como um cientista político prático. Então há um segundo significado para o termo 'prático' em que os achados daquele estudante são usados numa luta contra o fascismo. Esse tipo de ciência política prática ou aplicada, apesar de socialmente necessária, não é ciência, mas sim engenharia, ou engenharia humana. O geógrafo regional não é um cientista aplicado neste sentido, mas sim um planejador regional, ou é um conservacionista. Entretanto, essa divisão em ciências sistemáticas e aplicadas acontece em todas ciências naturais e não é exceção no caso da geografia.

A geografia deve continuar geográfica em seu trabalho, uma exigência metodológica que soa quase banal mas deve ser levantada de novo, em face do trabalho real feito no campo. Se em acréscimo às relações espaciais, outras características dentro da região forem estudadas, tais como o movimento dos preços, as instituições políticas, a psicologia social, tradições e assim por diante, tal pesquisa se torna uma área de estudo. Visto que existe muito mais na estrutura social de uma região do que meramente relações espaciais, é melhor deixar isso para os especialistas, o especialista da área, que precisa mais do que treinamento meramente geográfico e que faz daquela área ou região, a sua especialidade. É claro que um geógrafo com treinamento antropológico ou sociológico necessário pode empreender isto e também qualquer outro cientista social, mas quem quer que seja, vai ser um especialista da área, não um geógrafo. Visto que o

geógrafo estuda somente um aspecto limitado de uma área, por assim dizer, relações espaciais, ele é 'meramente' um especialista, como qualquer outro cientista também e, cientificamente será melhor, quanto mais ficar em sua especialidade. Se não há nenhuma lei que explicará a estrutura de uma região, a isto não segue que a geografia não pode ser uma ciência. O nível de explicação regional depende de um número de leis à disposição do geógrafo regional. Qualquer fenômeno na física, pequeno e simples como possa às vezes parecer, geralmente precisa explicar um aspecto dele, de um grande número de leis que estão organizados em um conjunto de leis ou uma teoria, por sua vez. A maneira em que estas leis maiores e menores e os conceitos são organizados e do modo que elas controlam umas às outras forma o que é chamado de metodologia de um campo. Neste sentido, a geografia dificilmente tem uma metodologia visto que está ainda satisfeita em lidar principalmente como o escopo e a posição das coisas do campo que são importantes, mas por fim, partes menores de qualquer metodologia.

Ainda que a ciência tenha um procedimento unificado, o método científico como utilizado em vários campos não difere fundamentalmente, existe junto ao método científico uma variante quanto aos tipos de objetos ou as relações estudadas tanto quanto ao ponto de vista, a abordagem e a preferência dada a um sobre os outros métodos usados em qualquer campo dado. Precisa ser enfatizado que todas essas diferenças existem no método científico e são de caráter relativamente menor. O método científico permite e prove estas diferenças ou variações. A geografia deve ser como uma ciência e não há exceção a isso. Em primeiro lugar, a geografia, sendo um membro das ciências sociais, compartilha os problemas especiais destas. Estes problemas e dificuldades nas ciências sociais parecem ser baseados quase inteiramente no fato que os fenômenos sociais são de uma natureza mais complexa do que aqueles estudos nas ciências naturais. A abordagem da generalização nestas últimas é geralmente mais fácil e mais bem sucedida. Também uma explicação ou predição é fundamentada em um pequeno número de fatos ou de categoria de fatos, o tipo da qual é bem determinada dentro de um enquadramento do sistema teórico. Um número maior de fatores deve ser levado em conta se nós vamos explicar ou predizer os fatos sociais, e os fatores podem ser considerados não tão bem determinados quanto eles estão nas ciências naturais. (10, 178) Como uma consequência, nós encontramos nas ciências sociais uma limitação na formulação quantitativa de leis, uma ausência de leis empíricas perdidas em um único exemplo contrário e em seu lugar, leis teóricas permitem uma limitada predição somente na forma de probabilidade, e finalmente, como uma diferença principal, uma hierarquia das leis sociais consideravelmente menos perfeitas e simples do que nas ciências naturais. A ciência social opera com um número de sistemas, cada precedido por métodos que parecem adequados ao propósito

específico. Isto produz uma hierarquia de leis menos unificadas, em que os sistemas variados parecem ser autônomos, particularistas, mais descentralizados. O quanto de tudo isto é devido ao desenvolvimento comparativamente retardado das ciências sociais e quanto disto é inerente, é uma questão muito difícil de ser respondida.

Isto propõe por si mesmo a próxima questão: em qual maior aspecto o método da geografia científica difere de outros campos? Qualquer tentativa para responder a questão teria que levar em consideração que a geografia lida com espaços, áreas e predominantemente com estruturas. De longe, a melhor maneira de descrever e analisar estas formas é as mapeando. A identificação dos fenômenos geográficos, suas interrelações e as correlações são melhores mostradas em mapas. Para os matemáticos, os números são seus símbolos, já para o geógrafo, os mapas cumprem essa função. O mapa representa a maneira mais fácil de reconstrução de uma situação espacial, dada enquanto uma construção de situações abstratas. Se os locais urbanos ou uma área são indicados em um mapa, de tal maneira que as distâncias uma das outras são proporcionais as distâncias de uma área real, nós obtemos, de acordo com Cohen (9, 139), dois sistemas que são idênticos na estrutura e na forma. “Dois ou mais sistemas relacionados dessa forma são descritos como isomórficos, na qual possuem uma estrutura ou forma idêntica”. Os métodos da análise geográfica são baseados predominantemente neste isomorfismo. Assim, se os geógrafos têm chamado ao mapeamento de representação, eles estão usando uma metáfora que conta apenas metade da estória.

O que esta metáfora quer dizer é que se os fatos e fatores relevantes de uma área são gravados e organizados cartograficamente, a situação real tem se tornado condensada, abstrata e simplificada. Este é um tipo de representação visto que um bom mapa com símbolos bem definidos de legendas podem descrever uma situação melhor do que páginas com palavras. Mas há mais envolvido no método cartográfico de análise. (Nós devemos ignorar aqui a técnica de fazer mapa que raramente envolve algum problema metodológico). Isto não apenas poupa trabalho na descrição de uma situação, mas é um instrumento analítico essencial. O símbolo de um mapa representa um classe de fenômenos os quais possibilitam a escolher e definir aquela classe da sua conveniência e colocá-la visualmente no mapa. Para qualquer outra classe mais ou menos diferente, nós podemos facilmente criar outro símbolo e evitar aquelas ambiguidades que são tão inevitáveis na descrição verbal. Estes símbolos podem ser escolhidos de modo que eles signifiquem somente fatos e fatores relevantes ignorando a massa de fatos irrelevantes, quer dizer, nas relações estudadas. Estes símbolos dão ao geógrafo um quadro mais claro e o ajuda a concentrar-se nas relações ou problemas que quer entender. Mas aparte desta reconstrução dos fatos e

fatores relevantes, o mapa vai lhe dar um visão da distribuição generalizada deles também. Uma função futura e provavelmente mais importante do mapa em análise é a habilidade de reconstruir através do mapa não somente os fatos mesmos, mas as relações dos fatos e fatores entre um e outro, e finalmente, as relações das relações. Assim o mapa não é somente uma representação mas inclui certas características de análise que nos lembra da geometria analítica como um instrumento de análise. Em uma certa medida, mapear também substitui o método estatístico usado em outras ciências sociais. Não que a geografia possa dispensar as estatísticas, que são indispensáveis no processo de coleta de fatos geográficos e no estabelecimento de símbolos, mas muito do que o cientista social faz através de números e séries de números, o geógrafo alcança pelo método cartográfico e especialmente por linhas ou isopletas. A correlação estatística, tão importante ao cientista social, é amplamente substituída pela correlação cartográfica. Pelo simples método de superimposição de mapas uma correspondência pode ser encontrada, por exemplo, entre as linhas das precipitações de água e as linhas ou isolinhas de um outro mapa mostrando a distribuição de uma área cultivada. Até então, um modo de medir o grau de correlação entre tais linhas não foi encontrado, mas isto parece ser apenas uma questão de tempo. Provavelmente terá de ser concebido geometricamente. No momento atual, das várias subdivisões da geografia, é a geografia física e econômica que tem feito o melhor uso daquele método. Assim, em contraste às outras ciências sociais, a metodologia em geografia é extensamente determinada por este método geográfico, e mais especificamente, cartográfico de descrição, análise, e mesmo de prova.

O conceito básico em geografia é indubitavelmente aquele de região. Até então este conceito tem provado ser um dos instrumentos mais úteis e bem sucedidos para a análise geográfica. Este se desenvolveu do conceito alemão mais velho e vago de 'Landschaft' em contraste com o qual, este é um importante refinamento. Sobretudo, ajuda ao geógrafo moderno a separar o relevante do irrelevante, o que é, de acordo com Reichenbach (17, 5) o começo do conhecimento. O geógrafo descritivo tanto dos velhos como dos tempos atuais passam a maior parte do tempo descrevendo uma massa de poucas coisas, curiosas e irrelevantes, dentro de uma região; é o quadro completo da descrição de semelhanças mas não de estruturas e características da área descrita. Em uma grande região de trigo, ele está muito mais atraído por poucos plantadores de arroz da área que devem ser de um a dois por cento do uso total da área. Não o típico e relevante, mas o raro, a coisa estranha dominava sua descrição. De modo a analisar uma área, o geógrafo científico divide esta em sub-áreas que são relativamente homogêneas na estrutura. Se uma área consiste principalmente de colinas, aquela região montanhosa constituiria topograficamente uma região de colinas. O resto da área se constituiria de outras regiões topográficas. Desta maneira o geógrafo

estabelece regiões topográficas, climáticas, econômicas, sociais, políticas e muitas outras. Essa divisão horizontal e também vertical de uma região em muitas áreas, para qual o critério de estabelecimento é geralmente um ou dois fatores geográficos, é feito para à análise da área. Talvez a definição de uma região como uma área de estrutura uniforme seria melhor do que uma definição convencional, visto que a região total, consiste de muitas partes e sub-regiões. É um fenômeno complexo que não faz jus ao termo “homogêneo”. Esta região parcial, seja uma climática, de uso da terra, ou uma região de cultivo, é um caso bem abstrato, uma generalização, já que muitos fenômenos nelas são ignorados. Por exemplo: se em uma área é encontrado 60% do total para o cultivo de arroz, seria chamada região do arroz, ainda que os outros 40% da área possam ser divididos entre um número de outras colheitas variadas. Tendo dividido uma área ou região em um número de sub-regiões parciais, tais como a colina e as regiões planas, as regiões de clima "A" e "B", regiões do arroz e do trigo, rurais, urbanas, etnográficas, políticas e um bom número de outras regiões, o geógrafo é capaz de obter um quadro detalhado e instrutivo da região total. Quanto mais o geógrafo sabe sobre o comportamento geral e a estrutura de tais regiões como a climática, o uso da terra, o solo e outras regiões parciais, mais claro fica o quadro. Assim, é facilmente visto que a “regionalização” capacita o geógrafo a identificar os fatores relevantes e as relações dentro da região toda dada, e que isto serve como o instrumento mais importante da análise. O próximo passo geral tomado pelo geógrafo é uma comparação de locais e a coincidência de certas regiões parciais: em outras palavras, ele procura correlações. A correlação positiva entre duas ou mais regiões parciais indicaria possíveis relações causais, as quais ele então iria investigar especialmente com as regras e as leis providenciadas pelo geógrafo sistemático. Deste modo, primeiramente, identificar os fatores relevantes através da regionalização, e em segundo lugar, ao encontrar relações causais entre os vários fatores, ele vai além da descrição “ingênua” e explica aquela região. As velhas tentativas de não identificar as classes de fenômenos, mas sim, uma variedade de fenômenos individuais não relacionados resulta em uma descrição confusa, sem garantia, curiosa ao invés de uma análise científica e sistemática, que provê uma descrição significativa e entendimento da região em contraste com a "descrição ingênua".

As dificuldades da abordagem analítica nas ciências sociais têm feito com que alguns cientistas sociais, e também geógrafos, procurem alguns métodos mais fáceis de entendimento da natureza. A abordagem analítica não é simples mesmo nas ciências naturais, é laboriosa e fica realmente efetiva somente depois de algum conjunto de leis e teorias ter sido bem estabelecido. Alguns geógrafos ficam impacientes, como Ritter, que não poderia, nem ficaria com a análise regional até que houvesse uma geografia sistemática maior. Outros entraram em desespero diante das

dificuldades e temeram que não haveria um tempo em que a ciência social estivesse madura o suficiente para fazer predições. Por isso, houveram tentativas para estabelecer pequenas reduções no entendimento especialmente da região (ou *Landschaft*). Vamos ignorar aqui as muitas tendências não científicas classificadas na escola subjetiva, ou artística, impressionista, holística, ou outras com sua pretensão de chegar ao coração, na alma, na personalidade da paisagem. Se a abordagem genética alega que o traço do desenvolvimento de uma região dos tempos glaciais à era da máquina é o único meio de entender a região, então devemos agrupar esta escola com as mencionadas acima como caso de historicismo.

Fora desta classe, mas dentro do limite de nossa discussão, temos o caso da geografia comparativa. É dito que Ritter foi o primeiro a utilizar à geografia comparativa. Nós vemos isto em Humboldt, e certamente, Hettner gostou de dar sua a geografia esse nome. Entretanto, muito do que recebe o nome de geografia analítica é, na verdade, geografia sistemática, e outros trabalhos classificados geralmente pelos seus autores como geografia comparativa são mais do que descrições banais sobre região. O uso do termo e do método implicado por Hettner é mais vago. Parece que não é toda comparação dos fenômenos geográficos que deva ser dado este nome visto que, no final das contas, toda obra científica consiste na comparação de coisas similares. O termo deve ser, se for usado, restrito ao modo mais específico de raciocínio. Um caso apontado pode ser a tentativa de obter generalizações da comparação de fenômenos geográficos maiores e complexos tais como continentes, uma comparação a qual Ritter e Humboldt eram tão afeiçoados, países, ou regiões que mesmo com sua complexidade exibem certas similaridades. Os geógrafos alemães especialmente tinham tentado estabelecer as zonas em tipos. A classificação das áreas em tipos tais como a zona do algodão, do trigo, das minas de carvão, do aço, alpinas, e assim por diante, facilitou a descoberta de certas estruturas básicas que os membros de um tipo têm em comum. Isto significa que um certo nível de generalização se torna possível. É claro, um tanto dessas generalizações ficariam muito vagas e pouco uteis. Outras, entretanto, revelariam padrões básicos de estrutura, identificando facilmente fatores relevantes e seu comportamento. As diferenças importantes entre os membros do mesmo tipo poderia ser explicado muito mais facilmente depois que o padrão básico tivesse ficado conhecido. Não é um acidente que este método tem sido usado em áreas da geografia onde não tinha nenhum conjunto adequado de leis ou regras que pudesse ser usado para a análise regional. Tem sido usado no lugar da análise sistemática e constitui um certo atalho que dá resultados rápidos, porém mais limitados. Alguns seguidores deste método nas ciências sociais vão além disso, eles afirmam que existem fenômenos muito complexos, os quais não os leva com facilidade a uma 'dissecação' ou análise e é onde o método comparativo torna-se

o único possível. Por isso, sistemas econômicos inteiros, grupos sociais, ou personalidades psicológicas, se tornam a base da construção teórica. Neurath, um proponente do método científico, chama a 'tipologia' de método comparativo e pensa que isto, diante das dificuldades especiais dos problemas sociais, ser possivelmente a melhor abordagem. A verdade parece residir no meio do método comparativo e não é uma proposição “como isso ou aquilo”. Os geógrafos têm tomado certas regiões (o melhor exemplo é provavelmente a região climática) e as estudado como tipos. De um modo, todas as divisões do mundo em regiões climáticas, naturais, de uso da terra e outras são juntas a linha da geografia comparativa, ainda que muito fique para ser feito sobre a seleção adequada de tipos e o estudo de sua estrutura. Enquanto é verdade que todas essas têm sido selecionadas na base de sua estrutura total, sua seleção e comparação têm sido feita também com o que tem estado disponível da geografia sistemática. Isto é provavelmente como poderia ser. A geografia comparativa não se move no vácuo, usa o conhecimento e alude a estudos sistemáticos. Por outro lado, os estudos sistemáticos indubitavelmente se beneficiam dos estudos comparativos. Talvez se deva ir até o ponto de dizer, sendo bem consciente sobre nossa tentativa em ligar a análise científica e consistência no método científico, aquela geografia comparativa pode ter o seu lugar, mas, ao final, deve enriquecer e se prestar a análise sistemática.

Um perigo tem se tornado óbvio no uso do método comparativo, neste os geógrafos têm frequentemente caído numa tendência que é conhecida em psicologia e em outros campos como o gestaltismo. Como o historicismo, com o qual tem sua base metafísica em comum, se concentra no 'todo' ao invés das partes. As partes não existem previamente ao todo, mas deriva suas propriedades e funções da estrutura do todo organizado. Originalmente, ou melhor formulado na Alemanha, tem um forte apelo não somente ao alemão mas também para os outros geógrafos, visto que lidam predominantemente com áreas organizadas e prestam bastante atenção ao formato, à forma e ao padrão. Por isso o passo da geografia comparativa ao holismo é um passo fácil.

Nós devemos mencionar duas outras abordagens aqui, ou já que são frutos da mesma ideia filosófica, outra tendência que juntamente com as outras que vinham sendo discutidas até aqui, não completaria a lista de várias escolas da geografia, mas talvez represente as maiores do campo. Estamos falando sobre estas que são conhecidas em geografia como determinismo e meio ambientalismo. Existe muita confusão sobre estes conceitos e até mesmo tem medo envolvido, já que muitos geógrafos não gostam de serem chamados de deterministas ou ambientalistas. Porém, ataque e defesa são geralmente conduzidos em bases falsas, especialmente quando o conceito de livre arbítrio é introduzido nesta controvérsia. O determinismo é entendido facilmente e

manejado se dois significados diferentes do conceito são mantidos estritamente aparte. Se o determinismo é entendido como uma premissa do pensamento sobre a natureza de acordo com o qual a natureza é uniforme na estrutura e no comportamento, sem permitir exceções, e todos os fenômenos e eventos têm suas causas e efeitos, e de acordo com o qual também as decisões da mentalidade humana são determinadas por suas condições psíquicas e/ou físicas, então, é claro que toda ciência moderna é determinista já que é a primeira hipótese do método científico. O problema do livre arbítrio fica então dissolvido no argumento histórico, medieval e escolástico útil na exposição de certas teorias no comportamento estético. A introdução da doutrina do livre arbítrio na análise geográfica ajuda ao anti-cientista que se refugia na imparidade do argumento e que pode agora adicionar a este o comportamento não determinista dos fenômenos como um resultado de que todas as generalizações, e as leis em especial, são mais bonitas do que úteis.

Então existe um segundo significado do termo. Quando certo pensamento é chamado de determinismo econômico, ou de determinismo físico, ou determinismo geográfico, ou ambientalismo, nós entendemos uma tendência de delegar muita influência ou poder a certo fator ou conjunto de fatores. Se por exemplo, temos com frequência que tudo é explicado em termo de fator econômico, como no caso dos seguidores de Marx, então nós falamos de determinismo econômico. A variedade mais frequente deste determinismo na geografia tem sido o determinismo físico, algumas vezes chamado de ambientalismo, ainda que este último não seja necessariamente idêntico ao primeiro. De acordo com isto, muito é explicado nos termos dos resultados de fatores físicos tal como clima, relevo, recursos naturais, ou uma combinação de todos eles. Eles são responsáveis não somente pelo que acontece a outros fatores geográficos não físicos mas também aparece como a única causa para certos desenvolvimentos sociais ou culturais. Muito desta atitude resulta, como no caso de Marx, de uma atitude militante se formando como uma reação a atitudes passadas. Se a história antes de Marx era a realização de uma ideia e, de uma história política ou diplomática, a contribuição dele era a de ter enfatizado o fator econômico no desenvolvimento histórico. Era difícil de convencer aos seus contemporâneos, por isso então a grande ênfase ou a simplificação. Um caso similar em discussão foi Ratzel. Ele pensou que era necessário enfatizar as relações causais entre os fenômenos políticos ou sociais e seu meio ambiente, especificamente o ambiente físico, da qual colocaria limites na escolha do desenvolvimento humano. A ideia era nova, plausível e simplificada pelos seguidores mais ardentes de Ratzel, principalmente geógrafos americanos e franceses. Enquanto não é fácil encontrar conceitos ambientalistas conclusivos nos escritos de Ratzel, seus seguidores, com um zelo de convertidos, começaram a explicar agora o curso inteiro da história em termos de geografia ou, na linguagem das ciências sociais modernas,

os fenômenos sociais são explicados em sua maioria ou inteiramente como efeitos das causas geográficas, e não mais necessariamente causas geográficas físicas. Semple, uma estudante de Ratzel, deu início aos estudos do determinismo na América. (18, 19) Na França, sua formulação veio de outra disciplina, Demolins, que insistiu que se a história francesa tivesse que acontecer toda de novo, ela seguiria essencialmente no mesmo curso por causa do ambiente natural da França. Esta é uma versão bem simplificada e vulgar daquele determinismo que delineia todo o pensamento científico. A reação a isto é forte hoje em dia, parcialmente por nossas razões, mas também por razões anticientíficas que identificam o pensamento científico com aquele tipo de determinismo. Nesta confusão de dois significados do determinismo, os geógrafos que investigam as relações entre os fatores físicos e os fenômenos sociais têm se visto acusados de serem determinísticos. É claro, existem tais relações e sua investigação é um negócio científico legítimo. Existem casos suficientes onde o fator físico é forte o suficiente para ser chamado de dominante, ou como os sociólogos denominariam isto, um fator dinâmico. As conclusões válidas podem ser tiradas de tais relações. Entretanto, os geógrafos têm estado um pouco hesitantes sobre a investigação das tais relações adequadas, como um resultado daquela reação.

Olhando agora a geografia como um campo para poder estimar seu estágio de desenvolvimento e, talvez arriscar uma especulação quanto ao seu desenvolvimento futuro, nós teremos de distinguir entre sua potencialidade como uma ciência e sua condição atual. Isto é capaz de ser uma ciência como nós temos tentado mostrar na base de trabalho feito no campo, na base de comparação com outras ciências, e finalmente, na base de método científico mesmo. Quanto a sua condição atual, o julgamento depende do sentido da ciência. Se esta última é somente um corpo organizado então a geografia é, segundo Hartshorne, uma ciência. Se a ciência é entendida pelo cientista como um corpo de conhecimento organizado em regras, leis e teorias, capaz de predição mesmo se somente na forma de probabilidade, então a geografia não é ainda uma ciência. Está num estágio pré-científico comparável com a ciência política, ou a botânica quando esta última era apenas meramente taxonomia.

O elemento descritivo na geografia prevalece. Não há muitas regras ou leis à disposição do geógrafo. Além disso, muito do que é usado, foi formulado em outros campos e tem sido aplicado à geografia com ou sem modificação. Um caso típico é o geógrafo físico que opera com muitas generalizações geológicas, geofísicas e outras físicas aplicadas. O climatologista usa muito do que é produzido na física ou na meteorologia, e o geógrafo da agricultura extrai muito da economia e da agronomia. Muitas destas generalizações aplicadas não estão lidando diretamente com as relações de espaço, mas apenas as implicam. Por outro lado, achamos que alguns dos importantes

constructos teóricos mais úteis na geografia econômica são os de caráter geográfico, mas feitos por economistas como Thunen (19), Losch (20), Chamberlin (21), Hoover (22), Christaller (23) e outros. Por isso nós podemos dividir as leis e os conceitos realmente usados na análise geográfica em três categorias: primeiramente, aqueles tomados diretamente de outra ciência; em segundo lugar, aqueles que combinam elementos de várias ciências incluindo a geografia; e em terceiro lugar, as leis geográficas ou espaciais. As primeiras duas categorias parecem prevalecer na prática, ainda que as leis e as regras geográficas tenham crescido em número, durante a última ou as duas últimas décadas. Entretanto, um número adequado não está apenas faltando, mas o que há no campo está insuficientemente organizado e conectado um com o outro. Em especial, faltam teorias sobre quais são os instrumentos mais importantes na organização de leis. É esta conexão de leis em um corpo organizado, estabelecendo verificações e controles de procedimento que é entendida como metodologia, não por todos os meios, dispositivos, métodos de ensino e técnicas as quais muitos geógrafos têm introduzido no campo como metodologia. Já que a geografia, até então, tem falhado em alcançar este nível, não é de se admirar que a maioria das metodologias tenha lidado somente com escopo e a com a posição da geografia, e esta discussão.

Não se precisa analisar a geografia muito profundamente para perceber seu caráter pré-científico. Acredita-se que a principal função da ciência, para colocar isto mais drasticamente, é a de testar constantemente hipóteses e leis, as confirmando aqui, desaprovando-as ali, então os campos mais ativos e avançados são aqueles em que um número justo de leis ou regras são continuamente provadas de não terem mais validade e de precisarem: ou de refinamento, ou de substituição. É este derrubar constante de conceitos e leis que constitui o progresso científico, garante o avanço e distingue a ciência de ideologia. A geografia observada deste ponto de vista oferece um quadro mais pacífico. Alguns geógrafos podem realmente formar uma lei ou um novo conceito mas a chance dele de conseguir testá-la ou discuti-la são menores. O campo está cheio de meias ideias esquecidas espalhadas em volta como fragmentos e as ruínas dos solos do Iraque. As ideias principais não mudam por décadas. Spethmann (24, 199) observou este efeito quando ele reclamou que Hettner publicou sua metodologia em 1927 consistindo principalmente de artigos que ele tinha publicado a vinte, trinta anos antes praticamente da mesma forma, “e isto acontece”, Spethmann acrescentou, “em um tempo quando as outras ciências estavam experimentando mudança e progresso”. Vamos acrescentar que em 1939, Hartshorne reproduziu as visões de Hettner, criticado por Spethmann, sem uma parcela mínima de mudança ou criticismo. Ou peguemos a própria contribuição de Hartshorne daquele ano: procura-se em vão por qualquer discussão em sua análise minuciosa de conceitos geográficos que, ainda que se concorde ou não

com esta, todavia forma um marco importante no desenvolvimento da geografia americana.

Esta condição, é claro, não é insignificante em qualquer especulação sobre o futuro da geografia. A geografia poderia desenvolver-se em uma ciência social independente, mas não precisa. Kraft (2, 3) fez uma reflexão interessante a respeito do futuro. Em referência ao processo contínuo de especialização em geografia, ele notou que alguns dos ramos sistemáticos já tinham se separado da geografia e começaram a ter uma existência própria, por exemplo, no caso da geomorfologia, hidrografia e outros. Ele pensa que é quase factível que outras, de fato todas as ramificações sistemáticas, devam segui-las eventualmente e não deixar nada a não ser a geografia regional. Estes ramos sistemáticos devem existir então por si mesmos, desenvolvendo uma metodologia própria. Suas relações com a geografia regional poderia ser similar então àquelas que a geologia, etnografia e demografia tem hoje com a geografia. Esta tendência que Kraft parcialmente viu e que parcialmente visualizou há vinte e cinco anos atrás parece ter ganhado em importância. A oceanografia e a climatologia parecem seguir seu próprio curso. O economista tem se interessado e feito relativamente melhor do que qualquer geógrafo não somente em uma área como a da teoria da locação, o caráter geográfico da mesma pode ser discutido, mas também nas áreas de mercado, nas áreas de produção, na organização espacial da economia e em outros problemas da geografia econômica. Tudo isto pode ser apenas parte de uma tendência. O resultado daquele desenvolvimento, ao menos de acordo com Kraft, pode facilmente ser a separação final e a independência da geografia regional dos campos sistemáticos. Deve-se acrescentar, entretanto, que o ganho de ter um campo independente finalmente contendo apenas a geografia regional na posse de um objeto unificado e visão, pode facilmente ser contrabalanceado por obstáculos que indubitavelmente surgirão neste caso de separação. Os campos sistemáticos separados iriam mais provavelmente ligarem-se ao seus principais campos sistemáticos mais próximos. Por exemplo: a geografia social sistemática à sociologia, o sistema urbano à sociologia, a geografia política à ciência política e assim por diante. De fato, aqui nós devemos aprender da analogia com a história, a qual tem ficado especializada rapidamente dentro das últimas décadas a um nível que nós temos hoje em dia de especialistas envolvidos com a história econômica, a história da ciência, a história das instituições sociais, a história da lei, e assim por diante, relegando a história universal a um lugar quase imperceptível. Nós podemos notar também que a tendência de que a história da lei, ou a história das instituições sociais, é mais escrita por homens com seus interesses primários no campo de sua matéria específica, do que na área de história geral.

Assim parece que se a geografia encontra duas direções principais de desenvolvimento: ou em direção a uma ciência social madura, contendo uma seção sistemática e aplicada e com muito mais

concentração intensa nas relações espaciais, ou em direção a uma situação onde a geografia regional está unificada mas mais afastada dos campos geográficos sistemáticos, os quais por sua vez, têm se tornado mais ligados a outros campos sistemáticos. É difícil decidir qual tendência pode ser mais desejável para o ponto de vista científico. Um trabalho mais próximo dos outros campos sistemáticos teria muitas vantagens. Acreditam-se no valor da geografia regional para elevar seu nível "descritivo ingênuo", porém isso parece mais dificultar do que ajudar, se a intenção alcançar o nível de ciência social. Tem uma coisa da qual podemos estar realmente certos, qualquer que seja a forma, a estrutura ou a associação que a geografia irá, por fim, desenvolver, o estudo das relações espaciais é e permanecerá uma necessidade científica e também social. De uma forma ou de outra, encontrará seu caminho para um nível científico mais maduro.

Bibliografia

1. Stamp, L. Dudley: "Modern Geographical Ideas, In Na Outline of Modern Knowledge", Ed. William Rose, London, 1931.
2. Kraft, Viktor: "Die Geographie als Wissenschaft" in "Enzyclopadie der Erdkunde", ed. Oskar Kende, Leipzig, Wien, 1929.
3. Hettner, Alfred: "Die Geographie, ihre Geschichte, ihr Wesen und ihre Methoden", Breslau, 1927.
4. Hartshorne, Richard: "The Nature of Geography", Annals of The Association of American Geographer, XXIX (1939): 171-482.
5. Ritter, Carl: "Ueber die Historischen Elemente in der Geographischen Wissenschaft", Berlin, 1833.
6. Kant, Immanuel: "Physische Geographie", ed. F. T. Rinke, Koenigsberg, 1802.
7. Adickes, Erich: "Untersuschungen zu Kant's Physischer Geographie", Tuebingen, 1911.
8. Humboldt, Alexander von: "Kosmos. Ertwurf einer Physischen Weltbeschreibung", vol.I, Sttutgart, Tuebingen, 1845.
9. Sauer, Carl: Cultural Geography", in "Encyclopedia of Social Science", vol. 6, 1931.
10. Cohen, Morris, R., and Ernest Nagel: "An Introduction to Logic and Scientific Method", New York, 1934.
11. Kaufmann, Felix: Methodology of the Social Sciences", New York, 1944.
12. Popper, K. P. : "The Open Society and Its Enemies", 2 vols. London, 1945.
13. Hettner, Alfred: Vergleichende Laenderkunde", vol. IV, Leipzig, Berlin, 1935.
14. Finch, Vernon, C. : "Geographical Science and Social Philosophy", Annals of the Association of

American Geographers, XXIX (1939), : 1-28.

15. Bowman, Isaiah: “Geography in Relation to the Social Science”, N.Y. , 1934.

16. Hettner, Alfred: “Die Geographie des Meschen”, Geographische Zeitschrift, Leipzig, 1907.

17. Reichenbach, Hans: “The Rise of Scientific Philosophy”, Berkeley, Los Angeles, 1951.

18. Semple, Ellen, Churchill: “Influences of Geographic Environment”, New York, 1911.

19. Thunen, Johann Heinrich von: “ Der Isolierte Staat”, Rostock, 1842.

20. Lösch, August: “Die Räumliche Ordung der Wirtschaft”, 1 st ed. , Jena, 1940, microfilm, University Microfilm, Inc. , Ann Arbor Mich. : 2nd ed. 1944.

21. Chamberlain, E. : “The Theory of Monopolistic Competition”, London, 1933.

22. Hoover, Edgar, M. : “The Location of Economic Activity”, New York, 1948.

23. Christaller, W. : “Die Zentralen Orte In Süddeutschland”, Jena, 1933.

24. Spethmann, Hans: “Dynamische Laederkunde”, Breslau, 1928.